

Raquel Maria da Costa Silveira

CAMINHOS DA INCLUSÃO SOCIAL À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

colecção
METRÓPOLES
TESES & DISSERTAÇÕES

LETRACAPITAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Conselho Editorial Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

Presidente do Conselho

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidade Aut noma Metropolitana), México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inai  Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP

Raquel Maria da Costa Silveira

Caminhos da inclusão social
à luz da Política Nacional
de Resíduos Sólidos

LETRAPITAL

Copyright © Raquel Maria da Costa Silveira, 2021

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR: João Baptista Pinto

CAPA: Luiz Guimarães

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Luiz Guimarães

REVISÃO: Da autora

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S591c

Silveira, Raquel Maria da Costa, 1989-

Caminhos da inclusão social à luz da política nacional de resíduos sólidos [recurso eletrônico] / Raquel Maria da Costa Silveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

Recurso digital ; 10 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89925-10-1 (recurso eletrônico)

1. Lixo - Eliminação - Política governamental - Brasil. 2. Catadores de lixo - Condições sociais - Brasil. 3. Reaproveitamento (Sobras, refugos, etc.) - Aspectos sociais - Brasil. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

21-71693

CDD: 363.72820981

CDU: 628.477:364.69-027.33(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Dedicatória

*Aos meus pais Valfredo e Margarida Silveira,
pela base e pelo esforço incessante
para me oferecerem as melhores oportunidades.*

*A todos os catadores e catadoras
de materiais recicláveis do Brasil,
que me inspiraram com sua luta diária.*

Agradecimentos

O presente livro é fruto de uma pesquisa de doutorado finalizada em 2019 e de uma trajetória acadêmica que foi permeada por muitos e valorosos apoios. Aqui, quero deixar expresso o meu agradecimento a todos(as) aqueles(as) que me acompanharam.

Agradeço, primeiro, a Deus e a Nossa Senhora pelas oportunidades que tive em quatro anos de Doutorado, pela paciência, pela proteção e pelos momentos em que me deram as forças que precisei para cumprir cada etapa da pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Valfredo e Margarida Silveira, pelo suporte, pela paciência e pela compreensão em todos os momentos em que não pude estar presente.

À minha orientadora, Maria do Livramento Miranda Clementino, agradeço pelo apoio, orientação acadêmica, suporte emocional e incentivos. A cada orientação deixava minhas dúvidas e carregava comigo contribuições inspiradoras que moveram a construção da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, àqueles com quem conversei e aqueles com os quais nunca tive contato, mas que visualizei carregando seus carrinhos, puxando suas carroças, selecionando material nas ruas ou triando em galpões. Eles me inspiraram a continuar e fizeram crescer em mim a vontade de construir algo que pudesse contribuir minimamente para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Desde o primeiro momento em que me interessei pelo tema, nunca os vi apenas como categoria, mas, primeiramente, como pessoas, que possuem uma história, que têm sentimentos, trajetórias e carregam desejos. Essa percepção aflorou no diálogo que realizei com os representantes das organizações pesquisadas no Rio de Janeiro, Curitiba e Natal. Aprendi mais em cada conversa, amadureci como pesquisadora e passei a respeitar e a admirar ainda mais os(as) catadores(as). Especificamente, agradeço aos presidentes das organizações Coopfu-

turo (RJ), ReciclaMais (RJ), Transformando (RJ), Mutirão (PR), Corbélia (PR), Coocamar (RN) e Coopcicla (RN) que gentilmente me receberam e destinaram parte do seus dias e engrandeceram a pesquisa não somente com dados, mas com os relatos sobre o trabalho, a vida e a catação.

Agradeço aos gestores municipais entrevistados nas prefeituras do Rio de Janeiro, de Curitiba e de Natal, os quais não serão aqui nominados a fim de evitar a identificação. A experiência de cada um me fez perceber possibilidades e enxergar visões que se completavam e, por vezes, se opunham. Como gestora de políticas públicas pude compreender cada desafio narrado e, ao mesmo tempo, enxergar possibilidades que se escondem no cotidiano das ações. Percebi em cada um a vontade de que os resultados sejam alcançados, a vibração com cada pequeno avanço e o desejo de mudança. Obrigada por interromperem um pouco a rotina do trabalho para atender uma pesquisadora com tantas perguntas e inquietações.

Considero essencial agradecer aos Gina Rizpah Besen Wanda Maria Risso Günther Helena Ribeiro Pedro Roberto Jacobi Sonia Maria Dias, organizadores da publicação Funasa (2017) pela elaboração da metodologia e dos indicadores. Destaco de forma específica um agradecimento à professora Gina Besen pelos e-mails, diálogos sobre os indicadores e por ter me recebido em 2017 de forma atenciosa. Obrigada!

A pesquisa apresentada neste livro foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Nesse sentido, agradeço por todo um suporte conferido pela instituição.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituição que oferece todo o suporte aos seus alunos e que, para mim, é um lugar acolhedor e inspirador. Igualmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Agradeço a todos que contribuíram com a elaboração da pesquisa, seja com o fornecimento de dados, a indicação de fontes de informações e, até mesmo, com uma palavra amiga. Dentre esses, estão a professora Valéria Bastos, que viabilizou a pesquisa realizada no Rio de Janeiro e que foi uma grande conselheira; Juliana Ubarana, Ivanilde Ramos e Rubem Botelho, amigos da

Urbana que tanto me deram apoio e incentivo; Yuri Simonini, pela leitura atenta.

Não posso deixar de registrar a minha gratidão aos meus professores (todos eles), que contribuíram com o meu processo de formação seja na graduação, no mestrado ou no doutorado. Cada um de vocês deixou uma marca na minha trajetória, por meio do exemplo, do conhecimento ou da inspiração. Especialmente, agradeço a Fábio Fonseca, ex orientador, sempre presente e disposto a demonstrar que a pesquisa deve ser um exercício prazeroso de aprendizado.

Agradeço aos meus mestres-amigos que me apoiaram durante os 4 anos de doutorado. A Lindijane Almeida agradeço pela amizade sincera e por vibrar comigo a cada avanço. A Glenda Dantas, em quem encontrei uma parceira, agradeço por me ensinar sobre a paciência e por sempre tentar me mostrar as minhas virtudes.

A Daniel, que chegou no meio do caminho e que, com certeza, sentiu a minha ausência em alguns momentos, mas que foi suficientemente paciente para entender que tudo isso fazia parte de um sonho que era meu, mas que, aos poucos, se tornou nosso.

Agradeço a Maria Virgínia Ferreira Lopes pelas oportunidades e por acreditar em mim como profissional e como pessoa.

A todos os pesquisadores dos grupos de pesquisa Estado e Políticas Públicas (EPP) e Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental (SEMAPA) da UFRN agradeço pela companhia, pelos momentos de trocas de experiências, pelas risadas e por compartilharem comigo os momentos da pesquisa. Ao Observatório das Metrôpoles (Núcleo Natal), agradeço pela acolhida, pela oportunidade de estar cercada de grandes pesquisadores e de colegas que me fizeram crescer a cada conversa.

Aos meus amigos e às minhas amigas agradeço porque continuaram ao meu lado apesar das inúmeras vezes que não pude acompanhá-los nas risadas, nas saídas, nas conversas.

Cada um de vocês soube deixar, ao longo desses 4 anos, a sua contribuição e a sua marca na minha trajetória e na elaboração da tese, que agora se transforma em livro. A todos(as) vocês o meu agradecimento sincero.

Sumário

PREFÁCIO	11	
<i>Maria do Livramento Miranda Clementino</i>		
INTRODUÇÃO.....	16	
Metodologia	24	
Casos Seleccionados	41	
A. Rio de Janeiro/RJ	44	
B. Curitiba/PR.....	45	
C. Natal/RN.....	46	
CAPÍTULO 1 - O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: de socialmente excluído		
a sujeito em vias de inclusão	47	
1.1 O catador de materiais recicláveis no Brasil	47	
1.2 A carência de trabalho	51	
1.3 A carência de condições adequadas no desempenho da ocupação.....	70	
1.4 A carência de inclusão social	84	
1.5 A condição social do catador de materiais recicláveis no Brasil: um sujeito em vias de inclusão	92	
CAPÍTULO 2 - A METAMORFOSE DA CATEGORIA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: uma paisagem social (re)composta?		101
2.1 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: da formação à consolidação da luta no Brasil	101	
2.2 O cooperativismo no Brasil: origens e principais características.....	117	
2.3 O contraponto da solução: velhos entraves sob nova roupagem	134	
2.4 As organizações formadas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Brasil: permanências e metamorfoses da categoria.....	147	

2.5 A interação entre o poder público e as organizações de catadores: importante ou indispensável para a inclusão social?	157
---	-----

CAPÍTULO 3 - A COLETA SELETIVA NOS MUNICÍPIOS

PESQUISADOS	163
3.1 Coleta seletiva no município do Rio de Janeiro (RJ).....	163
3.2 Coleta seletiva no município de Curitiba (PR).....	177
3.3 Coleta seletiva no município do Natal (RN).....	197
3.4 Dificuldades na implementação da coleta seletiva nas cidades pesquisadas	217

CAPÍTULO 4 - COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:

uma análise da inclusão social à luz da sustentabilidade das organizações	222
4.1 O contexto das organizações de catadores do Rio de Janeiro/RJ	223
4.2 O contexto das organizações de catadores de Curitiba/PR	261
4.3 O contexto das organizações de catadores de Natal/RN	287
4.4 Considerações sobre o contexto das organizações de catadores	314
4.5 A presença do estigma nas realidades estudadas: mais um fator para a afirmação da existência de um sujeito em vias de inclusão	321
4.6 O desafio da autogestão e do exercício da liderança solidária	326

À GUIA DE CONCLUSÃO: os desafios da inclusão de catadores de materiais recicláveis no Brasil à luz da PNRS...	329
---	-----

REFERÊNCIAS	341
-------------------	-----

APÊNDICES	355
-----------------	-----

PREFÁCIO

Vivemos um verdadeiro paradoxo. O Brasil não é somente um país urbano, mas constituído por uma organização territorial muito complexa onde se sobressai as dificuldades e dilemas da gestão de políticas públicas, notadamente, de políticas territoriais. Não resta dúvida de que há, atualmente, um virtual consenso de que nas sociedades complexas, como a brasileira, o governo está longe de possuir, sozinho, o poder sobre os rumos da cidade. Cabe-lhe, sem dúvida, um papel de liderança e aglutinação de aliados para elaboração de agendas mínimas, e a formação de coalizões que tenham legitimidade para implementar as mudanças nas várias áreas de sua competência formal. Na área da política pública urbana os padrões de decisão e interação política devem buscar combinar graus de complexidade técnica com a centralidade do próprio objeto de decisão (política).

Para o caso das grandes cidades e metrópoles brasileiras Azevedo e Mares Guia (2010) sugerem a “desideologização” do processo de reforma urbana e centralidade do papel dos especialistas na elaboração e conformação das proposta uma vez que no país temos baixa centralidade política e grande capacidade técnica. Em uma arena política desse tipo desempenha um papel importante o “gestor” capaz de articular e compartilhar diferentes interesses cristalizados. Entretanto para que as políticas sejam viabilizadas e legitimadas é preciso também, a existência de órgãos com respaldo técnico capazes de influenciar atores políticos relevantes. Para se avançar nessa compreensão, haveria que se incorporar à análise as especificidades relativas ao marco regulatório e sua evolução ao longo das últimas décadas bem como o comportamento dos atores relevantes e considerar também as idiosincrasias de nosso federalismo.

Mas, as grandes cidades e as metrópoles têm dificuldade em se tornarem verdadeiros territórios políticos, dimensão ao mesmo tempo necessária e constitutiva de sua governabilidade. Dito de outra maneira, elas demoram a se constituir em atores coletivos,

capazes de produzir as políticas adequadas para responder, ao mesmo tempo, a interesses e desafios e orientar seu futuro.

Estudar a gestão urbana e metropolitana abre, portanto, um vasto campo de pesquisa em ciências humanas e sociais no sentido de apreender suas funções, suas formas, de entender seus desafios, de identificar seus riscos, mais também suas promessas para o futuro da enorme concentração urbana que a metropolização polariza. São muitas as facetas de um domínio tão complexo quanto este e que reúne alguns dos principais desafios do nosso tempo. Mas aqueles que tocam em alguns desses desafios, quem sabe, conseguem desvendá-los ao estudar o seu planejamento e gestão.

Como vemos, as razões deste paradoxo são múltiplas e tem sido objeto de investigação do Observatório das Metrôpoles no quadro do qual foi realizada a pesquisa que dá origem a este livro. Ele traz o desafio de estudar a inclusão social de catadores de materiais recicláveis. O livro examina a discussão da atividade laboral exercida pelos catadores – suas características e evoluções – delinea o cenário de experiências de organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil, como fundamento para sua inclusão social à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O texto assume que aqueles que sobrevivem da catação são marcados por múltiplas carências; e que essas carências estão relacionadas, diretamente, às múltiplas dimensões de um indivíduo socialmente carente; a) de trabalho; b) de condições adequadas para o desenvolvimento de sua ocupação laboral; e, c) de inclusão social. Não resta dúvida que tal abordagem requereu enorme esforço teórico da autora e que ela conseguiu realizar tal empreitada com sucesso.

Ressalta, que as múltiplas carências à qual se submete o indivíduo que sobrevive da catação de lixo não pode se limitar aos aspectos legais de sua gestão institucional, amparadas pela Lei 12.305/2010 que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Não resta dúvida de que a referida lei representa um avanço nas políticas urbana e ambiental no Brasil. No entanto, como ressalta a autora, ”o que parece ser uma norma tão somente de cunho ambiental, carrega um teor social ao se

referir a uma categoria de indivíduos que sobrevive da coleta e da comercialização de resíduos no país”.

No âmbito legal, a abordagem da gestão dos resíduos sólidos, de uma perspectiva orientada pelo direito de proteção ao meio natural e social constitui um fato novo na realidade brasileira, uma vez que, como lembra Raquel Silveira “objetiva sanar tanto o problema ambiental do descarte desregrado e inapropriado de materiais na natureza, quanto a questão social marcada pela pobreza, a partir da geração de renda para a categoria dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis”. A autora lembra, ainda, que o reconhecimento de um direito não garante seu cumprimento por parte do Estado ou das elites que o controlam ou nele disputam interesses. Nesse sentido, o livro não se restringe aos aspectos legais da implementação da atual política de resíduos sólidos. Procura resgatar em sua abrangência a opção pela inserção dos catadores em associações ou cooperativas formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Ao estudar a condição socioprodutiva do catador de materiais recicláveis no Brasil, parte do pressuposto de que existem realidades distintas de inclusão social, entre a gestão municipal - como responsável direta pela catação - e as organizações de catadores, quanto à efetividade do programa de coleta seletiva, à diversidade de parcerias firmadas por essas organizações e cooperativas, e à liderança exercida pelos seus representantes.

Ao analisar a composição de organizações de catadores nas “cidades metropolitanas” de Curitiba, Rio de Janeiro e Natal, concluiu que, “ao mesmo tempo em que é útil à indústria da reciclagem e ao meio ambiente, o catador brasileiro compõe a classe de despreparados para o trabalho produtivo no capitalismo competitivo”, sendo parte da denominada “ralé brasileira”, conforme Jessé Souza.

Ao descortinar a condição socioprodutiva de uma categoria de trabalhadores “em vias de inclusão social” a partir das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), observa a dimensão territorial da gestão municipal como lócus da catação e o envolvimento dos diversos grupos sociais nela interessados, revela uma realidade em que as características da própria ocupação, mantem um contexto de

carência de trabalho e de inclusão social. Muitos são os desafios à implementação da nova legislação, revela autora: “a diversificação de parcerias, a rotatividade, o benefício aos membros (em associação), a adesão da população, a taxa de recuperação de materiais recicláveis, a taxa de rejeitos, a autossuficiência de equipamentos e de veículos, a produtividade por catador, as condições ambientais de trabalho, a saúde e a segurança do trabalhador”. São aspectos detectados como “difícil” nas organizações de catadores pesquisadas e “se configuram como problemas pendentes de solução”, cujos obstáculos precisam, na prática, serem ultrapassados, considerando a previsão expressa na PNRS. Uma vez que “evidenciou-se que as tentativas de inclusão de catadores a partir do formato estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos ainda não se configuram como medidas emancipatórias”.

A autora realizou vasto trabalho de campo, testando metodologias e criando novas em áreas metropolitanas de portes diferentes (Curitiba, Natal e Rio de Janeiro), que possuem programas e apoios distintos às organizações de catadores, e concluiu que cooperativas e associações que contam com o mesmo suporte dado pelo poder público apresentaram capacidade inclusiva diferenciada. Ou seja, capacidades institucionais são diversificadas e os desafios múltiplos, indicando que a PNRS pode ser apontada como uma diretriz a ser concretizada, o que revelaria que a categoria dos trabalhadores de materiais recicláveis encontra-se “em vias de inclusão”. No entanto, para o cumprimento dos fins legais, é preciso dotar os municípios e as organizações de catadores de capacidade técnica e de investimento, que viabilizem bem como se faz a inclusão social desejada.

Estas são algumas das questões sobre as quais somos instados a refletir com a leitura deste livro. O mesmo apresenta-se como relevante e oportuno, não só pela sua qualidade acadêmica e de escrita, mas por nos trazer à reflexão aspecto relevante do paradoxo anteriormente mencionado. Ao estudar a reciclagem de resíduos sólidos, reconhece não somente a relevância dessa política e seu caráter estratégico para o desenvolvimento das Regiões Metropolitanas Brasileiras, colocando, não somente, a

necessidade desse serviço público à sociedade em geral, mas, também, como fator primordial à dignidade humana. No Brasil, o novo contexto normativo estimulou a criação e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários formados por catadores, podendo combinar crescimento econômico com a elevação e melhor distribuição do bem estar social urbano.

Os principais achados do livro demonstram, pois, que o catador de recicláveis no Brasil ainda vivencia uma situação de precariedade laboral e social (ineficiência operacional, condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador) apesar da previsão expressa na PNRS. É fato, porém, que o marco regulatório da PNRS de 2010 retirou os catadores de contextos laborais ainda mais degradantes se forem comparados às realidades dos lixões a céu aberto.

Por fim, não poderia deixar de dizer quão frutífero foi o diálogo que tivemos para compor este estudo. Ao lançar sua tese de doutorado em Ciências Sociais em forma de livro a autora dá sua contribuição à gestão de resíduos sólidos nas cidades metropolitanas brasileiras nos anos mais recentes, ao mesmo tempo em que, como acadêmica engajada nos temas da sociedade, alerta para a importância que a questão ambiental seja associada à promoção da justiça social. Para deixar o leitor(a) curioso(a), recomendo sua atenção na verificação do “radar da sustentabilidade” e do “radar da liderança”. Como diz a própria Raquel Silveira, “independentemente da precisão, os resultados obtidos tendem a se aproximar da realidade, devendo ser considerados como um retrato aproximado das dificuldades enfrentadas pelas organizações de catadores”.

Maria do Livramento Miranda Clementino

*Profa. Titular do Departamento de Políticas Públicas da UFRN
Coordenadora do Observatório das metrópoles-Núcleo Natal*

INTRODUÇÃO

O presente livro apresenta dados da pesquisa de Doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entre 2015 e 2019. A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2017 e 2018.

Em agosto de 2010, entrou em vigor, no Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Essa lei aponta as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas aptas a solucionar um problema ambiental antigo e de grandes proporções no Brasil: o descarte inapropriado de resíduos sólidos a céu aberto. A referida lei representa um avanço na área ambiental. Anteriormente a sua publicação, a ausência de uma norma disciplinadora da temática específica dos resíduos gerava insegurança jurídica e a falta de proteção ao meio natural.

Entretanto, o que parece ser uma norma tão somente de cunho ambiental, carrega um teor social ao se referir a uma categoria de indivíduos que sobrevive da coleta e da comercialização de resíduos no país: os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis¹ (GUERRA, 2012). A partir da vigência dessa norma, a competência dos municípios para o planejamento e a gestão integrada dos resíduos sólidos (art. 10) foi explicitada, devendo estes entes preverem a integração dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, especificamente, nos programas municipais de coleta seletiva.

Em linhas gerais, a lei objetiva sanar tanto o problema ambiental do descarte desregrado e inapropriado de materiais na natureza, quanto a questão social marcada pela pobreza, a partir da geração de renda para a categoria dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Nesse último caso, o modelo brasileiro,

¹ A Política Nacional de Resíduos Sólidos utiliza, textualmente, a expressão “catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”. No presente trabalho, será utilizada a expressão catadores de materiais recicláveis como forma de denominar a categoria referida pela norma.

expresso na lei nº 12.305/2010, optou pela inserção desses indivíduos em associações ou cooperativas formadas por pessoas físicas de baixa renda que atuam na catação. Tais organizações, por sua vez, devem ser priorizadas pelos municípios brasileiros para a operacionalização dos programas de coleta seletiva, o que, de acordo com a legislação, geraria a inclusão social e a emancipação econômica da categoria (art. 15, V).

No Brasil, a existência de organizações de catadores data de um período anterior à institucionalização do atual modelo. A primeira delas – a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) – foi criada em 1989, em São Paulo, com o apoio da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), organização não governamental ligada à Igreja Católica. Convém apontar que, ao longo dos anos, em todo o país, a formação de organizações autogestionárias composta por indivíduos que sobreviviam da coleta foi capitaneada pela atuação da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores (BOSI, 2008).

A partir de outras experiências em cidades como Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Natal/RN, as discussões em torno da Política Nacional de Resíduos Sólidos, iniciadas na década de 1990, conduziram a um coro favorável à composição de organizações de catadores. Tais vozes, por sua vez, se fizeram presentes no texto da PNRS, instituindo-se um formato jurídico-institucional para a inclusão social de catadores que prioriza a formação de cooperativas e de associações pautadas na autogestão.

Ocorre que, ao longo dos anos, estudos (SOTO, 2011; BESEN, 2011; MAGNI, 2011; GUTBERLET et al., 2013; COVISA / FUNDACENTRO-CTN, 2014) apontaram para a existência de realidades internas diversificadas em tais organizações, as quais, apesar de representarem melhorias nas condições de trabalho, comparadas ao ambiente de lixão anteriormente predominante, nem sempre conduziam o catador a uma condição adequada – seja social ou economicamente. Assim, terminavam por mantê-los em condições precárias de trabalho e permeados pelo estigma da exclusão social. No sentido do exposto, afirmou Grimberg (2007, p. 97):

Os empreendimentos populares, como as cooperativas de catadores, frequentemente se fragilizam face às pressões de um mercado competitivo e individualista, somadas às pressões da própria busca de sobrevivência e condições precárias de vida dos cooperados. O risco do fracasso econômico ou do desvirtuamento do projeto enquanto iniciativa solidária e democrática é muito grande.

Diante disso, começou-se a discutir acerca da necessidade de apoio de outros atores às organizações de catadores, a fim de que fosse possível o alcance dos fins legais. De um lado, se algumas cooperativas/associações contam com a ajuda de entidades privadas como empresas e fundações, por outro, o amparo do poder público se mostrou relevante para que a proposta de inclusão via formação de organizações pautadas na economia solidária possa avançar em seus objetivos. Nessa perspectiva, Grimberg (2007, p. 97) ainda destaca:

Assim, um aspecto fundamental na formação dos catadores é sua capacitação para atuar em toda a cadeia produtiva dos resíduos sólidos, não apenas na triagem dos materiais recicláveis, mas também no seu beneficiamento e reciclagem, etapas de maior valor agregado. Essa, de fato, é a maneira mais efetiva de lutar contra a exploração econômica a que estão submetidas as cooperativas (como já mencionado, devido à presença de inúmeros intermediários). Nesse sentido, é fundamental a construção de uma política de investimentos sociais, em âmbito federal, estadual e municipal, de apoio às cooperativas, que necessitam de capital de giro, de equipamentos e de apoio técnico, de forma a permitir uma maior autonomia com relação à flutuação de preços do mercado.

No caso do poder público municipal, a relevância da atuação conjunta se mostra ainda mais premente. Por ser, legalmente, o ente responsável pela destinação final dos resíduos (BRASIL, 2010, art. 10), bem como pela implantação da coleta seletiva municipal (BRASIL, 2010, art. 18), a intersecção entre o planejamento municipal e o trabalho dos catadores se mostra indispensável, sendo a ineficiência dos programas de coleta seletiva um dos fatores que, possivelmente, influencia no sucesso das cooperativas e associações.

Entretanto, o apoio municipal às organizações de catadores ainda apresenta realidades diversas no país (PEREIRA e GOES, 2016; RIBEIRO et al, 2009). Constatam-se relações de total desassistência e realidades em que há a cessão de galpões e caminhões para a realização da coleta, configurando-se como o fornecimento de recursos de natureza assistencial. Aos poucos, se instala, no Brasil, a experiência de contratação das organizações para a realização da coleta seletiva, o que representa o desejo da categoria, já que consiste em um avanço para a estabilização jurídica, contábil e financeira das organizações (PEREIRA e GOES, 2016).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu artigo 18, § 1º, II, determina a prioridade de acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos para municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. Assim, explícita, enquanto formato jurídico-institucional para a inclusão social, a formação e a contratação de organizações de catadores para a operacionalização da coleta seletiva municipal (BRASIL, 2010).

Embora, no Brasil, tal contratação ainda não se configure como regra na maioria das cidades, as organizações, cada vez mais, passam a buscar uma relação formal com os municípios objetivando formalizar a sua atuação na coleta em nível local. Em tais casos, configura-se, na prática, o formato de inclusão social idealizado pelo legislador brasileiro.

No seio dessa discussão, ao longo dos anos, multiplicaram-se os estudos referentes a experiências de organizações de catadores, pondo-se em debate aspectos diversos acerca da inclusão desses trabalhadores no Brasil. Dentre eles, Magni (2011) investigou os benefícios conferidos às organizações em virtude de convênios firmados com o poder público local. A autora comparou organizações com e sem o apoio municipal, concluindo que a existência de convênio formal com o poder público garante aos cooperados melhorias efetivas, possibilitando a inclusão social.

Nesse sentido, já existem evidências de que o apoio governamental se configura como elemento essencial para potencializar a inclusão social em organizações de catadores no Brasil. Entre-

tanto, ainda se faz necessário conhecer se, diante da formalização do apoio municipal, estará garantida igual condição de inclusão.

Desse modo, questiona-se: em um mesmo contexto local, diante de uma mesma relação entre organizações de catadores e o poder público municipal, as organizações possuem a mesma capacidade de inclusão social do catador? Quais os fatores que contribuem para distanciar as organizações do alcance dos fins legais?

A pesquisa que originou este livro partiu do pressuposto de que, a despeito da importância da relação entre o poder público municipal e as organizações de catadores, associações ou cooperativas que contam com o mesmo suporte apresentarão capacidade inclusiva diferenciada, pois, em um mesmo contexto, outros elementos contribuem para que existam realidades distintas de inclusão, como a efetividade do programa de coleta seletiva municipal, a diversidade de parcerias firmadas pelas organizações e a liderança exercida pelos representantes da organização.

O estudo teve como objetivo geral entender a inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos. De forma específica, objetiva-se ainda: (a) identificar as características da atividade laboral desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis no Brasil, bem como a sua evolução no que se refere às formas de realização e de organização da categoria; (b) compreender as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere ao regramento destinado às organizações de catadores de materiais recicláveis, às atribuições conferidas ao poder público municipal e à relação entre ambos; (c) estudar, a partir de experiências de organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil que recebem apoio do ente municipal, se, em um mesmo contexto de relação com o poder público, a inserção na política oficial do poder público municipal garante igual capacidade inclusiva aos catadores; e (d) em cada contexto local, apontar possíveis diferenças encontradas em organizações que possuem o mesmo tipo de relação com o poder público municipal.

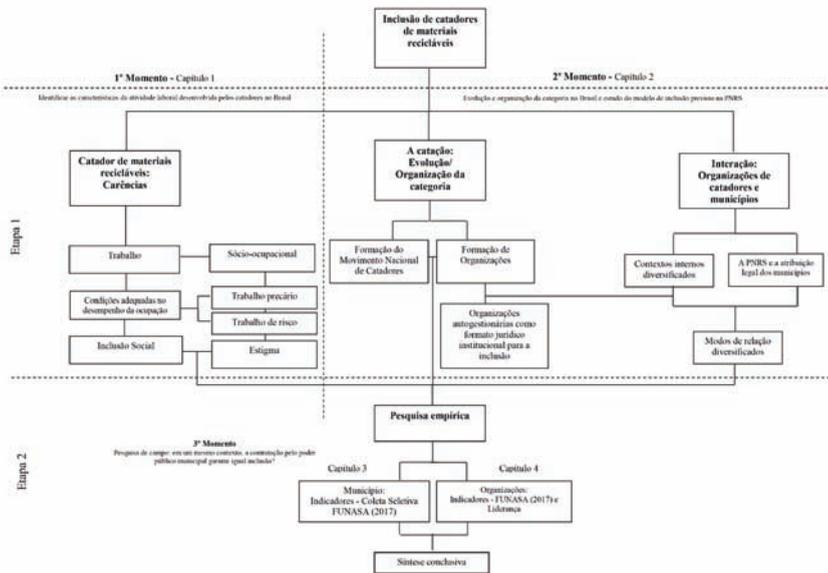
A fim de realizar a presente pesquisa, foi primordial realizar a discussão em torno da atividade laboral exercida pelos catadores – suas características e evoluções – e, ainda, a apresentação do formato jurídico-institucional brasileiro de inclusão

social desses indivíduos à luz das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Após serem vencidos tais momentos, foi possível delinear o cenário de experiências de organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil, como fundamento para o estudo da inclusão à luz da PNRS.

O caminho que conduziu a construção da pesquisa se dividiu em 2 etapas. A primeira delas abrangeu o estudo de um referencial teórico fundado em temáticas que se articulam entre si e se relacionam com o objeto definido, bem como a pesquisa documental. A segunda, por sua vez, consiste na pesquisa de campo realizada, consistindo na sistematização e na análises dos seus resultados.

A seguir, apresenta-se o esquema analítico-metodológico da pesquisa e o respectivo detalhamento de suas etapas e momentos:

Figura 1 - Etapas e momentos da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

A primeira etapa da pesquisa foi organizada em dois momentos. Em sua definição, considerou-se que o estudo do modelo brasileiro de inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos requer, inicialmente, a apresentação da atividade desempenhada pelo

catador e, em seguida, o estudo da formação das organizações e da sua relação com o poder público municipal no Brasil a partir das diretrizes da PNRS.

No primeiro momento (Capítulo 1), para a apresentação das características da atividade laboral desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis no Brasil, assume-se que o indivíduo que sobrevive da catação é marcado por múltiplas carências, as quais se relacionam, diretamente, com dimensões teóricas específicas. Assim, o Capítulo 01 apresentará o catador como um indivíduo carente (1) de trabalho; (2) de condições adequadas para o desenvolvimento de sua ocupação; e (3) de inclusão social.

A carência de trabalho se relaciona à condição sócio-ocupacional do catador, apresentando-se este como um sujeito com dupla utilidade: úteis à indústria da reciclagem e ao meio ambiente, porém sem inserção no mercado de trabalho formal – indivíduos com atuação na cadeia produtiva da reciclagem, sendo, porém, historicamente, associados a condições sociais de pobreza e de exclusão social (BOSI, 2008).

A segunda carência corresponde à ausência de condições adequadas para o desempenho de sua ocupação, o que se encontra associado ao contato com os resíduos, os quais, a partir da PNRS, passam a ter reconhecido o seu valor econômico. Nesse momento, foi analisado o objeto da atividade desempenhada pelo catador, bem como as principais características de sua ocupação, que se relaciona ao labor precário (CASTRO e DEDDECA, 1998; ANTUNES, 2012; LEITE, 2011) e de risco, realizado diretamente em contato com os resíduos.

A terceira carência aqui atribuída ao catador diz respeito à inexistência de inclusão social. Tal atributo se perfaz pela soma das características anteriormente citadas com o elemento do estigma, apontado por Bastos (2014) como um dos principais aspectos que permeiam os indivíduos que se dedicam à atividade da catação no Brasil. Assim, entende-se que a invisibilidade do catador e a naturalização da pobreza mantêm o indivíduo em uma condição ambivalente, já que ele possui utilidade para a solução de problemáticas ambientais, mas compõe um nó indesejável da questão social.

O capítulo 1 se encerra com um exame geral da condição social do catador no Brasil, a partir de dados quantitativos

disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012, 2013). Os referenciais de Kaztman (1989, 1999, 2001); Kaztman e Filgueira (2006) e Souza (2009) foram utilizados para iluminar as análises acerca da realidade vivenciada por esses indivíduos.

O segundo momento, que corresponde ao Capítulo 02, trata, inicialmente, sobre a evolução da catação no Brasil, abordando o surgimento do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o avanço da organização da categoria no país, por meio da criação de cooperativas e associações como formato jurídico institucional para a inclusão social.

Foi discutida, ainda, a interação entre essas organizações de catadores e o poder público municipal, o que se deu a partir da análise das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que se refere às atribuições conferidas ao poder público municipal, ao regramento destinado às organizações de catadores e à relação entre eles. Para além da exposição dos dispositivos legais expressos pela Lei 12.305/2010 (GUERRA, 2012; SILVA FILHO e SOLER, 2015), foi realizada a discussão acerca do caminho escolhido pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores: o trabalho organizado em associações e cooperativas autogestionárias.

Assim, foi realizado o debate acerca do trabalho desempenhado em tais organizações, via terceirização de mão de obra, abordando-se o referencial que explicita a viabilidade da inclusão social e ressaltando-se também a perspectiva teórica que aponta a possibilidade da ocorrência da precarização das condições laborais em tais realidades.

Vencida a etapa do estudo teórico, iniciou-se o estudo empírico realizado em sete experiências de organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil – segunda etapa da pesquisa. A coleta de dados teve enfoque na inclusão social do catador a partir das organizações autogestionárias.

Os resultados da pesquisa realizada em campo se encontram no Capítulo 03, que detalha as características e apresenta os dados dos programas de coleta seletiva e da inclusão de catadores nos municípios estudados, e no Capítulo 04, que discute os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada nas sete organizações de catadores investigadas.

Metodologia

A pesquisa empírica foi realizada a partir da utilização da metodologia da pesquisa da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2017)². A adoção de conceitos e de indicadores previstos no referencial indicado se deu, justamente, pela possibilidade de realização de uma dupla investigação – junto às organizações de catadores e junto ao poder público municipal. Soma-se a isso o fato de que, no caso das organizações, o modelo utilizado permite uma apreciação de elementos que superam o viés ambiental, adentrando na investigação da renda, das condições de trabalho e da infraestrutura, explicitando, assim, o contexto interno dessas organizações por meio do estudo da capacidade de realização das suas atividades.

Desse modo, o estudo contou com: (a) a investigação das características do programa de coleta seletiva, compreendendo-se que o sucesso deste se constitui como um dos fatores que influenciam na manutenção das organizações de catadores; e (b) o estudo do contexto interno das organizações de catadores selecionadas, aspectos que foram apreendidos com base na metodologia da Funasa (2017).

Para a investigação das características do programa de coleta seletiva, um questionário foi aplicado para coleta dos dados necessários ao cálculo dos indicadores de sustentabilidade da coleta seletiva (FUNASA, 2017). Além disso, foi realizada entrevista semiestruturada com o gestor responsável em cada cidade, a fim de que fosse possível apreender detalhes sobre os programas de coleta seletiva estudados.

O estudo do contexto interno das organizações de catadores selecionadas, por sua vez, foi realizado a partir da verificação da capacidade de inclusão social do catador, a qual foi medida a

² A metodologia proposta pela FUNASA (2017) apresenta instrumentos de diagnóstico, planejamento, avaliação e monitoramento da coleta seletiva municipal e de organizações de catadores no Brasil. Trata-se de um aprimoramento da pesquisa “Programas municipais de coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na região metropolitana de São Paulo”, realizada em 2005, e que consistia na sistematização e na análise de dados coletados junto ao poder público municipal e as organizações de catadores, visando verificar a capacidade de desenvolvimento das atividades em ambos, o que se denominou “nível de sustentabilidade”.

partir do índice de sustentabilidade das organizações conforme a FUNASA (2017). Para tal aferição, foram aplicados questionários para a coleta dos dados necessários ao cálculo indicadores de sustentabilidade³ de organizações de catadores previstos, igualmente, pela Funasa (2017). Considera-se, aqui, que a utilização de índices de sustentabilidade “possibilita orientar e repensar políticas públicas e legislações voltadas para a gestão da coleta seletiva de resíduos sólidos, ao avaliar e comparar o grau de sustentabilidade da coleta seletiva de um município e de suas organizações de catadores parceiras ou contratadas” (FUNASA, 2017, p 24).

Nesse sentido, a coleta de dados na presente pesquisa contou com a realização de pesquisa documental, de entrevistas semiestruturadas e com a aplicação de questionários com as organizações de catadores e com o poder público. Os instrumentos de coleta de dados abrangeram questões relacionadas às variáveis ambientais e sanitárias; sociais; econômicas e institucionais, tornando possível relacionar a sustentabilidade das organizações e dos programas de coleta seletiva com a capacidade de inclusão social do catador.

Os índices previstos pela Funasa (2017) permitem a realização de uma hierarquização dos programas de coleta seletiva implementados pelo poder municipal e das organizações estudadas, o que possibilitou a posterior observação dos elementos que contribuem para a condução de determinada experiência a uma posição de maior destaque na inclusão dos catadores.

No caso da pesquisa realizada junto aos municípios, com base na metodologia da Funasa (2017), foram considerados 16 (dezesesseis) indicadores de sustentabilidade de coleta seletiva (ISCS) organizados em cinco categorias: a) Institucional; b) Relações com a sociedade; c) Eficiência; d) Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador; e e) Custos.

³ De acordo com a FUNASA, 2017, no caso das organizações, o termo sustentabilidade representou a medida da capacidade de desenvolvimento das atividades com garantia de regularização institucional e da realização de trabalho e geração de renda em condições adequadas aos membros da organização. Já no que tange aos municípios, a sustentabilidade se relaciona à capacidade de o município desenvolver a coleta seletiva de forma eficiente, com garantia legal e de recursos técnicos, a meta de universalização dos serviços, e obtenção de resultados ambientais, sociais e econômicos.

Já para o cálculo do índice de sustentabilidade das organizações de catadores, foram selecionados 21 (vinte e um) indicadores de sustentabilidade de organizações de catadores (ISOC), dispostos em outras cinco categorias, sendo elas: a) Legal/Institucional; b) Socioeconômico; c) Organizacional; d) Eficiência Operacional; e e) Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador. O Apêndice A apresenta o detalhamento dos indicadores, o qual foi elaborado a partir da metodologia da FUNASA (2017). Os quadros que seguem apresentam os indicadores organizados por aspecto conforme a metodologia adotada (FUNASA, 2017):

Quadro 1 - Aspectos estudados e indicadores calculados no estudo dos programas municipais de coleta seletiva

Aspecto	Indicador	O que é medido ⁴
Institucional	ISCS1	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
	ISCS2	Instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva
	ISCS3	Atendimento da população
	ISCS4	Autofinanciamento
Relações com a Sociedade	ISCS 5	Educação/Divulgação
	ISCS6	Participação e controle social
	ISCS7	Parcerias
	ISCS8	Inclusão de catadores avulsos
Eficiência	ISCS9	Adesão da população
	ISCS10	Taxa de recuperação de recicláveis
	ISCS11	Taxa de rejeito
Condições de trabalho e saúde	ISCS12	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos
	ISCS13	Condições ambientais de trabalho na central de triagem
	ISCS14	Saúde e segurança do trabalhador
Custos	ISCS15	Custos do serviço de coleta seletiva
	ISCS16	Custo da coleta seletiva /regular + destinação

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de FUNASA (2017).

⁴ Nomenclatura dos indicadores atribuída pela FUNASA (2017).

Quadro 2 - Aspectos estudados e indicadores calculados no estudo das organizações de catadores de materiais recicláveis

Aspecto	Indicador	O que é medido⁵
Aspecto legal/ institucional	ISOC 1	Regularização da organização
	ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura
	ISOC 3	Qualidade das parcerias da organização
	ISOC 4	Diversificação de parcerias da organização
Socioeconômico	ISOC 5	Renda média por membro da organização
	ISOC 6	Relação entre gêneros
Organizacional	ISOC 7	Autogestão
	ISOC 8	Capacitação dos membros da organização
	ISOC 9	Participação em reuniões
	ISOC 10	Rotatividade dos membros
	ISOC 11	Benefícios aos membros da organização
	ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços da organização
Eficiência Operacional	ISOC 13	Adesão da população à coleta seletiva
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis
	ISOC 15	Taxa de Rejeito
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos da organização
	ISOC 17	Produtividade por catador
Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador	ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho na organização
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de Funasa (2017).

⁵ As variáveis utilizadas para o cálculo de cada indicador podem ser consultadas em Funasa (2017) e no Apêndice A do presente livro.

Ao considerar tais categorias, a metodologia proposta pela Funasa (2017) possibilita o cálculo do índice de sustentabilidade dos programas de coleta seletiva e das organizações de catadores, atribuindo-se um valor numérico de acordo com a avaliação obtida em cada indicador.

Para tanto, após a coleta dos dados e o cálculo dos indicadores, inicialmente, observou-se a classificação do resultado de cada um deles de acordo com as categorias “Não respondeu”, “Muito Desfavorável”, “Desfavorável”, “Favorável” e “Muito Favorável”. Cada indicador possui os seus intervalos, conforme o Apêndice A.

Em seguida, observou-se, conforme o quadro que segue, o valor atribuído para cada indicador de acordo com o resultado obtido:

Quadro 3 - Valores atribuídos por situação verificada – ISCS

Nº do ISCS	Valor atribuído
1, 2, 4,6, 10, 15 e 16	Muito favorável = 1
	Favorável = 0,75
	Desfavorável = 0,50
	Muito desfavorável = 0,25
	Não respondeu = 0
3, 5, 7,8, 9, 12, 13,14	Transformar o percentual obtido na fórmula de cálculo em um valor numérico, dividindo novamente por 100.
11	Transformar o percentual obtido na fórmula de cálculo em um valor numérico, dividindo novamente por 100, porém o resultado será 1 – o valor obtido.

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Quadro 4 - Valores atribuídos por situação verificada – ISOC

Nº do ISOC	Valor atribuído
5, 14 e 17	Muito favorável = 1
	Favorável = 0,75
	Desfavorável = 0,50
	Muito desfavorável = 0,25
	Não respondeu = 0
1, 2, 3, 4, 6, 7, 8,9, 11, 12, 13, 16, 18,19, 20 e 21	Transformar o percentual obtido na fórmula de cálculo em um valor numérico, dividindo novamente por 100.
10 e 15	Transformar o percentual obtido na fórmula de cálculo em um valor numérico, dividindo novamente por 100, porém o resultado será 1 – o valor obtido.

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A partir dos valores obtidos por cada indicador, a Funasa (2017) estabeleceu os pesos respectivos, de acordo com os quadros 3 e 4. Dessa forma, o valor final de cada indicador foi obtido a partir da multiplicação do “valor atribuído” pelo peso.

Quadro 5 - Pesos atribuídos aos indicadores da Coleta Seletiva

Indicador	Peso
ISCS1	1,00
ISCS2	0,83
ISCS3	0,90
ISCS4	0,80
ISCS5	0,79
ISCS6	0,73
ISCS7	0,62
ISCS8	0,74
ISCS9	0,91
ISCS10	0,89
ISCS11	0,87
ISCS12	0,84
ISCS13	0,84
ISCS14	0,84
ISCS15	0,82
ISCS16	0,81
Soma dos pesos	13,23

Fonte: elaboração da autora (2018), com base em Funasa (2017).

Quadro 6 - Pesos atribuídos aos indicadores de associações ou cooperativas

Indicador	Peso
ISOC1	0,84
ISOC2	0,84
ISOC 3	0,71
ISOC 4	0,66
ISOC5	0,95
ISOC6	0,74
ISOC7	0,82
ISOC8	0,84
ISOC9	0,87
ISOC10	0,80
ISOC11	0,79
ISOC12	0,74
ISOC13	0,91
ISOC14	0,89
ISOC15	0,87
ISOC16	0,74
ISOC17	0,84
ISOC18	0,89
ISOC19	0,89
ISOC20	0,87
ISOC21	0,87
Soma dos pesos	17,37

Fonte: elaboração da autora (2018), com base em Funasa (2017).

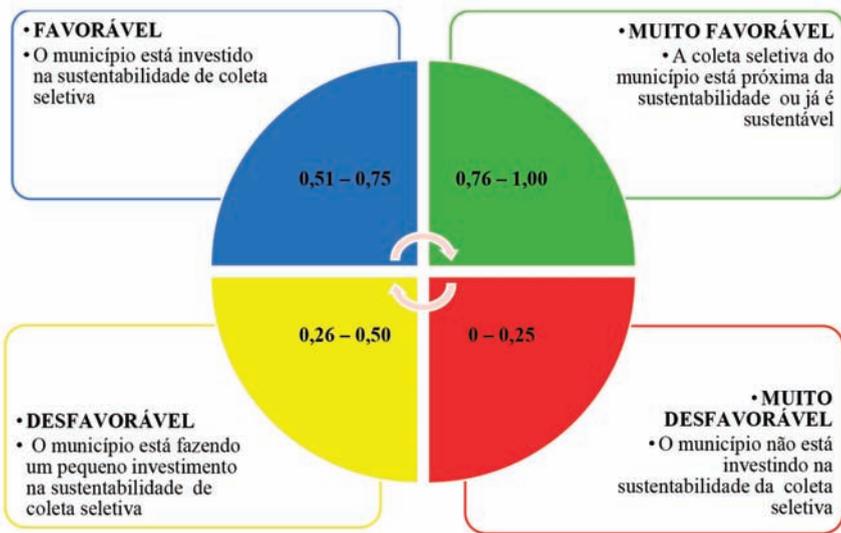
Em seguida, o cálculo dos índices de sustentabilidade dos programas de coleta seletiva e das organizações de catadores foi realizado a partir do somatório dos valores finais de cada indicador (valor x peso), dividido pela soma dos pesos, de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Somatória dos valores finais}}{\text{Somatória dos pesos}}$$

O passo seguinte foi a classificação do índice encontrado de acordo com o “Radar da Sustentabilidade”. A Funasa (2017) estabeleceu uma categorização dos índices a partir das seguintes

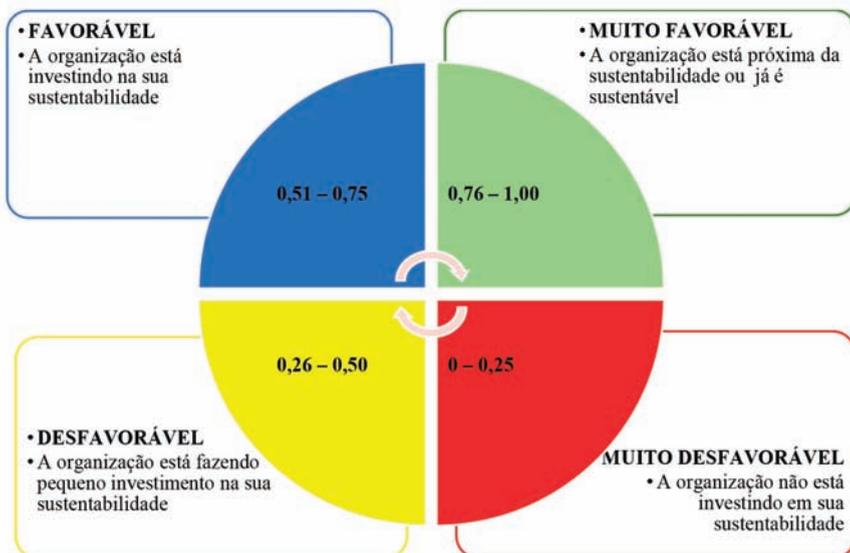
cores: vermelho: de 0 a 0,25 = muito desfavorável; amarelo: de 0,26 a 0,50 = desfavorável; azul: de 0,51 a 0,75 = favorável; e verde: de 0,76 a 1 = muito favorável. Conforme as figuras que seguem:

Figura 2 - Radar de Sustentabilidade da Coleta Seletiva



Fonte: elaborado pela autora (2018), com base em Funasa (2017).

Figura 3 - Radar da Sustentabilidade das Organizações de Catadores



Fonte: elaborado pela autora (2018), com base em Funasa (2017).

Portanto, ao considerar a hipótese apresentada na presente pesquisa, a partir da metodologia da FUNASA (2017), foi possível conhecer a efetividade do programa de coleta seletiva municipal e a diversidade de parcerias firmadas pelas organizações. Foi possível, ainda, analisar a sustentabilidade dos programas de coleta seletiva e das organizações de catadores. Esta última foi considerada, no presente trabalho, a forma de medir a capacidade de inclusão social do catador.

Contudo, o pressuposto que orienta o presente estudo também considera que, para além dos fatores acima referidos (efetividade do programa de coleta seletiva e diversidade de parcerias firmadas pelas organizações), a capacidade inclusiva das organizações também sofre influência do modo como a liderança é exercida pelo representante (a exemplo do presidente, no caso das cooperativas).

Nesse sentido, foi necessário conhecer o perfil desse indivíduo. Na metodologia da Funasa (2017), entretanto, inexistiu um indicador que, sozinho, possibilite a referida análise. Desse modo, tornou-se necessário estudar o referencial teórico relacionado ao exercício da liderança solidária e elaborar uma ferramenta para a investigação da forma como é exercida. O referencial teórico utilizado foram as ideias de Scholz (2009a; 2009b); Veronese (2011) e Veronese e Scholz (2013).

De acordo com Veronese (2011), as lógicas de solidariedade que operam no trabalho associado são diversas. Para a autora, a configuração de uma gestão compartilhada é um processo gradual. Como ela afirma, habituados com a lógica capitalista de subordinação, no modelo de autogestão, os trabalhadores são convidados a compartilhar decisões, o que ocorre de forma lenta, descontínua e complexa. Assim, ainda não se constitui como regra a existência de uma liderança solidária compartilhada, por meio da qual todos os trabalhadores são vistos como líderes que tomam decisões conjuntas.

Na prática, o que a autora observa é uma limitada descentralização do poder nas relações de autoridade nos grupos, cabendo a determinados indivíduos a posição de liderança. Em sua pesquisa, Veronese (2011) constatou a presença de altos níveis de compartilhamento de decisões, mas, também, casos

em que os princípios da economia solidária são desconhecidos pelos trabalhadores, sendo adotadas práticas heterogestionárias – com decisões tomadas pelos líderes de forma solitária. A partir dos estudos realizados, a autora estabeleceu características para quatro etapas nas quais podem ser classificadas as organizações ao longo da trajetória de construção da autogestão⁶. Conforme destaca, as etapas não são definidas de forma cronológica, podendo uma determinada organização apresentar, concomitantemente, uma ou mais destas características.

Sob outra perspectiva, mas, igualmente considerando as múltiplas lógicas de solidariedade existentes entre os atores sociais em empreendimentos autogestionários, Veronese e Scholz (2013) apresentam três perfis possíveis de liderança, conforme o quadro que segue:

Quadro 7 - Tipos de Lideranças em Veronese e Scholz (2013)

Perfil da Liderança	Principais Características
Liderança Tradicional	O empreendimento é uma empresa e está subordinado a uma pessoa que ordena as atividades e exerce coerção.
Liderança racional-legal	Poder e autoridade estão em quem direciona o grupo, regula as atividades e ocupa uma posição de comando e controle (coordenador, presidente, tesoureiro, conselheiro etc.) As regras e normatizações ganham força, devido à complexidade das exigências do trabalho. O indivíduo tende a se esforçar mais para aprender sobre a economia solidária e a sua cultura de trabalho.
Liderança Solidária	Os atores sociais já percebem com outro discernimento a proposta do trabalho coletivo, das suas responsabilidades e da necessidade de participação nas instâncias estratégicas do empreendimento. Começam a perceber que todos, incluindo eles/as próprios/as, podem eventualmente assumir papéis de liderança perante os pares.

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Veronese e Scholz (2013).

⁶ As características de cada etapa foram organizadas no Apêndice B.

Após o estudo desses dois referenciais, percebeu-se a possibilidade de compatibilização entre as etapas de Veronese (2011) com a tipologia das lideranças em empreendimentos autogestionários apresentada em Veronese e Scholz (2013), visto que algumas características listadas pela primeira autora se assemelhavam à descrição das lideranças em Veronese e Scholz (2013). Nesse sentido, a articulação entre etapas e lideranças resultou na associação apresentada no quadro seguinte:

Quadro 8 - Compatibilização entre os tipos de liderança (VERONESE E SCHOLZ, 2013) e as etapas dos empreendimentos autogestionários (VERONESE, 2011)

Tipos de Liderança (VERONESE E SCHOLZ, 2013)	Etapas dos Empreendimentos (VERONESE, 2011)
Ausência de liderança (Sem correspondente em Veronese e Scholz (2013))	1
Liderança Tradicional	2
Liderança racional-legal	3
Liderança Solidária	4

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Veronese e Scholz (2013) e Veronese (2011).

Destaca-se que, na análise das características atribuídas à Etapa 1 apresentada por Veronese (2011), não se encontrou correspondência direta com os perfis de liderança traçados por Veronese e Scholz (2013). Desse modo, a denominação “ausência de liderança” associada à Etapa 1 considerou apenas as características descritas em Veronese (2011, p. 107), segundo a qual predomina, nesta, a “ausência de lideranças que possam estimular e empoderar os demais membros do grupo a tomar decisões e responsabilizar-se pelas atividades da produção e da gestão do EES”.

A combinação formulada a partir do estudo dos dois referenciais citados será utilizada como apoio para a análise da liderança encontrada nas organizações. Entretanto, após a definição do aporte teórico, ainda era necessário eleger uma forma de verificação do modo como essa liderança é exercida. Para tanto, as

características descritas por Veronese (2011) foram agrupadas em quatro critérios principais⁷, verificando-se, em seguida, a existência de uma correspondência entre eles e alguns indicadores da FUNASA (2017). O quadro a seguir apresenta a associação entre os critérios sugeridos para a organização das características apresentadas por Veronese (2011) e os indicadores da FUNASA (2017) selecionados para dar suporte à análise do perfil da liderança:

Quadro 9 - Relação entre os critérios sugeridos a partir de Veronese (2011) e os indicadores da FUNASA (2017) selecionados para o estudo da liderança

Critérios sugeridos a partir de Veronese (2011)	Indicadores da FUNASA (2017) selecionados para o estudo da liderança
Organização Interna	Autogestão (ISOC 7)
Apropriação dos princípios da economia solidária	Participação em reuniões (ISOC 9)
Espaço físico	Condições Ambientais de Trabalho (ISOC 19)
Aspecto Econômico	Renda Média por membro (ISOC 5)

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Veronese (2011) e FUNASA (2017).

Após a seleção dos indicadores utilizados na análise da liderança, tornou-se necessário eleger a forma de avaliação, o que se deu a partir da classificação estabelecida pela FUNASA (2017), a qual, para cada indicador, apresenta os respectivos contextos, de acordo com os seguintes rótulos: muito desfavorável, desfavorável, favorável e muito favorável.

Aqui, a relação entre tais formas de avaliação de cada indicador e as etapas de Veronese (2011) considerou que, para esta autora, a Etapa 4 consiste no contexto mais aproximado ao ideal da economia solidária, existindo clareza e apropriação dos pressupostos da economia solidária pelos membros do empreendimento e a presença de lideranças que facilitam a tomada de decisões providas de reuniões coletivas. Nesse sentido, relacionou-se a Etapa 4 ao contexto muito favorável definido pela FUNASA (2017), obtendo-se a associação apresentada no quadro que segue:

⁷ Os critérios utilizados com as respectivas características descritas por Veronese (2011) estão disponíveis no Apêndice B.

Quadro 10 - Relação entre as etapas definidas por Veronese (2011) e a classificação da FUNASA (2017)

Etapas Veronese	Classificação FUNASA
1	Muito Desfavorável
2	Desfavorável
3	Favorável
4⁹	Muito Favorável

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Uma vez realizada essa compatibilização entre as etapas e os modos de classificação, o passo seguinte foi utilizar os mesmos intervalos atribuídos pela FUNASA (2017) para classificar o perfil da liderança. Desse modo, após o passo a passo acima descrito, foi possível elaborar uma associação entre a tipologia de Veronese e Scholz (2013), as etapas apresentadas por Veronese (2011) e alguns indicadores da FUNASA (2017) úteis à análise da liderança em empreendimentos autogestionários. Ao final, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro 11 - Compatibilização entre a tipologia de Veronese e Scholz (2013), as etapas apresentadas por Veronese (2011) e os intervalos da FUNASA (2017)

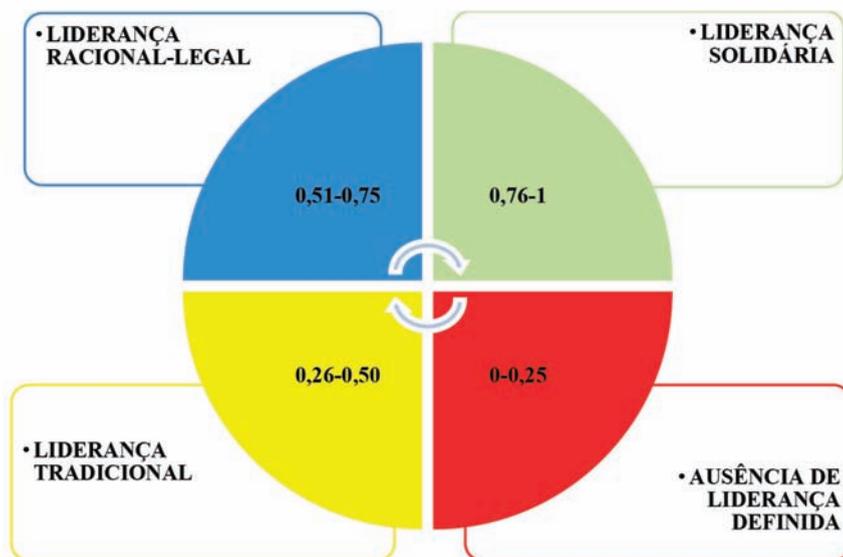
Tipo de Liderança em Veronese e Scholz (2013)	Etapas dos empreendimentos em Veronese (2011)	Classificação FUNASA	Intervalos numéricos
Ausência de Liderança	1	Muito Desfavorável	0 a 0,25
Liderança Tradicional	2	Desfavorável	0,26 a 0,50
Liderança Racional-Legal	3	Favorável	0,51 a 0,75
Liderança Solidária	4	Muito Favorável	0,76 a 1

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

⁸ Etapa mais próxima ao ideal da Economia Solidária em Veronese (2011).

Essa associação possibilitou a elaboração de um radar semelhante àqueles apresentados pela FUNASA (2017), os quais representam um instrumento de medição e ilustração. A seguir, apresenta-se o Radar da Liderança, idealizado, neste trabalho, para possibilitar a análise do perfil da liderança exercida nos empreendimentos a serem estudados:

Figura 4 - Radar da Liderança



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A partir desse radar, criou-se, portanto, um instrumento gráfico que auxilia na análise da liderança em empreendimentos autogestionários. Entretanto, aqui, entendeu-se que, além da utilização dos próprios indicadores da FUNASA (2017), analisados a partir dos intervalos apresentados no radar, foi necessário estabelecer um contato mais próximo com os representantes.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas⁹ com as lideranças, por meio das quais o representante pode discorrer sobre a sua trajetória na catação e a sua atuação

⁹ As entrevistas realizadas com as lideranças das organizações e com os gestores públicos foram precedidas de autorização e da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por cada entrevistado.

enquanto líder no empreendimento pesquisado. Além disso, foi investigada, nesse momento, a origem das organizações pesquisadas e o seu contexto de formação. Nesse momento, foi observada a forma como são expressas as relações sociais de poder e de autoridade. Considerou-se importante a utilização de entrevistas, enquanto meios de captação da realidade sensível e dos aspectos do dia-a-dia do empreendimento, os quais podem não ser apreensíveis por meio da obtenção dos indicadores apresentados. O esquema a seguir, sintetiza os instrumentos utilizados na pesquisa:

Figura 5 - Procedimentos realizados para a coleta de dados



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Após a realização da pesquisa e a partir do estudo do referencial proposto e da análise dos dados coletados em campo, o passo seguinte foi a conjunção desses dois elementos, o que possibilitará a apreensão da realidade da inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ao final, foi possível verificar se existe uma capacidade inclusiva diferenciada diante de uma mesma relação entre organizações de catadores e o poder público de cada município, bem como foram apontados os fatores que distanciam as organizações do alcance dos fins legais.

A pesquisa se baseou na coleta de informações quantitativas e qualitativas acerca dos programas de coleta seletiva e da atividade realizada pelas organizações de catadores de materiais

recicláveis. A despeito de ter sido realizada presencialmente, em contato direto com os(as) participantes, a coleta de dados quantitativos ocorreu por meio do preenchimento das informações com base na autodeclaração, sem que fossem utilizados procedimentos de auditoria para confirmar as informações, conforme a metodologia da FUNASA (2017).

A partir desse contexto, foi possível constatar a existência de desafios na coleta de dados relacionados à temática dos resíduos sólidos. De acordo com Figueiredo (2011), apesar da ocorrência de avanços nos sistemas de informações voltados ao estudo da temática resíduos sólidos, os dados oficiais ainda são incompletos, o que dificulta a formulação de análises. O autor já havia destacado que as bases de dados existentes também poderiam ser consideradas questionáveis, visto que, geralmente, as pesquisas contam com uma metodologia de envio de questionários aos municípios, os quais podem mascarar a realidade, dependendo da conveniência do gestor público.

No presente trabalho, foi clara a necessidade de complementação da pesquisa quantitativa com aspectos qualitativos apreendidos por meio da observação e das entrevistas. Desse modo, a primeira constatação foi a dificuldade de estudo da temática dos resíduos sólidos apenas sob o viés quantitativo. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber a ausência de precisão dos dados fornecidos por alguns atores, principalmente por parte dos representantes das associações e das cooperativas de catadores, os quais informavam apenas estimativas, por não existirem mecanismos de quantificação ou medição que permitissem a apresentação dos valores exatos.

Diante desse cenário, outra questão se tornou evidente durante a coleta das informações: reconhecendo as suas próprias limitações, as organizações buscavam ressaltar seus pontos positivos e esconder as dificuldades que tinham relação direta com a organização interna, o que poderia gerar reflexos na análise acerca do perfil do presidente. Desse modo, ao responder o questionário aplicado com as associações e cooperativas, em alguns momentos, o representante mascarava a ausência de fiscalização no uso dos equipamentos de proteção individual ou de incentivo à autogestão por parte da diretoria. As dificuldades existentes,

por sua vez, foram evidenciadas durante a pesquisa qualitativa, de forma que tais informações permitiram o confronto dos dados anteriormente concedidos, denotando que o contexto encontrado nas organizações de catadores pesquisadas pode ser ainda mais dificultoso do que a realidade apresentada.

Dois casos principais podem ser citados para ilustrar o que se afirma. O primeiro deles é a afirmação – por parte dos presidentes entrevistados das organizações COOPFUTURO, Mutirão e Corbélia – de que 100% dos catadores faziam uso apropriado dos equipamentos de proteção individual. Ao realizar a observação no espaço interno dos galpões de triagem, foi possível denotar que, nem todos os catadores estavam, naquele momento, utilizando o EPI como afirmado pelos presidentes. Isso demonstra que, se a pesquisa quantitativa evidenciou um contexto de dificuldades no que tange à saúde e à segurança do catador, tal realidade é, na verdade, ainda mais grave se for considerado o fato de que o catador nem sempre utiliza a proteção necessária, expondo-se a riscos diversos.

A resposta obtida por parte dessas organizações, que mascara a realidade vivenciada, pode ser creditada ao fato de que os presidentes reconhecem que a fiscalização da utilização do EPI, que é uma de suas responsabilidades, não está sendo realizada de forma adequada.

Outro ponto que evidenciou a dificuldade dos representantes de explicitar os desafios do funcionamento da organização foi o fato de que todas as associações e as cooperativas pesquisadas afirmaram possuir regimento interno; manter registros das informações sobre despesas, descontos e comercialização; apresentar transparência no rateio e disponibilidade de livros caixa, planilhas e documentos; realizar reuniões periódicas de decisão autogestionárias; manter murais de comunicação e de informação atualizados sobre comercialização, despesas, eventos externos e reuniões, obtendo 100% como resultado do ISOC 7, que mede a autogestão.

Entretanto, a realização das entrevistas semiestruturadas com os presidentes tornou possível evidenciar que, em alguns casos, as reuniões não podem ser, na prática, consideradas periódicas e que, nem sempre, possuem caráter autogestionário,

discutindo, por vezes, temáticas ligadas às relações interpessoais entre os membros. Além disso, evidenciou-se que alguns representantes sequer as consideraram relevantes.

Tais aspectos, entretanto, não tornam menos importantes as conclusões obtidas a partir da aplicação da metodologia quantitativa utilizada na presente pesquisa. Tal qual afirmado por Figueiredo (2007), independentemente da precisão, os resultados obtidos tendem a se aproximar da realidade, devendo ser considerados como um retrato aproximado das dificuldades enfrentadas pelas organizações de catadores. O certo é que o contexto de trabalho e de organização das associações e das cooperativas de catadores pode ser ainda mais grave, a despeito do apoio recebido por parte do ente público municipal.

Outra observação possível a partir dessa constatação é que os líderes dessas organizações reconhecem as suas limitações internas e as suas responsabilidades, optando por mascarar a realidade em vista das dificuldades de equacionamentos de alguns aspectos.

Desse modo, a pesquisa realizada demonstrou a complementariedade entre a pesquisa quantitativa e qualitativa. O uso de uma combinação adequada entre esses tipos de pesquisa permitiu maior confiabilidade das conclusões. Corroborar-se aqui com as ideias expostas por King; Kaohane e Verba (1994); Tarrow (2010); Goldenberg (2005); Marques (2007), segundo os quais a premissa básica da integração entre esses dois tipos de pesquisa corresponde à ideia de que os limites de um poderão ser supridos pelos pontos positivos presentes no outro.

A seguir, serão apresentados os casos selecionados para o presente estudo e a justificativa para a escolha realizada.

Casos Selecionados

A opção pelo estudo de caso coletivo requer do pesquisador a seleção da quantidade e de quais serão os casos estudados.

Conforme Yin (2005), a seleção do número de unidades a ser investigadas deve considerar a compreensão de que a utilização do estudo de caso não servirá à avaliação da incidência de fenômenos. Nesse sentido, a relevância deve ser conferida à qualidade do(s) caso(s) selecionado(s). Nesse momento, ainda, devem

ser observados os recursos disponíveis à pesquisa e a magnitude das variáveis a serem investigadas.

No presente estudo, a investigação acerca da inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos requereu um esforço de pesquisa perante as organizações de catadores e o poder público municipal.

Assim, a escolha do recorte territorial considerou, em primeiro plano, que, em cada cidade escolhida para a realização da pesquisa, foram ouvidos representantes do ente municipal e dos catadores. Além disso, há de ser frisada também uma particularidade: para descortinar a existência de capacidade inclusiva diferenciada diante de uma mesma relação entre organizações de catadores e o poder público municipal foi necessária a investigação de mais de uma realidade por município.

Ainda, para a escolha do número de casos estudados, ponderou-se a amplitude das variáveis pesquisadas. Nesse caso, tal aspecto foi observado a partir dos elementos presentes na pesquisa FUNASA (2017). Conforme exposto, ao todo, foram trabalhados dezesseis indicadores relacionados ao programa de coleta seletiva desenvolvido pelo poder público municipal e vinte e um junto aos catadores, o que requereu prudência no momento de escolha da quantidade de casos. Diante do exposto, optou-se, aqui, pela realização do estudo em três cidades brasileiras, a fim de que fosse possível coletar, analisar e apresentar os dados de forma satisfatória.

Vencida a escolha da quantidade de casos a ser estudados empiricamente, partiu-se para a seleção de quais deles possuiriam relevância para a compreensão do objeto escolhido. Usualmente, a definição dos casos pode considerar (a) a sua atipicidade; (b) a sua capacidade de produzir resultados semelhantes (replicação literal); (c) a possibilidade de geração de resultados contrastantes por motivos previsíveis e já esperados; e (d) a elaboração de uma teoria emergente (YIN, 2005).

Conforme afirmado, inicialmente, a presente pesquisa conduz-se pela constatação de que, ao longo dos anos, seja antes ou depois da publicação da lei 12.305, em 2010, estudos¹⁰ destacam que as organizações de catadores apresentam reali-

¹⁰ Podem ser citados como exemplo: Alencar (2008); Soto (2011); Besen (2011); Magni (2011); Gutberlet et al. (2013); COVISA / FUNDACENTRO-CTN (2014).

dades internas diversificadas e distintos modos de interação com o poder público municipal.

Conforme Pereira e Goes (2016), as variações na interação vão desde casos de total desassistência, passando por realidades em que há apoio assistencial, até os experiências iniciais de contratação das organizações para a realização da coleta seletiva.

Nesse sentido, diante dos múltiplos casos contrastes existentes no Brasil no que tange à relação entre poder público e organizações de catadores, optou-se por selecionar aqueles que tivessem alguns elementos centrais em comum, os quais foram utilizados como filtros para a escolha.

Inicialmente, definiu-se que os casos estudados deveriam corresponder, territorialmente, a capitais brasileiras com programa de coleta seletiva instituídos. Em seguida, era preciso decidir se as experiências estariam relacionadas a municípios com contingente populacional semelhante ou distinto. Optou-se, aqui, por estudar cenários diversos, assumindo-se ser útil o estudo das variadas relações e arranjos que poderiam se apresentar em contextos distintos. Tal escolha tornaria possível compreender as dificuldades existentes em cada realidade.

Para a seleção das cidades a ser pesquisadas, utilizou-se a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca das regiões de influência das cidades (REGIC – IBGE, 2009), selecionando-se os quatro primeiros níveis: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Metrópole e Capital Regional A¹¹.

Todavia, dentre os municípios que compunham cada nível, era necessário selecionar as experiências de maior relevância para a presente pesquisa. Nesse sentido, três filtros foram aplicados: (a) a existência de um programa de coleta seletiva formalmente instituído antes da publicação da PNRS, o que denotaria um possível avanço das ações e uma maior abrangência territorial de tal programa – utilizando-se o critério de antiguidade como desempate; (b) a inexistência de lixão ou aterro controlado enquanto local de disposição final dos resíduos sólidos urbanos,

¹¹ Nesse primeiro momento, foram listadas as seguintes capitais: Grande Metrópole Nacional: São Paulo; Metrópole Nacional: Rio de Janeiro e Brasília; Metrópole: Manaus, Belém, Fortaleza; Recife, Salvador, Belo Horizonte; Curitiba; Goiânia; Porto Alegre e Capital Regional A: São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Vitória; Campo Grande, Cuiabá; Florianópolis e Porto Velho.

evidenciando um possível avanço das ações relacionadas à gestão municipal de resíduos sólidos; e (c) a existência de programa, projeto ou ação de inclusão de catadores com destaque nacional.

A partir dos critérios referidos, foram selecionados para compor o estudo empírico os seguintes municípios: Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Natal (RN). Neles, foi realizada a aproximação com a gestão municipal e com organizações de catadores de materiais recicláveis, sendo necessária, portanto, a escolha das organizações a ser pesquisadas.

Nesse segundo momento, foi necessário atentar para as especificidades de cada experiência a partir de um conhecimento prévio construído por meio de visitas exploratórias (Natal) e de contato com representantes da gestão municipal (Rio de Janeiro e Curitiba).

Nesses três municípios, foi necessário detectar organizações que apresentassem uniformidade na relação entre organizações e o poder público, o que permitiu descobrir se, mesmo diante de iguais modos de interação entre os dois atores, existem variações da capacidade inclusiva.

A seguir, parte-se para uma breve apresentação das peculiaridades dos casos selecionados, a fim de indicar as organizações a ser pesquisadas em cada município.

A. Rio de Janeiro/RJ

Dentre as metrópoles classificadas pelo REGIC – IBGE (2009) foi selecionado o município do Rio de Janeiro, o qual teve coleta seletiva iniciada no início dos anos de 1990. Considerando a existência de 42 núcleos de pré-cooperativas, cooperativas e associações de catadores (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, s.d.), foi solicitado à gestão a indicação das organizações que recebessem apoio do poder público municipal.

De acordo com o entrevistado A¹², representante da COMLURB, três cooperativas recebiam materiais recicláveis

¹² Os entrevistados foram indicados com letras do alfabeto para evitar a identificação. As letras foram atribuídas de acordo com a ordem de realização das entrevistas, de modo que, nem sempre, se seguirá a ordem alfabética ao longo do texto. O apêndice D apresenta a listagem dos entrevistados com a sua respectiva letra.

provenientes da coleta municipal, sendo elas as cooperativas: Transformando, COOPFUTURO e Recicla Mais. Nesse sentido, dentre os 42 núcleos existentes, optou-se por realizar a pesquisa nas três organizações referidas, visto que seria possível observar a existência de uma mesma relação entre as organizações e o poder público municipal.

B. Curitiba/PR

O segundo município selecionado para a realização do presente estudo foi Curitiba, cidade que teve as primeiras ações voltadas à coleta seletiva no final dos anos de 1980 e que possui destaque nacional no tema (GRIPPI, 2006).

No contexto do Programa Ecocidadão, os parques de recepção de recicláveis – espaços dotados de infraestrutura física, administrativa e gerencial para recepção, classificação e venda do material coletado –, operacionalizados pelos catadores organizados em sistema de associações ou cooperativas, recebem o material reciclável gerado no município (CURITIBA, 2013).

O referido programa, que foi iniciado no ano de 2007 e funciona até os dias atuais, objetiva fortalecer a coleta informal, por meio de ações que possam garantir alternativas de trabalho e de renda para catadores. À época da pesquisa, 21 organizações de catadores participavam do programa.

Propõe-se aqui o estudo das ações viabilizadas pela Prefeitura de Curitiba por meio do referido programa, pesquisando-se, além das ações municipais, os seus reflexos em duas organizações de catadores na cidade. Para tanto, solicitou-se à gestora do projeto que indicasse as duas organizações mais bem estruturadas do programa, a fim de que fosse possível obter o panorama dos dois contextos de maior sucesso, observando-se as suas dificuldades principais¹³. Nesse sentido, duas associações foram indicadas: Mutirão e Corbéia. As duas organizações estão inseridas em um mesmo programa municipal, recebendo igual apoio do poder público.

¹³ Informações coletadas, diretamente, com o Departamento Educação para a Sustentabilidade do município de Curitiba, em janeiro de 2018.

C. Natal/RN

O município de Natal conta, há mais de dez anos, com ações voltadas à categoria dos catadores de materiais recicláveis. Trata-se, segundo dados do município (NATAL, 2011; 2012), da primeira capital brasileira a promover a contratação de organizações de catadores para a operacionalização da coleta seletiva, o que fornece um exemplo de experiência para outras cidades.

A pesquisa foi realizada nas duas organizações de catadores atualmente existentes no município – a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal (COOCAMAR) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (COOPCICLA)¹⁴.

No caso de Natal, as duas cooperativas existentes recebem igual apoio municipal, sendo essencial pesquisar os avanços e dificuldades vivenciados em ambas, a fim de conhecer as especificidades de cada uma diante de um contexto de apoio institucional semelhante.

Após terem sido delineados os aspectos principais do desenho da pesquisa, o capítulo que segue apresentará as características da atividade realizada pelo catador de materiais recicláveis no Brasil.

¹⁴ A pesquisa foi realizada antes do incêndio que comprometeu a estrutura da COOPCICLA em 2019.

CAPÍTULO 1

O CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: de socialmente excluído a sujeito em vias de inclusão

O presente capítulo discutirá as características relacionadas à ocupação desempenhada pelo catador de materiais recicláveis no Brasil. Para tanto, partirá da percepção de que o indivíduo que sobrevive da catação é marcado por múltiplas carências. Essas serão abordadas a partir das seguintes chaves analíticas: (1) ausência de trabalho que se relaciona à situação sócio-ocupacional do catador; (2) a ausência de condições adequadas para o desempenho da ocupação, expressa na realização de um trabalho precário e de risco; e (3) a ausência de inclusão social, derivada da constante associação desses sujeitos à noção de exclusão social. Essa habitual denominação, entretanto, merece ser adequadamente analisada.

1.1 O catador de materiais recicláveis no Brasil

As cidades contemporâneas, percebidas a partir dos efeitos gerados pela circulação e acumulação do capital, expressam desigualdades, segregação e cenas de miséria cada vez mais visíveis. É na cena urbana onde se revelam, concretamente, os abismos existentes no cenário social (HARVEY, 1980). Nesse contexto, por suas condições de acesso aos recursos necessários à sobrevivência, alguns indivíduos são mais atingidos pela perversidade da lógica capitalista, sendo eles denominados de miseráveis e, por vezes, excluídos.

No Brasil, dentre os indivíduos habitualmente denominados excluídos encontram-se os catadores de materiais recicláveis, trabalhadores que atuam no recolhimento de resíduos

nos centros urbanos e, historicamente, associados a um cenário socioeconômico pouco favorável.

Diversos são os elementos relacionados à marginalização dessa categoria. Dentre eles, pode-se citar o baixo valor auferido com a venda do material, a associação constante dessa categoria com a população em situação de rua, a informalidade presente na atividade da catação e o próprio contato com o lixo.

Bosi (2015) apresenta a história dos catadores no Brasil, destacando que a pobreza e a inexistência de uma vasta quantidade de produtos foram os motivos iniciais para a reutilização de materiais e objetos até o século XIX. Assim, somente entre os séculos XVIII e XIX, a reciclagem ganhou cunho mercadológico, estando, em suas origens, coligada com a pobreza e desconectada de um cunho capitalista.

Após esse período inicial, já no século XIX, a fabricação de papel a partir de detritos de panos (trapos) fez surgir a necessidade de manejo desses materiais, principalmente, após a mecanização dessa produção, que substituiu o método artesanal. Nesse sentido, com a crescente demanda por matéria prima para a produção de papel, “pode-se datar no século XIX o início da atividade de captura de material reciclável como uma prática que ocupava integralmente a jornada de trabalho de homens e mulheres muito pobres” (BOSI, 2015, p. 13-14).

Naquele período, contudo, essa atividade não alcançava a relevância numérica dos dias atuais. Foi apenas entre 1840 e 1850 que surgiram as primeiras grandes indústrias de fabricação de papel que tinham como matéria prima os trapos. Do mesmo período data a utilização do ferro descartado para a fabricação de novos objetos (BOSI, 2015).

No Brasil, ainda segundo o autor, o primeiro registro acerca da existência de catadores vem da literatura de Paulo Barreto (conhecido como João do Rio), que costumava escrever crônicas sobre a população mais pobre do Rio de Janeiro. O cronista retratou, no início do século XX, os trapeiros que remexiam o lixo da cidade para procurar panos que serviriam às fábricas de papéis e de móveis.

Ao fazer referência à literatura como fonte historiográfica da origem dos catadores no Brasil, Bosi (2008, p.102-103) destacou

a diferenciação entre as características da catação no início e no final do século XX:

A existência de pessoas que vivem do lixo não é recente no Brasil. Elas estiveram presentes no registro do poeta Manuel Bandeira, em 1947, quando escreveu “O Bicho”, denunciando o fato de pessoas viverem “catando comida entre os detritos” (BANDEIRA, 1993, p. 222). Entretanto, os personagens de Bandeira não eram catadores de recicláveis. Eles reviravam o lixo a procura de comida e não de material descartado que pudesse ser reaproveitado como mercadoria. Cerca de trinta anos depois, o dramaturgo Plínio Marcos retomaria a denúncia de Bandeira escrevendo a peça de teatro “Homens de Papel” (MARCOS, 1978). Nela, salientou os conflitos entre Berrão, que comprava e revendia papel para reciclagem, e diversos catadores que recolhiam o material em sacos [...]. Os catadores mencionados por Plínio Marcos já atuavam como trabalhadores, pois recolhiam materiais recicláveis para outra pessoa, que os revendia para as recicladoras. Porém, ainda não tinham se espalhado por todo o país.

Somente entre os séculos XX e XXI, esses trabalhadores ganharam destaque por seu numeroso contingente. Foi, principalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980 que os catadores se tornaram atores habituais da cena urbana no Brasil e em outros países da América Latina. Esses indivíduos, inicialmente, eram percebidos como efeitos provisórios e colaterais das economias periféricas.

Na segunda metade da década de 1980, os catadores tornaram-se realidade como força de trabalho no Brasil, consolidando sua condição social que deixou de ser transitória. Foi nesse momento, igualmente, que ocorreu a expansão histórica do setor da reciclagem, a qual “guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores” (BOSI, 2008, p. 103). Com relação a essa categoria de trabalhadores, o autor destaca que:

Os catadores que formaram uma força de trabalho cada vez mais visível em todo o país a partir de meados da década de 1980 estão inseridos nesse processo. Não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, fosse pela determinação do mercado, fosse por incapacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho (BOSI, 2008, p. 408).

Aliado a isso, outros fatores também influenciaram a mercantilização da reciclagem ao longo dos anos, como (1) a produção e a assimilação de um novo comportamento diante do lixo; (2) o desenvolvimento de uma legislação ambiental que estimula o desenvolvimento da reciclagem como atividade econômica; e (3) o investimento em todo o país para estruturar a coleta seletiva.

A década de 1990, marcada pela desregulamentação das leis trabalhistas, mostrou que atividades como a catação de materiais recicláveis poderiam representar muito mais do que se imaginava em dois aspectos: em números – visto que o quantitativo de catadores cresceu de algumas dezenas de milhares nos anos de 1980, para mais de um milhão de pessoas em 2008 (BOSI, 2015) – e em significado – já que, mais à frente ficaria claro o papel do catador no Brasil: o de suporte da indústria da reciclagem. Com relação a isso, Bosi (2015, p. 15) destaca que:

Tanta gente assim no recolhimento de recicláveis é a chave de explicação da indústria da reciclagem no Brasil. Em outros países, como Estados Unidos e Canadá, foram os programas de coleta seletiva que abasteceram a indústria da reciclagem. No Brasil, são os catadores que movimentam essa cadeia produtiva. Portanto, tal indústria no país não foi possível antes do ingresso de milhares de trabalhadores na catação de recicláveis.

A indústria da reciclagem no Brasil, na verdade, externalizou os custos do recolhimento, da separação e do transporte do material. Caso optasse pela composição formal de sua própria força de trabalho, de modo oposto, as empresas avocariam, para si, diversas responsabilidades sociais e trabalhistas que, hoje, estão a cargo do próprio catador.

Vencida a etapa do relato histórico da origem da catação, faz-se necessário caracterizar a atividade desempenhada pelo catador no Brasil, bem como desnudar aspectos relevantes relacionados a esses sujeitos. Conforme afirmado, a apresentação das características da atividade laboral desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis partirá da ideia de que esse indivíduo é marcado por múltiplas carências. Assim, o catador apresenta-se como carente de trabalho, de condições adequadas para o desenvolvimento de sua ocupação e de inclusão social.

1.2 A carência de trabalho

O presente tópico buscará elucidar a carência de trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. O catador será apresentado como um sujeito com dupla utilidade: indivíduo que se torna útil à indústria da reciclagem e ao meio ambiente. Apesar dessa dupla utilidade, a sua atuação na cadeia produtiva da reciclagem se dá por meio de relações precárias, sendo, o catador, historicamente, associado a condições sociais de pobreza e de exclusão social (BOSI, 2008).

1.2.1 A construção histórica da desagregação social

Inicialmente, se faz necessário compreender os fatores que, historicamente, contribuíram para o aprofundamento da massa de excluídos nos centros urbanos, conferindo-se destaque às mudanças ocorridas nas últimas décadas, principalmente, a partir da crise do fordismo e dos avanços decorrentes da globalização, ressaltando-se suas implicações para a crise de sociabilidade que marca as cidades contemporâneas (RIBEIRO, 2013). Para tanto, é preciso entender, preliminarmente, os aspectos gerais que conduziram à desagregação social referida por Polanyi (2000). Adiante, especificamente no Brasil, se destacarão os fatos que conduziram à formação da estrutura social e as transformações que regeram o aprofundamento das situações de pobreza, que conduziram os indivíduos para condições de vida e de trabalho precárias e degradantes.

Em sua obra, Polanyi (2000) trata da origem do mercado autorregulado na Inglaterra do século XIX. Para o autor, o progresso dos instrumentos de produção ocorrido no século XVIII trouxe como um de seus resultados a desarticulação da vida das pessoas. Assim, estruturou-se um “moinho satânico” que teria triturado a vida dos homens, destruindo o antigo tecido social para a construção de uma nova forma de interação homem-natureza.

A fim de tratar dos acontecimentos que geraram tal transformação, o autor retoma fatos históricos, a exemplo dos Cercamentos, a partir dos quais os pobres foram destituídos de suas posses para se transformar em uma massa de mendigos em prol do acúmulo de riqueza pela nobreza na Inglaterra (POLANYI, 2000). Nesse contexto, ganhou destaque o papel do Estado enquanto ente capaz de alterar o ritmo do progresso sem, contudo, paralisá-lo ou impedi-lo.

Anos depois, um contexto de destruição similar se fez presente na Inglaterra: a Revolução Industrial. Todavia, nesse momento, não mais se percebeu a “mão pacificadora” do Estado como freio ao progresso, o qual se afirmou como força despojadora dos trabalhadores, que se desumanizavam nos ambientes das cidades industriais. Para Polanyi (2000), uma profunda desarticulação social ocorreu na Inglaterra do século XIX, o que se fez combinar à emergência de uma onda de progresso econômico e de um novo mecanismo institucional.

O autor ressalta que, dentre todos os aspectos normalmente associados à Revolução Industrial, o estabelecimento da economia de mercado merece destaque. O fato é que, nem sempre, a economia existente esteve controlada apenas pelo desejo de lucro. Com o intuito de demonstrar o que afirma, Polanyi (2000) inicia uma discussão acerca da economia das sociedades tribais, nas quais era crucial a manutenção dos laços comunitários, marcados pela vigência de três princípios de comportamento: a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade, aos quais correspondiam os padrões da simetria, da centralização e da autarquia, respectivamente.

De forma geral, a reciprocidade se relacionava a um sistema de trocas, não fundamentado no lucro, que se dava

entre os membros da comunidade, garantindo a conservação das relações em virtude da simetria existente. Já a redistribuição se apoiava na existência de uma figura central, a partir da qual eram distribuídos os suprimentos. Por fim, a domesticidade se concretizava na produção para o abastecimento interno. Era, justamente, a partir de tais lógicas que os laços sociais ofereciam o suporte necessário para um convívio relativamente pacífico em comunidade.¹⁵

Ocorreu que, em oposição a esse contexto, surgiu a economia de mercado, a qual se consubstanciou em um sistema econômico controlado pelo lucro. Em sua explicação, Polanyi (2000) refuta a ideia convencional de propensão natural do indivíduo à permuta, destacando que somente com a emergência do comércio interno ou nacional¹⁶, a competição imperou nas trocas. Até esse momento, “o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais” (POLANYI, 2000, p.88), porém, com o advento da economia de mercado, as relações sociais passaram a estar embutidas no sistema econômico, de maneira que os mecanismos do mercado se inseriram em vários elementos da vida industrial. De acordo com o autor:

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido, um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial (POLANYI, 2000, p. 60).

¹⁵ David Harvey (1980) apresenta a discussão acerca dos modos de produção e de integração econômica com base na obra de Polanyi (2000), destacando que, na metrópole contemporânea, a redistribuição e a reciprocidade funcionam como forças contrabalanceadoras do mercado de troca. Nesse contexto, ainda, o setor público age como força contrabalanceadora à potencialidade destrutiva do mercado, enquanto sustenta as condições estruturais necessárias para a sobrevivência de formas capitalistas.

¹⁶ Polanyi (2000) apresenta a separação entre mercados externos, nacionais e locais, os quais diferem em tamanho, função e origem. O primeiro se dá pela ausência de determinados tipos de mercadorias. Já os mercados locais são limitados aos produtos da região. Somente com a emergência do comércio interno ou nacional é que o autor aceita o surgimento da economia de mercado.

O fato é que, em uma sociedade em que prevalece a economia de mercado, não apenas os bens e os serviços, mas as pessoas e seu meio de vida (força de trabalho e a terra) são convertidos em mercadorias passíveis de serem quantificadas, recebendo um preço. A partir dessa ideia, Polanyi (2000, p.94) explica como o trabalho, a terra e a renda passaram a ser vistas enquanto mercadorias fictícias submetidas às leis do capital:

Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro. Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes reais, e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a formação de tais mercados poriam em perigo, ipso facto, a autorregularão do sistema. A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas.

Até então, “os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (POLANYI, 2000, p. 88). Com o advento da sociedade de mercado, o tecido social foi separado do aspecto econômico, subordinando-se a este. Toda a coesão social anteriormente pautada na reciprocidade e na redistribuição ruiu, gerando a desarticulação social e o desejo pelo lucro.

É assim que, no contexto de uma sociedade de mercado, a produção advinda das máquinas esconde a transformação da substância natural e humana da sociedade em mercadoria, desarticulando as relações sociais. Polanyi (2000) destaca que a destruição social causada pela criação de um mercado livre de trabalho foi agressiva. Dessa forma, a atividade humana se desvinculou das tradições que a regiam, criando-se uma conjuntura em que o trabalho teve que se transformar em mercadoria ao mesmo tempo em que a riqueza proporcionada por este se tornou companheira inseparável da pobreza.

Acerca dessa mesma conjuntura, David Harvey (1980, p. 171), por sua vez, afirmou que o sistema de preço passou a “coordenar grande número de atividades individuais através do comporta-

mento do mercado, e a estrutura social correspondente é aqui uma sociedade de classes estratificada”, na qual o indivíduo se obriga à venda da “mercadoria” trabalho em troca de sua sobrevivência e do afastamento da privação dos bens materiais.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo, ao gerar a concentração da riqueza, conduz, como contraponto, ao crescimento de uma massa de trabalhadores ávidos de inserção no mercado de trabalho, sendo consequência da impossibilidade de absorção de todos eles a existência de uma massa de indivíduos denominados, usualmente, de excluídos.

1.2.2 A construção da desigualdade social no Brasil

No Brasil, são apontados como excluídos, por exemplo, pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, mendigos, flanelinhas, dentre outros. Frise-se que, além das características desestruturantes da vida dos seres humanos citadas por Polanyi (2000), de um modo geral, outros aspectos estruturais que marcaram a sociedade brasileira fizeram com que o número de indivíduos que compõem esse grupo se tornasse, ao longo do tempo, mais expressivo.

O início dessa discussão requer o estudo das contradições e mazelas que marcaram a construção da sociedade brasileira, as quais são evidenciadas por Kowarick (1994). O autor destaca a formação do mercado de trabalho livre, ressaltando o longo e tortuoso percurso histórico.

Para que seja possível compreender-se a constituição do mercado de mão de obra livre no Brasil, é essencial analisar parâmetros socioeconômicos e políticos próprios à ordem escravocrata. O ponto de partida do estudo deve ser, portanto, o sistema colonial, considerando as suas características e heranças, as quais repercutiram no processo de formação do capitalismo e das classes sociais.

A forma colonial de exploração apresentava como característica o trabalho cativo. Os indivíduos brancos livres, por possuírem suas glebas, poderiam reproduzir-se autonomamente. O trabalho escravo representava maior vantagem do que buscar uma submissão em massa da população livre. Entretanto, a quantidade de livres e de libertos cresceu ao longo dos séculos,

formando uma massa de desclassificados sem lugar na ordem produtiva.

Eram indivíduos “de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora” (KOWARICK, 1994, p. 27). Essa era a condição de negros libertos, brancos, índios, mulatos, cafuzos e mamelucos, os quais sobreviviam a partir de suas rudimentares atividades de subsistência. Além desses, também não encontravam forma de inserção certa na rígida divisão do trabalho na ordem senhorial-escravocrata os mendigos e os vagabundos. Esses sujeitos eram também conhecidos sob a denominação de vadios – indivíduos que, “sendo livres, não conseguiam ser senhores” (KOWARICK, 1994, p. 28).

Apesar da Proclamação da Independência, no século XIX, o trabalho escravo se manteve como forma essencial para a produção, ainda estruturado sob o binômio senhorial-escravocrata. Kowarick (1994) destaca que, nesse período, existia apenas pequenas oportunidades para a população livre. Na maior parte das vezes, tratava-se de uma população alijada do sistema produtivo e encarada como vadia. Como afirma:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. Não poderia ser diferente numa ordem em que o elemento vivo que levava adiante as tarefas produtivas era tratado como coisa, desprovido de vontade, que não tinha escolha de onde morar ou quando e quanto deveria trabalhar, e que, brutalizado por toda sorte de violências, o mais das vezes morria no cativeiro (KOWARICK, 1994, p. 43-44).

Com o fim do tráfico externo de escravos em 1850, revela-se como solução o tráfico interno. No Nordeste, o trabalhador livre passou, paulatinamente, a ser incorporado, na medida em que,

com a migração interna de cativos, o regime escravo começou a perder a preponderância na economia açucareira. Já nas regiões cafeeiras, o trabalho livre somente foi incorporado a partir da abolição da escravatura e, mesmo assim, de maneira subsidiária visto que “entre ele e o ex escravo iriam se interpor as sucessivas levadas de imigrantes” (KOWARICK, 1994, p. 54).

Em vista de tais aspectos, Souza (2012) destaca que o grupo formado pelo negro e pelo mulato livre – mas também pelos despossuídos de qualquer cor – teve o pior ponto de partida na transição da ordem escravocrata para a competitiva. Conforme destaca, o elemento essencial a ser observado na análise acerca do processo de desagregação social é o abandono do liberto à própria sorte. Como destaca:

Os antigos senhores, na sua imensa maioria, o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição, jamais se interessaram pelo destino do liberto. Este, imediatamente depois da abolição, se viu responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva do tipo capitalista burguês. Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem (SOUZA, 2012, p. 154).

Souza (2012, p. 155) continua afirmando que faltava a esses indivíduos a vontade de se ocupar com funções consideradas degradantes (as quais lhes faziam recordar do passado); além disso, “não eram industriais nem poupadores e, acima de tudo, faltava-lhes o agulhão da ânsia pela riqueza”. Assim, somando-se o abandono dos libertos às características descritas, estavam claros os caminhos da marginalidade e da pobreza econômica a que se sujeitariam tais indivíduos.

Já ao final do século XIX, ocorreu a superação da modalidade produtiva alicerçada na escravidão. Quando a abolição se tornou um fato irreversível, foi necessário buscar modos de substituir a mão de obra dos escravos. Uma das formas utilizadas, no caso de São Paulo, por exemplo, foi a vinda de estrangeiros da Itália, Espanha, Portugal e, posteriormente, do Japão. Segundo Kowarick (1994, p.13), esses indivíduos “formaram um fluxo volumoso e sucessivo, produzindo vasta oferta de braços”.

Diante disso, os imigrantes assumiram o trabalho nas áreas mais dinâmicas do café formando a maior parte do proletariado que operava as máquinas em São Paulo – centro da dinâmica econômica do país. Frise-se que, na atividade cafeeira, ocorreu a superexploração do trabalhador, porque a abundância de mão de obra possibilitou a deterioração do trabalho e a existência de formas espoliativas que se somava à queda da remuneração do mesmo. Desse modo, “o estrangeiro, especialmente o imigrante italiano, aparecia inclusive, neste espaço recém-aberto, como a grande esperança nacional de progresso rápido” (SOUZA, 2012, p. 155).

Aos indivíduos livres e pobres cabiam as atividades mais degradantes e mal remuneradas ou, ainda, o trabalho em áreas cafeeiras decadentes. Conforme Kowarick (1994, p. 14):

[...] a massa de livres nunca deixou de crescer durante o século XIX, e a ela iria se somar o contingente de imigrantes que chegou nas vésperas da Abolição. Com o deslanchar das relações de produção, que levaria à universalização do trabalho livre, parte da mão-de-obra disponível foi cooptada pelo capital e engajada na disciplina do trabalho. Outra parte foi mantida disponível de forma latente nos campos e cidades, até o momento em que o avanço da acumulação precisasse do seu concurso no processo produtivo.

Souza (2012, p. 155) destaca que restava ao negro e aos desprovidos (de qualquer cor) “os interstícios e as franjas marginais do sistema como forma de preservar a dignidade de homem livre: o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado, ou ainda, na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente”.

Essa foi, portanto, a semente da marginalização continuada dessa massa de sujeitos, a qual teve como origem a inadaptação para o trabalho livre e a incapacidade dos indivíduos de agir segundo os modelos de comportamento e de personalidade da sociedade competitiva. Somou-se a esse contexto, também, a desorganização familiar como base para os desequilíbrios as suas dimensões. Ou seja, a explicação para a marginalidade do negro e do livre de qualquer cor foge do aspecto unicausal (da

cor da pele) e congrega o abandono e a inadaptação, elementos que atingiam negros, mulatos e, também, brancos despossuídos. Nesse sentido, destaca Souza (2012, p. 160):

Ora, é precisamente o abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a “causa” óbvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um “habitus precário” que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída.

O “elemento nacional” foi absorvido pelo processo produtivo apenas em áreas de economia estagnada, onde a migração internacional foi pouco numerosa ou nula. Desse modo, o cenário explicitado, que se delonga até o final do século XIX, é caracterizado por Kowarick (1994, p. 58) como duplamente excludente, já que “a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos, que se transforma nos desclassificados da sociedade”, relegados à marginalidade. Como afirma, foi sob a crença na incapacidade para o trabalho dos indivíduos livres que se reproduziu a escravidão e, posteriormente, se importaram numerosas levas de braços estrangeiros. Eram frequentes as queixas acerca dos nacionais, aludindo-se que esses dificilmente trabalhavam. O fato é que eles repudiavam a submissão à disciplina produtiva (KOWARICK, 1994).

Sob tais argumentos, Souza (2012, p. 158) apresenta a motivação para a “marginalidade” do negro no Brasil. A explicação, porém, pode ser atribuída não somente a esses indivíduos (desvinculando-se do elemento da cor), mas a todos aqueles que ocupam posições desprivilegiadas na cena social, visto que “se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é [...] um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a um certo tipo de “personalidade”, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo”.

Desse modo, configurava-se o que Souza (2012, p.168) denominou de *habitus* precário, o qual se constituía como um tipo de personalidade e de certas disposições de comportamento que não demonstram atender a “demandas objetivas para que,

seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas”.

Porém, a “provalada vadiagem dos nacionais passou a se mostrar inconsequente quando o sistema imigratório começou a diminuir, a partir de 1914. O problema de fornecimento de imigrantes para o café foi bastante agravado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial” (KOWARICK, 1994, p. 109). Nesse momento, foi mobilizada a mão de obra nacional que foi relegada anteriormente.

Para tanto, foi necessário tentar reverter o discurso segundo o qual os nacionais eram vadios, deixando a instabilidade e a indisciplina de ser marcos inerentes de sua índole. Nesse processo, portanto, foi preciso realizar a expropriação e a destruição das formas autônomas de subsistência, o que impediu o acesso à propriedade da terra e aos instrumentos de trabalho, retirando do trabalhador o controle sobre o processo produtivo. Além disso, foi necessário proceder transformações de cunho cultural para que os despossuídos dos meios materiais estivessem dispostos a se submeter e a trabalhar para outros.

Em síntese, ao analisar a constituição do mercado de mão de obra livre no Brasil, Kowarick (1994, p. 12) destaca a escravidão como forma dominante de trabalho até o final do século XIX. Para os indivíduos livres e pobres, trabalhar para outro alguém era algo sem valor. “Isso fez com que, no percorrer dos séculos, se avolumasse uma massa de indivíduos de várias origens e matizes sociais que não se transformaram em força de trabalho, já que a produção disciplinada e regular era levada adiante por escravos”. Constituiu-se, portanto, uma “gigantesca ralé” de inadaptados às demandas da vida produtiva e social modernas, constituindo-se numa legião de “imprestáveis”, no sentido sóbrio e objetivo deste termo”, o que trouxe consequências existenciais – relacionadas aos aspectos materiais de vida dos indivíduos – e sociopolíticas – como a insegurança pública e a marginalização política e econômica. Nesse contexto, forjou-se, ainda, uma hierarquia valorativa implícita que define quem é gente ou cidadão pleno.

Assim, o lugar social dos indivíduos e grupos é determinado por redes invisíveis de crenças compartilhadas pré-reflexivamente acerca do valor relativo de cada um, ancorados institucionalmente e reproduzidos cotidianamente pela ideologia simbólica subpolítica incrustada nas práticas do dia a dia (SOUZA, 2012). Por tais aspectos, a “dimensão da “dignidade” compartilhada, no sentido não jurídico de “levar o outro em consideração” restou prejudicada a partir de tal construção social.

A desigualdade, marca até o momento indelével da sociedade brasileira, a despeito de ser notória, é naturalizada, o que Souza (2012) explica a partir da existência de um usual obscurecimento de suas causas. Desse modo, condicionantes internas e externas conduziram à formação e à manutenção da desigualdade social.

Destaca-se, ainda, que a partir da implantação do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil (século XX), acelerou-se a urbanização, agravando as condições sociais, que passaram a se caracterizar pela precarização da moradia, das condições de vida, de trabalho e pelo aumento das desigualdades de renda. Esse seria, assim, um fundamento histórico para entender o crescimento urbano brasileiro que se organizou à semelhança da lógica de expansão das fronteiras das relações capitalistas, resultando em um processo de mobilização da força de trabalho que não foi acompanhado por políticas de provisão estatal (RIBEIRO, 2013).

Desse modo, ocorreu um processo de mercantilização da força de trabalho que se mostrou inacabado e se deu ao mesmo tempo em que as forças desencadeadas pelo capital desruralizaram o país. Esse processo criou uma massa urbana marginal constituída por segmentos de trabalhadores assalariados de maneira precária ou desempregados, por vezes, alijados das relações mercantis. Conforme Souza (2012, p. 154), forjou-se, no Brasil, “um padrão especificamente periférico de cidadania e subcidadania”. Diante disso, tais indivíduos passaram a buscar na informalidade uma estratégia para a sobrevivência.

O modelo de substituição de importações, por sua vez, se esgotou no final da década de 1970, culminando, dentre outros efeitos, com o agravamento do endividamento externo do Brasil e das questões sociais. Durante a década de 1980, o país viveu

uma crise econômica, caracterizada pelo descontrole inflacionário e pela desorganização das contas públicas, o que se somou à desaceleração do PIB.

Nesse sentido, a fim de amenizar o contexto econômico e social, foi necessária a realização de mudanças na estrutura econômica do país. A partir da nova realidade, as empresas que mantinham suas atividades no país reestruturaram seu processo produtivo, o que se fez acompanhar das mudanças ocorridas a partir da globalização e da introjeção do neoliberalismo, principalmente a partir da década de 1990.

No viés social, tais mudanças, que foram o reflexo da adaptação de um método fordista para a adoção de processos flexíveis de produção, trouxeram transformações para o mundo do trabalho, a exemplo do aumento do desemprego e da intensificação da precarização das relações e das condições laborais. Neste sentido, Antunes (2012, p. 58) afirma:

Este breve retrato aqui oferecido nos permite observar um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada, especialmente durante a década de 1990. Se nos anos 80 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, na década seguinte esse número aumentou significativamente para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe-que-vive-do trabalho.

Acerca da temática, Castro e Dedecca (1998) explicam que os efeitos da reorganização produtiva recaíram sobre um tecido social frágil. Para os autores, o aprofundamento da precariedade no mundo do trabalho se constituiu como o principal resultado da

inserção latino-americana na era da globalização. Nesse contexto, proliferaram-se os trabalhos informais em condições físicas e mentais, muitas vezes, desumanas. Desse modo, ao introduzir uma progressiva desregulamentação social, abriu-se espaço para o aumento de formas precárias de trabalho, distantes da usual relação assalariada e socialmente protegida, ganhando importância as formas de trabalho cooperativado, em domicílio e autônomas.

Em resumo, é possível afirmar que, nos países de capitalismo avançado, essa conjuntura instalada a partir da década de 1970, com a falência do modelo fordista de produção, se refletiu no fim do pleno emprego, na desregulamentação do trabalho e, conseqüentemente, na perda de diversos direitos anteriormente conquistados, o que se aprofundou com a adoção de políticas neoliberais e de medidas em prol da reestruturação produtiva. Esse processo, igualmente, atingiu os países de capitalismo tardio, nos quais, apesar da inexistência de um mercado de trabalho plenamente estruturado, foi possível perceber a desestruturação dos direitos trabalhistas e o aumento da taxa de desemprego, o que se denominou precarização do trabalho (MELLO, 2009).

Esse fenômeno se concretizou de diversos modos, sendo comum a sua relação com o processo de terceirização de mão de obra, por meio da qual o trabalhador presta serviço a uma empresa a qual não se subordina. Nesse sentido, ressalta Leite (2011, p.36):

[...] terceirização e precarização do trabalho aparecem como tendências complementares [...]. Elas aparecem sob formas muito variadas, como: a subcontratação; a contratação de Pessoas Jurídicas para a realização de atividades exercidas anteriormente por trabalhadores assalariados; a utilização do trabalho cooperado como forma de se eximir das obrigações trabalhistas; os estágios, entre outras.

As mudanças referidas puderam, ao longo dos anos, ser verificadas nos mais diversos setores econômicos. Acerca dessa temática, Leite (2011, p. 42) destaca as transformações ocorridas no setor de comércio e de serviços, destacando, dentre outras atividades, o trabalho exercido pelos coletores de lixo – comumente denominados garis:

No que concerne ao setor de comércio e serviços, a terceirização atinge a embalagem de produtos, cobrança e até mesmo os caixas de supermercado. [...] Também neste setor, a terceirização vem se fazendo preponderantemente por cooperativas, onde as condições de trabalho são as já conhecidas: baixos salários, extensas jornadas, más condições de saúde e segurança no trabalho. [...] Por fim, os coletores de lixo e os/as trabalhadores/as da varrição são contratados/as por empresas terceirizadas que pouco investem em sua saúde e segurança. Em função disso, 20% dos coletores de lixo se encontram afastados por auxílio-doença ou acidente de trabalho. Há registros de casos de trabalhadores com hepatite e meningite, devido a perfurações de agulhas presentes no lixo hospitalar ou com cortes profundos, provocados por vidros indevidamente jogados no lixo. Entre os/as varredores de rua, os problemas de saúde se multiplicam por incidência de LER, problemas de coluna e câncer de pele, pelo fato de as empresas não se disporem a fornecer protetor solar.

Como a maior parte das atividades industriais se localizava nos centros urbanos, a realidade delineada a partir das transformações ocorridas passou a se configurar enquanto uma crise urbana e, conseqüentemente, metropolitana. Na medida em que o desemprego e a informalidade se ampliaram a busca por estratégias informais de sobrevivência pelas famílias se tornou recorrente.

Para Castel (2015), o abalo que afetou a sociedade no início dos anos de 1970 se manifestou claramente por meio da transformação da problemática do emprego. Nesse contexto, o desemprego é apenas a manifestação mais visível, sendo a precarização do trabalho a outra face, talvez, menos explícita. Acerca desse processo, o autor destaca três pontos. Primeiro, ele atinge também aqueles que possuem inserção no mercado de trabalho, consistindo em uma desestabilização dos estáveis. Em segundo lugar, o contexto em análise se delineia pela instalação da precariedade, na medida em que o período de desemprego vivenciado pelos indivíduos deixou de ser transitório. Por tal motivo, a maneira de habitar o mundo social passa a impor a necessidade de adoção de estratégias de sobrevivência fundadas no presente: “Assim, volta para o primeiro plano do cenário social uma obri-

gação muito antiga, imposta ao que então era chamado de povo: ‘viver o dia-a-dia’” (CASTEL, 2015, p. 529).

A terceira característica que emerge dessa conjuntura é a redescoberta de uma população de indivíduos percebidos como inúteis para o mundo – aos quais o autor denomina de supranumerários. O núcleo da questão social é, pois, para Castel (2015), a existência de inúteis e, em torno deles, de uma situação marcada pela instabilidade e vulnerabilidade de massa.

Desse modo, a precarização do trabalho se expressa a partir de uma condição de insegurança e instabilidade, a qual atinge a todos de forma permanente ao mesmo tempo em que os canais de resistência e luta por parte do trabalhador se enfraquecem. Esse processo, por sua vez, consiste no combustível que alimenta a vulnerabilidade social e que produz, ao final, o desemprego e a desfiliação.

É, justamente, a respeito dessa pobreza – que se tornou presente na cena urbana – que Kaztman (2001) propõe o uso da metáfora “seduzidos e abandonados”, destacando uma das peculiaridades existente em muitos países na América Latina: a crescente proporção de famílias que incorporaram expectativas quanto à conquista de cidadania por meio do trabalho e desenvolveram aspirações de consumo próprias da sociedade de seu tempo, mas se veem impossibilitadas em função da precariedade ou da ausência de vínculos com as fontes de recursos. Essas famílias compõem um grupo de seduzidos por uma sociedade moderna, da qual participam simbolicamente, visto que não podem, por seus próprios meios, superar os obstáculos para alcançar uma participação material equivalente aos indivíduos mais abastados. Para elas, a ideia do trabalho enquanto uma via certa para a integração do indivíduo na sociedade parece ter se tornado distante, deixando de se constituir como a principal atividade sobre a qual se apoia a estruturação racional da vida cotidiana.

Acerca dessa temática, Druck (2011, p. 75) relaciona os efeitos da precarização para a saúde do trabalhador e chama atenção também para as consequências sociais desse fenômeno – insegurança e instabilidade, misturados com impotência, revolta e resignação:

No caso da saúde do trabalhador, essa capacidade de generalização da precarização é mais contundente ainda, pois para além

dos adoecidos e acidentados, que são o resultado mais visível das diferentes formas de precarização do trabalho, cujos resultados empíricos são inquestionáveis, através do aumento do número de acidentes, doenças ocupacionais, e suicídios; constata-se que há um adoecimento social, que potencializa através da precarização do trabalho, fragilidades e vulnerabilidades referentes à vida do conjunto dos que trabalham para sobreviver, atingindo a todos indiscriminadamente: empregados e desempregados, pois sofrem a condição de insegurança e instabilidade, misturados com impotência, revolta e resignação.

Essa é a condição social do catador de materiais recicláveis no Brasil. Esse grupo é formado, por um lado, por indivíduos que, historicamente, vivenciaram os ambientes de lixão com suas famílias, sendo filhos e netos de pessoas que retiravam daqueles vazadouros o sustento diário. Por outro, o número de pessoas que compõem esse grupo cresceu como resultado do processo que reconfigurou a estrutura produtiva e o mercado de trabalho brasileiro. No sentido do exposto, afirmou o IPEA (2017, p. 7):

De maneira geral, trata-se de pessoas que se inserem nessa atividade por ser a única possível para realizar a sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas, como alternativa às restrições que lhes são infringidas pela dinâmica do mercado de trabalho.

Do mesmo modo, afirmou Magera (2003, p. 33):

Antes de se tornarem andarilhos, a maior parte deles trabalhava no emprego formal e, hoje, vive nas ruas das grandes metrópoles brasileiras. A perda do emprego, única fonte de obtenção de renda, levou esses indivíduos à economia informal, trazendo como consequência seu rompimento familiar e social e encontrando na rua seu sustento e moradia. A afirmação de Maria de Fátima Abreu (2001, p. 30) vem elucidar com melhor propriedade este ator que, sem espírito ambientalista algum, na verdade está apenas lutando por sua própria sobrevivência nessa floresta urbana, onde sua matéria-prima é abundante e gratuita e muitas pessoas pagam para se livrar dela (lixo).

Desse modo, sem trabalho, tanto os homens e as mulheres que cresceram com seus pais em lixões, quanto os indivíduos que eram antigos trabalhadores assalariados, buscaram amparo nessa ocupação.

Bosi (2015) destaca que, inicialmente, lançou-se a afirmação de que tais indivíduos trabalhavam por conta própria. Ou seja, justamente por não possuírem qualquer vínculo explícito com o capital, o seu trabalho não era relacionado a esse. Por essa associação e por sua condição de pobreza, eram, portanto, considerados sujeitos excluídos. Segundo o autor:

A relação econômica em que estavam metidas era tão misteriosa e nebulosa a ponto de fazer os catadores parecerem trabalhadores por conta própria. O lucro das empresas que compravam o papel recolhido nas ruas não era interpretado como mais valia, e o trabalho dos catadores não parecia explorado pelo capital. Vistos como uma patologia do capitalismo, eram compreendidos como um sintoma ou efeito colateral do crescimento econômico. Por isso a denominação de “massa marginal” ou “informal” (BOSI, 2015, p. 62).

Entre as décadas de 1950 e 1970, os catadores – e os demais trabalhadores informais – foram analisados como componentes de uma população economicamente periférica ou uma massa marginal (RIVERO, 2009). Somente na medida em que o número de trabalhadores em condições informais foi se tornando crescente no país, estes se tornaram uma preocupação para os governos, os quais orientaram as suas políticas para a incorporação deles na economia (BOSI, 2015). Entretanto, apesar dos esforços já realizados por meio de políticas públicas de emprego e renda, até os dias atuais a presença desses indivíduos permanece visível nos centros urbanos.

No caso dos catadores, foi graças a essa condição de pobreza permanente que a indústria de reciclagem brasileira construiu seus elevados índices de produtividade, percebendo na figura desse trabalhador uma possibilidade de lucro, sem que, para isso, precisasse arcar com qualquer encargo social ou trabalhista.

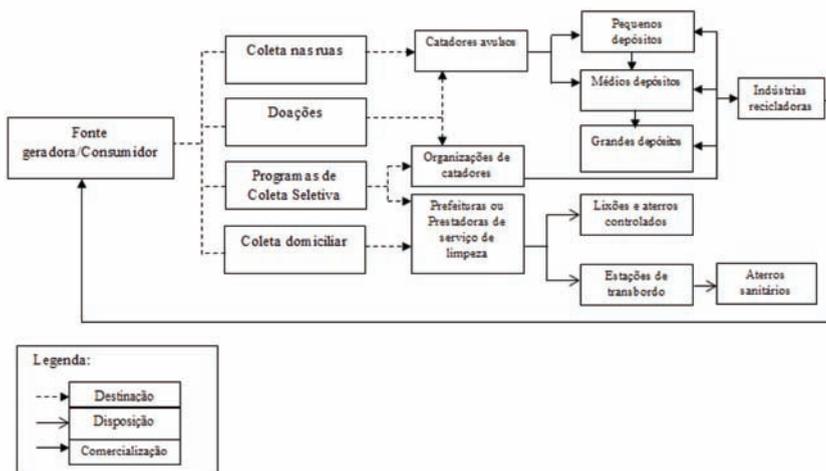
Mesmo que não exista uma articulação explícita, é certo que o catador está relacionado ao setor empresarial, sendo esse o

principal responsável por ditar os preços do material coletado e, portanto, do valor recebido pelos catadores com a sua venda. Nesse sentido, Bosi (2008, p. 113) afirma que:

Subordinado, integrado e requerido pelo processo de acumulação de capital, o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção. Sua organização acontece determinada pelo capital envolvido no negócio da reciclagem, embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários.

O catador possui função essencial na cadeia da reciclagem no Brasil. Após o consumo de uma mercadoria, essa cadeia, de forma geral, envolve a atuação dos catadores de materiais recicláveis – organizados ou autônomos –, os depósitos – também denominados de atravessadores (FIGUEIREDO, 2013) – e as indústrias recicladoras, conforme é possível visualizar a partir da figura que segue:

Figura 6 - Cadeia produtiva da reciclagem



Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de adaptação do estudo de Arantes e Borges (2013).

De acordo com Arantes e Borges (2013), a cadeia produtiva da reciclagem tem início a partir do trabalho realizado pelos catadores. A atividade da catação pode ser realizada por indivíduos

que trabalham de forma autônoma – usualmente denominados avulsos – ou por catadores que compõem associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Os catadores avulsos coletam os materiais recicláveis nas ruas e avenidas dos centros urbanos ou nos lixões que ainda persistem em 1.998 municípios brasileiros (BESEN et al, 2017). Geralmente, esses trabalhadores utilizam os seus carrinhos ou carroças para a coleta dos recicláveis, armazenando-os em suas próprias residências, onde realizam a separação.

Já a atividade desempenhada por aqueles que compõem as organizações conta, na maior parte das vezes, com caminhões para a coleta e com galpões para a sua triagem e armazenamento.

Após a realização da coleta e da separação por esses atores, o material é vendido por eles em depósitos que comercializam materiais recicláveis – cujos proprietários são também denominados de sucateiros ou atravessadores. Esses – a depender de seu porte – comercializarão o material para depósitos/atravessadores de maior envergadura ou diretamente para as indústrias recicladoras. Essas últimas, por sua vez, transformarão os recicláveis em novas mercadorias ou materiais para ser recolocados no mercado.

Tal fator se apresenta como motivação para que o setor empresarial se utilize de um discurso verde para alçar à função de agente ambiental o catador que, antes, era associado à mendicância, valorizando a sua contribuição à preservação do meio natural. Assim, se a sobrevalorização do aspecto ambiental da reciclagem torna-se um instrumento de reprodução do capital que se apresenta na sociedade com um valor simbólico de proteção ao meio ambiente (FIGUEIREDO, 2012; 2013), o discurso da inclusão via catação torna-se uma via mais fácil de manutenção dos indivíduos em uma atividade amplamente lucrativa ao capital, caso não sejam observados os aspectos sociais relacionados à temática. Nesse sentido, destacou Souza (2012, p. 226):

Tentativa de tornar tolerável uma diferença que insiste em transitar pela cidade a partir de sua organização, pois a diferença é passível de tolerância desde que haja controle. Prova disto são as estratégias de sua nomeação, como catadores de materiais recicláveis, coletores, ou de agentes ambientais e de

limpeza. Assim como o lixo, suas personagens sofrem este processo de desintegração, transmutação e materialização de espectros menos insuportáveis e mais toleráveis.

Essa visão amplamente favorável à reciclagem pode, portanto, esconder o nó social (que consiste na condição de labor do catador) que ela afirma solucionar e, conseqüentemente, promover a naturalização das diferenças por meio de uma atividade ainda precária e socialmente rechaçada.

A seguir serão apresentadas as características do trabalho com os resíduos sólidos no Brasil, com destaque para a atividade realizada pelo catador.

1.3 A carência de condições adequadas no desempenho da ocupação

O presente item apresentará, inicialmente, uma discussão acerca dos termos lixo, resíduo sólido e material reciclável, a fim de indicar o adequado objeto de labor do catador. Em seguida, serão discutidas as condições de realização dessa atividade em seus aspectos práticos e valorativos.

1.3.1 Lixo, resíduo sólido ou material reciclável?

Usualmente, os catadores recebem denominações diferenciadas, as quais fazem referência ao objeto com o qual trabalham diariamente. Por vezes, são chamados de catadores de lixo, de resíduos sólidos ou de materiais recicláveis. Mas, qual seria a denominação mais apropriada para designar tais indivíduos? A resposta a tal questionamento se relaciona com a análise de seu trabalho.

Os objetos descartados pelos seres humanos após o consumo são, habitualmente, chamados de lixo. Essa palavra, geralmente, está associada àquilo que se reputa dispensável ou inútil para o uso. Entretanto, seria correto afirmar que os objetos coletados, separados e vendidos pelos catadores devem ser considerados lixo?

É certo que os catadores laboram, diariamente, com aqueles materiais provenientes do consumo, descartados após a utilização pelo ser humano. Tal elemento, à primeira vista, conduziria a um

raciocínio segundo o qual se constituiria como lixo o objeto de trabalho do catador.

Contudo, uma análise mais detida torna perceptível a necessidade de que sejam considerados outros elementos, a fim de que se defina apropriadamente a natureza do objeto de trabalho do catador no Brasil. Tal afirmação se justifica pelo fato de que, a despeito de lidar, diariamente, com os dejetos do consumo humano, o catador poderá, por meio de seu trabalho, alimentar uma cadeia produtiva, vendendo os objetos por ele coletados, o que retiraria o viés de lixo, imputando-lhe, assim, outra natureza.

Conforme relatado por Bosi (2015), o estudo da origem dos catadores no Brasil requer o reconhecimento da existência de duas figuras: os indivíduos que retiravam dos materiais descartados pela sociedade alimentos e objetos para consumo próprio e aqueles que vendiam o material para terceiros, auferindo renda a partir dessa comercialização. Para o autor, seriam esses últimos os únicos que desempenham uma ocupação, de forma que os primeiros, meramente, obtinham daquilo que era descartado um meio imediato de sobrevivência, ingerindo, por exemplo, restos de alimentos. Nesse sentido, considerando o viés indicado por Bosi (2015), importaria, para a presente análise, o modo como a sobrevivência é buscada pelo catador, se essa se constitui como finalidade imediata ou indireta para quem cata.

No primeiro caso, o ato de catar é realizado para a obtenção de meios (objetos ou alimentos) para consumo direto pelo catador e sua família. Assim, a sobrevivência é a finalidade imediata do catador, sendo alcançada, diretamente, por meio dos materiais e alimentos encontrados. No segundo, por sua vez, a sobrevivência se perfaz por intermédio da venda dos materiais coletados para terceiros, sendo uma finalidade mediata. Desse modo, a análise acerca da existência da figura de um indivíduo que desempenha uma atividade produtiva deve ser realizada a partir de sua finalidade. É essa a primeira indicação necessária.

A partir desse raciocínio, outro aspecto ganha destaque: se o catador realiza a catação com a intenção de comercialização dos objetos coletados, estes, por sua vez, não mais se constituiriam como dispensáveis, inúteis ou destituídos de valor, possuindo, logo, a natureza de uma mercadoria.

Em “O Capital”, Karl Marx (1996, p.42) definiu o conceito de mercadoria, a qual pode ser conceituada como segue:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo ou indiretamente, como meio de produção.

Nesse sentido, as mercadorias são aqueles objetos que satisfazem as necessidades humanas, seja como meio de subsistência ou de produção. Tais objetos, por sua vez, corporificam trabalho humano abstrato, o que atribui a eles um determinado valor.

É justamente essa a medida da grandeza de seu valor: uma mercadoria vale a quantidade de trabalho (tempo de labor médio) necessário para a sua produção. Assim, mudando-se o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, por elementos diversos – como o grau de desenvolvimento da ciência, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais – altera-se o valor da mercadoria. De forma clara, afirmou Marx (1996, p. 47):

Generalizando: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor. Inversamente quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior o seu valor.

Frise-se que, a despeito da afirmação de que o valor da mercadoria representa o dispêndio de trabalho humano, deve-se observar que esse trabalho se mede pela quantidade de força de trabalho simples, que todo homem comum poderia desempenhar. Desse modo, trabalho qualificado corresponde ao trabalho simples potencializado, correspondendo a uma quantidade maior de trabalho simples.

Mas, Marx (1996) ainda destacou outros dois elementos que se mostram importantes para a definição da mercadoria: ela deve ser (1) útil e (2) produzida para outros, dando origem a um valor de uso social que será transferido, por meio de troca, para quem dele irá se servir como valor de uso.

Em vista do exposto, destacam-se, aqui, quatro características básicas do que, para Marx (1996), pode ser considerado como mercadoria: algo que (1) satisfaz as necessidades humanas (como objeto de consumo ou meio de produção); (2) corporifica o trabalho humano; (3) é produzido para outrem; e (4) possui utilidade. Diante disso, os objetos coletados pelos catadores podem ser analisados a partir dos elementos indicados por Marx (1996) como características de uma mercadoria. Para tanto, novamente, faz-se necessário diferenciar a atividade desempenhada pelo catador a partir de sua finalidade.

Ao coletar objetos para consumo próprio, o indivíduo deixa de satisfazer um dos aspectos indicados por Marx (1996) em sua caracterização da mercadoria. Assim, interessa analisar somente os objetos coletados para fins de revenda. Esses são coletados por catadores que, após a sua triagem, buscarão os melhores preços para a comercialização daqueles materiais que se tornarão matérias primas para novos objetos. Nesse caso, o usual “lixo” abandona a categoria de desprezível para adquirir a condição de algo útil à satisfação das necessidades humanas e que corporifica o trabalho humano não só de quem, originalmente, o produziu, mas também daqueles indivíduos que, após o seu consumo, realizaram o seu resgate em meio aos objetos descartados.

É desse modo que o catador revela a face valiosa do lixo, trazendo a ele novo significado. Assim, esse material adquire valor, tornando errônea a sua denominação enquanto lixo. Dito isso, passa-se, então, à análise das terminologias “resíduos sólidos” e “materiais recicláveis”. Para tanto, torna-se necessário recorrer à norma brasileira, a qual estabelece uma diferenciação técnica de alguns termos.

A lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), em seu artigo 3º, apresenta as principais definições necessárias à compreensão de seus termos. O inciso XVI destina atenção à conceituação dos resíduos sólidos, considerando-se estes:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

[...]

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010)

O texto legal apresenta uma complexa definição, a qual é composta por quatro elementos principais: (1) a existência de material, substância ou bem descartado; (2) que procede de uma atividade humana; (3) a que se propõe ou se está obrigado a proceder a sua destinação final; e (4) podendo estar em estado sólido, semissólido ou gasoso.

Ocorre que a observância dessa definição é insuficiente para a análise aqui proposta, visto que, além desse conceito, a lei em comento apresenta a acepção do termo rejeito, sendo este o resíduo que, após esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010, art. 3º, XV).

Desse modo, rejeito seria o resíduo sem utilidade, característica que, em virtude do descumprimento de tal requisito, o desconstitui enquanto mercadoria. Tem-se, portanto, uma nítida diferenciação entre resíduo sólido e rejeito, indicando-se o primeiro enquanto gênero do qual o segundo se caracteriza como espécie. Em consequência disso, a denominação de catador de resíduo sólido seria por demais abrangente, uma vez que a terminologia resíduos abrange não somente aqueles materiais dotados de valor, mas, igualmente, os rejeitos – destituídos de utilidade. O indivíduo que realiza a catação com a finalidade de revenda dos materiais, por sua vez, despreza os rejeitos, detendo-se a buscar apenas a parcela do material que possui valor para a venda em função da sua possibilidade de transformação.

Em resumo, é possível afirmar que a atividade desenvolvida pelo catador possui como objeto algo que se distingue do lixo por ser útil à satisfação de necessidades humanas, corporificação de seu trabalho e passível de troca com outro indivíduo. Tal afirmação, portanto, afasta a denominação “catador de lixo” daquele que coleta para a venda dos materiais. Ainda, tem-se que o objeto de trabalho do catador se perfaz mais específico do que a amplitude dos materiais que estão abrangidos na conceituação dos resíduos sólidos, já que os rejeitos, por sua impossibilidade de transformação, se encontram fora do raio de interesse desses indivíduos.

Desse modo, a partir dos aspectos estudados, aponta-se que interessa ao catador apenas o resíduo reutilizável e reciclável, o qual, a partir de suas características – que autorizam a sua classificação enquanto mercadoria – obteve o reconhecimento legal enquanto um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e produtor de cidadania (BRASIL, 2010¹⁷). No sentido do exposto, ressaltou Guerra (2012, p. 111):

Sob a perspectiva econômica, o resíduo reutilizável e reciclável representa uma via de mão dupla: os atores são beneficiados pela concessão de incentivos do poder público a seu favor e, também em relação à própria atividade desenvolvida, com ganhos das mais diferentes espécies, como, por exemplo, a economia de matéria-prima e a projeção de produto ecologicamente correto no mercado. No plano social, o resíduo sólido reutilizável e reciclável assume um viés de comportamento social desejável que não está restrito a alguns poucos grupos da sociedade, mas sim a ela como um todo. [...] No que tange à geração de emprego e renda, é necessário compreender desde logo que o segundo (renda) é uma consequência lógica do primeiro (geração de emprego), sendo correto afirmar que o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável guarda pertinência, por exemplo, com a figura dos catadores, cuja organização em cooperativas garantirá a estes o reconhecimento de direitos mínimos inerentes a qualquer trabalhador e, por consequência, possibilitará a geração de renda e a circulação no mercado de consumo.

¹⁷ Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: [...] VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

Silva Filho e Soler (2015, p.35) ressaltam que a inserção desse princípio no texto da lei 12.305 cumpre o papel de acabar com o que denominam “preconceito normalmente direcionado aos resíduos sólidos”, para os quais se costuma não atribuir valor, uma vez que fazem referência a algo descartado pelo ser humano. Assim, reverte-se a lógica, reconhecendo o valor intrínseco dos resíduos e sua potencialidade econômica para a indústria e para o catador, que não seleciona lixo, mas sim, materiais recicláveis.

Vencida a apresentação do objeto de trabalho do catador no Brasil, faz-se necessário elucidar os aspectos práticos e valorativos relacionados ao trabalho com os materiais recicláveis no país.

1.3.2 O trabalho com os resíduos sólidos no Brasil: aspectos práticos e valorativos

No Brasil, as normas de saúde e segurança do trabalhador definem os aspectos práticos relacionados à proteção do indivíduo no contexto do ambiente laboral. No seio dessa discussão, insere-se a Norma Regulamentadora (NR) nº 15/1979 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual dispõe sobre as atividades e as operações consideradas insalubres.

No texto de seu anexo 14, a NR 15 atribui grau máximo à insalubridade causada pelo contato permanente do indivíduo com o “lixo urbano¹⁸”, seja em sua coleta ou industrialização, impondo-se a necessidade de utilização de equipamentos de proteção individual pelo trabalhador (BRASIL, 1979). Por seus aspectos biológicos, ainda, o decreto nº 6.481/2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), considera o trabalho na coleta, na seleção e no beneficiamento dos resíduos uma das piores formas de trabalho infantil, em vista de esforços físicos intensos; da exposição aos riscos físicos, químicos e biológicos; do contato com poeiras tóxicas e com o calor; dos movimentos repetitivos e das posições antiergonômicas.

De acordo com tal decreto, a atividade referida poderá gerar, como provável repercussão à saúde do trabalhador, patologias musculoesqueléticas; ferimentos; lacerações; insolação; resfriados; lesão por esforço repetitivo; deformidades da coluna

¹⁸ Termo utilizado na NR 15/1979 MTE.

vertebral; infecções respiratórias; piodermites; desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas (BRASIL, 2008).

Tais consequências se relacionam às características dos resíduos sólidos. Acerca da temática, Ferreira e Anjos (2001) destacaram que o labor com esses materiais envolve agentes físicos, químicos e biológicos. O quadro a seguir resume os principais agentes presentes no cotidiano daqueles que manipulam resíduos e as consequências para a saúde do trabalhador.

Quadro 12 - Tipos de agentes, causas e consequências do trabalho com os resíduos sólidos.

Tipo de Agente - Riscos	Causa	Consequência
Físico	Odor	Mal-estar, cefaleias e náuseas.
	Ruídos	Perda parcial ou permanente da audição, cefaleia, tensão nervosa, estresse, e hipertensão arterial.
	Poeira	Desconforto e perda momentânea da visão, problemas respiratórios e pulmonares.
	Variações de temperatura	Doenças respiratórias e alérgicas.
	Vibração de equipamentos	Lombalgias, dores no corpo e estresse.
	Objetos perfurantes e cortantes	Ferimentos e cortes.
Químico	Metais pesados (chumbo, cádmio e mercúrio).	Podem ocasionar distúrbios no sistema nervoso.
	Pesticidas e herbicidas	Intoxicações.
Biológico	Micro-organismos patogênicos	Distúrbios intestinais; Hepatite B; dermatites e infecções cutâneas.
Ergonômico	Esforço físico intenso. Transporte de materiais pesados. Postura inadequada. Jornada de trabalho excessiva. Movimentos repetitivos.	Dores; lesão por esforço repetitivo e deformidades da coluna vertebral.

Fonte: elaboração própria (2018), a partir das informações de Ferreira e Anjos (2001).

É possível perceber, portanto, que o catador, no desempenho de seu trabalho, se encontra cercado por riscos¹⁹ físicos, químicos, biológicos e ergonômicos. Para além do próprio objeto de trabalho do catador, os riscos relacionados a essa atividade são gerados pelo ambiente no qual ocorre a atividade de coleta e de separação do material. Durante anos, a catação de materiais recicláveis no Brasil foi, prioritariamente, realizada nos lixões a céu aberto, ambientes em que conviviam em busca de resíduos tanto homens quanto mulheres, crianças, idosos e animais.

Em complemento a essa realidade, pode-se citar também a catação realizada nas ruas e avenidas dos centros urbanos brasileiros. Nesses casos, as condições adversas relacionadas às intempéries e ao trabalho com os materiais descartados se somam à declividade das vias públicas – as quais os trabalhadores percorrem com suas carroças à tração animal ou puxando seus carrinhos – e aos perigos relacionados à vida urbana – a exemplo da possibilidade de atropelamentos.

Diante de tal conjuntura, o trabalho realizado em cooperativas e associações de catadores surge como uma possibilidade de fortalecimento da categoria e de melhoria das condições de trabalho. Ocorre que, ao longo dos anos, estudos apontaram para realidades internas diversificadas em tais organizações, as quais, apesar de representarem melhorias nas condições de trabalho comparadas ao ambiente de lixão, anteriormente predominante, nem sempre conduziam o catador a uma condição adequada de trabalho (SOTO, 2011; BESEN, 2011; MAGNI, 2011; GUTBERLET et al., 2013; COVISA / FUNDACENTRO-CTN, 2014).

¹⁹ De acordo com a Portaria 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 9, consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Os agentes físicos são as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom. Os agentes químicos, por sua vez, consistem nas substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, na forma de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão. Já os agentes biológicos são as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários e vírus a que possam estar expostos os trabalhadores.

Institucionalmente, a atividade desempenhada pelos catadores de materiais recicláveis é registrada como ocupação na classificação brasileira de ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com os códigos dispostos no quadro que segue.

De acordo com o MTE (BRASIL, 2002), a ocupação desempenhada por esses indivíduos consiste na coleta de material reciclável e reaproveitável, seguida de sua seleção, preparação e venda. Conforme a CBO, o trabalho do catador é exercido a céu aberto, restando o trabalhador exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e à violência urbana.

Quadro 13 - Código, designação e descrição da ocupação do catador na Classificação Brasileira de Ocupações.

Código	Designação	Descrição
5192-05	Catador de Material Reciclável	Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa).
5192-10	Selecionador de Material Reciclável	Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata.
5192-15	Operador de prensa de material reciclável	Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preenseiro, Prensista.

Fonte: elaboração própria (2018), a partir dos dados da Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002).

Com base nas características elencadas, é possível visualizar a carência das adequadas condições de desempenho da catação no Brasil. Desse modo, a catação de recicláveis apresenta-se a partir de uma dupla perspectiva: trata-se de um trabalho precário por natureza, o qual se difunde e ganha proeminência a partir do processo de precarização do trabalho no Brasil. A fim de compreender tal afirmação, em Leite (2011, p. 31) é possível vislumbrar a diferenciação entre precarização e precariedade, a qual se consubstancia a partir da seguinte relação:

[...] há um cuidado inicial a ser tomado na análise desse processo, que consiste na distinção entre precarização e precariedade: expressando fenômenos distintos, esses conceitos não podem ser tomados como sinônimos. Enquanto a precarização é um processo relacional, que só pode ser pensado levando-se em consideração um período histórico, o segundo concerne a determinadas formas de inserção ocupacional que ficam aquém dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Com efeito, o conceito de precarização remete à ideia de deterioração, de degeneração, ou seja, de perda de direitos associados ao trabalho, de conquistas anteriormente observadas, já o conceito de precariedade não carrega consigo a ideia de deterioração ou de perda. Um determinado tipo de trabalho pode ser precário, ainda que venha apresentando indicadores mais satisfatórios em termos sociais do que apresentara em períodos anteriores, situação que tende a ser mais ou menos comum em países menos desenvolvidos.

Ainda segundo Leite (2011), a precariedade se caracteriza pela instabilidade, pela ausência de proteção e pela vulnerabilidade econômica ou social em certas atividades laborais. Em função da diferença apresentada, portanto, não se pode utilizar o termo precarização para se referir a trabalhos que, embora não se aproximem do padrão de proteção desejado, vêm obtendo melhorias em termos de salário e direitos a eles associados. Tais casos, por sua vez, se relacionam à precariedade, porém, não estão necessariamente inseridos no processo de precarização.

As características, até o momento, destacadas podem ser consideradas como aspectos práticos relacionados ao labor com os resíduos. Porém, é fundamental para a compreensão do trabalho realizado pelo catador que se estude a esfera simbólica relacionada ao lixo.

Esse aspecto se apresenta a partir de sua representação social, entendida como as formas de conhecimento compartilhado socialmente e observado pelo indivíduo na interpretação dos fatos e em sua comunicação. A discussão acerca das “representações sociais” tem Moscovici (1995; 2015) como um dos principais autores. Como afirmou, “o conceito de representação social ou coletiva nasceu na sociologia e na antropologia. Foi obra de Durkheim e

de Lévi-Bruhl” (MOSCOVICI, 1995, p.9), porém foi a partir da psicologia social que surgiu a sua teoria propriamente dita.

Para Moscovici (1995; 2015), essas representações são formas de interpretar uma realidade que padronizam e norteiam a compreensão dos sujeitos, impondo o modo de pensar e de agir acerca de determinado aspecto. Além disso, possuem como atributo a dinamicidade, podendo, portanto, sofrer transformações diversas.

A finalidade dessas representações consiste na transformação do desconhecido em algo familiar. A construção de uma representação significa, justamente, a tentativa de aproximar do indivíduo realidades estranhas a ele, incluindo-o em uma categoria conhecida. Ao mesmo tempo, essas representações são criadas para facilitar o processo de comunicação. Como expôs Moscovici (2015, p. 206):

A esta altura podemos nos perguntar qual a função das representações partilhadas e o que são, a partir do momento em que elas não são mais consideradas indiretamente através da religião, mitos e assim por diante. Como resposta a essa pergunta, sugeri que a razão para se criarem essas representações é o desejo de nos familiarizarmos com o não familiar. Toda violação dos fenômenos existentes, um fenômeno ou uma ideia extraordinários, tais como os produzidos pela ciência ou tecnologia, eventos anormais que perturbem o que pareça ser o curso normal e estável das coisas, tudo isso nos fascina, ao mesmo tempo em que nos alarma. Todo desvio do familiar, toda ruptura da experiência ordinária, qualquer coisa para a qual a explicação não é óbvia, cria um sentido suplementar e coloca em ação uma procura pelo sentido e explicação do que nos afeta como estranho e perturbador.

Desse modo, essa teoria percebe o indivíduo e suas produções mentais como produto de sua socialização, visto que as representações são estruturadas socialmente, mas, igualmente, estruturam pensamentos, opiniões e comportamentos. Conforme expôs Moscovici (2015, p. 33):

Como pessoas comuns, sem o benefício dos instrumentos científicos, tendemos a considerar e analisar o mundo de

uma maneira semelhante; especialmente quando o mundo em que vivemos é totalmente social. Isso significa que nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos.

As representações sociais possuem duas características básicas: (a) convencionalizam objetos, pessoas e acontecimentos, inserindo-os em uma determinada categoria pré-definida; e (b) são prescritivas, visto que se impõem a toda a sociedade. Como afirma Moscovici (2015, p. 37): “elas são impostas sobre nós, transmitidas, e são produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações”.

Para o autor, ao estabelecer contato com um indivíduo ou com objetos, o ser humano se encontra permeado por representações. Essas, por sua vez, quando são positivas, geram aceitação, mas, em sentido oposto, quando possuem um viés negativo, despertam rejeição. Desse modo, as representações são construídas no meio social, por meio da interação, e se refletem na conduta dos indivíduos.

A teoria das representações sociais é destacada, aqui – durante o estudo teórico do trabalho exercido pelo catador –, por possibilitar a compreensão das práticas coletivas: os resíduos consistem nos objetos descartados pelo ser humano, os quais devem ser dispostos fora do alcance de seu olfato e de sua visão. Sua imagem, por sua vez, está relacionada à poluição ambiental, bem como à contaminação e à proliferação de doenças. Por tal representação e pela combinação de seus aspectos físicos e de seu caráter relacionado à inutilidade, gera reações de repugnância e de desprezo.

Como destacam Miura e Sawaia (2013, p.339-340), para quem o descarta, o lixo remete a aspectos negativos. Contudo, há de se considerar que, para os que dele sobrevivem, passa a existir outra importância:

É o lixo que lhes proporciona uma condição de vida mais “digna” em comparação à que viviam anteriormente; é do lixo que conseguem sobreviver, comendo dele, pagando suas despesas com o dinheiro que obtêm com ele. O lixo aqui tem nome próprio, é “vangloriado”, é reconhecido como oportunidade de vida. Já não se trata do lixo renegado, mas do lixo “adorado”, do lixo que traz alegria, satisfação, alívio por ter as contas pagas e comida na mesa, felicidade de poder satisfazer às necessidades humanas mais básicas. O lixo satisfaz algumas necessidades básicas, e proporcionou mais: a construção de novos vínculos afetivos, novos bons encontros potencializadores. Isso tudo fez com que o sentido negativo do lixo realmente mudasse. A construção do sentido do lixo remete à reflexão sobre as condições em que essas pessoas se encontram: lixo não deve ter um só significado ou sentido, ou dotado de características ruins ou de características boas. O lixo é aquilo que é sujo, o que é desprezado, mas para a pessoa que sobrevive dele já não é bem assim; ela passa a senti-lo de outra forma, a ver seu outro lado: o lixo passa a significar a satisfação de suas necessidades tanto básicas quanto de novas possibilidades afetivas e de trabalho.

Pelo exposto, de um modo geral, atribui-se ao lixo o sentido relacionado àquilo que se constitui como desnecessário e dispensável.

Historicamente, conforme Eigenheer (2009, p.66-67), já na Idade Média, “a limpeza esteve frequentemente subordinada ao carrasco da cidade e aos seus auxiliares. A ajuda de prisioneiros e prostitutas era também comum. [...] Tais informações são importantes para se compreender as origens da desqualificação do trabalho com lixo”.

Apesar dessa histórica representação, o catador se vê obrigado a retirar de tais objetos a sua fonte de sobrevivência e, aos poucos, ele vê, por um lado, transformada a sua percepção acerca desse material. Por outro, o modo como esse indivíduo é socialmente percebido se relaciona com o seu trabalho e com a conjuntura social e econômica anteriormente delineada, sendo, usualmente, denominado de excluído. Diante de tal adjetivação habitualmente atribuída aos catadores, o item a seguir abordará

a carência de inclusão social desse indivíduo, enfocando na compreensão dos aspectos que o relacionam à exclusão social.

1.4 A carência de inclusão social

A presente discussão enfocará a condição de exclusão social atribuída ao catador no Brasil. Serão apresentados os aspectos teóricos dessa noção, destacando-se questões relacionadas à possibilidade de inclusão social do indivíduo por meio do trabalho com os materiais recicláveis.

1.4.1 O paradoxo da exclusão social

Diversas realidades de pobreza se apresentam concretamente nos centros urbanos brasileiros, sendo, usualmente, apontadas como realidades que conduzem à exclusão social. O adjetivo “excluído” ainda tem sido atribuído a diversos segmentos sociais, os quais, na maior parte dos casos, constituem grupos denominados de minorias.

A respeito dessa múltipla aplicação do termo, Oliveira (1997) explica que utilizar tal denominação para todo e qualquer grupo social pode ocasionar contrassensos, a exemplo da possibilidade de destinação de um mesmo conceito para pessoas em situação de rua e portadores de deficiência. No mesmo sentido, Sposati (2006), igualmente, destaca a fluidez do termo exclusão/inclusão social, em função da permeabilidade interpretativa que tem início com o seu uso banal.

O fato é que as realidades que atingem cada grupo de indivíduos que recebe o adjetivo de “excluídos” não possuem a mesma origem, natureza e forma de manifestação, o que requer um olhar diferenciado. É nesse sentido, portanto, que se faz necessário o estudo do termo, a fim de que as soluções propostas sejam adequadas a cada realidade.

Indo além dessa diferenciação e afirmando a existência de uma possível diluição teórica do termo “exclusão social”, Oliveira (1997) questiona se os excluídos, de fato, existem ou apenas fazem parte das construções enviesadas pelo senso comum. Para ele, tal resposta depende do ponto de vista adotado.

De acordo com o autor, o contexto de miséria das massas urbanas brasileiras vem ganhando visibilidade por parte dos estudiosos, dos políticos e da mídia. Entretanto, tal “novidade” advém de discussões antigas (OLIVEIRA, 1997). Já em 1980, o problema da “exclusão” foi citado expressamente no debate teórico. No Brasil, destacou-se o estudo de Buarque (1993), que criou o conceito de “apartação social” e compreendeu a exclusão como um processo preexistente ao modelo econômico, o qual teria exposto a face perversa da pobreza no país.

A partir dos estudos existentes, Oliveira (1997) afirma que as análises a respeito da exclusão demonstram haver uma dicotomia, segundo a qual se apresenta uma cisão entre incluídos e excluídos. Assim, diante da imensidão de realidades inseridas sob a denominação da exclusão, o autor assevera parecer recomendável, por razões teóricas e práticas, que se reserve o termo “excluídos” para se referir às pessoas em situação de rua, aos desempregados e aos catadores, os quais, de forma geral, são indivíduos sem inserção formal no mundo do trabalho.

Porém, ressalta que, nesse ponto, o assunto também não é pacífico, remetendo-se a Castel (2015), o qual prefere utilizar o termo “excluídos” para designar aqueles indivíduos sujeitos a um estatuto particular de discriminação (a exemplo de grupos submetidos a banimentos) e “desfiliação” para se referir ao fenômeno de exclusão do mercado de trabalho, visto que o critério do emprego se apresenta como problemático no Brasil, onde sempre foi possível vislumbrar a existência de uma massa de mão de obra desqualificada compondo o setor informal da economia, o que denotaria um fenômeno permanente. Oliveira (1997) destaca, ainda, os estudos de Nascimento (1994), que propôs a noção de “nova exclusão social”, a qual reúne pessoas que, além da não inserção formal no mundo do trabalho, teriam se tornado desnecessários economicamente (por não possuírem habilidades que possibilitem sua inserção nos processos produtivos) e ameaçadores no plano social.

A partir dessa reflexão, portanto, destaca-se que a análise da exclusão passa a requerer, além da verificação da inserção do indivíduo no mercado de trabalho, a observação da funcionalidade da atividade que exerce para o contexto econômico no qual

se insere. Esse, porém, não se configura enquanto o modo usual de compreensão do termo. Conforme indica Oliveira (1997), o conceito de exclusão se construiu, no Brasil, a partir de uma perspectiva dualista, que sugere a existência de um grupo que está dentro e outro que estaria fora. Ocorre que a legitimidade da perspectiva dual nas Ciências Sociais brasileiras é questionada em razão da influência da visão antidualista, de inspiração marxista.

Em Marx (1996), uma das implicações do crescimento da riqueza era o aumento da pobreza, o que foi denominado por ele de lei geral da acumulação capitalista. Assim, a massa de indivíduos supérfluos originados da acumulação capitalista se tornaria funcional a esta, dando sentido a uma unidade de opostos que não se contrariam, mas se completam.

Nesse sentido, a partir dessa visão, Oliveira (1997) afirma que tanto os ditos “incluídos”, quanto os possivelmente “excluídos” são produzidos por um mesmo processo econômico, sendo a miséria uma situação econômica funcional para a acumulação. A fim de comprovar o que expõe, o autor explica que um dos principais traços da exclusão é a ideia de que os novos excluídos são desnecessários economicamente, aparentando que a massa de trabalhadores miseráveis não possui qualificações para servir ao exército de reserva. Os exemplos apresentados por Oliveira (1997) nesse aspecto seriam os meninos de rua e os catadores de materiais recicláveis. Entretanto, paradoxalmente, mesmo aí, em casos em que a existência de uma inserção é quase imperceptível, é possível fazer uma afirmação positiva, demonstrando-se a irrefutabilidade da visão antidualista. Essa foi a noção de inclusão social adotada.

No caso dos trabalhadores aqui estudados, mesmo por uma via perversa, até os catadores encontram-se integrados à economia, de forma que a percepção de exclusão resulta de um olhar superficial, a qual desconsidera essa categoria enquanto componentes da cadeia industrial da reciclagem, mesmo como um ator que obtém menores benefícios. Assim, baseado nas ideias de Oliveira (1997), propõe-se que, no tocante à causalidade do fenômeno, o ponto de vista antidualista é o mais apropriado à compreensão da exclusão social.

O estudo da atividade desempenhada pelos catadores torna possível a percepção da funcionalidade de um grupo denominado de excluído. Assim, a despeito de sua carência de trabalho, esse indivíduo desempenha uma ocupação que o integra, mesmo de modo precário, confirmando que “todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico” (SAWAIA, 2011, p. 8).

Estudadas as características relacionadas à ocupação desempenhada pelo catador e à sua condição social, torna-se necessário, ainda, observar as implicações dessas no modo como o catador é socialmente percebido.

1.4.2 A catação sob o olhar do estigma

Para Moscovici (2015), o preconceito e a discriminação (que consiste na forma de expressão do primeiro), decorrem das representações, as quais circulam no meio social a partir, por exemplo, de gestos e palavras. Desse modo, o estudo das representações sociais do lixo, anteriormente realizado, permite a compreensão de valores, atitudes e opiniões destinadas àqueles indivíduos que laboram em contato direto com esses materiais. Em outras palavras, quer sejam ou não baseadas em aspectos reais, as representações sociais geram consequências concretas.

Conforme exposto anteriormente, os resíduos sólidos carregam um desfavorável aspecto simbólico que se evidencia a partir de sua representação social. Diante de tal motivo, a análise da condição social do catador requer o estudo do reflexo do trabalho com esses materiais no modo como esses indivíduos são percebidos socialmente.

Segundo Goffman (1975), o modo como os sujeitos são socialmente percebidos guarda relação com uma diferenciação estabelecida a partir da comparação entre aqueles que atendem às expectativas e possuem as características esperadas de um indivíduo e aqueles os quais apresentam traços que o distinguem.

Os primeiros são considerados normais²⁰, sendo os demais indivíduos estigmatizados²¹.

Ainda segundo o autor, a sociedade estabelece modos de categorização das pessoas, bem como elenca os atributos considerados comuns. Dessa forma, as concepções são socialmente transformadas em expectativas normativas e exigências que se apresentam de modo rigoroso. Qualquer realidade individual que se afaste de tais condições é rechaçada, configurando-se como um atributo depreciativo ou estigmatizante. É importante frisar que Goffman (1975) estuda tais realidades a partir dos contatos mistos, ou seja, dos momentos em que os estigmatizados e os normais estão na presença imediata um do outro, a exemplo de um momento de conversa.

O autor revela a existência de, pelo menos, três tipos de estigma. O primeiro se relaciona às abominações do corpo. O segundo, por sua vez, se refere a culpas de caráter individual, percebidas como paixões tirânicas; crenças falsas; desonestidade, o que pode ser inferido a partir de realidades que se apresentam por meio da prisão, do vício, do alcoolismo e do desemprego, por exemplo. Por fim, há ainda os atributos de raça, nação e religião que, igualmente, conferem estigma àqueles que os apresentam.

Diante de tais situações, diversas são as reações esperadas dos indivíduos estigmatizados. Dentre elas, é possível que um indivíduo permaneça indiferente à sua condição, “isolado por sua alienação”. Como afirma Goffman (1975, p. 16):

O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma “pessoa normal”, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima.

²⁰ Termo utilizado por Goffman (1975, p. 14).

²¹ O termo estigma foi cunhado pelos gregos, os quais o associavam a sinais corporais que evidenciavam uma característica depreciativa de quem os apresentava (GOFFMAN, 1975).

No que tange aos catadores de material reciclável, em Bastos (2014), é possível visualizar de modo explícito a condição de indivíduo estigmatizado conforme destacado por Goffman (1975). Para a autora, nesse caso específico, o estigma se relaciona ao próprio trabalho com o lixo, mas também por serem, em sua maior parte, negros, oriundos de famílias pobres e com baixo grau de escolarização. Ainda, outro aspecto aproxima os resultados empíricos de Bastos (2014) à teoria de Goffman (1975): é usual que os catadores ignorem a sua condição de estigmatizado. A partir da pesquisa realizada, Bastos (2014, p. 94-95) afirmou:

[...] como no caso dos catadores de lixo que, uma vez abordados na pesquisa para saber como eles se identificavam em relação à atividade desenvolvida, a maioria (99) se consideraram guerreiros por sobreviverem das sobras; 28 se identificaram como pessoas felizes; e nenhum se considerou pessoa estigmatizada. Este resultado nos leva a refletir sobre como estes sujeitos se identificam. Apesar de a natureza da atividade empurrar os catadores para o mundo do rejeito, da discriminação, eles ainda conseguem se ver como pessoas normais e até mais, pois valorizam as tarefas realizadas e se sentem guerreiros por encarar esse tipo de trabalho.

O estigma não é atributo exclusivo da categoria dos catadores de materiais recicláveis. Como explicitado por Goffman (1975), diversas são as causas que conduzem um indivíduo a tal condição. Seja por atributos físicos, sociais, raciais ou culturais, a consequência mais visível do estigma é o rechaço por parte da sociedade, o que, usualmente, se denomina discriminação ou até mesmo exclusão.

A partir do reconhecimento dessas realidades por parte de categorias específicas, são envidados esforços por parte do poder público para minorar seus efeitos. Várias são as formas e as estratégias utilizadas para tanto. Para Castel (2011), contudo, os meios adotados podem se configurar como uma discriminação positiva, que consiste em fazer mais por aqueles que demonstram não desfrutar de uma condição social favorável, ou como uma discriminação negativa. Para o autor:

Existem formas de discriminação positivas que consistem em fazer mais por aqueles que têm menos. O princípio destas práticas não é contestável na medida em que se trata de desdobrar esforços suplementares em favor de populações carentes de recursos a fim de integrá-las ao regime comum e ajudá-las a reencontrar este regime. Não é discriminatório, por exemplo, adotar uma pedagogia especial para alunos que precisam de reforço escolar a fim de que não fiquem reprovados novamente, ou oferecer formações profissionais adaptadas aos trabalhadores pouco qualificados para evitar que eles corram risco de ficar eternamente desempregados. Pode ser útil, e até mesmo indispensável, tomar como alvo as populações marcadas por uma diferença que para elas é uma desvantagem, visando reduzir ou anular esta diferença (CASTEL, 2011, p. 13-14).

A discriminação negativa, por sua vez, não consiste somente em buscar um equilíbrio dando “mais àqueles que têm menos”. A sua característica principal é o fato de conferir ao seu portador uma marca indelével. Ainda, ser discriminado de forma negativa “significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em fator de exclusão” (CASTEL, 2011, p. 14).

Aqui, deve-se chamar atenção a uma das principais características da discriminação negativa: a sua relação com a manutenção de um destino embasado numa propriedade ou particularidade que não foi escolhida pelo sujeito. Nesse ponto cabe analisar, especificamente, a condição do catador no Brasil.

Para Bosi (2015), a ocupação desempenhada pelo catador envolve diversas dificuldades. Dentre elas, o fato de não se constituir como uma escolha do indivíduo, mas na impossibilidade de viver e de trabalhar de outra maneira. A busca pela inclusão dessa categoria, porém, somente poderá ser efetiva quando a realização da catação não representar uma das causas de discriminações e do estigma direcionados ao catador, o que guarda relação com a necessidade de mudança das representações

sociais do lixo e da própria atividade em análise. Como expôs Moscovici (2015, p. 66):

Pois, se minhas observações estão corretas, então todos nossos “preconceitos”, sejam nacionais, raciais, geracionais ou quaisquer que alguém tenha, somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura, da “natureza humana” e assim por diante.

Desse modo, duas questões principais se põem em destaque: a primeira se refere à necessidade de que a análise da condição social do catador considere o estigma relacionado à atividade com os resíduos, sendo esse um fator chave para o estudo da categoria. A segunda, diz respeito à importância de se reconhecer que tal ocupação não consiste em uma escolha, de modo que a manutenção de sua existência, mesmo que formalmente – com apoio do poder público – poderá significar a reafirmação de um contexto social desfavorável.

Desse modo, constatando-se a presença do estigma na caracterização do catador, mais distante se apresenta o caminho que conduz à inclusão. De forma clara, em Sposati (2006, p. 5), é possível encontrar tal relação:

Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído. Não se trata de uma condição de permanência, mas da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam.

A inclusão social é, portanto, percebida, aqui, não como algo consolidado, mas como um processo. O estigma é um dos aspectos que distancia os indivíduos do alcance dessa condição de incluído. No caso do catador, além deste, outros elementos podem ser elencados a fim de se demonstrar a condição socioeconômica do catador no Brasil, conforme se estudará no item seguinte.

1.5 A condição social do catador de materiais recicláveis no Brasil: um sujeito em vias de inclusão

No Brasil, a solução eleita para a gestão dos resíduos sólidos envolve o incentivo à reciclagem, o que se fundamenta em uma justificativa baseada no aumento da vida útil dos aterros sanitários e na possibilidade de manutenção de uma fonte de renda para indivíduos que sobrevivem da catação de materiais recicláveis. Entretanto, a análise de alguns dados demonstra a existência de um benefício majoritariamente econômico em detrimento do equilíbrio ambiental e da redução da miséria dos indivíduos que trabalham na coleta.

Tal afirmação pode ser demonstrada por meio do estudo dos índices de reciclagem dos materiais no país e do perfil socioeconômico dos catadores brasileiros, dados que possibilitam perceber que esses indivíduos estão inseridos no contexto econômico, porém, permanecem sendo o elo menos favorecido da cadeia da reciclagem. A fim de obter os dados necessários para o estudo, foram utilizadas duas fontes principais. No que diz respeito aos índices de reciclagem, foram consultados dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE). Já as informações acerca dos catadores foram obtidas a partir de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), a qual utilizou os dados do Censo 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2012), ambas do IBGE.

Há cerca de uma década, o Brasil vem atingindo altos índices de reciclagem de alguns materiais. No que se refere, especificamente, àquele de maior destaque para o setor no país – as latas de alumínio – tem-se que, em 2012, a atividade da reciclagem movimentou R\$ 1,8 bilhão na economia nacional, sendo que apenas a coleta injetou R\$ 645 milhões de reais. Assim, o país se reafirmou, pelo décimo ano seguido, como recordista na reciclagem desse material, atividade que vem se mostrando bastante lucrativa. Em 2015, por sua vez, esse último número aumentou para R\$ 730 milhões. Faz-se necessário, contudo, refletir se a indicação do Brasil como campeão na reciclagem de alumínio representa um avanço social relevante quando vislumbrado o benefício econômico gerado à indústria (CEMPRE, 2015).

O fato que merece destaque é que, de forma geral, no Brasil, 90% de todo o material reciclável coletado advém do trabalho dos catadores (IPEA, 2013). Ocorre que, apesar do destaque nacional da reciclagem, principalmente das latas de alumínio, os ganhos econômicos representados pelas cifras obtidas pelas empresas ainda não se traduzem enquanto benefícios sociais de mesma proporção ao catador, o que implica a necessidade de que as políticas destinadas a esses indivíduos decorram de uma compreensão adequada do contexto social dessa categoria.

Nesse sentido, a análise da situação social dessa categoria torna-se essencial, destacando-se a diminuta existência de dados quantitativos acerca das suas características socioeconômicas, sendo um marco para a realização de pesquisas a inclusão da atividade na Classificação Brasileira de Ocupações em 2002, o que possibilitou a obtenção de informações a partir das pesquisas domiciliares.

Uma das primeiras pesquisas a retratar o contexto desses trabalhadores em nível nacional foi o perfil social traçado pelo IPEA (2013). De acordo com esse relatório, no Brasil, cerca de 387.910 pessoas se dedicam à catação de materiais recicláveis. Tal dado, entretanto, é apresentado com ressalvas pela própria instituição, a qual destaca a natureza informal da atividade e a auto-declaração que caracterizou a coleta dos dados como elementos que devem ser considerados para se supor a subestimação desse quantitativo.

De forma geral, tais indivíduos apresentavam, em média, 39,4 anos, sendo, predominantemente, do sexo masculino (68,9%), negros (66,1%) e residentes na área urbana do país (93,3%). No que se refere à renda mensal dos catadores, a pesquisa revelou a média de R\$ 571,56, importância que estaria acima do salário mínimo de R\$ 510,00 – vigente em 2010.

Assim, uma rápida análise conduziria à afirmação enviesada de que essa categoria de trabalhadores já não se encontra dentre as mais pobres, em razão de alcançar o nível de renda de um trabalhador com carteira assinada. O próprio relatório do IPEA (2013) apresenta tal dado de forma positiva, acrescentando, ainda, que o percentual de famílias de catadores em situação de extrema pobreza (com renda abaixo de R\$ 70,00 reais por

pessoa) era de 4,5%, em 2010, estando, portanto, bem abaixo do percentual nacional de 9,4%. Tais informações poderiam, assim, ser úteis à conclusão de que os ganhos econômicos da indústria da reciclagem vieram acompanhados de um exitoso exemplo de inclusão social dos catadores, justamente por eles não mais se inserirem em um desfavorável patamar de pobreza.

Ocorre que, para além do viés econômico, mesmo supondo uma aproximação do valor médio auferido pelos catadores brasileiros com o salário mínimo, outros elementos devem ser considerados na análise global do contexto desses trabalhadores, como a quantidade de horas trabalhadas – que muitas vezes supera a jornada de trabalho prescrita por lei –, o contexto de insalubridade que cerca a atividade e a supressão de aspectos básicos à sobrevivência vivenciada por esses indivíduos. Ou seja, é preciso romper com a ideia que relaciona a pobreza e a exclusão social, unicamente, a carências econômicas.

No caso dos catadores, a adoção de perspectivas unidimensionais para o estudo da categoria poderia gerar situações incoerentes, pois a análise da pobreza apenas pelo viés da renda sugere a superação da miséria pela maioria desses trabalhadores, conforme visualizado a partir dos dados apresentados. Nesse caso, surgiria um cenário paradoxal em que os trabalhadores que, cotidianamente, expressam a pobreza dos centros urbanos não seriam pobres por sua renda, mas considerados excluídos pelo senso comum.

Assim, diante da percepção de uma realidade que se apresenta como concreta na cena urbana e ainda controversa na teoria, torna-se necessária a busca por novas abordagens teóricas que contribuam para o estudo da categoria, objetivando, além disso, fornecer fundamentos úteis para a formulação de políticas públicas.

No caso da pobreza, Kaztman (1989) afirma a necessidade da compreensão de sua heterogeneidade, de forma que a sua medição, a partir da renda, deve ser combinada com a capacidade de satisfação das necessidades básicas, sugerindo-se uma análise integrada, que possibilitaria a classificação das famílias em situações de integração social, de pobreza crônica, recente ou inercial.

A condição de integração social diz respeito a contextos em que a renda excede o limite da linha da pobreza e a família não enfrenta escassez crítica em dimensões como educação e acesso ao saneamento básico. A pobreza crônica, por sua vez, ocorre quando a existência de uma renda familiar situada abaixo da linha da pobreza se combina a carências nas necessidades básicas. Já a pobreza inercial e a recente representam situações intermediárias, sendo a primeira relacionada a lares com renda situada acima da linha da pobreza, mas com a persistência de carências; e a segunda se relaciona a famílias situadas abaixo da linha da pobreza, mas com necessidades básicas satisfeitas. Para o autor, a diferença na forma como a pobreza é compreendida reflete, justamente, nas soluções planejadas para o seu enfrentamento.

Além do estudo integrado da pobreza, as análises de Kaztman (1999) possibilitam a compreensão da condição social dos indivíduos a partir da vulnerabilidade, a qual surgiu diante da necessidade de criação de um marco conceitual capaz de expressar situações de privação que considerassem elementos além da renda, rompendo com a unidimensionalidade e com o caráter estagnante das concepções habituais da pobreza e da exclusão social. Nesse sentido, Kaztman (1999) utiliza a noção de vulnerabilidade, em complementação aos estudos de Moser (1998), relacionando-a à questão social e propondo o enfoque dos “Ativos, Vulnerabilidade e Estruturas de Oportunidades”, segundo o qual os recursos manejados pelas famílias se definem como ativos, que devem ser analisados em conjunto com as estruturas de oportunidades geradas por mercado, Estado e sociedade.

A partir de Kaztman (1999), se compreende que o nível de vulnerabilidade depende do controle de ativos, isto é, dos recursos necessários para o aproveitamento das oportunidades, e que as mudanças na vulnerabilidade podem ser produzidas por alterações nos recursos; por mudanças no acesso à estrutura de oportunidades ou por alterações em ambas as dimensões.

As oportunidades são conceituadas como probabilidades de acesso a bens, a serviços ou ao desempenho de atividades que afetam o bem-estar das famílias. Desse modo, a vulnerabilidade se configura enquanto um desajuste entre os ativos e a estrutura de oportunidades. Nesse modelo, os ativos são classificados como

físicos (posse de bens duráveis como moradia, terras, animais, meios de transporte); humanos (valor agregado à capacidade de trabalho por investimentos em saúde e educação) e sociais (atributos das estruturas sociais que facilitam o alcance de metas individuais – relações interpessoais de apoio geradas com base em princípios de reciprocidade) (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006).

Assim, a noção de vulnerabilidade social representa a situação de grupos que, por determinadas características, são menos tendentes a oferecer uma resposta positiva diante de adversidades. Frise-se que, no contexto atual, os riscos estão relacionados à sobrevivência em uma sociedade não mais baseada nos princípios da reciprocidade e da redistribuição, mas na lógica do mercado e da reprodução do capital (POLANYI, 2000). Nesse cenário, pessoas ou grupos com ativos escassos, pouco acesso à informação e relações sociais restritas são dotados de baixa capacidade para agir perante as mudanças ocorridas em seu entorno.

No caso da categoria de trabalhadores em análise, em razão da pouca disponibilidade de dados relacionados ao contexto do catador, a medição do nível de vulnerabilidade das famílias se torna ainda dificultada. Aqui, portanto, essa perspectiva foi utilizada para iluminar a análise das variáveis sociais apresentadas, corroborando com a ideia de que o estudo da inclusão/exclusão social desses indivíduos deve observar outros elementos além da perspectiva da renda.

Tal esforço foi realizado a fim de se demonstrar a necessidade de análises mais amplas acerca dessa categoria. Para tanto, foram utilizadas informações relacionadas, principalmente, à educação, entendendo-se esta como a capacidade básica para mobilizar recursos em prol de metas produtivas. Acerca dessa temática, a pesquisa do IPEA (2013) revelou que, em contraste ao cenário nacional de 9,4% de analfabetos destacados pelo Censo 2010, entre os catadores, essa taxa apresentou-se em 20,5%. A região Nordeste do país, por sua vez, exibiu um percentual maior, chegando aos 34% de catadores que se autodeclararam analfabetos. Ainda, os catadores com mais de 25 anos de idade que haviam concluído o ensino fundamental eram 24,6% em contraste com o percentual nacional de 50,3%. Já os indivíduos que haviam concluído

o ensino médio compunham 11,4% do total, em oposição ao índice de nacional de 35,9%.

Tal dado deve ser analisado em conjunto com o quantitativo de 1.426.584 pessoas que residem em domicílios que contam com, pelo menos, um catador na família – aproximadamente quatro residentes para cada trabalhador (IPEA, 2013) –, revelando um contingente considerável de indivíduos dependentes dos recursos gerados a partir da catação. Ainda, destaca-se aqui a razão de dependência de 50% entre a quantidade de crianças (até 15 anos) e os demais residentes nesses domicílios, o que demonstra um quantitativo alto de crianças que vivencia uma atmosfera familiar em que a taxa de analfabetismo supera o percentual nacional.

Tabela 1 - Escolaridade do catador em relação aos percentuais nacionais (2013)

Indicador	Catadores	Brasil
Taxa de analfabetismo	20,5%	9,4%
Indivíduos com mais de 25 anos de idade que haviam concluído o ensino fundamental	24,6%	50,3%
Indivíduos que haviam concluído o ensino médio	11,4%	35,9%

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de IPEA (2013).

Kaztman (2001) destaca que as famílias se constituem enquanto um fator de aumento ou de redução da vulnerabilidade em razão da otimização dos recursos existentes. Segundo o autor, a presença de, pelo menos, um elemento de risco – condutas que podem bloquear a acumulação de ativos – em uma etapa da vida do indivíduo é determinante para a emergência de outros elementos de risco posteriormente. Nesse sentido, um dos principais comportamentos de risco ressaltados pelo estudo de Kaztman (2001) é o baixo nível escolar da família, entendendo que a educação se constitui como uma importante fonte de capital social e cultural para crianças e jovens²². Assim,

²² Necessário afirmar que, em Kaztman (2001), o clima educacional da família se apresenta como aspecto importante a ser considerado no estudo da vulnerabilidade, sem, entretanto, se constituir como o elemento chave, já que são igualmente essenciais as influências exercidas, por exemplo, pela composição

o contexto educacional das famílias de catadores acima descrito e o quantitativo de crianças dependentes dos recursos provenientes do desempenho dessa atividade permite destacar a existência de um grande contingente de pessoas em um contexto de vulnerabilidade em função do bloqueio à acumulação de ativos (recursos humanos) causado pela baixa escolaridade desses trabalhadores.

Além dos dados relacionados à educação, a partir das informações presentes na pesquisa do IPEA (2013), foi possível, ainda, observar aspectos relativos à oferta de serviços públicos e ao acesso à previdência social. No tocante ao primeiro aspecto, o IPEA (2013) considerou o acesso ao esgotamento sanitário enquanto um importante indicador da qualidade da infraestrutura disponível às famílias. De acordo com o Censo 2010, no Brasil, 66,7% do total das residências brasileiras possuíam acesso ao esgotamento sanitário adequado, indicador que caiu para 49,8% quando analisado no contexto dos catadores. Esses dados demonstram, principalmente, a precariedade a que estão submetidos os indivíduos em seus locais de moradia, afetando, diretamente, o acesso à adequada condição sanitária de onde residem e o alcance de novos recursos, visto que necessidades básicas, quando não acessadas, geram situações de risco e submetem o indivíduo a um contexto de vulnerabilidade por interferirem na reprodução da força de trabalho dos membros da família, relacionando-se, igualmente, a um déficit de atuação do poder público junto a esse grupo social.

O acesso à previdência social, por sua vez, percebida enquanto elemento apto a manter o bem-estar do indivíduo diante de situações que o ameçam (a exemplo de doenças, gravidez, acidentes e o próprio envelhecimento) é outro dado que merece destaque no caso dos catadores, em vista, principalmente, dos riscos de acidentes relacionados à atividade. Dentre os entrevistados, 15,4% afirmaram contribuir para a Previdência Social, sendo que nas regiões Norte (7,5%) e Nordeste (6,2%) do país, esse dado se apresentou ainda mais preocupante, restando grande parte dos catadores expostos a riscos e sem possibilidade de acesso à previdência como forma de minimizá-los.

do bairro em que reside o indivíduo.

Diante do exposto, a discussão aqui apresentada permite vislumbrar o catador como indivíduo que se localiza no limiar entre o útil e o desagradável – úteis ao fornecer materiais necessários a uma atividade econômica altamente rentável no país e desagradáveis por compor o cenário da pobreza dos centros urbanos brasileiros, expondo a face perversa da acumulação.

A partir desse cenário, Souza (2009) explicitou o malabarismo social praticado pelos catadores. Segundo esse autor, esses indivíduos se esforçam, diariamente, para não ser percebidos na cena urbana, ressaltando a existência de uma coerção objetiva que sofrem para permanecerem invisíveis.

Os catadores de materiais recicláveis compõem a classe de despreparados para o trabalho produtivo no capitalismo competitivo, a qual equivale a quase 1/3 da população nacional e é denominada pelo referido autor de *ralé* brasileira (SOUZA, 2009). Esse grupo não possui as habilidades requeridas pelo capital, restando-lhes a busca da sobrevivência por meio de atividades que beneficiam as classes média e alta. Nesse sentido, afirmou Souza (2009, p. 23-24):

É por conta disso que a “*ralé*” brasileira moderna não se confunde com o simples lumpemproletariado tradicional. Como ela não encontra emprego no setor produtivo que pressupõe uma relativa alta incorporação de conhecimento técnico ou “capital cultural”, ela só pode ser empregada enquanto mero “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular. É desse modo que essa classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis.

Essa condição paradoxal, por sua vez, os faz ter que conviver com um crescente sentimento de irritação gerado pela presença visível da marginalidade nas cidades brasileiras que hoje, cada vez mais, vem substituindo a antiga compaixão da sociedade

em relação aos pobres (OLIVEIRA, 1997). Essa é, portanto, a condição social do catador, o qual, como demonstrado, possui na precária atividade da catação a sua possibilidade de integração, mas que desta se afasta em função do estigma inerente a sua ocupação.

Pelo exposto, a partir dos dados referentes aos valores auferidos pela indústria da reciclagem e da parca fatia destinada aos catadores, é possível perceber a funcionalidade dessa atividade em prol da reprodução do capital, sendo discutível a denominação desses indivíduos enquanto sujeitos totalmente excluídos da sociedade (OLIVEIRA, 1997). Ocorre que, ao mesmo tempo, a inclusão social dessa categoria ainda não pode ser afirmada, visto que, apesar de sua função primordial de fornecedor de recicláveis a baixos preços e da existência de dados que revelam uma média de renda favorável quando comparada aos índices nacionais (IPEA, 2013), o estudo das informações referentes à garantia de serviços básicos demonstra que o catador continua tendo pouco acesso a direitos essenciais, como educação e esgotamento sanitário.

Assim, a despeito da habitual denominação dos catadores enquanto sujeitos socialmente excluídos, o estudo das características da própria atividade e a visualização desta enquanto parte de uma cadeia produtiva tornam evidentes as faces da inclusão e da exclusão se defrontando continuamente. Desse modo, tal qual expôs Telles (2006) para outras categorias de trabalhadores, essa binaridade (exclusão/inclusão) se torna estreita para a análise da condição social dos catadores. Por tal compreensão, prefere-se, aqui, concebê-los como sujeitos em vias de inclusão. A opção escolhida para a inclusão desses indivíduos à luz da lei 12.305/2010 será objeto de estudo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A METAMORFOSE DA CATEGORIA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL: uma paisagem social (re)composta?

O presente capítulo discutirá a evolução da organização da categoria dos catadores no Brasil, abordando o surgimento do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o avanço da formação de cooperativas e associações autogestionárias como modo de promoção da inclusão social da categoria. Em seguida, abordará a discussão da economia solidária no Brasil e o referencial teórico relacionado à temática. Ao final, analisa o formato jurídico-institucional elaborado pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores no Brasil, refletindo-se acerca da ocorrência de uma metamorfose da condição social desses indivíduos a partir dessas organizações.

2.1 O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: da formação à consolidação da luta no Brasil

Conforme apresentado no capítulo anterior, no Brasil, a catação de materiais recicláveis é, desde o ano de 2002, registrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entretanto, é preciso esclarecer os contornos da luta que precederam tal reconhecimento e que, até hoje, vem sendo efetivada para a consolidação da categoria dos catadores no país.

A exposição esboçada no capítulo anterior evidenciou o surgimento da atividade da catação enquanto um meio imediato para a sobrevivência. Ao longo do tempo, contudo, na medida em que o mercado passou a atribuir valor aos materiais recicláveis,

a catação tornou-se um meio de obtenção de renda e não mais, apenas, de restos de alimentos ou de objetos para uso próprio do indivíduo. Desse modo, a própria figura do catador passou por modificações.

Historicamente, e até pouco tempo, a imagem do catador esteve associada à população em situação de rua. Acerca dessa temática, Freitas (2005, p.75), ao utilizar como exemplo o caso dos catadores de Belo Horizonte durante a década de 1980, destacou que:

A condição a que os catadores tiveram de se submeter nas ruas de Belo Horizonte, até fins da década de 80, tornava difícil estabelecer, num âmbito mais geral, critérios de diferenciação de quem era ou não mendigo, já que praticamente todos os catadores eram obrigados a passar a maior parte do tempo na rua, ou porque não possuíam casa ou porque tinham que “*vigiar*” o material “para não ser roubado, para ninguém pôr fogo ou para os fiscais da prefeitura não tomar e levar tudo pro aterro”, [...].

No mesmo sentido, Barros e Pinto (2008, p. 72) destacam os aspectos gerais das condições de vida do catador na década de 1980:

Aqueles que já eram catadores na década de 1980 retrataram as dificuldades e as más condições em que viviam: famílias inteiras vivendo na rua e em função da catação, mesmo que tivessem uma moradia, geralmente na periferia, e que retornassem para casa nos finais de semana. Nessas condições, as crianças, apesar de matriculadas na escola, não tinham condições de frequentá-la regularmente, vivendo nas ruas com seus pais.

Esse foi o tempo em que os catadores viveram na fronteira do trabalho com a mendicância (FREITAS, 2005). Durante a década de 1980, portanto, a situação dos catadores ainda era adversa, visto que, a despeito de atuarem em atividades ligadas à sustentabilidade, eram marginalizados e viviam situações de perseguição por parte da polícia e das próprias administrações municipais.

Para Freitas (2005, p.68), a convivência entre atores de mundos tão diferentes foi dificultosa. “Na condição de desiguais e irrelevantes, por sua aparência inadequada, os catadores tornaram-se ‘objetos’ de provocações e de intervenções coercitivas, por parte dos gestores da cidade e dos mantenedores da ordem”. Conforme destacou a autora:

A memória dos catadores não falha, quando procuram traduzir o olhar que o poder público lhes dirigia nas ruas da cidade, até final da década de 80, quando este grupo social, de forma dispersa e desarticulada, trabalhava nas ruas. Por unanimidade, as vozes dos catadores apresentam elementos que nos fazem inferir a prevalência de um forte preconceito, autoritarismo e descrédito dos gestores da cidade em relação a esses sujeitos sociais, embora reconheçamos os limites que as políticas locais normalmente encontram para resolver problemas sociais tão complexos quanto o aqui tratado (FREITAS, 2005, p. 144).

Diante desse tratamento, predominava entre os catadores uma desconfiança em função da perversidade da discriminação e das práticas coercitivas. Nesse sentido, o cotidiano do catador era marcado pela ausência de reconhecimento. No período, o trabalho desse indivíduo era duplamente marginalizado, considerando-se que, (1) à época, os materiais coletados, aparentemente, não produziam valor e (2) predominava um contexto em que direitos básicos eram, notadamente, desrespeitados. Em vista desse cenário, “a sociabilidade que construía, embora baseada em ajuda mútua, não criava condições para se constituírem como grupo organizado” (BARROS e PINTO, 2008, p. 73).

Em linhas gerais, pode-se dizer que as experiências iniciais de organização, ocorridas entre os anos de 1980 e 1990, partiram do esforço de grupos de discussão e de pastorais ligadas à Igreja Católica, baseando-se na percepção de alguns catadores acerca de seus direitos e da importância da catação para o meio ambiente (BARROS e PINTO, 2008).

Nesse contexto, uma das primeiras tentativas de organização surgiu em virtude da atuação da Pastoral de Rua de Belo Horizonte. Já no início dos anos de 1980, levou-se a

cabo a experiência inicial de organização dos catadores e da população em situação de rua. Entretanto, somente em 1987, ancorado no trabalho desenvolvido em São Paulo (no contexto da criação da Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos – COOPAMARE), foi possível iniciar a concretização do que fora pensado no início da década. Essas foram, portanto, as duas primeiras experiências de organização no país. Conforme Jacobi e Teixeira (1997, p. 15):

Em 1987, chega a Belo Horizonte um grupo de irmãs beneditinas trazendo consigo o acúmulo da experiência de um trabalho desenvolvido junto a população de rua no município de São Paulo. A experiência em questão, ocorreu através de iniciativas com os catadores de papel que no início do ano de 1989 resulta na criação da COOPAMARE – Cooperativa de Catadores de Papel Autônomos na capital paulista e, que tem contribuído de maneira bastante significativa para o resgate da cidadania e para a melhoria das condições de vida dos catadores envolvidos na iniciativa.

Para Lima (2015b), o surgimento das cooperativas de reciclagem na década de 1980 guarda relação com três processos principais: (1) o fortalecimento do debate sobre o meio ambiente; (2) a dimensão crescente do lixo produzido na sociedade e a necessidade de atenuar seus efeitos; e (3) a reestruturação econômica com a globalização da produção e dos mercados produzindo milhares de desempregados com uma tendência à precarização das relações de trabalho.

Nesse sentido, a partir da década de 1990, a visão em torno do catador começou a mudar – ainda que de forma gradual – o que pode ser explicado, principalmente, pelo destaque conferido à questão ambiental nesse período. Assim, a reciclagem ganhou foco e os produtos advindos de seu processo passaram a ser, igualmente, valorizados.

Além da existência de uma maior sensibilização em relação às questões ambientais, o avanço da tecnologia possibilitou “a valorização comercial de vários materiais recicláveis nesse período, tais como os casos do PET e Tetra Pak, estimulando a multiplicação e catadores autônomos nos grandes centros urbanos e, dando

maior visibilidade à coleta seletiva” (RIBEIRO et al, 2009, p. 20). Mais do que isso, como afirmam Ribeiro et al. (2009, p.15):

Diversos fatores contribuíram para esta nova realidade. Com a volta das eleições diretas, na década de 1980, abriu-se espaço para novas propostas de gestão municipal, baseadas na valorização da mobilização social e na incorporação de temas socioambientais. Para Jacobi (1999), a vitória de partidos progressistas em cidades brasileiras, em 1998, possibilitou uma efetiva participação social no processo de tomada de decisão de políticas públicas municipais. Na mesma direção, Farah (1999) argumenta que os governos locais contribuíram para a formatação de novos arranjos institucionais e de novos processos de gestão. O empoderamento da sociedade civil no Brasil, após a constituição de 1988, e seu apoio a grupos de catadores foram essenciais nesse processo de interlocução.

A partir da década de 1990, portanto, destaca-se, efetivamente, o início da organização da categoria em cooperativas e associações, o que contribuiu para que se iniciasse um processo de mudança de perspectiva acerca do trabalho da catação. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos movimentos sociais, que apresentaram propostas alternativas, elaborando fóruns e discussões que culminaram com a realização dos Fóruns Sociais Mundiais.

Em 1º de maio de 1990, foi criada, em Belo Horizonte, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE (JACOBI e TEIXEIRA, 1997). A despeito da criação dessa organização, ainda era necessário dotar esse grupo de maior apoio por parte do poder municipal, o que somente ocorreu em 1993. Conforme destacaram Jacobi e Teixeira (1997, p. 23-24):

O que se verifica é que a partir da posse dos novos gestores do município, em 1993, há também uma significativa mudança nas relações entre Poder Público e organizações da sociedade civil, sobretudo a ASMARE. A nova gestão municipal é quem criará, através do fornecimento de recursos financeiros e humanos, e de infraestrutura material, as condições necessárias para que a Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável seja hoje uma instituição de visibi-

lidade nacional e que muito tem contribuído para que outras experiências surjam em diversos outros municípios do Brasil.

De acordo com Barros e Pinto (2008), essa experiência inicial somente deu certo pela conjunção de três atores principais: os catadores mobilizados e conscientes de seus direitos; a atuação das organizações não governamentais; e o envolvimento do poder público.

O primeiro passo para a concretização da parceria firmada entre o poder municipal e a ASMARE, em 1993, foi a assinatura de um convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte, representada pela Superintendência de Limpeza Urbana, a Mitra Arquidiocesana – figura jurídica da Igreja Católica – e a ASMARE (FREITAS, 2005).

Nessa experiência, cada ator possuía responsabilidades específicas para o êxito da parceria. Desse modo, cabia à prefeitura a criação das condições necessárias para o funcionamento da associação, o que se dava por meio de repasses de recursos financeiros e da busca da adequação da coleta seletiva. Além disso, cabia ao poder público municipal o fornecimento de apoio técnico para o aproveitamento do material coletado e a divulgação do serviço para a população da cidade.

Já a Mitra, que se fazia representar pela Pastoral de Rua, era responsável pelo cumprimento de todas as obrigações da ASMARE, assumindo um papel de garantidor do sucesso daquela experiência. No que tange à ASMARE, cabia a operacionalização da coleta seletiva, a administração, a comercialização e o desenvolvimento da catação e da triagem, bem como a armazenagem e a venda do material reciclável.

A ASMARE (MG) e a COOPAMARE (SP) tornaram-se, portanto, atores sociais estratégicos no processo organização da categoria (RIBEIRO et al., 2009). Tais experiências se constituíram como a base para a criação de outras entidades durante o início dos anos 2000, podendo-se mencionar, como exemplo, as experiências em Porto Alegre, Natal e Santos.

Um dos resultados imediatos da realização da atividade no seio dessas organizações, a partir da década de 1990, foi a mudança qualitativa nas condições de vida e de trabalho dos cata-

dores que deixaram o contexto do lixão e da catação autônoma nos centros urbanos. Inicialmente, a parceria de cooperativas e associações de catadores com o poder público se resumia à cessão de galpões e de equipamentos, o que, naquele momento, já representava um avanço – embora ainda com uma perspectiva assistencialista²³.

As organizações eram compostas por diversos grupos, como ex-catadores de lixão; catadores autônomos; e desempregados recém chegados à catação (RIBEIRO et al., 2009). A formação delas, bem como as parcerias firmadas junto ao poder público, proporcionou maior participação nas atividades de triagem e beneficiamento dos recicláveis, bem como igualdade na remuneração. Entretanto, mais do que isso, como afirma Jacobi (2006, p. 14), esse novo cenário também gerou obrigações:

A criação de oportunidades para a participação de organizações de catadores em programas de parceria gera uma série de exigências para ambos os polos do processo, tanto em termos de regulamentações, formas de aplicação de recursos, quanto em relação a modelos institucionais apropriados. A ampliação das práticas de geração de emprego e renda implica, por exemplo, uma transformação tanto do lado dos “antigos catadores de rua”, agora transformados em membros de uma associação ou cooperativa, como do poder público, que terá de garantir condições institucionais para consolidar uma dinâmica transformada de gestão da inclusão social.

A atuação de diversas instituições na tentativa de organização desses trabalhadores em cooperativas resultou em ganhos significativos em termos de recuperação de sua dignidade e autoestima: “Como consequência, os catadores vinculados às cooperativas, antes vistos como perigosos, vagabundos ou mendigos, adquirem respeitabilidade de uma atividade reconhecida socialmente” (LIMA, 2015b, 327).

Após a evolução da organização desses indivíduos, hoje, uma das principais reivindicações da categoria se refere à

²³ Conforme Lima (2015b), o apoio municipal conferido às organizações durante a década de 1990 se materializou a partir do fornecimento de espaços para o armazenamento do material coletado, de caminhões e prensas.

ampliação dos programas de coleta seletiva com inclusão social e do número de organizações que recebem a remuneração pela prestação dos serviços de coleta seletiva no Brasil. Essa luta, por sua vez, é capitaneada pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

O surgimento dessa entidade de representação nacional guarda relação com a continuidade da mobilização dos catadores durante a década de 1990. O fato é que, durante os anos em que foram sendo formadas as primeiras organizações, a luta dos catadores em prol de direitos foi unindo os indivíduos que sobreviviam da atividade em torno de demandas comuns.

De acordo com Almeida (2016, p.68), o início das discussões em torno da PNRS ocorreu em 1991, quando o “projeto de lei passou praticamente uma década sem movimentações de grande relevo”, sendo retomado somente por volta do ano 2000, quando ocorreram discussões em audiências públicas sobre o tema. No ano de 1999, realizou-se, em Brasília, o Encontro Nacional de Catadores de Papel, momento em que surgiu a ideia de criação de um movimento de representatividade nacional. Dois anos depois, ocorreu, na mesma cidade, o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, sendo fundado, de fato, o MNCR. Esse evento contou com a participação de cerca de 1.600 congressistas – entre catadores, técnicos e agentes sociais (CARTA DE BRASÍLIA, 2001).

A criação do MNCR, mais do que um simples marco temporal, representa, na verdade, a organização política desses atores sociais, a qual contribuiu para colocar no panorama das políticas públicas as temáticas relacionadas à inclusão desse grupo de trabalhadores. Assim destacam Sant’ana e Metello (2016, p. 23) sobre o surgimento desse movimento social:

O MNCR é um exemplo vivo desse processo. Isto porque, até o surgimento do movimento, a representação simbólica e efetiva de suas demandas era realizada por organizações de apoio que, por meio de seu engajamento, buscavam “abrir os olhos” das instituições públicas para um tema de mais alta relevância social. A partir da criação do MNCR, essa representação se tornou mais intensa na medida em que a organização do movimento possibilitou a expressão das demandas

dos catadores pelos próprios catadores. O que significa que, além das instituições de apoio – que continuaram a ocupar um papel importante na mobilização e no suporte às causas relativas ao catador –, eles passaram a contar com uma organização nascida no seio da atividade de catação e que era organizada, gerida, planejada e formulada pelos próprios catadores.

Ao partir da afirmação da existência de mais de cinco décadas de atuação cotidiana, por meio da Carta de Brasília (2001), os participantes do evento apresentaram um anteprojeto de lei em prol da regulamentação da “profissão catador de materiais recicláveis”. O documento já antecipava as principais lutas que motivariam a atuação do MNCR ao longo das décadas seguintes: a destinação de recursos para o fomento e o subsídio de empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis, visando à inclusão social por meio do trabalho realizado em cooperativas ou associações.

Esse documento já anunciava, igualmente, os preceitos que, somente uma década depois, seriam previstos na PNRS: a definição e a implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorizasse o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, sendo os materiais recicláveis postos sob a gestão dos empreendimentos dos catadores. A Carta de Brasília (2001), ainda, previa os contornos almejados para a erradicação dos lixões em todo o país.

Durante os anos que se seguiram, os debates e a luta permaneceram vivos. Em 2002, a atividade desempenhada pelos catadores de materiais recicláveis foi registrada como ocupação na classificação brasileira de ocupações (CBO), o que representou avanço para a categoria.

Em continuidade a essa evolução, no ano de 2003, primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado, no Brasil, o Comitê interministerial de Inclusão Social dos Catadores (CIISC), coordenado, de forma integrada, por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério das Cidades e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Compunham o Comitê, também, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES); a

Fundação Banco do Brasil, a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal, além do próprio MNCR.

Nesse mesmo ano, catadores de diversas nacionalidades se reuniram em Caxias do Sul (RS) para o 1º Congresso Latino-americano de Catadores. A segunda edição do evento ocorreu em 2005, em São Leopoldo (RS), sendo estabelecidas novas metas para a luta da categoria, em acréscimo àquelas já existentes. Em 2006, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, a fim de promover a divulgação de suas reivindicações, bem como, buscando ser ouvido pelo Governo Federal, realizou uma grande marcha em Brasília com a participação de mais de 1.200 catadores na Esplanada dos Ministérios.

Nesse mesmo ano, a categoria já pôde comemorar o seu primeiro grande avanço em termos normativos: a publicação do Decreto Federal nº 5.940/2006, que institui, dentre outros aspectos, a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis²⁴.

Ao longo dos anos, após a sua consolidação enquanto Movimento, portanto, os catadores estiveram empenhados em aplicar a sua capacidade de articulação na defesa de seus interesses (ALMEIDA, 2016). Já no ano de 2007, os catadores obtiveram outra conquista no campo legal: a alteração da redação do inciso XXVII do artigo 24 da Lei de Licitações (Lei Federal 8.666/1993). A redação desse inciso, modificado em virtude da vigência da lei 11.445/2007 (Política Nacional de Saneamento Básico), estabeleceu novo caso de dispensa de licitação para a contratação da coleta, do processamento e da comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações

²⁴ Por meio desse ato normativo, (1) as organizações que são exclusivamente formadas por catadores de materiais recicláveis; (2) que tenham a catação como única fonte de renda; (3) formalmente constituídas; (4) que não possuem fins lucrativos; (5) que disponham de infraestrutura para a realização da triagem e da classificação dos resíduos recicláveis descartados; e que, além disso, (6) apresentam o sistema de rateio entre os seus membros, estarão habilitadas para firmar acordo para o recebimento dos materiais recicláveis provenientes de órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Esse foi, portanto, o primeiro passo para a institucionalização e a facilitação da contratação das organizações de catadores na operacionalização dos serviços de coleta seletiva no Brasil. Mas, ainda estava pendente a normatização da almejada inclusão da categoria, o que somente viria com a vigência da PNRS.

No ano de 2008, ocorreu, em Bogotá, o III Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis, contando-se com a presença de representantes de 15 nações da América Latina²⁵. Um dos objetivos comuns era, justamente, a exigência de que os poderes públicos efetivassem a contratação dos serviços de limpeza priorizando as organizações de catadores e garantindo-lhes as condições para a sua efetiva inclusão (CARTA DE BOGOTÁ, 2008).

A partir do avanço desse debate e das discussões do texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, visualizou-se uma janela em que foi possível, para esse grupo, a inserção de propostas para a categoria na legislação nacional.

Conforme explicitou Almeida (2016), a PNRS foi a política ambiental que contou com o maior tempo de tramitação no Congresso Nacional. Tal fato ocorreu devido à complexidade técnica do tema, bem como em função da necessidade de se criar uma lei que contemplasse aspectos relacionados tanto à gestão de diferentes tipos de resíduos, como também àquela a ser realizada pelo poder público, em diferentes níveis, além definir o papel da iniciativa privada e dos próprios consumidores. Desse modo, tratava-se de uma política que, em sua formulação, abrangia uma diversidade de interesses e atores – a exemplo dos catadores de materiais recicláveis, os quais apresentaram participação ativa no processo de tramitação da norma:

²⁵ Estiveram presentes representantes das seguintes nações: Argentina, Chile, Peru, Brasil, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia.

O MNCR argumentava a necessidade de fomento e inclusão de cooperativas de catadores na coleta seletiva, bem como a constituição de redes de comercialização para os materiais reciclados. A organização se mostra bastante ativa no processo de lobby, tendo, inclusive se encontrado com o ex-presidente Lula em junho de 2009, no evento “Expocatadores”. De fato, os pontos abordados pelos representantes dos catadores, foram ao longo de todo o processo legislativo bem recebidos pelos relatores e pelos deputados membros da comissão e dos grupos de trabalho (GTs). Tal fato pode ser explicado por se tratar de um assunto que envolve não só a gestão dos resíduos, mas perpassa por toda uma questão social, que chama atenção tanto dos parlamentares como também de outros atores participantes do processo. Foram raras as manifestações abertamente contrárias à atuação dos catadores (ALMEIDA, 2016, p. 128).

Para Almeida (2016), as demandas defendidas pelo MNCR foram atendidas e estão contempladas na PNRS, o que guarda relação com o processo evolutivo da categoria – aqui esboçado – e com a atuação desse movimento fora da casa legislativa (a exemplo do encontro com o então presidente Luís Inácio Lula da Silva). Além disso, frise-se, a causa era defendida por outros atores que também se empenharam nas discussões (como organizações não governamentais).

Ao final desse processo, garantiu-se, na PNRS, doze citações diretas aos catadores, sendo um dos objetivos dessa norma a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Além disso, previu-se, como um de seus instrumentos, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis a fim de que esses sejam alvo das ações decorrentes da PNRS. O quadro presente no Apêndice C apresenta as referências à categoria dos catadores existentes no texto da lei 12.3015/2010.

A criação e o fomento ao desenvolvimento das organizações autogestionárias consiste, portanto, no formato jurídico-institu-

cional eleito pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores no Brasil.

Após a entrada em vigor da PNRS, foram publicados dois decretos que representaram avanços para os catadores. O primeiro deles consiste no decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nele, manteve-se explícita a prioridade conferida à participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda na coleta seletiva municipal (art. 11). Ademais, esse decreto apresenta o catador como agente primordial na criação de acordo setoriais²⁶ (art. 20, §3º) e para a operacionalização da logística reversa²⁷ (art. 18 § 1º).

Esse decreto foi além: em conformidade com as diretrizes da PNRS, determina que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (art. 41); determinando, de forma expressa, a necessidade de que as políticas públicas voltadas para catadores de materiais recicláveis observem a busca pela melhoria das condições de trabalho desses indivíduos (art. 44, III).

A indução à inserção das organizações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda é explícita. Além dos dispositivos acima referidos, pode-se citar, aqui, a estratégia de priorização no acesso a recursos da União (ou por ela controlados) ou a incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento destinados aos estados e municípios que implantarem a coleta

²⁶ Entende-se por acordo setorial o ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (BRASIL, 2010, art. 3º, I).

²⁷ A Logística Reversa é compreendida como o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010, art. 3º, XII).

seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores (art. 79, II, b). Nesse sentido, cite-se, também, a previsão de criação, por parte das instituições financeiras federais, de linhas especiais de financiamento para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, com o objetivo de aquisição de máquinas e de equipamentos utilizados na gestão de resíduos sólidos (art. 81, I).

Para além desse avanço normativo para a categoria, data de 2010, também, a publicação do decreto nº 7.405. Esse, por sua vez, instituiu o Programa Pró-Catador, o qual possuía a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (art. 1º).

Para além disso, seguindo a tônica das reivindicações dos próprios catadores, o decreto 7.405/2010 revogou o antigo decreto publicado em 11 de setembro de 2003, que criava o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, o qual foi denominado, a partir daquela data, de Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis²⁸. Por meio desse novo

²⁸ Conforme o art. 6º do Decreto nº 6.405/2010, o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, apresentava como composição os seguintes ministérios: do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social; Educação; Saúde; Cidades; Turismo; Minas e Energia; Fazenda; Ciência e Tecnologia, e Planejamento, Orçamento e Gestão; além da Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Previa-se, ainda, a realização de convite para integrar o Comitê Interministerial representantes da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A., da Fundação Banco do Brasil, da Fundação Parque Tecnológico Itaipu, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

decreto, o comitê tornou-se o coordenador das ações de execução e de monitoramento do Programa Pró-Catador.

A criação desse programa e a instituição de uma nova denominação para o Comitê são elementos que apontam para uma nova fase das políticas públicas voltadas para a inclusão social de catadores de materiais recicláveis, a qual teve seu ápice no ano de 2010. Deve-se ressaltar que os avanços normativos referidos são resultado da luta iniciada desde a década de 1980 e representam uma mudança de paradigma que possui como marco principal a Política Nacional de Resíduos Sólidos. No sentido do exposto, é possível concluir, conforme explicita Freitas (2005, p. 210) para o caso dos catadores de Belo Horizonte, que:

Desde que os catadores partiram para a realização desse tipo de ação [conjunta – formando organizações], iniciaram-se no rito de autoconstrução do indivíduo sujeito, condição fundamental para o exercício da cidadania. É fundamentalmente nessa nova forma de agir e de se posicionar que esses indivíduos excluídos recriam uma maneira diferenciada de se relacionar com o mundo social. Recriam, portanto, estratégias de aceitação recíproca de pretensões de validade, o que propicia o consenso indispensável ao processo de entendimento mútuo de sujeitos participantes de um agir comunicativo. São esses pressupostos consensuais da ação comunicativa que produzem motivações para suas ações.

Desse modo, acerca do processo de construção da categoria no Brasil, a autora deixa claro que, a partir da formação de organizações de catadores, esses indivíduos passaram a ser vistos e reconhecidos pelo conjunto da sociedade, momento em que, igualmente, se auto reconheceram como sujeitos coletivos. Como afirma Freitas (2005, p. 211):

Em outras palavras: desde que começaram a se encontrar, tiveram oportunidade de, coletivamente, racionalizar sobre suas condições de sobrevivência e existência, e de comunicá-las através da fala ou da utilização de um novo discurso, o discurso da organização e da reivindicação de direitos.

A luta travada pelos catadores tinha como base o alcance da denominação de “trabalhador”, expressão que, por sua vez, surge carregada de significados por se constituir, para aqueles indivíduos, como o único meio de integração social. Dessa forma, “o nome de trabalhador parece oferecer ao pobre um mínimo de possibilidade de ser socialmente aceito” (FREITAS, 2005, p. 219).

No início do período de construção da categoria, a formação de organizações trouxe, para o catador, portanto, a possibilidade de criação de uma nova identidade e de uma nova cidadania, as quais, embora não consolidadas, puderam iniciar o processo. Conforme Freitas (2005, p. 243):

Na trajetória dos catadores de papel, acreditamos que essas ideias vêm ganhando forma e expressão, à custa de mudanças nas posturas dos diferentes envolvidos na questão. Houve mudança de postura dos catadores, à medida que passaram a se reconhecer e a se encontrarem na luta por interesses comuns. Mas, houve, também, mudanças na política de atendimento a determinadas demandas desses sujeitos coletivos. Destaca-se, ainda, neste processo, a sensibilização de diversos outros segmentos do setor público e privado, evidenciada nas diferentes formas de apoio aos catadores e nas parcerias estabelecidas com eles.

Pelo exposto, o histórico da organização dos catadores no Brasil demonstra a “possibilidade de construção de uma nova identidade. Essa, por sua vez, vem sendo forjada em contraposição às mais diversas expressões de marginalização e estigmas que compõem a trajetória desses trabalhadores na cidade” (FREITAS, 2005, p.22).

A partir do olhar atento sobre o histórico traçado no capítulo anterior e a evolução da organização da categoria aqui apresentada, foi possível destacar o avanço da categoria a partir da formação das organizações autogestionárias pautadas na economia solidária. À época de discussão do texto da PNRS, buscava-se incluir a categoria por meio do trabalho, sendo a principal bandeira levantada como formato jurídico institucional para a inclusão de catadores a atividade realizada em organizações autogestionárias. Nesse sentido, a seguir, será abordado o referencial teórico

que contribuiu com a formação da ideia de inclusão pela via da criação de organizações pautadas na economia solidária.

2.2 O cooperativismo no Brasil: origens e principais características

As raízes do cooperativismo advêm das ideias de Robert Owen que idealizava, durante o século XIX, a formação de aldeias cooperativas instaladas ao redor das fábricas, as quais teriam os trabalhadores como proprietários e gestores dos meios de produção. Nesse sentido, conforme Souza (2003, p. 35):

Ao longo de sua vida, Owen formou várias aldeias cooperativas na Inglaterra e nos EUA, mas que não tiveram muito tempo de existência. O “owenismo” se tornou um movimento de massas na Inglaterra nos anos 30 do século XIX e seu líder estimulou a formação de cooperativas industriais baseadas nos sindicatos. Mas os sindicatos passaram a ser reprimidos violentamente, vindo a fechar, e aquele cooperativismo chamado utópico por sua vez não foi adiante.

Lima (2007a) destaca que as cooperativas de trabalho surgiram na Inglaterra como resultado desse movimento operário do século XIX. Inicialmente, tomaram a forma de cooperativas de consumo, criando-se, em seguida, as de trabalho e de produção industrial. Nesse sentido, no ano de 1844, operários do setor têxtil, militantes dos movimentos owenista e cartista, deram início a uma cooperativa de consumo em Rochdale, na Inglaterra, visando à redução do custo e à melhoria da qualidade dos alimentos que consumiam. Essa cooperativa se expandiu durante o século XIX e hoje representa a base do cooperativismo moderno.

Já durante o século XX, as organizações se desenvolveram e assumiram as formas de cooperativas de produção, de comercialização e de crédito (SOUZA, 2003). No decorrer desse período, essas organizações foram surgindo e se desenvolvendo em contextos de recessão econômica com maior ou menor apoio dos governos, por meio de contratos de prestação de serviços ou de legislação que favorecia a formação dessas instituições (LIMA, 2007a).

A ideia principal que impulsionou a formação dessas organizações é a de que, na economia capitalista, o equilíbrio entre oferta e demanda exige a livre competição. Para aqueles desprovidos de capital, a única arma é a solidariedade, visto que a “infundável carência de tudo o que dá qualidade à vida – duma moradia confortável e segura à saúde, escola, vestuário etc. – torna o repartir um comportamento antes de mais nada racional” (SINGER, 2001, p.104).

Foi nesse sentido que a economia solidária surgiu como “diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos” (SINGER, 2001, p. 105). Para os defensores dessas organizações, o seu início se relaciona com a necessidade de uma reação às carências que o sistema dominante se nega a resolver. Cunha (2003, p.46-47) destaca que há formas diferenciadas de se enxergar a economia solidária. Como afirma:

Muitos autores interpretam a economia solidária como forma de resistência dos setores populares à crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social. Entre eles, vários enxergam, além do caráter emergencial e imediato, também um potencial de transformação social e entendem a economia solidária não só como uma necessidade material, mas também como uma opção ideológica. Alguns argumentam inclusive que se trataria de economia alternativa ao modelo capitalista. [...] Outros autores são mais cautelosos em admitir a economia solidária como alternativa ao capitalismo, porque ainda há muita contradição interna, na medida em que práticas e valores baseados em solidariedade e democracia coexistem com outros baseados em individualismo e desigualdade.

Na América Latina, entre os teóricos, não existe uma unanimidade sobre o conceito de economia solidária (LEITE, 2015), o que requer a apresentação das principais peculiaridades do pensamento latino-americano.

Razeto (1993) concebe a ideia como a possibilidade de superação do capitalismo e do aperfeiçoamento da economia, o que se daria por meio de novas formas de produção, as quais

se baseariam na reciprocidade. Nesse sentido, o autor propõe a concepção da economia da solidariedade, baseada na economia solidária a nível macroeconômico e setorial; na democratização do mercado e no desenvolvimento sustentável.

No seio dessa discussão, propõe Coraggio (2011) que a economia popular se desenvolva até alcançar a condição de economia do trabalho, compreendida como uma economia que supera os interesses individuais na busca pela criação de bens coletivos e pela reprodução ampliada da vida. Essa, por sua vez, significa a melhoria da qualidade de vida a partir do desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais. Conforme o autor:

La Economía del Trabajo se plantea, en cambio, como sistema alternativo, con otras reglas, otras relaciones de poder más democráticas, otros valores y otro sentido estratégico: la optimización de la reproducción ampliada de la vida de todos, lo que supone niveles de diálogo y cooperación, de decisión colectiva, de reconocimiento de las necesidades y de diseño de estrategias para su gestión colectiva (CORAGGIO, 2011, p. 104).

No pensamento de Coraggio, entretanto, a economia do trabalho aparece como uma outra economia, a qual não possui a pretensão de substituir a economia centrada no capital, mas sim poderia conviver e competir com ela. Conforme Cunha (2003, p. 61), “não se trata de substituir o sistema capitalista, mas chegar a um sistema misto, composto de três subsistemas (economia pública, empresarial e do trabalho), no qual a economia do trabalho alcance condições e recursos equiparados aos outros dois”.

No Brasil, igualmente, o debate acadêmico evidencia uma diversidade de concepções sobre a economia solidária. Aqui, serão consideradas, para iniciar a apresentação da discussão em nível nacional, as ideias de Paul Singer (2003), expoente da área, que percebe a economia solidária como um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo. De modo sintético, afirmou o autor:

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2003, p. 13).

Nesses empreendimentos, algumas características básicas merecem destaque. A primeira delas é o fato de que as relações sociais de produção desenvolvidas são distintas daquelas presentes em relações assalariadas. Nos empreendimentos econômicos solidários, tem-se a predominância da propriedade social dos meios de produção. Além disso, o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores. Há, portanto, uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, de modo que, nesse novo formato, “a autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza” (GAIGER, 2003, p. 193).

Para Gaiger (2005, p. 11), umas das características virtuosas dos empreendimentos solidários é a indução de jogos de confiança, o que torna sistemática a adoção de condutas de reciprocidade na sua vida interna. A análise de tais empreendimentos deve, portanto, fugir à lógica econômica, visto que “sua razão de ser consiste em preencher as necessidades materiais de seus membros, assim como suas aspirações não monetárias, de reconhecimento, inserção social, e autonomia”.

Assim, dentre os princípios que coexistem no seio dessas organizações e que se sobrepõem à economia de mercado, pode-se citar a reciprocidade. Nesse sentido, França Filho e Laville (2004) afirmam que a economia solidária se constitui como uma articulação entre a economia mercantil (quando a produção e a distri-

buição são realizadas no mercado), não mercantil (fundada na distribuição realizada pelo Estado) e não monetária (produção e distribuição realizadas com base na reciprocidade).

Tais autores se inspiram em Polanyi (2000), que revela quatro princípios do comportamento econômico, a saber: a domesticidade (relacionada à produção familiar); a reciprocidade (ligada à dádiva e à troca entre membros da sociedade); a redistribuição (apropriação e distribuição de víveres por uma autoridade); e, por fim, o princípio de mercado, vinculado à competição.

O projeto de uma economia solidária só é perceptível por meio de uma dupla inscrição nas esferas política e econômica (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Desse modo, duas são as dimensões principais que emergem do processo de consolidação de organizações econômicas solidárias: a econômica, enquanto atividade capaz de garantir um meio de vida aos seus membros, e a política, enquanto organizações coletivas, nas quais prevalecem práticas democráticas, cooperativas e autogestionária. Conforme Cunha (2003, p. 47):

Participar de uma cooperativa ou forma econômica solidária é uma experiência que pode educar para a prática e para o exercício consciente de direitos e deveres políticos – por intermédio das decisões tomadas coletivamente em assembleias ou por representantes eleitos democraticamente, da fiscalização coletiva das contas, da transparência das informações, da garantia de igualdade de voz e voto a todos os integrantes. Mais ainda, é experiência que pode restaurar condições de sociabilidade (ameaçadas sobretudo em situações extremas de marginalização econômica), à medida em que resgata o senso de pertencimento a uma coletividade, fortalece laços de confiança e respeito mútuos, aumenta o reconhecimento da alteridade, e no plano pessoal, promove a capacidade de expressão, a autoestima e a existência de projetos de via.

No seio dessa discussão, Cattani (2003) explicita a necessidade de superação da economia capitalista. Para o autor, esse sistema carrega consigo três problemas gravíssimos: o incentivo à acumulação; o agravamento das desigualdades e a existência de riscos à sobrevivência da humanidade em função da intensi-

ficação dos processos predatórios. Com base nessas e de outras evidências, o autor delinea a necessidade de construção de outra economia para atender às demandas de uma sociedade exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. Nesse sentido, assegurou Cattani (2003, p. 10):

No lugar da concorrência fratricida, os sentimentos que emergem com força em alguns grupos são os da cooperação e da solidariedade; no lugar da devastação da natureza, a relação respeitosa com as múltiplas formas de vida; em vez do processo de acumulação e concentração irracionais da riqueza, a generosidade da partilha e da doação. O consumo desenfreado e neurótico pode ceder lugar à fruição tranquila de bens. O trabalho alienado pode ser substituído pelo labor consciente e criativo que propicia a realização humana plena. O capitalismo tem dimensões senis, ultrapassadas e, insisto, medíocres, devendo, pois, ser superado por modalidades mais avançadas de organização econômica e social.

Nesse cenário de construção de uma nova economia, estão previstos formatos como o associativismo e o cooperativismo. De acordo com Albuquerque (2003a), o primeiro se refere a um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas a partir de um projeto comum, buscando superar dificuldades ou conseguir melhores condições de vida. As associações podem existir em vários campos da atividade humana, podendo a sua criação derivar de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais. Desse modo, esses grupos podem se constituir enquanto associações filantrópicas, de moradores, de defesa da vida, culturais, de classe ou de trabalho. Essas últimas são formadas por trabalhadores ou pequenos proprietários organizados para a realização de atividades produtivas ou para a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias.

Já as cooperativas se constituem como união autônoma de pessoas que se agrupam voluntariamente e constituem uma empresa de propriedade comum para a satisfação das aspirações econômicas, sociais ou culturais. Essas organizações se baseiam em valores como a solidariedade, a democracia, a participação e a autonomia.

De acordo com Schmidt e Perius (2003), o cooperativismo é regido por princípios como (1) a adesão livre e voluntária – configurando-se como organizações abertas e de livre adesão; (2) o controle democrático – pautadas na participação ativa de seus membros na tomada de decisão; (3) a participação econômica do sócio – os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa; (4) a autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua; (5) a educação, treinamento e informação – as cooperativas devem promover educação e formação para os seus sócios; (6) a cooperação entre as organizações – as cooperativas servem de forma eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto; e (7) a preocupação com a comunidade – as organizações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

No Brasil, Schmidt e Perius (2003) e Magera (2003) situam o início do movimento cooperativista em 1847, ano em que o médico francês Jean Maurice, adepto das ideias de Charles Fourier, fundou, no Paraná, uma colônia baseada no ideal cooperativista. Outras experiências semelhantes surgiram em Santa Catarina no mesmo período. Entretanto, essas organizações duraram pouco tempo e ainda não possuíam a fisionomia do que hoje se configura como cooperativa, mas à semelhança dos falanstérios idealizados por Fourier. O cooperativismo, nos moldes atuais, somente teve início em 1891. De acordo com Schmidt e Perius (2003, p. 64-65):

[...] o cooperativismo, com a sua fisionomia de organização cooperativa, apareceu no Brasil a partir de 1891. Naquele ano surgiu, em Limeira, São Paulo, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. No Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, em 1894 fundou-se a Cooperativa Militar Consumo. Em 1895, em Camaragibe, Pernambuco, surgiu outra cooperativa de consumo. Em 1897 lançou-se em Campinas a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. E, em 1898, nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, a Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos daquela cidade.

Ao longo do século XIX, surgiram diversas organizações nos ramos da agropecuária, eletrificação rural, crédito rural, cooperativismo de consumo, cooperativismo de crédito urbano, cooperativismo habitacional, de trabalho e de saúde.

Somente em 1971 foi publicada a legislação que rege as sociedades cooperativas – a Lei Federal 5.764. De acordo com essa norma, as cooperativas, são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (art. 4º), podendo adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade (art. 5º). Posteriormente, com a Constituição Federal de 1988, as cooperativas brasileiras alcançaram a sua autonomia, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento²⁹.

Singer (2003) destaca que a economia solidária ressurgiu, no Brasil, de forma esparsa, nos anos de 1980. Foi nesse contexto que as cooperativas de trabalho adquiriram maior visibilidade a partir dos movimentos de recuperação de fábricas falidas em diversas regiões e do surgimento de cooperativas envolvendo profissionais liberais e desempregados de empresas públicas em processo de enxugamento e, posteriormente, de privatização.

No mesmo sentido, Lima (2007a) destaca que, a partir da segunda metade do século XX, nos países em desenvolvimento, essas cooperativas foram utilizadas pelos governos como forma de atenuar problemas referentes à desigualdade social e à insurgência política. Desse modo, ao longo dos anos, as organizações pautadas nos ideais da economia solidária foram percebidas como ambientes aptos a resgatar seus membros da pobreza, além de promover a acumulação das sobras, multiplicando as fontes de trabalho e renda solidárias (SINGER, 2001). Ou seja, consistiam em iniciativas econômicas que representavam “uma opção

²⁹ Previu-se, no artigo 5º, XVIII, da Constituição Federal, a criação de associações e cooperativas independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Conforme estabelece o Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento” (GAIGER, 2003, p. 182).

Desse modo, a partir da década de 1970, mas, principalmente, na década de 1980, a ideia do cooperativismo ganhou novo fôlego com as transformações econômicas ocorridas no Brasil. Segundo Lima (2007a, p. 72), trata-se do “novo” cooperativismo:

O “novo” cooperativismo, se podemos dizer assim, vai responder a novas demandas das sociedades capitalistas em transformação: o crescimento do desemprego e a necessidade de se encontrarem formas alternativas de ocupação e geração de renda; responde ainda, de forma complementar, a propostas alternativas de organização social decorrente das mudanças culturais e políticas desse período e a interpretações do social.

Na segunda metade da década de 1990, a formação dessas organizações ganhou força como consequência da ação de movimentos sociais contra a crise e o desemprego. Como destaca Paul Singer (2003, p. 25):

Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG).

Desse modo, no final do século XX, no Brasil, generalizaram-se os processos de terceirização e subcontratação. As cooperativas se inseriram como possibilidade de redução de custos empresariais. Nesse sentido, potencializou-se a formação de um conjunto de iniciativas que buscavam a construção de práticas alternativas para as relações de trabalho assalariadas. Em um contexto de aumento do desemprego e das condições

precárias de labor, uma opção que possibilitasse a emancipação do trabalhador da exploração capitalista foi gestada. Em Barbosa (2007, p.65-66), é possível encontrar um resumo das políticas gestadas entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 como resposta ao desemprego:

Assim, a seu modo e nas várias dimensões, o Estado pouco a pouco montou um mosaico de pequenas ações e medidas que, em conjunto, conformam esse novo modo de se entender o trabalho e a atuação pública em seu entorno. O crescimento do trabalho estágio, das cooperativas, do trabalho informal, o achatamento salarial e a liberação para demissões foram induzidos por ação direta do Estado brasileiro. Isso provavelmente serviu para atenuar não só as tensões do mercado de trabalho, mas também os conflitos sociais capazes de onerar a abertura econômica e a subordinação internacional ao capital financeiro.

Desse modo, nos anos de 1990, se alastrou, no Brasil, o número de experiências de cooperativas de produção criadas a partir da reabertura de empresas falidas. Durante a referida década, surgiram, ainda, as primeiras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)³⁰, as quais pertencem a universidades e prestam apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico a organizações autogestionárias.

Apesar da proliferação do número de experiências, Pochmann (2004) destaca que essas alternativas para a inclusão socioprodutiva eram frágeis, conduzindo os associados à busca por bicos ou pelo trabalho assalariado. Ao considerar tal questão, ao longo dos anos, e a fim de fortalecer tais experiências, o poder público, em suas diversas esferas, concretizou medidas de apoio a essas iniciativas, as quais, para o autor, se constituíam enquanto medidas assistencialistas que operaram como um fim em si mesmas, ao invés de se configurar como medida emancipatória para os grupos alijados do mercado de trabalho:

³⁰ Conforme Cruz (2002), as primeiras incubadoras universitárias de cooperativas populares surgiram, em 1996, nas universidades federais do Rio de Janeiro e do Ceará.

Na maior parte das vezes, todavia, a política governamental terminou por reproduzir um certo assistencialismo improdutivo, pois ao operar como um fim em si mesmo demonstrou ser insuficiente para oferecer portas de saída emancipatória às angústias do conjunto dos excluídos. Poucas têm sido as experiências de políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva. Nesse contexto, o papel do Estado termina sendo confundido com o ciclo político eleitoral cujo raio de atuação compensatório e incompleto não aponta para a geração de saídas emancipatórias satisfatórias. Embora haja uma politização importante em torno da crise do desenvolvimento capitalista e do fracasso das ofertas de autoajuda individualistas, o desempenho dos empreendimentos pouco permite a sustentação de renda para além do médio prazo (POCHMANN, 2004, p.30).

Nesse sentido, Pochmann (2004) destacou a necessidade de fortalecimento dessas experiências, afirmando ser essencial chamar a atenção para os limites da economia solidária no Brasil, o que requeria a concretização de um conjunto de políticas públicas. No início dos anos 2000, o futuro da economia solidária pressupunha o desenho de uma estratégia de inclusão social capaz de combinar o fortalecimento de medidas pautadas na redistribuição de renda com caminhos de emancipação social, política e econômica.

Com base nessas premissas, surgiram as primeiras experiências que representaram um novo desenho conferido às políticas sociais no início dos anos 2000. Como exemplo, pode-se citar o caso do município de São Paulo, o qual construiu um novo modelo para a sua política social e do trabalho em contraposição à focalização dos recursos e à fragmentação das ações governamentais (MORETTO; POCHMANN, 2002).

Essa nova estratégia estava pautada em três grandes eixos programáticos: o de redistribuição de renda; o emancipatório comprometido com a criação de condições de autonomização dos pobres e desempregados; e aquele voltado à promoção do desenvolvimento local.

O segundo bloco, especificamente, era formado por três programas denominados emancipatórios, dentre eles, o Programa Oportunidade Solidária – lançado em 2001. Esse programa era voltado ao aprendizado em empreendimentos coletivos (associações, cooperativas e comunitários) e individuais. Este incluía a formação para a autogestão popular; a assistência à organização de empreendimentos; a capacitação técnica para o desenvolvimento da atividade prevista; a incubação de tecnologias para o desenvolvimento social e a criação de estratégias para a comercialização dos produtos. Ainda, previa-se a elaboração de um marco legal municipal que favorecesse o desenvolvimento desses empreendimentos, grupos ou redes de economia popular solidária.

Nacionalmente, a tentativa de criação de um novo modelo de política para a superação da pobreza e da exclusão data do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, na primeira década dos anos 2000, quando foi adotada, pela primeira vez, como política pública, outra via para o trabalho que não o emprego assalariado. Nesse contexto, o governo se propôs a investir nos diversos ramos do cooperativismo.

Até então, a estratégia pública formal de combate ao desemprego envolvia, basicamente, a promoção do emprego e da qualificação profissional. Segundo Barbosa (2007, p.193), à época, a geração de renda já era uma prática dos desempregados e dos trabalhadores mais pobres das periferias das cidades e do campo, entretanto, “aparecia como extremamente desarticulada em práticas pontuais e sem perspectiva mais estruturante da atividade econômica”.

Foi a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que ocorreu, de fato, uma reconceituação/ressignificação do trabalho (BARBOSA, 2007) e a vinculação à ideia da economia solidária foi um dos aspectos desse processo. Naquele momento, contou-se com uma base formada por três colunas que sustentaram tal ressignificação: a inserção da economia solidária no programa de governo; a criação de uma instância administrativa (a SENAES) e a escolha de Paul Singer como secretário – expoente e defensor da proposta.

Nesse sentido, data desse período a construção de um novo cooperativismo, o qual se relaciona com a democracia substantiva e com a participativa nas cooperativas, em oposição ao mero formalismo institucional. O “novo cooperativismo” se configura como um movimento que questiona a reprodução de cooperativas enquanto fachada para as empresas ou como arremedo de agregação de trabalhadores para a terceirização (BARBOSA, 2007).

A SENAES esteve diretamente conectada ao objetivo basilar de geração de trabalho e finanças; elaboração de legislação; constituição de cadeias produtivas e incentivo ao consumo ético. Suas ações voltavam-se para a criação de oportunidades de ocupação, à garantia da inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário, fortalecendo e divulgando a economia solidária nacional, mediante políticas integradas (SINGER, 2004a).

Como reflexo do incentivo público à criação de organizações autogestionárias e do novo olhar destinado ao cooperativismo no Brasil após os anos 2000, merece destaque a criação de marcos normativos, a exemplo da lei federal nº 12.690 de 19 de julho de 2012, a qual dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP), com a finalidade de promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social das Cooperativas de Trabalho no país.

De acordo com essa norma, as cooperativas de trabalho consistem em sociedades constituídas por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho (art. 2º). Essa lei apresenta, ainda, o conceito normativo de autogestão, a qual se configura como o processo democrático cuja Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos (art. 2º, § 2º).

Essas organizações podem se constituir como cooperativas de produção ou de serviço (art. 4º), podendo ser criadas por um número mínimo de sete sócios (art. 6º). Essa lei cuidou ainda de instituir direitos básicos aos membros das coopera-

tivas de trabalho, sendo eles: I - retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas; II - duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários; III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; IV - repouso anual remunerado; V - retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; VI - adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; VII - seguro de acidente de trabalho (art. 7º). Esse artigo, especificamente, representa um avanço na proteção destinada aos membros de tais organizações. Esses indivíduos, por não possuírem vínculo empregatício que amparasse a sua condição de labor nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permaneciam em situação de insegurança jurídica, não existindo, até a publicação da referida norma, uma lei que, diretamente, lhes conferisse direitos básicos.

Nesse sentido, no Brasil, o trabalho realizado no âmbito das cooperativas passou a ser regido pelas leis nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971; 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil e, no caso das cooperativas de trabalho, pela lei nº 12.690/2012.

Para além do aspecto institucional e legal, de acordo com Singer (2003, p. 27), o cooperativismo representa verdadeiro resgate da cidadania. “Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo”.

Por tais aspectos, o autor chega a propor que a organização de empreendimentos solidários pode ser considerada o início de revoluções locais, as quais mudam o relacionamento entre os cooperados. Para o autor, esse caráter revolucionário abre à economia solidária a possibilidade de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão social.

Essas organizações solidárias estão, teoricamente, pautadas nos ideais da autogestão, a qual, para Cattani (2003), se configura como um modo de agir coletivo segundo o qual os princípios da ação social advêm da prática e das intenções dos indivíduos, em conjunto. Para Singer (2004b, p. 5), a autonomia que caracteriza essas organizações consiste em um de seus principais atributos, o qual possibilita maior liberdade e apropriação de suas próprias funções pelo trabalhador:

[...] há razões para crer que o trabalho autônomo é preferível ao assalariado: 1. Porque sendo autônomo torna seu sujeito mais conhecedor de sua atividade e portanto mais capaz e instruído, ao passo que o trabalho assalariado faz com que o sujeito aprenda apenas o que é necessário para realizar as suas tarefas; 2. O trabalhador autônomo reúne as qualidades do empreendedor com os do produtor direto, duas funções que o capitalismo tende a separar, 3. No caso do trabalho autônomo coletivo ele tende a ser cooperativo e administrado de forma democrática por todos que dele participam. Esta possível superioridade do trabalho autônomo fica oculta da opinião pública e dos próprios trabalhadores porque só o trabalho assalariado, aparentemente, faz jus aos direitos trabalhistas. A jurisprudência neste sentido indica que o trabalho bom e digno é o assalariado pois só ele garante a quem o exerce direitos que deveriam ser de todos os que trabalham para viver.

Essa ideia ganhou cada vez mais força a partir das mudanças na organização da produção e com a necessidade dos setores produtivos de se adequarem aos parâmetros de mercado. Desse modo, “a ideia de autogestão ressurgiu com força atual, muito em função dos efeitos perversos da reestruturação produtiva” (ALBUQUERQUE, 2003b, p. 22). A adesão à autogestão por parte das organizações, entretanto, desperta aspectos positivos e negativos, os quais foram destacados por Albuquerque (2003b) e se encontram sistematizados no quadro que segue:

Quadro 14 - Principais aspectos relacionados à autogestão

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Amplia-se a capacidade produtiva dos trabalhadores, em virtude da existência de um ambiente mais democrático. Redução da rotatividade dos trabalhadores;	A participação na gestão, na propriedade e nos benefícios engendra maior acumulação de capital humano. A participação na gestão reduz a capacidade produtiva dos trabalhadores.
Atenção, por parte dos trabalhadores, no que se refere à qualidade da produção, possuindo uma percepção mais positiva do trabalho, um sentido elevado de suas responsabilidades e o desejo de aumentar seus rendimentos;	Os estímulos materiais ou os de participação abrem possibilidades para uma política de emulação e manipulação.
Envolvimento pessoal do trabalhador sobre a produtividade dos demais membros, desaparecendo o confronto patrão-empregado. Ocorre, ao invés disso, um processo de vigilância mútua.	Muitas vezes, torna-se dificultosa a medição da produtividade individual.
Aumento da eficácia da organização. O ambiente participativo facilita a comunicação e esta, por sua vez, favorece a identificação de ineficiências organizacionais.	Um ambiente produtivo autogestionários remete a um espaço de incertezas.

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Albuquerque (2003b).

Os aspectos positivos relacionados à autogestão são, justamente, os indutores das mudanças geradas no cotidiano dos trabalhadores, sendo o labor nessas organizações indicado como o propulsor de transformações, bem como de um verdadeiro resgate da cidadania (SINGER, 2003).

Um dos principais pontos benéficos destacados no contexto de funcionamento de organizações autogestionárias consiste na promoção da sociabilidade e da “autonomia do trabalhador como sujeito do próprio trabalho no processo de produção e na gestão do negócio” (BARBOSA, 2007, p. 141). Essa discussão se relaciona, justamente, com a utilidade social dos empreendimentos econômicos solidários³¹ (SILVA JÚNIOR; RIGO; PASSOS,

³¹ Conforme Silva Júnior; Rigo e Passos (2015, p. 162), a dimensão social da

2015). Acerca dos aspectos positivos ligados a tais empreendimentos, Gaiger (2009, p. 88) destaca a dimensão política, dado que as iniciativas “promovem a participação, dinamizam redes de interação e ampliam a democracia nas comunidades em que se inserem”. No caso dos catadores, conforme o IPEA (2017, p. 25):

Além da finalidade econômica, os empreendimentos coletivos formalizados de catadores também atuam como veículos de representação de seus associados junto ao poder público, dando-lhes um peso maior para reivindicar, entre outras coisas, espaços adequados para armazenar e separar o material recolhido e programas de financiamento para seu processamento e agregação de valor. Há ainda relatos de pessoas que reconhecem o trabalho organizado em cooperativas como um espaço de segurança e liberdade em relação à atividade individualizada no lixão ou nas ruas, mesmo mantendo uma série de precariedades em termos de condições laborais.

Ocorre que nem sempre a via pensada como alternativa para o trabalhador é capaz de gerar substancial transformação em seu contexto social e laboral. Nesse sentido, a seguir serão abordados os aspectos apresentados por teóricos que demonstram as contradições presentes em organizações autogestionárias.

Posteriormente, a análise enfocará o formato jurídico-institucional eleito pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores no Brasil, discutindo os avanços e as dificuldades que a formação de associações e cooperativas trouxe para a categoria e refletindo-se, ao final, acerca da configuração de uma metamorfose na condição social desses indivíduos a partir dessas organizações.

utilidade social nos empreendimentos da economia solidária se manifesta por meio do “fortalecimento dos laços sociais, pela construção das redes de cooperação, pelo “estoque”/acúmulo das relações sociais firmadas no território, e pela contribuição para o desenvolvimento regional e solidificação da democracia local”.

2.3 O contraponto da solução: velhos entraves sob nova roupagem

Realizada a discussão teórica em torno da economia solidária, o presente item abordará o debate acerca da possibilidade de inclusão social pela via da formação de organizações autogestionárias. Serão apresentadas as principais dificuldades apontadas pela teoria para o funcionamento e o desenvolvimento de cooperativas. Nesse sentido, mais do que uma continuidade da discussão, o presente capítulo busca tirar tais questões das notas de rodapé, com pouco destaque e relevância, e levá-las para o centro do debate (MAGERA, 2003).

Para tanto, uma frase de Singer (2001, p. 106-107) será útil para destacar a tônica do presente subitem. Em sua teoria da economia solidária, o autor alerta que: “cada nova cooperativa de produção é uma aventura, cujo êxito não está assegurado”, isso porque existiria um estágio inicial comum a todas as organizações, momento este em que as retiradas dos membros se limitam ao indispensável para a subsistência e as jornadas são de longa duração.

Entretanto, o que se pretende destacar, aqui, é mais do que a configuração dessa etapa inicial, mas também o fato de que a superação dessa fase é um dos principais desafios para a existência de uma autêntica organização autogestionária.

No sentido dessa discussão, Souza (2003, p. 37) alerta que “uma cooperativa tida como autêntica é aquela que surge da livre iniciativa dos seus membros e prevê em seu estatuto um sistema próprio de remuneração adicional e garantias que substituem a proteção legal de um emprego formal”. Ocorre que, nem sempre, essas condições são visualizadas na prática, o que resulta em casos de degenerescência, para a qual é possível listar diversas motivações.

A principal delas ocorre quando organizações que se afirmam autogestionárias “se tornaram de poucos donos e muitos empregados, como numa empresa capitalista qualquer, ou se converteram numa forma de precarização do trabalho do grupo de “cooperados”, contratado por um empregador”, o qual deseja se escusar dos encargos trabalhistas (SOUZA, 2003, p. 37). No mesmo sentido, apontou Faria (2005, p. 15):

Em muitos casos, as condições de trabalho enfrentadas nessas cooperativas não avançam em direção a uma radicalização da democracia nos locais de trabalho. O que de fato se observa é que, não raro, as cooperativas recorrem ao prolongamento da jornada não remunerada, à intensificação do ritmo ou à redução salarial para garantir a competitividade das empresas.

Por tais motivos, a natureza jurídica da relação estabelecida pelos cooperados com a organização é ainda objeto de conflito na esfera jurídica. Acerca dessa temática, Barbosa (2007) chama atenção para o caso das cooperativas de trabalho, visto que essas se destacam das demais, justamente porque os seus membros são proprietários da cooperativa e, ao mesmo tempo, provedores da força de trabalho, caracterizando uma duplicidade de identidade. Desse modo, “a legalidade da atuação das cooperativas de trabalho tem sido peça de muitos ritos judiciais por conta desse fio de navalha em que se situam as práticas, ferindo o direito do trabalho ou, no mesmo processo, amparando-se na liberdade de associação” (BARBOSA, 2007, p. 257). Casos de degeneração são, usualmente, denominados “cooperगतos”, configurando-se como fraude.

Outra situação normalmente destacada pelos estudiosos diz respeito a uma tensão existente entre a solidariedade que caracteriza as organizações autogestionárias e a sua necessária submissão às práticas típicas do modo de produção capitalista. Conforme Gaiger (2003), as organizações experimentam uma dupla submissão à economia capitalista. Elas estão sujeitas aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas aos agentes econômicos. Além disso, são obrigadas a adotar a base técnica do capitalismo e os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente. Tais aspectos funcionam como coerções que, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois obrigam os empreendimentos a conviver com tensionamentos e a realizar concessões em seus princípios.

Conforme Barbosa (2007, p. 294), “o voluntarismo do trabalho empreendedor é uma névoa que esconde a submissão”. Desse modo, resta discutir a possibilidade de desvincular uma pequena unidade produtiva da subordinação ao sistema capitalista. No mesmo sentido, destaca Bosi (2015, p. 46):

O que de fato se destaca nesse processo é a dependência de cooperativas em relação ao capitalismo. Se a economia se expande, mantendo ou aumentando a acumulação de capital, as cooperativas se favorecem disso. Não obstante, se a economia capitalista se estagna ou declina, o faturamento das cooperativas também se desidrata. Essa é uma regra geral que afeta o trabalho associado e organizado em cooperativas. Por isso é que do ponto de vista econômico é improvável que o cooperativismo se oponha ao capitalismo ou se apresente como alternativa a ele. Parece mais razoável vê-lo subordinado ao modo de produção capitalista, articulado à produção de mercadorias, embora sem demonstrar engajamento político com ela. De tudo isso, a interação das cooperativas com o capitalismo não indica hipótese alguma em que as primeiras sejam contrárias ou alternativas ao segundo.

O resultado desse aspecto é que, apesar de almejam se constituírem como expressão de uma nova forma social de produção que se contrapõe ao capitalismo, sob as vestes do fetiche da autonomia, os empreendimentos econômicos solidários são obrigados a conviver com as regras capitalistas para subsistir em um cenário ditado pelo capital (GODOY, 2009). Nesse sentido, sob os dizeres de Wellen (2008, p. 109), “no mundo real, as organizações da ‘economia solidária’, para disputarem com as empresas capitalistas as margens de mercado, precisam portar elementos que as tornem também competitivas”.

Outras características são ainda apontadas como obstáculos à concretização do ideal solidário. Como expõe Silva (2007, p. 153), “as falsas cooperativas têm sido identificadas como dispositivos de precarização do trabalho que se processa com intermediação de mão de obra”. Nesse sentido, Lima (2004) afirma que os principais problemas que inviabilizam os empreendimentos solidários são: a alta competitividade; a falta de uma cultura autogestionária; a alta rotatividade dos associados; e a manutenção da divisão do trabalho.

Barbosa (2007, p. 151) também destaca algumas das principais dificuldades que influenciam na sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários no Brasil. Dentre os principais aspectos apontados pela autora, está a baixa escolaridade

dos trabalhadores nos empreendimentos, “tanto em termos de diplomação formal quanto no que se refere a formação técnica para a execução da finalidade da unidade, bem como para a sua gestão”. Além disso, cite-se a baixa modernização – já que o maquinário adequado, muitas vezes, é ausente ou, se existente, obsoleto – e o baixo financiamento destinado a esses empreendimentos. No que tange a esse último aspecto, assim destaca a autora:

A possibilidade de fomentar a atitude empreendedora entre os trabalhadores desempregados ou inseridos em atividades econômicas de subsistência choca-se com a ausência de capital acumulado e de oportunidade de acesso ao sistema financeiro. No conjunto, as iniciativas de economia solidária são testemunhas dessa indisposição elitista do sistema financeiro com os trabalhadores sem garantias. (BARBOSA, 2007, p. 160).

No seio dessa discussão, a despeito dos elementos destacados, Singer (2003) acredita que o que induz a degeneração dessas organizações é menos a pressão exercida pelas práticas inerentes ao capital e mais a existência de uma descrença generalizada na capacidade de que os trabalhadores possam gerir o seu negócio de modo eficiente. Como destaca o autor, “esta descrença se baseia na ideia de que a administração de empresas é uma ciência que tem de ser aprendida em universidades, sobretudo quando se trata de empresas complexas operando com alta tecnologia” (SINGER, 2003, p. 19).

Nesse sentido, as organizações autogestionárias convivem, cotidianamente, com o descrédito em relação às suas práticas. Além disso, igualmente, são atropeladas pelo modo de produção capitalista, que a elas se impõe no momento de suas trocas, por exemplo. Tais experiências, portanto, ao invés de se autonomizar do sistema capitalista, com ele interagem, também, por meio de relações de subcontratação. Nesse sentido, “o trabalho cooperativo não anula a subordinação capitalista” (BARBOSA, 2007, p. 292).

Desse modo, a despeito de a via de formação de organizações autogestionárias ser apresentada como opção para a inclusão social, muitas vezes, escondem velhos entraves e um cenário ainda

precário. Nesses casos específicos, tem-se, portanto, a submissão do trabalhador, e não de uma alternativa certa para a transformação de sua realidade.

Deve-se observar que o debate atual sobre o cooperativismo no Brasil gira em torno de duas interpretações principais. A primeira delas se relaciona com os estudos de Singer e reflete a ideia de que além de opção ao desemprego e forma de recuperação de postos de trabalho, “a formação de redes de cooperativas se constituiria numa semente de uma economia social na qual a lógica de mercado estaria subordinada a uma lógica solidária” (LIMA, 2004b, p. 6). Nessa abordagem, as cooperativas de produção – base da economia solidária – significam a associação entre iguais, sendo o controle democrático da propriedade e da produção exercido pelos próprios trabalhadores.

Para Menezes (2007, p. 95), essa defesa da economia solidária, que propõe a erradicação da pobreza, da miséria e do desemprego, vendendo uma ilusão de que é possível a construção de um novo mundo, se reduz a uma proposta que tem, segundo a autora, duas intenções de ordem ideopolítica. A primeira consiste na visão da economia solidária como um gesto de humanidade por parte dos intelectuais que “sensibilizados com a pobreza, se dispõem a inventar um mundo alternativo de conteúdo idílico para incluir, alternativamente, nos termos de Castel (2015), os ‘desfilhados’”. Já a segunda interpretação – que a autora destaca como mais provável – consiste na ideia de que a economia solidária se constitui em um projeto político, supostamente direcionado à pobreza, “um braço auxiliar de peso para articular as entidades que integram a ‘economia solidária’” ao sistema financeiro público e privado através do crédito associado ao engodo ideológico do empreendedorismo”, transferindo para o plano pessoal a solução para o problema do desemprego. Nesse sentido, destaca Menezes (2007, p. 14-15):

A “Economia solidária”, tal como é concebida pelos seus principais teóricos carrega, através de seus princípios retirados do *anticapitalismo romântico* e do *socialismo utópico*, uma dimensão ideológica que a transforma em uma poderosa arma de manipulação político-ideológica, cuja intenção é interiorizar nas classes operária e trabalhadora o ideário

do capital combinado com o estilo de vida que peculiariza a cultura norte-americana, transformando-a num modelo universal de sociedade. [...] A retórica que alimenta as práticas sociais “alternativas” e configura a “economia solidária” é difundida como uma possibilidade de emancipação da classe trabalhadora sob o primado da autoajuda, da auto-gestão, da ajuda mútua, do cooperativismo e do associativismo desembocado na “virtude” da “responsabilidade pessoal”, tão ao gosto da doutrina neoliberal.

A autora destaca a proposta da economia solidária como um projeto político que tem como meta a acomodação e a conciliação com a ordem capitalista por meio da manipulação ideológica, segundo a qual a solução para as desventuras dos trabalhadores empregados, dos desempregados e dos miseráveis só poderá ser encontrada por meio do seu próprio empenho.

É nesse mesmo sentido que Lima (2004b, p.6) destaca a segunda interpretação sobre a economia solidária. Tal perspectiva considera que as organizações autogestionárias podem ser interpretadas como modelo de trabalho flexível e funcional ao próprio capital:

os trabalhadores-proprietários deslocariam a oposição capital-trabalho para a relação de colaboração capital-trabalho, uma vez que mudariam sua situação de classe a partir da sua transformação em trabalhadores-proprietários e a adoção de uma perspectiva gerencial no trabalho. Isso implicaria em flexibilidade no uso da força de trabalho e busca constante de competitividade como garantia de permanência no mercado enfraquecendo a lógica solidária.

A partir dessa perspectiva, o trabalho organizado em cooperativas ou associações autogestionárias se adequa aos ditames de flexibilização exigidos pelo capital. No Brasil, para Lima (2004b), o crescimento do número de cooperativas de trabalho resultou de processos de adequação da economia brasileira ao mercado globalizado. Aos poucos, as experiências autogestionárias adquiriram visibilidade local e foram incorporadas pelos entes públicos como alternativa ao desemprego.

Conforme assinalado anteriormente, na esfera federal, a partir do governo Lula, a perspectiva de apoio ao cooperativismo é assinalada como alternativa no projeto de governo. As políticas criadas no âmbito dessa instância administrativa tinham como público alvo os indivíduos desempregados e/ou em risco de desemprego; autônomos e/ou trabalhadores informais; pequenos produtores rurais e urbanos; redes, fóruns e agências de fomento da economia solidária e beneficiários de programas governamentais de inclusão. Para Barbosa (2007, p. 289), porém, a política em comento faz parte da nova geração de políticas sociais baseada na retração do Estado. Nesse contexto, evidencia-se a resignificação do trabalho, com a “defesa do descompromisso público com o assalariamento e o incentivo ao auto-emprego”.

Em análise às ações implementadas durante o governo Lula, Barbosa (2007) destaca a existência de afinidades entre as condicionalidades de agências multilaterais, governos, empresários e movimentos sociais. Desse modo, destaca Barbosa (2007, p. 211):

A ambiguidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva se expressa em programas sociais inovadores, aliados à aderência irrefutável ao ajuste estrutural do capitalismo, incorporando nesse processo ideias e temas de interesse de lutas sociais históricas de direitos sociais, o que torna a passivização o meio de os trabalhadores brasileiros se relacionarem com eles, ainda que sem efeito social.

Para a autora, a prática afirmativa da economia solidária revela a existência de uma relação perversa, visto que demonstra a configuração de uma unidade contraditória que nega o assalariamento e colabora de forma enviesada com a dissimulação das relações sociais determinadas na situação de subcontratação da pequena unidade produtiva. Pelo exposto, a informalidade não se tornou alvo de enfrentamento, existindo, sim, a fragilização das condições de reprodução social dos trabalhadores, aos quais restam, alternativamente, ocupações não regulamentadas.

Sejam consideradas ambiguidades (BARBOSA, 2007) ou inovações em prol da inclusão, a prática afirmativa da economia solidária concretizada durante o governo Lula trouxe reflexos

diretos para a categoria dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, o que será estudado adiante.

Antes, é preciso analisar outro fator de destaque para o sucesso dessas organizações: o perfil das lideranças em empreendimentos econômicos solidários. O fato é que “os processos de liderança são vitais para os empreendedores associados” (VERONESE, 2011, p. 2), podendo aproximá-los mais ou menos dos princípios que os regem. Trata-se de uma importante discussão para a análise acerca dos desafios enfrentados por essas unidades produtivas.

2.3.1 O perfil da liderança em empreendimentos econômicos solidários enquanto fator de destaque para o sucesso das organizações

O estudo acerca da dominação e, conseqüentemente, da liderança exercida por um indivíduo sobre um grupo, geralmente, tem como ponto inicial os escritos de Max Weber (1999), o qual, a partir da afirmação de que a submissão pode estar baseada em diversas motivações, definiu três tipos puros de dominação legítima. Desse modo, é usual que as análises acerca da liderança, na atualidade, se fundem, ainda, nas características elencadas pelo autor para a dominação legal, tradicional e carismática³².

O estudo da temática em empreendimentos econômicos solidários deve considerar, entretanto, além desse referencial, aspectos peculiares e diferenciadores. Nesse sentido, deve-se destacar que, por se apresentar como alternativa ao modelo capitalista de produção, a liderança exercida nessas organizações não deve se assemelhar à hierarquia que marca uma empresa capitalista, sendo necessário apresentar as particularidades do tema em análise.

³² Segundo Weber (1999), a dominação legal se dá em virtude da existência de um estatuto, ou seja, uma regra estatuída que estabelece a quem se deve obediência. A esse tipo de dominação corresponderia a estrutura moderna do Estado, bem como a relação de domínio em uma empresa capitalista privada. Já a dominação tradicional se fundamenta na crença da santidade da ordenação e do poder senhorial, sendo seu tipo mais puro a dominação patriarcal. Por fim, a dominação carismática tem fundamento na devoção afetiva à pessoa ou aos seus dotes (carisma) e em faculdades mágicas, no heroísmo, no poder intelectual ou na oratória.

A motivação para essa afirmação está nos preceitos que fundamentam a economia solidária e que devem estar no centro do convívio e da produção realizada em tais empreendimentos, como a propriedade coletiva dos meios de produção e a prática administrativa da autogestão (PAULI; BENDER e ZANELLA, 2013).

O diferencial dessas organizações reside no fato de que, em empreendimentos autogestionários, não predominam as decisões da alta cúpula, mas sim aquelas tomadas de forma democrática pelo grupo. Para além do próprio compartilhamento, o que Veronese (2011, p. 18) destaca é que a “oportunidade de manifestar-se em assembleias e reuniões propicia que o sujeito se constitua, na ação e na linguagem, na produção simbólica e na interação, num sentido emancipatório”.

Para Pauli, Bender e Zanella (2013, p. 9), em empresas capitalistas, “a eficiência da liderança está na busca da lucratividade”. Já em empreendimentos econômico solidários (EES), a ênfase deve ser a atuação “de forma democrática, em um processo participativo”, o que provoca, por vezes, a baixa eficiência no gerenciamento financeiro do empreendimento. É nesse sentido que os autores afirmam: “empreendimentos desta natureza, precisam articular a capacidade de gestão, com a necessidade de manter o empreendimento sob o modelo de ES”.

A forma de condução da produção e os valores preservados no cotidiano da organização explicitam o modo de gestão exercido no empreendimento. Dessa forma e por tais particularidades que “para atingir os objetivos da autogestão, os EES necessitam de lideranças com o perfil adequado” (PAULI; BENDER e ZANELLA, 2013, p. 5).

Mais do que habilidade administrativa, o papel do líder é guiar e influenciar a ação dos liderados. Além disso, no caso de empreendimentos econômicos solidários, torna-se primordial a indução do desenvolvimento de práticas compartilhadas pelos demais membros. Conforme Scholz (2009a), no caso dos empreendimentos econômicos solidários, é necessário destacar dois vetores principais que devem marcar tais experiências: o empreendedorismo e a solidariedade. Em suas análises, o autor destaca que, nos empreendimentos pesquisados, o primeiro

elemento se faz presente com maior evidência, não sendo possível identificar com clareza a presença da solidariedade.

Os resultados de suas pesquisas em empreendimentos solidários apontam para a predominância de perfis de líderes típicos de empresas capitalistas, os quais centralizam as informações e a condução dos processos de gestão (SCHOLZ, 2009a). O autor associa tal característica aos resquícios de processos de dominação vivenciados pelos indivíduos em sua passagem por empresas capitalistas. Desse modo, como a ruptura de paradigma não ocorre automaticamente, tais sujeitos carregam para a experiência solidária o viés centralizador e dominador que assimilaram previamente. Conforme Veronese e Scholz (2013, p. 44):

Na autogestão, cada um deverá ser gestor, discutindo em grupo quais são as ações prioritárias, como férias, ganhos financeiros etc. É um processo difícil, um dos maiores desafios desses empreendimentos, talvez mesmo seu ponto nevrálgico. O sujeito é interpelado a ser seu próprio gestor, geralmente tendo toda uma história de subordinação nas experiências anteriores de trabalho.

Com base em seus principais resultados empíricos e no referencial de Weber (1999) acerca da dominação, Scholz (2009a; 2009b) apresenta as etapas de liderança existentes em empreendimentos econômicos solidários. De acordo com o autor, ao adentrar em organizações autogestionárias, um novo integrante, provavelmente, terá a ideia de que o empreendimento funciona tal qual uma empresa comum, de maneira que, enquanto membro, ele deverá estar subordinado a um líder que ordenará suas atribuições e exercerá coerção. Seria essa uma primeira etapa, associada à liderança tradicional weberiana.

Com o avanço do processo de produção, o indivíduo irá se esforçar mais e aprenderá sobre a cultura de trabalho. Nessa segunda etapa, Scholz (2009a; 2009b) estabelece a relação com a liderança racional-legal, visto que o poder e a autoridade estarão associados a um indivíduo que direciona o grupo e regula as atividades a partir de uma posição de comando e controle.

Na medida em que a aprendizagem acerca do trabalho autogestionário se fortalece, ocorrerão rupturas com os paradigmas

empresariais anteriores, criando margem para que os princípios da economia solidária sejam apreendidos e exercitados. Nessa fase, denominada pelo autor de liderança solidária, os indivíduos possuem outro discernimento acerca do trabalho coletivo. Se anteriormente se viam subordinados a um líder, nesse novo momento, eles identificam-se como capazes de participar das tomadas de decisão. Nessa etapa, porém, ainda existe pouca descentralização das relações de poder, de forma que a prática da liderança formal fica a cargo de indivíduos já habituados em fazê-lo.

A partir do aprendizado adquirido nas três etapas anteriores, os indivíduos tendem a adquirir experiência e demonstrar competência para o desempenho do trabalho coletivo e autogestionário. É nesse momento que se concretiza o que Scholz (2009a; 2009b) e Veronese e Scholz (2013) denominam de liderança solidária compartilhada. Tal etapa corresponde ao alto patamar evolutivo que se baseia na aprendizagem e na acomodação das três etapas anteriores. As responsabilidades serão redistribuídas e descentralizadas em níveis homogêneos e horizontais. Os indivíduos serão “donos-sócios-usuários” (SCHOLZ, 2009b, p. 9). Contudo, a despeito da definição de tais fases, o autor destaca que:

este processo é constante e não-linear, uma vez que os indivíduos podem não evoluir cronologicamente em cada etapa, podendo regredir, ascender novamente na escala de evolução, estagnar-se ou pular etapas, dependendo do nível de competências e de aprendizado que possuem ou do nível de comprometimento em apreender os processos socioculturais do EES (SCHOLZ, 2009b, p. 9).

Na prática, os graus em que se apresenta a gestão coletiva são variáveis, podendo-se encontrar, de um lado, unidades autogestionárias avançadas ou modelares – entendidas por Veronese (2011) como aquelas que realizam assembleias com efetiva participação da maioria dos sócios, reuniões periódicas, decisões tomadas no âmbito do coletivo – e, de outro, organizações que reproduzem práticas heterogestionárias, pautadas na centralização da gestão.

É com o olhar voltado para as organizações que Veronese (2011, p.1) estabelece uma tipologia com quatro etapas do desenvolvimento dos processos de gestão dos grupos na construção da liderança solidária compartilhada. Essa, por sua vez, é entendida pela autora como um tipo ideal que corresponde à “prática coletiva, descentralizada e dialógica de conduzir os rumos da organização ou comunidade de trabalho e convivência”.

As etapas não se sucedem de forma cronológica ou linear, mas, “parecem percorrer um caminho cujo movimento poderia ser compreendido como uma espiral; aprendem, erram, voltam, avançam” (VERONESE, 2011, p.106).

A primeira etapa é caracterizada pela desorganização e pela ausência de clareza acerca do papel de cada indivíduo. Não existe organização dos aspectos burocráticos e financeiros. Além disso, inexistente apropriação em torno dos pressupostos da economia solidária. Os horários estabelecidos internamente não são cumpridos. Não há planejamento, rotinas, procedimentos ou métodos, nem a presença de um líder para estimular a produção e organizar a gestão. A renda obtida pelos membros ainda é insuficiente e irregular. Além disso, são marcantes a baixa autoestima dos participantes e a descrença acerca das potencialidades. Essa fase será denominada, aqui, como “ausência de liderança”.

A segunda etapa se caracteriza pela existência de uma atuação mais definida por parte de lideranças, sendo presente a existência de conflitos ainda não completamente explicitados em torno do processo de decisão, questionando-se a existência de imposição. Ainda é marcante o desconhecimento sobre os princípios da economia solidária e a concentração de poder na pessoa de um líder formal. Existe maior compromisso com horários de trabalho, mas permanecem as dificuldades de mantê-los. O espaço físico ainda não é totalmente adequado e a renda é insuficiente para manutenção familiar, mas apresenta expectativa de melhora. Os indivíduos relatam uma “sensação de liberdade” pautada na flexibilidade que é ausente em empresas capitalistas.

Na terceira etapa, por sua vez, os empreendimentos apresentam metas melhor definidas e maior apropriação dos princípios da economia solidária. O sentimento de liberdade também é identificado e existe a presença marcante de lideranças formais

e informais, com conflitos mais evidenciados e discutidos de forma coletiva.

Por fim, a quarta etapa se aproxima de unidades autogestionárias avançadas ou modelares. Pode ser percebida a apropriação dos pressupostos da economia solidária, o que se constitui como fato propulsor para a elaboração de metas. O empreendimento possui participação ativa nas redes de economia solidária e apresenta forte presença de lideranças, sendo essas, na verdade, facilitadoras nas tomadas de decisão. A carga horária de trabalho é validada pelo coletivo e os membros apresentam maior autoestima, participando de forma ativa de eventos sobre economia solidária. Nessa fase, surge a preocupação com o bem-estar e com a saúde do trabalhador.

Nesse sentido, “diversos modos de liderança coexistem, sustentados por lógicas de relacionamento diversas” (VERONESE, 2011, p. 111). Importa destacar que, ao mesmo tempo em que a ausência de uma liderança que, por exemplo, apresente uma caminhada política de engajamento em movimentos populares é fator negativo para o êxito das organizações (BARBOSA; VERONESE, 2007), a ausência de um líder poderá se constituir como um desafio à autogestão. Ainda, é necessário ressaltar que a presença de lideranças democráticas na condução de empreendimentos solidários estimulará a participação, o que consiste em fator decisivo para o sucesso das organizações (VERONESE; MARTINS, 2010). Nesse sentido, a liderança exercida poderá aproximar ou afastar os empreendimentos dos princípios da economia solidária, bem como contribuir para o sucesso econômico da organização.

Diante de tal consideração, o presente trabalho analisará o perfil dos líderes dos empreendimentos estudados, o que será realizado com base na relação entre o referencial apresentado. Ou seja, a partir da associação das ideias de Scholz (2009a; 2009), Veronese (2011) e Veronese e Scholz (2013) apresentada na metodologia do presente trabalho, a liderança exercida nas organizações de catadores será compreendida e classificada, relacionando-se, em seguida, a atuação do líder com a eficiência da cooperativa/associação.

Apresentados os principais argumentos acerca das dificuldades enfrentadas no trabalho realizado em organizações

autogestionárias, o item a seguir abordará, especificamente, os entraves relacionados às organizações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Brasil.

2.4 As organizações formadas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Brasil: permanências e metamorfoses da categoria

No caso do catador, as críticas destinadas ao trabalho realizado em organizações autogestionárias merecem ressalvas. O processo de condução desses indivíduos para a alternativa da organização trouxe benefícios que precisam ser reconhecidos. O caminho percorrido, e aqui demonstrado, desde o período anterior às primeiras tentativas de organização, possibilitou a esses indivíduos a construção de um percurso do campo da estigmatização à reconstituição de outra identidade e ao seu reconhecimento enquanto sujeitos coletivos de direitos (FREITAS, 2005). Mesmo que, em muitos casos, tais direitos ainda permaneçam latentes ou penderes de efetivação, é possível apontar que ocorreram mudanças no perfil da categoria.

Se, anteriormente, esses indivíduos atuavam de modo disperso na cena urbana, a criação de grupos e, posteriormente, de organizações autogestionárias, deram vez (a) ao surgimento de um Movimento Nacional de Catadores (MNCR); (b) ao reconhecimento da catação na Classificação Brasileira de Ocupações; (c) à criação de uma categoria profissional autônoma; (d) à saída de muitos indivíduos de ambientes de lixão; e (e) à inserção expressa da necessidade de inclusão da categoria na legislação nacional (PNRS) e a diversos outros aspectos que podem ser indicados como positivos.

Entretanto, será possível evidenciar a ocorrência de uma transformação efetiva de sua condição social? Antes de apontar possíveis respostas para tal questionamento, faz-se necessário caracterizar o perfil do catador na atualidade. A partir do olhar atento sobre o histórico traçado no capítulo anterior e a evolução da organização da categoria aqui apresentada, é possível denotar a existência de características distintas do trabalho do catador. O

estudo dos perfis observados torna possível delinear tipologias da catação que podem ser identificadas a partir (1) dos diferentes fatos que conduziram os indivíduos à atividade; (2) das distintas formas de realização da atividade; e (3) da variação nas perspectivas apresentadas pelos indivíduos acerca da continuidade no labor desempenhado.

A exemplo dos aspectos indicados por Bastos (2014), que apontou, no contexto do lixão do Jardim Gramacho (Duque de Caxias/RJ), a existência de “cenas diferenciadas” na realização da catação, é possível, desvendar, na cena urbana atual, uma diversidade de modos de operação e de relação do próprio catador com o material reciclável, constituindo, nas cidades, cenários distintos. Nesse sentido, “embora a matéria-prima seja a mesma como fonte de sobrevivência, a forma de lidar com a comercialização, os ganhos e benefícios são totalmente diferenciados” (BASTOS, 2014, p. 34), sendo possível destacar, atualmente, apenas a título de análise, a existência de alguns tipos diferentes de catadores atuando na cena urbana. Nesse sentido, a tipologia listada a seguir, longe de ser exaustiva, representa uma síntese das situações encontradas ao longo do estudo do referencial proposto.

Foram identificados, durante as análises, diferentes fatos que conduziram os indivíduos à catação; distintas formas de realização da atividade e uma variação nas perspectivas apresentadas pelos indivíduos no que tange à continuidade na catação. No sentido dessa afirmação, conforme o IPEA (2017, p. 15):

[...] é importante ressaltar que a categoria social dos catadores não constitui um conjunto populacional homogêneo. Ela é marcada por uma forte diversidade entre seus integrantes em termos de trajetória de vida. Muitos deles exercem a atividade em tempo integral por muitos anos, desde a infância, e em algumas famílias essa atividade passa a ser seguida pelos filhos, na grande maioria das vezes por falta de opção. Outros a iniciam por questões contingenciais, como a perda do emprego, por exemplo. Existem também aqueles que intercalam a catação com outros trabalhos, ou então trabalham como catadores nos intervalos entre um e outro emprego eventual. Há catadores que seguem uma rotina de trabalho

diária, enquanto outros possuem dinâmicas menos regulares, trabalhando uma quantidade de horas bastante variável por dia, ou mesmo trabalhando em dias esporádicos.

O quadro a seguir apresenta os aspectos observados, os quais serão a seguir detalhados:

Quadro 15 – Tipologias identificadas de acordo com os aspectos selecionados

Aspectos observados	Tipologias identificadas
Diferentes fatos que conduziram os indivíduos à atividade	Catadores Históricos
	Desempregados de longo tempo
	Desempregados há pouco tempo
Formas de realização da atividade	Catação Autônoma
	Catação Organizada
Variação nas perspectivas	Esperanças na mudança de vida
	Perspectiva de continuidade na catação - ausência de alternativas
	Satisfação a partir do trabalho organizado

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No seio dessa discussão, inicialmente, é possível indicar que a observância dos fatos que conduziram o catador à atividade destaca a existência de, pelo menos, três grupos de indivíduos. O primeiro é formado por aqueles que advieram de famílias de catadores, ou seja, relataram a prática da catação já por parte de seus ascendentes, sendo a sua motivação a continuidade de uma atividade assimilada na infância ou na juventude – são esses os denominados catadores históricos (CRIVELLARI et al, 2008). Nesse sentido, afirmou Bastos (2014, p. 84):

[...] podemos verificar que, do universo pesquisado, dois foram os grandes motivos que ocasionaram o ingresso e a permanência das pessoas na atividade de catação, sendo o de maior incidência o que estamos chamando de cultura fa-

miliar, atividade passada de geração em geração, seguido do contexto de desemprego.

O segundo grupo pode ser constatado a partir da leitura de Freitas (2005), sendo constituído por indivíduos desempregados de longo tempo que, após a realização de “bicos” como forma de garantia da sobrevivência, identificaram na catação uma atividade que possibilitaria a obtenção de uma renda que, embora insuficiente, era preferível à condição anterior. Tais aspectos podem ser percebidos em Freitas (2005, p. 109):

É importante enfatizar que neste fragmento de história de vida aparece um elemento que é típico de desempregados de longo tempo e, também, comum a toda população de rua. Trata-se da prática de “correr atrás de algum bico”. Na rua, é muito comum os desempregados reunirem-se cotidianamente para trocarem informações, especialmente a respeito dos “bicos”, isto é, serviços de curta duração, sem registro em carteira de trabalho. [...] A trajetória de Valdeci também não é diferente: “Eu já mexi com vários tipos de serviço. Vendia Salgado, vendia picolé, já fui servente de pedreiro. Então, já mexi com muita coisa nessa vida. Mais o papel foi o servicinho melhor. Ficava mais tranquilo, sem me preocupar, sem tá correnno atrás de serviço porque, naquela época, pra correr atrás de serviço de carteira assinada era difícil, porque eu era menor”.

Acerca desse grupo de indivíduos, a autora complementa que, submetidos a situações adversas e às exigências do mercado de trabalho, para eles, a catação surge como um “servicinho melhor” (FREITAS, 2005, p. 110).

Mas, existem, também, aqueles indivíduos desempregados há pouco tempo e que buscaram a atividade como refúgio dessa condição. Conforme Freitas (2005), o fluxo de pessoas movendo-se em direção às ruas dos centros das cidades para ocupar-se da catação de recicláveis é, também, resultado do processo de recessão e de desemprego causado por políticas econômicas desenvolvidas no começo da década de 1980. No mesmo sentido, afirmou Bastos (2014, p.44):

Nas falas apresentadas, percebemos que, embora alguns catadores já tenham percorrido o caminho da organização, há sempre a “sombra” do motivo que os levou para a atividade, comum a todos, que é o desemprego, reconhecido como o vilão da sociedade, visto que o trabalho é que habilita o homem a ser inserido no mundo e, sem este, torna-se quase impossível alcançar as esferas da vida social, coletiva e individual.

Percebidas as diversas motivações que conduzem o indivíduo à catação, é possível, também, denotar a pluralidade de formas de operacionalização da atividade.

A primeira delas é a catação autônoma – ou usualmente denominada avulsa – presente no cotidiano das cidades brasileiras. Nessa forma de desempenho, o catador é responsável pelos riscos inerentes à atividade, trabalhando por si mesmo para a própria sobrevivência. Geralmente, o catador utiliza um carro de mão ou uma carroça à tração animal para o desempenho do labor. É preciso ressaltar que a catação autônoma pode ocorrer de (1) modo eventual – quando o catador se dedica à atividade durante momentos de desemprego, buscando materiais para uso próprio e, igualmente, para venda – ou de (2) modo habitual, quando, normalmente, tem como foco a coleta de recicláveis para a comercialização.

A segunda forma de realização da atividade, por sua vez, é a formação de organizações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis – associações ou cooperativas. Nessas, é comum encontrar indivíduos que buscaram inserir-se de modo temporário – apenas para superar o que acredita ser uma condição momentânea, sendo responsáveis pela rotatividade de membros. Ainda, é possível destacar a existência de catadores que participaram da fundação dessas organizações, tendo vínculo habitual e duradouro. Nessas organizações, o trabalho segue os preceitos da economia solidária, as quais possuem como base conceitual a autogestão (RIBEIRO et al., 2009).

No que tange às perspectivas dos próprios catadores com relação à atividade desempenhada, constata-se um cenário misto quanto à satisfação com a própria catação. Em Freitas (2005, p. 119), é possível vislumbrar a percepção do catador que detém esperanças na mudança de vida:

Ao mesmo tempo, Neuza diz que gostaria de ter outro trabalho, que não o de catadora, para poder dispor de mais tempo para ela e a família. “Eu gostaria, por exemplo, pra mim ter mais tempo, né? Porque eu num tenho tempo. Num tenho tempo nem pra mim, nem pros meninos. Ah! Eu queria, sinceramente, eu queria... [...] Valdecir tem outra opinião a respeito do trabalho que realiza e é explícito ao dizer que seu maior sonho é “não morrer catando papel”, mas “trabalhar com carteira assinada”, e de um dia poder dar à família uma condição de vida melhor.

Freitas (2005, p. 111) também apresenta casos de indivíduos que possuem como horizonte a continuidade do labor realizado, alguns por não enxergar outra atividade que proporcione a sua sobrevivência:

Mas é importante ressaltar que à alegação de que o problema do desemprego e do subemprego é a inadequação da mão-de-obra ou o seu despreparo para responder às exigências do processo de transformação do trabalho e do mercado de trabalho, é sobre os trabalhadores e desempregados, especialmente os pobres, que recai a maior parcela de culpa por não responderem à demanda de qualificação profissional. [...] Por isso, é muito comum ouvir depoimentos como esses: “eu nunca pensei em arrumar outro emprego não. Eu não tinha possibilidade; eu não tinha estudo, muito filho. E também, qual é o lugar que ia aceitar eu com nove filhos? Ninguém nunca ia me aceitar. Eu tinha que vim pra rua catar papel mesmo – diz dona Geralda”. “Eu já nasci assim, é bobagem sonhar. A pessoa deve sonhar assim: se esta pessoa já começa a vida dele estudano, entendeu?”

Há, ainda, o caso dos indivíduos que demonstram satisfação no desempenho da atividade a partir de mudanças advindas da formação de organizações autogestionárias, como demonstrou Freitas (2005, p. 120):

Dona Ana, em seu depoimento, também coloca que a única diferença entre as duas categorias de trabalhadores é a de ter ou não ter carteira assinada. E afirma que não trocaria seu trabalho por outro, sobretudo em razão das transforma-

ções que viu ocorrerem após a organização da associação de catadores: “Antes da ASMARE o catador de papel não tinha valor nenhum! Eu nem me sentia trabalhadora por que eu achava que aquilo era um biscate. [...] Hoje eu sinto como trabalhadora. Eu não tenho aquele complexo que aquilo não é serviço. Consegui superar. Hoje eu tenho isso como uma profissão. Gosto de ser catadora, mas naquele tempo eu não gostava não. Eu acostumei com aquele serviço; é uma coisa que a gente vende e tem dinheiro na hora e não falta nada pra gente. Eu não trocaria de trabalho nunca!”

Os próprios catadores apontam que, após a formação de organizações e de consolidação da luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, houve uma mudança de identidade (FREITAS, 2005), o que teria alçado a categoria de “catadores de lixo a agentes ambientais” (BASTOS, 2014, p. 133).

A evolução da formação dessas organizações de catadores, bem como a consolidação do MNCR, guarda relação com a luta em prol da configuração de uma economia popular pautada em ideais solidários no Brasil. Entretanto, apesar da demonstração da atuação intensa do Movimento Nacional de Catadores e da existência de parcerias com instituições públicas e privadas, os obstáculos vivenciados pelo catador hoje ainda perpassam as limitações físicas das ruas e a dificuldade da organização das cooperativas (RIBEIRO et al., 2009).

Conforme Bosi (2015, p. 52), a organização das cooperativas de catadores hoje, de modo geral, apresenta elementos comuns. Segundo afirma:

As cooperativas têm um desenho comum que pode ser descrito a partir da divisão do trabalho entre os catadores. O que primeiro se vê numa cooperativa de catadores é um galpão, geralmente alto e amplo. Por um de seus lados (às vezes pelos fundos) são derramados os materiais recolhidos por catadores em carrinhos e caminhões. Próximos do material despejado se posicionam outros catadores que trabalham na separação, na limpeza e na classificação do material. Usualmente são mulheres, enfileiradas atrás de bancadas (ou todas detrás de uma longa bancada) nas quais passam todo o dia realizando essa tarefa.

Apesar desses aspectos gerais, Bosi (2015, p. 44) assegura que “o universo das cooperativas de catadores é um conjunto bastante complexo de organizações e de práticas sociais”. No seio das organizações, permanecem as dificuldades gerenciais, as quais conduzem à descaracterização do empreendimento enquanto grupo autogestionário. “Há cooperativas em que ainda persistem relações hierárquicas e falta de transparência em suas informações internas que contrastam com o ideal de autogestão defendido no campo da economia solidária” (SILVA, 2017, p. 25-26). No que tange ao viés econômicos, Magera (2003, p.133) afirma que “mesmo os catadores formando cooperativas para fugirem da exploração econômica, esta continua, porque as indústrias que compram os materiais reciclados são poucas”, formando um oligopsônio³³. Desse modo, as organizações permanecem dependentes do baixo valor cobrado pelos sucateiros ou atravessadores.

A preferência pelo trabalho coletivo ainda não se configura como realidade no caso dos catadores. Para Silva (2017), vários são os motivos que podem ser creditados a essa baixa adesão, dentre eles, podem ser citados os motivos a seguir: a) preferência de muitos catadores pela atuação individual, justificada pela autonomia na gestão do tempo de trabalho; b) informação insuficiente acerca das exigências para constituição de cooperativas e associações; c) necessidade de conhecimento técnico especializado para o processo de criação e gestão de empreendimentos; e d) percepção das cooperativas como um agente externo, e não como organizações formadas e geridas pelos próprios catadores (IPEA, 2017).

Dentre os aspectos que dificultam o desenvolvimento das organizações autogestionárias formadas por catadores, é necessário destacar a alta rotatividade de seus integrantes. Conforme Silva (2017, p. 40), como muitos trabalhadores estão no limiar do mercado de trabalho, é comum alguns abandonarem a atividade com a catação, quando se inserem em algum emprego formal, e retornarem ao empreendimento quando esse vínculo termina. Por isso, torna-se fundamental observar que a condição social dos catadores se relaciona com a emergência da obtenção de renda para a sobrevivência das famílias.

³³ Caracterizado pela existência de poucos compradores.

Ainda, frise-se, nos dias atuais, o estigma permanece presente, apesar do trabalho da catação ser realizado no interior das organizações (SILVEIRA, 2015). Mais do que isso, Lima (2015b, p. 331) destaca que, mesmo com a melhoria das condições de vida e trabalho dos catadores nas cooperativas, a precariedade permanece. Conforme o autor:

O grau de organização dos empreendimentos é muito distinto e depende muito do apoio de órgãos externos. Em termos de rendimento, raramente os trabalhadores ultrapassam um salário mínimo e a atividade em si é intrinsecamente precária: a coleta nas ruas e a posterior separação do lixo possui muitas implicações em termos de segurança do trabalho, que mesmo distinto dos lixões, pressupõe o manuseio de material contaminado e/ou perigoso, sujo, com forte odor, etc. Nesse contexto, pode-se dizer que só se submete a essas atividades quem não tem nenhuma outra opção de renda, ou seja, é uma alternativa para quem não tem outra alternativa. Outro fator a destacar é o caráter autogestionário dessas cooperativas que é mais formal do que real. E isto porque sua organização não resultou de uma luta dos trabalhadores por autonomia contra o trabalho subordinado, na qual os empreendimentos constituiriam uma conquista emancipatória.

A despeito do exposto, deve-se reconhecer o caminho trilhado pela categoria até os dias atuais. Como destacam Besen e Jacobi (2017, p. 70), principalmente a partir dos anos de 1990, “os catadores de materiais recicláveis percorreram um caminho de empoderamento, apoiados pelos setores público, privado e pela sociedade civil, e passaram da condição de atores invisíveis para visíveis”, mais do que isso, eles se tornaram verdadeiros protagonistas das políticas.

Ao analisar os pontos positivos e negativos desse processo, é possível visualizar que, por um lado, ao longo do tempo, a imagem do catador sofreu mudanças e a identidade de grupo pode ser construída. Entretanto, por outro, alguns velhos entraves, relativos à concretização de direitos básicos ainda permanecem. No mesmo sentido, para Magera (2003, p. 42-43):

Tais cooperativas, sob a bandeira da “ecomodernidade”, muitas vezes, estabelecem condições e relações de trabalho precarizadas. Muitas são formadas pelo manto da legalidade, mas escondem no seu bojo princípios predatórios de exploração capitalista, que muito lembram as relações de trabalho servil. Eis a tentadora e curiosa contradição que se anuncia neste enfoque da atividade de reciclagem por cooperativas: modernidade que pode estar-se erguendo à custa de retrocessos.

Esse cenário conduz, portanto, à necessidade de reflexão acerca da possibilidade de afirmação de uma metamorfose da condição desse indivíduo a partir das experiências de autogestão. A fim de realizar tal análise, torna-se essencial buscar em Castel (2015, p. 28) a conceituação de metamorfose:

A palavra *metamorfose* não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob a mudança de seus atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social. Entretanto, ainda que fundamentais, as grandes mudanças não representam inovações absolutas quando se inscrevem no quadro de uma mesma *problematização*.

A partir desse conceito e dos elementos até o momento apontados, afirma-se que a intensificação da organização dos catadores no Brasil e a formação de um movimento de cunho nacional (MNCR) recompôs a paisagem social. A figura do catador que, anteriormente, preponderava no cenário urbano, atualmente, sofreu transformações. Tem-se, agora, um sujeito engajado não somente na luta por sua sobrevivência, mas, igualmente, por seu reconhecimento enquanto categoria.

Porém, as mudanças e melhorias ocorridas podem não significar a configuração de uma transformação absoluta, visto que esses indivíduos poderão ainda carregar o peso do mesmo contexto social relacionado ao estigma do manuseio dos resíduos e às condições de trabalho vivenciadas diariamente. Assim, como expressou Castel (2015, p.28): “se inscrevem no quadro de uma mesma *problematização*”.

Nesse sentido, é possível que entraves que precisam ser solucionados - para que se afirme a configuração de uma transformação no contexto social delineado - permaneçam encobertos sob a perspectiva de mudança a partir das organizações autogestionárias. Nesse sentido, demonstrou Magera (2003, p. 35):

Uma das alternativas apresentadas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes é a formação das Cooperativas de Reciclagem de Lixo, vem apoiada por Organizações Não Governamentais, Igrejas e Instituições Sociais e também pelo governo estadual em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Tais cooperativas são objeto de pesquisa deste trabalho e, nas observações primárias, a constatação é de que os catadores, estes “agentes ambientais”, apenas estão trocando de “senhor”, continuam agora travestidos de “ambientalistas da modernidade”, vivendo no mesmo “feudo” da exploração do ecocapitalismo.

O trabalho realizado em organizações autogestionárias representa, hoje, a alternativa eleita pelo legislador brasileiro para a inclusão social de catadores. Para tanto, o fortalecimento desses empreendimentos deve se pautar no apoio e na parceria ofertados pelo poder público para que realmente possibilite a transformação da realidade social do catador brasileiro.

O presente livro apresenta contribuições para essa reflexão. Na sessão seguinte, será dado enfoque à relação entre o poder público municipal e as organizações de catadores no Brasil, abrindo espaço para a investigação das diversas dinâmicas de interação existentes e para a busca de respostas ao questionamento que guia este estudo.

2.5 A interação entre o poder público e as organizações de catadores: importante ou indispensável para a inclusão social?

Atualmente, é possível afirmar o estabelecimento de diversas formas de interação entre o poder público municipal e as organizações de catadores. De um lado, existem realidades que denunciam a

inexistência total de apoio, a despeito da previsão explícita da PNRS. Por outro, quando existente o suporte do Estado, diversas são as opções de parcerias verificadas, podendo variar desde iniciativas assistencialistas até o pagamento pela operacionalização da coleta.

De acordo com Demajorovic e Besen (2007), algumas parcerias entre prefeituras e organizações envolvem a concessão de benefícios como, por exemplo, (a) o fornecimento de material de divulgação; (b) a realização de capacitação técnica; (c) o pagamento da mão de obra dos motoristas para os caminhões de coleta; (d) a cobertura de tarifas de luz ou de água; (e) a isenção de impostos (como o ISS); (f) o oferecimento de cursos de alfabetização; (g) a disponibilização de atendimento médico; (h) a doação de cestas básicas e de equipamentos de proteção individual; (i) a concessão de vale transporte; e (j) a cessão de terrenos e galpões. Tais benefícios se combinam de diferentes formas, configurando realidades distintas em todo o país. Entretanto, o cenário ideal, a partir da previsão expressa na PNRS e na Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) consiste na contratação das organizações com a remuneração pela prestação do serviço.

Em algumas cidades brasileiras, a contratação de catadores organizados em cooperativas para a operacionalização da coleta seletiva já é uma realidade. Em consulta ao site do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, é possível encontrar quinze contratos entre municípios e organizações³⁴. Essas não são as únicas experiências existentes no Brasil, mas se configuram como um rol exemplificativo dos contratos já firmados³⁵.

³⁴ O site do MNCR <<http://www.mncr.org.br/biblioteca/legislacao/contratos-de-prestacao-de-servicos-para-coleta-seletiva/>> disponibiliza contratos já firmados entre municípios e organizações. São encontrados os termos contratuais dos seguintes municípios: Presidente Epitácio (SP); Itaúna (MG); Santana de Parnaíba (SP); Macaraí (SP); Ourinhos (SP) – sendo a contratante a Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos - SAE; Londrina (PR); Jacobina (BA); Óleo (SP); São Carlos (SP); Orlandia (SP); Araraquara (SP); Assis (SP); Natal (RN); Cuiabá (MT). Consulta realizada em março de 2018.

³⁵ De acordo com Besen e Jacobi (2017, p. 75), não há, até o momento deste livro, um levantamento oficial, dos municípios que contratam os serviços de organizações de catadores no Brasil. “Pesquisa recente na região metropolitana de São Paulo confirma o baixo índice de contratação de organizações de catadores para prestação de serviço de coleta seletiva. Em 2014, de 34 municípios que tinham parceria com organizações de catadores, apenas um contratava o serviço”.

Tratam-se de experiências iniciadas desde 2008 (Município de Araraquara - SP) até 2016 (Cuiabá - MT). Nesse sentido, há contratações datadas de período anterior à publicação da PNRS.

A opção pela parceria com organizações de catadores está associada aos menores custos e a uma abordagem de “inclusão social e geração de trabalho e renda”. Conforme Demajorovic e Besen (2007, p. 13), entretanto, a utilização das aspas se deve ao fato de que, “segundo o Movimento Nacional dos Catadores, menos de 10% dos catadores do Brasil encontram-se organizados em associações e cooperativas, ou seja, o modelo carece de fortalecimento e ajustes para que realmente faça inclusão social”.

A despeito do avanço que representam, as parcerias entre governos municipais e cooperativas de catadores de materiais recicláveis ainda se defrontam com problemas variados. No tocante aos desafios relacionados à inclusão socioprodutiva dos catadores, Besen e Jacobi (2017, p. 76) ressaltam:

a prevalência de relações informais entre o poder público municipal e as organizações de catadores, a ausência de cobrança de taxa dos municípios pelo serviço prestado aos municípios que acarreta a insustentabilidade econômica da coleta seletiva, a ausência de remuneração das organizações de catadores pelos serviços de coleta seletiva tanto pelas prefeituras quanto pelo setor privado, as deficiências de planejamento da infraestrutura e fluxos adequados das centrais de triagem, a precariedade das condições de trabalho e, ainda, a ausência de cobrança do município pelo serviço de logística reversa de coleta seletiva dos fabricantes e importadores de produtos e embalagens.

Desse modo, “a existência de legislação não garante a contratação das organizações de catadores” (BESEN e JACOBI, 2017, p.75) e a pactuação de um contrato formal, em conformidade com PNRS, pode não garantir a inclusão social.

Conforme Magni (2011, p. 6), a existência de convênio entre as organizações e o poder público garante aos cooperados “melhorias efetivas que trazem em seu bojo a possibilidade real de inclusão social”. No mesmo sentido, indicam Sant’Ana e Metello (2016, p. 35):

Em nossa experiência como gestores públicos, nenhuma medida obteve maior eficácia, do ponto de vista da inclusão dos catadores de materiais recicláveis, do que a contratação formal das cooperativas para atuar no serviço de coleta seletiva regular. Os municípios que investiram nesse processo de contratação têm conseguido obter um avanço significativo no total coletado e reciclado, além de aumentar de forma contundente a renda do catador, fortalecendo o processo de inclusão social.

Para os autores, tais experiências alimentam o ciclo virtuoso, visto que a contratação formal e o aumento da renda da cooperativa geram o incentivo à estabilização jurídica, contábil e financeira da cooperativa. Ainda, geram a necessidade de organização e de planejamento. Tais conclusões de Magni (2011) e de Sant’Ana e Metello (2016) se alinham à perspectiva geral abordada por Barbosa (2007, p. 293) a qual, ao destacar a realidade geral das organizações de economia solidária, afirma que o sucesso e a fidedignidade das organizações aos princípios autogestionários requerem do Estado a atenção, o apoio e o financiamento “sob pena de essas experiências, enquanto práticas econômicas mesmo, se renderem a mero simulacro, na medida em que, de fato, sem capital de giro, formação e tecnologia, a área não tem sustentabilidade”.

No que diz respeito à variação das formas de remuneração, Sant’Ana e Metello (2016) afirmam que a forma mais virtuosa consiste na remuneração integral pelo serviço ambiental realizado pelas organizações de catadores, havendo, entretanto, outros modos de contraprestação, os quais, muitas vezes, se combinam como benefícios assistenciais. Segundo apontam:

Pelo Brasil, constatamos uma variação em relação à forma de contratação e os mecanismos de remuneração. Em nossa opinião, as mais virtuosas são aquelas que remuneram integralmente o serviço ambiental realizado pelo catador, ou seja, repassa-se à cooperativa o equivalente aos valores de triagem, transporte, transbordo e aterramento que seriam pagos a uma empresa contratada. No entanto, fórmulas que combinam recursos de natureza assistencial à remuneração da cooperativa ou outras que remuneram apenas parcialmente os

custos relativos à reciclagem também têm gerado os efeitos positivos descritos (SANT'ANA e METELLO, 2016, p. 36).

Entretanto, Magni (2011) destaca as fragilidades das parcerias existentes, considerando essenciais os novos estudos que busquem oferecer subsídios para a melhoria da qualidade de tais organizações. A eficiência de um empreendimento econômico solidário é um elemento essencial para se pensar em avanços em termos de maior inclusão social (IPEA, 2017).

A medição dessa eficiência não é tão simples. A observação do trabalho do catador de forma isolada não permite conhecer aspectos acerca da sustentabilidade das organizações e analisar a sua capacidade contributiva para a garantia da inclusão social.

Besen (2011) destaca que, ao longo dos últimos anos, vem crescendo o número de estudos e diagnósticos acadêmicos e não acadêmicos acerca das organizações de catadores. As pesquisas se utilizam de metodologias diversas, as quais consideram, por vezes, a observação *in loco*, a realização de entrevistas, a aplicação de questionários e até a utilização de indicadores. Esses últimos, por sua vez, proporcionam o apoio às diretrizes da PNRS, na medida em que ajudam a “definir metas e instrumentos para planejar, gerenciar, monitorar, assim como de propor alternativas de gestão e promover o fortalecimento institucional e organizacional das organizações de catadores” (BESEN, 2011, p.194).

Em sua pesquisa, a autora se valeu da elaboração de indicadores e de índices para avaliar e monitorar a sustentabilidade da coleta seletiva e de organizações de catadores, destacando a importância da utilização de mecanismos participativos para a constituição da metodologia. Como afirma:

A sustentabilidade da prestação de serviço de coleta seletiva formal, com a devida integração de organização de catadores, assim como a gestão sustentável de organizações de catadores pode ser avaliada a partir de um grupo de indicadores “construídos”, “referendados”, “aceitos” ou “validados” e legitimados por diferentes atores envolvidos na sua gestão (BESEN, 2011, p. 195).

O ponto de partida de Besen (2011) foram as premissas e as definições presentes na pesquisa “Programas municipais de

coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na Região Metropolitana de São Paulo” – COSELIX³⁶, datada de 2005. À época, além do desenvolvimento dos indicadores, foram realizados estudos de caso em 11 dos 19 municípios da Região Metropolitana de São Paulo que possuíam programas de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores.

Em 2017, tais indicadores foram aperfeiçoados e lançados por meio da publicação “Gestão da coleta seletiva e de organizações de catadores: indicadores e índices de sustentabilidade”, produto da pesquisa “Coleta Seletiva: modelos de gestão com e sem inclusão de catadores, vantagens e desvantagens na perspectiva da sustentabilidade”. O estudo foi financiado pela Fundação Nacional de Saúde e coordenado pelo Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), em parceria com a organização não governamental *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* (WIEGO) e com o Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP) (FUNASA, 2017). Trata-se de uma continuidade da metodologia COSELIX.

Os indicadores foram elaborados de forma técnica e dialogada, considerando a visão de especialistas, de técnicos municipais, de acadêmicos, de consultores, bem como de representantes de organizações de catadores e do próprio MNCR. Tal metodologia será aqui utilizada para estudar a inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, compreendendo-se se diante da mesma relação entre organizações de catadores e o poder público municipal, as organizações possuem a mesma capacidade de inclusão social do catador.

O capítulo que segue apresentará o resultado do cálculo dos indicadores e dos índices de sustentabilidade da coleta seletiva dos programas de coleta seletiva das cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e Natal com base na metodologia da FUNASA (2017).

³⁶ A pesquisa COSELIX foi coordenada pela Faculdade de Saúde Pública (USP) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (USP) e com o Centro Universitário SENAC, os quais contaram com o financiamento da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

CAPÍTULO 3

A COLETA SELETIVA NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Após realizar o estudo acerca da categoria dos catadores de materiais recicláveis a partir de suas carências e abordar a evolução e a organização desse grupo de trabalhadores no Brasil, estudando o modelo de inclusão previsto na PNRS, o presente capítulo apresentará os resultados da pesquisa realizada nas cidades selecionadas para o estudo.

Serão destacados os programas de coleta seletiva em cada município pesquisado, apresentando os resultados acerca dos aspectos institucionais e operacionais de cada realidade³⁷. No presente capítulo, também serão analisados os indicadores de sustentabilidade da coleta seletiva em cada realidade de acordo com a metodologia da FUNASA (2017).

3.1 Coleta seletiva no município do Rio de Janeiro (RJ)

O presente tópico apresentará os resultados da pesquisa realizada no município do Rio de Janeiro, apresentando-se o histórico e os aspectos institucionais do programa de coleta seletiva e, em seguida, a análise da investigação realizada.

3.1.1 - Histórico e aspectos institucionais da coleta seletiva no Rio de Janeiro

O município do Rio de Janeiro possui uma população de, aproximadamente, 6,3 milhões de pessoas, distribuídas em uma área de 1.200,177 km² (IBGE, 2010). Os dados relativos à geração

³⁷ Em cada caso, inicialmente, será realizada uma análise baseada nos dados e nas informações presentes nos planos municipais. Deve-se ressaltar que, em cada realidade, são disponibilizados dados distintos nos documentos oficiais, de modo que não foi possível realizar as mesmas análises para as três cidades estudadas.

de resíduos na cidade do Rio de Janeiro podem ser encontrados nos planos de gestão integrada de resíduos sólidos. Aqui, serão analisados os documentos publicados em 2012 (com dados referentes a 2011) e 2015 (com dados do ano de 2014), a fim de se analisar a ocorrência de avanços no período dos planos referidos. Os principais números relativos à geração de resíduos se encontram na tabela que segue:

Tabela 2 - Dados relativos à gestão de resíduos sólidos no Rio de Janeiro conforme os planos municipais de 2012 e 2015

Fator analisado	2012	2015
Total de resíduos gerados	10.815 t/dia	9.227 t/dia
Total de resíduos destinados pelo poder público municipal (extraíndo os resíduos de responsabilidade dos grandes geradores)	8.626 t/dia	8.370 t/dia
Resíduos domiciliares	4.777 t/dia	4.900 t/dia
Geração per capita de resíduos - considerando o total de resíduos	1,62 kg/hab/dia	1,43 kg/hab/dia
Geração per capita de resíduos - considerando apenas os resíduos domiciliares	0,79 kg/hab/dia	0,76 kg/hab/dia

Fonte: elaborado pela autora (2018) com base em Rio de Janeiro (2012; 2015a).

O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) de 2012 deveria ser atualizado após quatro anos, seguindo o disposto no art. 25, § 4º do Decreto Federal 7.217/2010³⁸. A primeira atualização ocorreu em 2015 (RIO DE JANEIRO, 2015a). A segunda foi realizada em 2016, fixando metas e diretrizes para o período de 2017 a 2020 (RIO DE JANEIRO, 2016). Nesta última atualização, os dados quantitativos relativos à gestão dos resíduos não diferiram daqueles apresentados no PMGIRS publicado em 2015.

³⁸ Art.25. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano editado pelo titular, que atenderá ao disposto no art. 19 e que abrangerá, no mínimo: [...] § 4º O plano de saneamento básico será revisto periodicamente, em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do plano plurianual.

Os dados apresentados no quadro acima demonstram que, entre 2012 e 2015, não houve redução significativa do quantitativo de resíduos gerados. A geração per capita de resíduos (considerando apenas os resíduos domiciliares) sofreu redução de 0,79 kg/hab/dia para 0,76 kg/hab/dia, encontrando-se, entretanto, abaixo da média de geração per capita nacional, que, em 2015, era de 1,071 kg/hab/dia (ABRELPE, 2015).

No que tange à disposição final dos resíduos gerados no Rio de Janeiro, no ano de 2011, entrou em operação o Centro de Tratamento de Resíduos no município de Seropédica, denominado CTR-Rio, a fim de possibilitar o encerramento das atividades do “Aterro Metropolitano” de Jardim Gramacho (AMJG), o qual, a despeito de sua denominação, se constituía como um lixão a céu aberto. O AMJG iniciou a sua operação em 1978 e foi definitivamente encerrado em 03 de junho de 2012. O lixão estava localizado no município de Duque de Caxias, ocupando uma área de 130 hectares (RIO DE JANEIRO, 2012)³⁹. Conforme a atualização do PMGIRS (RIO DE JANEIRO, 2015a, p. 20):

Este aterro, situado no bairro de Jardim Gramacho do município de Duque de Caxias, ocupa uma área de 130 hectares e iniciou a sua operação em 1978. Foi projetado como um aterro sanitário, em uma área doada pelo INCRA à COMLURB. Os equipamentos operacionais foram fornecidos pela FUNDREM - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro [...]. Em pouco tempo acabaram os recursos da FUNDREM e os municípios não cumpriram com suas obrigações de pagamento pelo vazamento do lixo na instalação. Isso impossibilitou a COMLURB de manter o aterro em um bom padrão de qualidade [...].

A nova CTR-Rio foi inaugurada em 20 de abril de 2011, ocupando uma área de 220 hectares, atendendo não somente o município do Rio de Janeiro, mas também, de forma compartilhada, às cidades de Itaguaí, Seropédica e Mangaratiba por meio de uma concessão da COMLURB à empresa Ciclus. De acordo com o planejamento realizado em 2011, a ideia era implantar um

³⁹ O PMGIRS (2012) cita ainda o Aterro de Gericinó, localizado em Bangu, que se encontrava em fase de remediação para a promoção do seu fechamento.

novo sistema de logística de coleta e de transferência de resíduos, o qual contaria com sete estações de transferência de resíduos (RIO DE JANEIRO, 2012).

Em 2015, a CTR-Rio recebia 93,2% dos resíduos gerados no Rio de Janeiro (após passar pelas Estações de Transferência de Resíduos - ETRs), correspondendo o restante a 6,3% de Resíduos da Construção Civil destinados a Gericinó e 0,5% à coleta seletiva (RIO DE JANEIRO, 2015a).

No que tange, especificamente, a esta última, de acordo com o Entrevistado A⁴⁰, representante da Companhia Municipal de Limpeza Urbana, a coleta seletiva na cidade do Rio de Janeiro teve início no ano de 1993. Já nesse primeiro momento, foram realizadas ações voltadas à inclusão dos catadores que atuavam informalmente na cidade. Contudo, a continuidade de tais ações esbarrou na vontade política, conforme indicou o entrevistado:

Criamos 20 núcleos de cooperativas de catadores em áreas degradadas, de baixo de viadutos, terrenos baldios, com 100 por cento de apoio da prefeitura COMLURB. [...] Aí fizemos isso, o governo, o César Maia...entre ele e o sucessor dele foram 16 anos, quatro gestões. Nas três primeiras foi um sucesso, porque tinha vontade política do governo. Aí veio o Conde, Luís Paulo Conde [...]. Começou a fechar, argumentação que isso era feio, um negócio debaixo de um viaduto, podia pegar fogo”. [ENTREVISTADO A, representante da COMLURB, 2017].

Ao longo dos anos, a coleta seletiva sofreu avanços e retrocessos, do mesmo modo que a inclusão de catadores. Em 2012, conforme o diagnóstico do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a coleta seletiva era realizada em 41 dos 160 bairros da cidade, alcançando o total de 7.797t destinadas para a coleta seletiva em 2011. O material era encaminhado para cooperativas e associações de catadores cadastradas pelo município, as quais realizavam a triagem e a segregação dos diversos tipos de materiais coletados. À época, o plano indicava a existência do Programa de Ampliação da Coleta Seletiva, o qual passaria a

⁴⁰ Entrevistado A: servidor efetivo da COMLURB, atua na empresa há 34 anos e, em 2017, desempenhava a função de gerente de coleta seletiva. Entrevista realizada em setembro de 2017.

abranger os 160 bairros e incluiria até 1.500 catadores de materiais recicláveis, o que garantiria o reaproveitamento de 5% dos materiais potencialmente recicláveis.

Para tanto, em 2010, foi assinado um contrato de 52 milhões de reais entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o diagnóstico do PMGIRS (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 58):

O Programa compreende a construção de ao todo seis Centrais de Triagem, três com capacidade de processar 30 t/dia, absorvendo a mão de obra de até 300 catadores, localizadas nos bairros do Centro, Bangu e Campo Grande. As três restantes serão implantadas nos bairros da Penha, Irajá e Jacarepaguá e processarão 20 t/dia, atendendo, cada uma, até 200 catadores.

A previsão era de que os recursos do BNDES custeassem a construção e a aquisição de equipamentos para as Centrais de Triagem, bem como a realização de capacitação e de apoio na autogestão das cooperativas que seriam inseridas nas centrais de triagem, além da divulgação do projeto e da conscientização da população.

Os catadores seriam capacitados para a autogestão das centrais de triagem, considerando os conhecimentos necessários no que tange à gestão financeira e contábil, à segurança do trabalho e patrimonial, à saúde ocupacional e ambiental, ao mercado de materiais recicláveis e à comercialização em rede. Já a Prefeitura, por sua vez, ficou com a responsabilidade de ceder as áreas das centrais pelo período de dez anos (renováveis por igual período), devendo, também, ampliar a frota de caminhões disponíveis para a realização da coleta seletiva.

A tabela que segue apresenta o resumo do contrato entre o BNDES e o município do Rio de Janeiro no contexto do Programa de Ampliação da Coleta Seletiva:

Tabela 3 - Resumo do contrato entre o BNDES e o Município do Rio de Janeiro no contexto do Programa de Ampliação da Coleta Seletiva - ações destinadas às organizações de catadores de materiais recicláveis

Previsão contratual	Valor previsto (R\$)
Implantação de seis centrais de triagem	9.155.541,00
Capacitação de catadores, assessoria para gestão nas Centrais de Triagem e apoio na comercialização com apoio para a formação de uma rede de comercialização	6.951.000,00
Divulgação do Programa de Coleta Seletiva	4.840.000,00
Investimento na melhoria da estrutura produtiva e de comercialização das cooperativas de catadores	1.000.000,00
Apoio para a regularização documental e ambiental das cooperativas que não foram contempladas para funcionamento nas centrais de triagem	240.000,00
Total previsto para ações voltadas à inclusão de catadores	22.186.541,00

Fonte: elaborado pela autora (2018) a partir dos dados de Rio de Janeiro (2012).

De acordo com o PMGIRS (2012), além da previsão de inserção de cooperativas no Programa de Ampliação da Coleta Seletiva, esses trabalhadores contavam, ainda, com o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura, instituído pelo Decreto Municipal nº 30.624/2009, o qual destina materiais recicláveis gerados nos órgãos da administração municipal para as organizações autogestionárias de catadores.

Nesse sentido, uma das diretrizes do plano municipal, em 2012, era “apoiar a legalização, a organização e a capacitação das Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, em especial aquelas que participarem do Programa de Coleta Seletiva do Município” (PMGIRS, 2012, p. 43). A meta, para 2013, era coletar 5% dos materiais recicláveis de origem domiciliar da cidade, percentual que deveria alcançar 25%, em 2016, e 30%, em 2020 (nesses dois últimos anos, incluindo iniciativas públicas e privadas).

Em 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro informou, com dados de 2013, que a coleta seletiva ainda representava, 0,87%

(1.372 toneladas) do total de resíduos domiciliares coletados. Contudo, indicava, também, a existência de avanços ao longo dos anos, a exemplo da ampliação do número de áreas atendidas, que alcançava 63 dos 141 bairros da cidade (RIO DE JANEIRO, 2015b). O quadro que segue apresenta um resumo dos avanços apontados pelo poder público municipal em 2015:

Quadro 16 - Avanços da coleta seletiva do Rio de Janeiro em 2015

Avanços
A ampliação da coleta seletiva pela COMLURB nos bairros do Rio de Janeiro;
Crescente entrega de recicláveis pela COMLURB às entidades de catadores - destaque para a destinação dos resíduos dos grandes eventos (como, por exemplo, a Jornada Mundial da Juventude, Rock in Rio e a Copa do Mundo) a cooperativas de catadores;
A intensificação do fornecimento de materiais recicláveis por instituições públicas, principalmente do âmbito federal, às entidades de catadores de materiais recicláveis;
As capacitações e os apoios operacionais às entidades de catadores, promovidos por órgãos públicos e privados, embora ainda com baixa sistematização, tais como: as oficinas ministradas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro (SESCOOP/RJ) dentro do Programa de Ampliação da Coleta Seletiva da Cidade (Contrato 10.2.2030.1, firmado entre o município e o BNDES em dezembro de 2010, da Federação e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro – OCB/RJ), a empresa Wise Waste e a Recicloleta/Tetra Pak que vêm promovendo capacitação e instrumentalizando às entidades de catadores Atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Coordenação dos Programas de Pesquisa em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
O crescente número de empresas e condomínios que já destinam seus recicláveis, através de venda ou doação, diretamente a entidades de reciclagem;
A operação da Cooperativa de 2º Grau (cooperativa constituída por outras cooperativas) como a Rede Recicla Rio;
A operação da 1ª Central de Triagem, em Irajá, do Programa PCRJ-BNDES, pelo COOPFUTURO.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados em Rio de Janeiro (2015b).

Entretanto, nem todos os avanços previstos a partir do contrato firmado entre o BNDES e o município do Rio de Janeiro foram efetivados. De acordo com o Entrevistado A, as principais dificuldades enfrentadas estavam ligadas à ausência de vontade política:

As ações planejadas foram concebidas num programa de expansão da coleta seletiva a partir de uma parceira prefeitura – BNDES. É o governo federal. Vontade política é a primeira dificuldade, o recurso a gente tem, disponível do governo federal. Na vontade política, eu poderia complementar com o prefeito que tinha que me liberar as áreas para eu construir as centrais. [...] Então, foi uma dificuldade. Liberou duas áreas. Essa aqui e de Bangu, mas ao mesmo tempo não materializou até hoje o documento do contrato social que o Rousseau já falava na Revolução Francesa. Está certo? Então, eu tenho um contrato social que não tem valor porque ele usa de fato, mas não usa de direito. [ENTREVISTADO A, representante da COMLURB, 2017].

Como informado pelo entrevistado, dentre as ações que não foram concretizadas estão a construção das centrais de triagem tal qual previsto no Programa de Ampliação da Coleta Seletiva, a expansão do número de caminhões para a cobertura de 100% dos bairros da cidade, bem como assinatura de um instrumento de cessão dos galpões que formalizasse a relação com as organizações de catadores. Como afirmou o Entrevistado A:

O importante é que não teve a vontade política para você tratar esse parceiro [o catador] em pé de igualdade com as diferenças. Então, faltou... até hoje ele tem dificuldades em algumas coisas. Há quem diga que está muito bem, maravilhoso, mas não está, porque aqui, falta educação ambiental da população, intensa... falta você entender o papel do informal que compra lá e tal, é aplicar a lei, falta você ter a legalização desses espaços por dez anos mais dez anos. Falta você proporcionar os recursos que elas tiveram do governo federal para ter um caminhão para ter mais autonomia ou que está na moda a chamada sustentabilidade econômica social. [ENTREVISTADO A, representante da COMLURB, 2017].

A fim de conhecer mais sobre a proposta do Programa de Ampliação da Coleta Seletiva, em 2017, foi realizada entrevista com representante do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro (SESCOOP/RJ), entidade que atua no desenvolvimento do cooperativismo no estado do Rio de Janeiro e que foi contratada para realizar a formação com os catadores de materiais recicláveis no contexto do referido programa. Conforme já indicado pelo entrevistado A, o entrevistado B⁴¹ afirmou que, embora representasse uma proposta idealizada para a inclusão do catador no Rio de Janeiro, ela esbarrou na ausência de vontade política:

[...] O projeto é um projeto maravilhoso. Desde que tenha vontade política, né, a gente esbarrou na burocracia, esbarrou em algumas questões políticas. Mas para o catador era um projeto maravilhoso porque nós participamos do passo a passo, nós tiramos eles de dentro do lixão, dos aterros sanitários que nós vimos, eu fiquei dois anos e meio trabalhando com eles direto. [...] Eram 7 milhões [...] o BNDES não desembolsou 6 milhões e pouco. [ENTREVISTADO B, representante da SESCOOP, 2017].

Em 2017, existiam, conforme o entrevistado A, 42 núcleos/ organizações formadas por catadores no Rio de Janeiro, sendo que somente três delas operavam centrais de triagem da Prefeitura. Segundo o gestor, do total de associações e cooperativas, nem todas as organizações apresentam condições de receber o material proveniente da coleta seletiva..

Conforme exposto, a coleta seletiva do Rio de Janeiro, iniciada nos anos de 1990, passou por diversas etapas. Após explicitar os aspectos gerais acerca da gestão dos resíduos e da coleta seletiva, será apresentado o cálculo dos indicadores de sustentabilidade da coleta seletiva, classificando esse serviço de responsabilidade do município de acordo com o Radar da Sustentabilidade da Coleta Seletiva (FUNASA, 2017).

⁴¹ A entrevista foi realizada em 2017 com funcionário da SESCOOP que atuou no Programa de ampliação da coleta seletiva do Rio de Janeiro.

3.2.2 - Análise da sustentabilidade do Programa de Coleta Seletiva do Rio de Janeiro

Com base nas informações fornecidas pela COMLURB⁴², foi possível obter os resultados que seguem:

Tabela 4 – Indicador de coleta seletiva - Rio de Janeiro/COMLURB

Indicador	Descrição do Indicador	Cálculo do ISCS	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISCS 1	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Plano Municipal com construção participativa, em implementação	Favorável	0,75	1,00	0,75
ISCS 2	Instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva	Existência de convênio sem repasse financeiro	Desfavorável	0,5	0,83	0,42
ISCS 3	Atendimento da população	47,25%	Muito Desfavorável	0,4725	0,90	0,43
ISCS 4	Autofinanciamento	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0,00	0,80	0
ISCS 5	Educação/Divulgação	90,91%	Muito Favorável	0,9091	0,79	0,72
ISCS 6	Participação e controle social	Os canais existem e funcionam sem a participação de catadores	Favorável	0,75	0,73	0,55
ISCS 7	Parcerias	90%	Muito Favorável	0,9	0,62	0,56
ISCS 8	Inclusão de catadores avulsos	Não Respondeu	Muito Desfavorável*	0	0,74	0
ISCS 9	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável**	0	0,91	0
ISCS 10	Taxa de recuperação de recicláveis	1%	Muito Desfavorável	0,01	0,89	0,0089

⁴² Os dados foram obtidos após aplicação de questionário com o gestor A, que também foi, posteriormente, entrevistado. Alguns dados quantitativos foram enviados por e-mail para a pesquisadora por gestores da COMLURB.

ISCS 11	Taxa de rejeito	20%	Desfavo- rável***	0,8	0,87	0,70
ISCS 12	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	100%	Muito Favorável	1,00	0,84	0,84
ISCS 13	Condições ambientais de trabalho na central de triagem	92,31%	Favorável	0,9231	0,84	0,78
ISCS 14	Saúde e segurança do trabalhador	100%	Muito Favorável	1,00	0,84	0,84
ISCS 15	Custos do serviço de coleta seletiva	500 R\$/t	Muito Desfavorável	0,25	0,82	0,21
ISCS 16	Custo da coleta seletiva / regular + destinação	210%	Muito Desfavorável	0,25	0,81	0,20
Total					13,23	6,98

* Não respondeu - inexistente informação sobre catadores cadastrados

**Não respondeu - inexistente informação sobre domicílios que aderem

***Valor obtido diretamente da COMLURB, sem que fosse necessário realizar o cálculo proposto pela FUNASA (2017).

Índice - Coleta Seletiva - Rio de Janeiro	0,527721	Favorável
---	----------	------------------

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base em coleta direta de dados.

A análise dos dados permite vislumbrar que a coleta seletiva do Rio de Janeiro foi classificada como favorável. Alguns aspectos ainda a distanciam da condição de “Muito Favorável”, se considerarmos o radar da sustentabilidade da coleta seletiva (FUNASA, 2017). Dentre eles, dois indicadores foram classificados como desfavoráveis (ISCS 2 e 11) e sete como muito desfavoráveis (ISCS 3, 4, 8, 9, 10, 15 e 16).

No que tange a estes, especificamente, deve-se observar que o município afirmou não possuir informações importantes para o planejamento e o aperfeiçoamento do serviço prestado, a exemplo daquelas referentes ao autofinanciamento – que não foram repassadas de forma precisa – (ISCS 4); ao quantitativo

de catadores avulsos cadastrados (impossibilitando o cálculo do ISCS 8) e ao número de domicílios que aderem à coleta seletiva (impossibilitando o cálculo do ISCS 9).

Dentre os dois indicadores classificados como “desfavoráveis”, tem-se o ISCS 2 – instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva. Nesse caso, identificou-se, na realidade estudada, a existência de convênio sem repasse financeiro. No Rio de Janeiro, a coleta dos recicláveis é realizada por empresa terceirizada. As cooperativas que contam com apoio do município no contexto da coleta seletiva recebem o material coletado nos domicílios para realização da triagem e posterior comercialização. Além disso, realizam suas atividades em espaços cedidos pelo município, o qual também apoia as organizações com o pagamento de despesas com energia, por exemplo.

A renda é obtida a partir da venda do material recebido. Essa condição ainda se distancia dos objetivos do Movimento Nacional de Catadores, o qual busca a contratação das organizações para a operacionalização da coleta seletiva como o contexto ideal para a inclusão social da categoria (PEREIRA; GOES, 2016). A inexistência de repasse financeiro pode indicar a manutenção de um viés assistencialista nas ações municipais, o que pode estar relacionado com a necessidade de fortalecimento das próprias organizações para assumir a responsabilidade pela prestação do serviço.

Tal perspectiva atrelada à elevada taxa de rejeito informada impedem o fortalecimento das organizações. O ISCS 11, que mede a taxa de rejeito, também foi classificado como desfavorável, visto que foi informada a existência de 20% de rejeito em relação ao total de materiais recicláveis coletados.

A FUNASA (2017) considera muito favorável uma taxa de rejeito menor ou igual a 5%. Um alto percentual de rejeito pode estar associado à ineficiência da separação na fonte geradora, bem como nas centrais de triagem. Nesse sentido, o entrevistado A indicou a necessidade de investimento na autonomia das organizações de catadores – para que possam se estruturar e se capacitar para ser inseridos na política – e na promoção de ações voltadas à educação ambiental, a fim de que a taxa de rejeitos seja reduzida, destinando-se o material, adequadamente separado, para as organizações. É preciso destacar que o indicador relativo

à educação ambiental voltada à coleta seletiva (ISCS 5) foi considerado muito favorável, porém, as entrevistas realizadas com os gestores apontaram a inexistência de continuidade dessas ações conforme exposto anteriormente.

De forma relacionada a essa taxa de rejeito desfavorável, a taxa de recuperação de recicláveis (ISCS 10) foi considerada muito desfavorável, o que também se relaciona com a forma como a separação é realizada pela população e com o grau de conscientização existente. A taxa de recuperação de recicláveis da coleta seletiva do Rio de Janeiro alcançou apenas 1% em relação aos resíduos coletados na cidade. Apesar de ser esse o cenário encontrado na maioria dos municípios brasileiros, sendo a média nacional de 2,1% (SNIS, 2016), deve-se destacar que seria considerado muito favorável pela FUNASA (2017) um percentual maior ou igual a 25%.

Tal aspecto deve ser analisado em conjunto com outros fatos referidos pelos representantes da COMLURB entrevistados durante a pesquisa. De acordo com o Entrevistado C⁴³, o serviço oferecido pela Prefeitura do Rio de Janeiro sofre a concorrência de coletores informais, os quais, conhecendo o horário e a rota dos caminhões, realizam a coleta antes do poder público, recolhendo os materiais mais valiosos:

O que acontece? O cara separa o material lá, aí deixa lá, oferece aquilo para COMLURB pegar. Só que antes da COMLURB pegar, vem o cara ali avulso, o catador avulso, vai lá e pega aquilo que lhe interesse, a latinha de alumínio que dá mais dinheiro, ele pega e leva e deixa aquilo... [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

No mesmo sentido, o entrevistado A afirmou que:

A coleta seletiva na origem porta a porta passa por um filtro da força informal de mercado. No Rio de Janeiro, e no Brasil, existe um mercado informal que tem muita força. Esse mercado informal começa no prédio com o porteiro, com o servente, com o faxineiro que separa o que tem valor agrega-

⁴³ Entrevistado C: servidor da COMLURB, no gerenciamento da Estação de Transferência do Caju. Entrevista realizada em setembro de 2017.

do, que não está aqui. Maior valor agregado, separa e vende tudo isso errado e trazendo com o caminhão, (o) pequeno depósito que existe na cidade do Rio de Janeiro, 450 tem nome e endereço. 450 que faz isso. Chama-se Força Informal de Mercado. Dois: O material que vem para aqui já vem com esse... essa (deficiência) do bom material; e três: não há uma campanha educativa para a população botar verdadeiramente aquilo que é reciclável, então acaba botando coisas que é potencialmente reciclável, mas não tem valor agregado, não tem valor comercial. Então, acaba gerando isso aqui. [ENTREVISTADO A, representante da COMLURB, 2017].

O custo da coleta seletiva foi, igualmente, considerado muito desfavorável, visto que, conforme informação disponibilizada pela COMLURB, a despesa corresponde a 500 R\$/t, sendo considerado ideal o valor menor ou igual a 200 R\$/t. No mesmo sentido, a relação entre os custos da coleta seletiva e da coleta regular também evidencia um cenário muito desfavorável, na medida em que aquele representa 210% dos custos da coleta regular (considerando-se coleta e destinação final). Nesse caso, de acordo com os parâmetros da FUNASA (2017), seria considerado muito favorável um percentual menor ou igual a 100%.

Outro indicador também considerado muito desfavorável deve ser observado nessa análise. Trata-se do percentual da população atendida (ISCS 3), o qual alcançou 47,25% dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Para a FUNASA (2017), seria considerado muito favorável o atendimento de 100% da população. Nesse sentido, verificou-se a existência de um serviço de coleta seletiva prestado por empresa terceirizada, cujo custo para operacionalização representa 210% da coleta convencional de resíduos, mas que atende menos de 50% da população e possui uma taxa de recuperação de recicláveis de apenas 1%, dos quais 20% são rejeitos. Tais aspectos apontam para um cenário que, embora seja favorável do ponto de vista da sustentabilidade, deve ser repensado, a fim de proporcionar a eficiência da política em questão.

Os catadores, por sua vez, apenas são inseridos no momento da destinação dos materiais coletados, não existindo contratação para a realização da coleta. Foi possível perceber a manutenção de uma relação que se mantém na esfera do assistencialismo.

Apenas três organizações são beneficiadas⁴⁴, o que demonstra a necessidade de que o olhar do poder público municipal seja ampliado no que tange ao número de indivíduos incluídos e aprimorado no que se refere à perspectiva das estratégias de inclusão existentes. Vale ressaltar que, dentre as três organizações apoiadas pelo poder público, apenas duas recebem material proveniente da coleta seletiva, visto que a Cooperativa Transformando recebe material da coleta domiciliar⁴⁵.

Após a análise dos dados relativos à coleta seletiva, torna-se necessário relacionar tais resultados com os indicadores de sustentabilidade das organizações de catadores. É preciso entender qual a condição de inclusão garantida pela existência de uma coleta seletiva favorável.

Antes, serão apresentados os aspectos institucionais e operacionais da coleta seletiva em Curitiba e Natal.

3.2 Coleta seletiva no município de Curitiba (PR)

O presente tópico apresentará os resultados da pesquisa realizada em Curitiba. Serão discutidos, inicialmente, os aspectos históricos e institucionais da coleta seletiva. Em seguida, serão apresentados os dados coletados na investigação realizada.

3.2.1 - Histórico e aspectos institucionais da coleta seletiva em Curitiba

O município de Curitiba possui uma população de 1.751.907 milhões de pessoas distribuídas em uma área de 435,03 km² (IBGE, 2010). O Plano Municipal de Gestão Integrada de

⁴⁴ Nesse momento, o estudo faz referências às três organizações que operacionalizam centrais de triagem da Prefeitura, visto que foi informado pelo entrevistado A que outras organizações no Rio de Janeiro também recebem material proveniente da coleta seletiva.

⁴⁵ Conforme o Entrevistado C se referindo ao material recebido pela Cooperativa Transformando: Pergunta: Então, eles triam o que vem da coleta domiciliar? Entrevistado C: Isso. Da domiciliar, inclusive é mais vantajoso para eles e para nós também, porque uma vez eu perguntei para ela, eu falei, “porque coleta seletiva”, “ah, mas eu gosto mais da domiciliar”. Eu não entendi o porquê. Aí depois eu fui ver que o carroção chefe de venda dela era aquele plástico filme, aquela bolsinha que vende em supermercado.

Resíduos Sólidos de Curitiba (CURITIBA, 2010) foi inicialmente publicado no ano de 2010, após a realização de Consulta Pública e Audiência Pública. Nos anos de 2013 e 2017, foram realizadas revisões do conteúdo inicial.

A partir do final da década de 1980, a Prefeitura de Curitiba iniciou a implementação de diversas ações relacionadas à gestão dos resíduos gerados no município. Em 1989, foi implantado o aterro municipal de Curitiba, localizado no bairro da Cachimba na região sul, e iniciou-se o programa de Coleta Seletiva e Valorização do Lixo Doméstico. Nesse sentido, antes mesmo da existência de qualquer normativo federal, o município já realizava a destinação adequada e incentivava a separação do resíduo orgânico do reciclável. No mesmo ano, foi implantado o programa “Compra do Lixo”, o qual possibilitava a limpeza dos locais que não eram contemplados com a coleta domiciliar. Conforme a Prefeitura de Curitiba (CURITIBA, 2017, p. 72):

Em 1989, através do Programa Compra do Lixo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, era efetuada a troca de lixo orgânico por vales-transportes. Em junho de 1991, durante uma supersafra de repolho na Região Metropolitana de Curitiba, percebeu-se que a troca do vale transporte poderia ser substituída por alimentos com a inclusão do lixo reciclável na permuta.

Por meio dessa iniciativa, a população passou a realizar a permuta dos resíduos gerados por produtos hortifrutigranjeiros. No ano de 1990, a cidade recebeu da Organização das Nações Unidas o título de Capital Ecológica. Em 1991, após uma supersafra de produtos hortigranjeiros na Região Metropolitana de Curitiba, foi implantado o programa “Câmbio Verde”⁴⁶, que consiste na troca de materiais recicláveis por produtos hortifrúti em pontos de troca. À época, a Prefeitura de Curitiba firmou convênio com a Federação Paranaense das Associações dos Produtores Rurais, auxiliando os pequenos produtores e, ao mesmo tempo, incentivando a separação dos recicláveis. Nesse segundo momento, ampliou-se a possibilidade de permuta para toda a população. Em entrevista realizada durante a pesquisa,

⁴⁶ No momento de realização da pesquisa, o projeto continuava sendo operacionalizado pela Prefeitura.

a entrevistada G⁴⁷, apresentou o funcionamento do programa e enfatizou o papel das associações de moradores:

A Associação de Moradores combina com a sua comunidade que a cada 15 dias as pessoas vêm numa fila onde está uma caçamba parada, trazem o lixo que não é lixo. Eles vão trazendo e vão pegando um ticket. Aí quando o caminhão do hortifrutigranjeiro chega, a cada 15 dias ele vai lá fazer essa troca do material daí entrega a sacola para as pessoas. Tem vezes que vem, geralmente são as frutas e verduras da época, até que são entregues para essa troca. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Já em 1998, foi criado o “Programa de Coleta de Lixo Tóxico”, para o recolhimento de pilhas, lâmpadas, toner de impressão, baterias, tintas, solventes e medicamentos vencidos. Em 2007, foi criado o Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos – CONRESOL⁴⁸.

Atualmente, a coleta seletiva no município é formada pelos programas “Lixo que não é Lixo”, “Câmbio Verde” e “Ecocidadão”. Esses programas são operacionalizados por empresa contratada pela Prefeitura para a execução dos seguintes serviços: coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e de varrição; coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos recicláveis, programa “Lixo que não é Lixo” e programa “Câmbio Verde”; coleta indireta de resíduos domiciliares; varrição mecanizada; varrição e lavagem de feiras livres; raspagem de cartazes e lavagem de calçadas; limpeza especial; limpeza de rios; coleta, transporte e destinação para tratamento de resíduos tóxicos domiciliares e manutenção e monitoramento do aterro sanitário.

⁴⁷ A entrevistada E é servidora efetiva da Prefeitura de Curitiba desde o início dos anos de 1990, realizando suas atividades como Gerente da Educação Ambiental, a quem cabe a coordenação do programa Ecocidadão, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A entrevista foi realizada em janeiro de 2018.

⁴⁸ Além e Curitiba, o consórcio é formado pelos seguintes municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pien, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

No que tange às estratégias criadas para a coleta de recicláveis, alguns números podem ser destacados. Em 2010, ano de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, eram coletados no município 2.560 t/dia de resíduos domiciliares, tendo-se uma geração per capta de 1,383 kg/hab/dia. Conforme destacado anteriormente, o Plano Municipal revisado em 2013 apresenta as mesmas informações presentes no plano anterior (CURITIBA, 2013). Já o plano de 2017 (CURITIBA, 2017), apresenta novos dados, que serão apresentados conjuntamente a seguir como informações preliminares à análise da sustentabilidade do Programa de Coleta Seletiva de Curitiba.

A tabela abaixo apresenta o volume de resíduos coletados segundo os planos de 2010 e 2017, apontando o total de resíduos domiciliares coletados e qual a geração per capta nos dois períodos.

Do total de resíduos coletados diariamente em 2010 (2.560 t/dia), apenas 89,16t eram destinadas à coleta seletiva, o que representava 3,47%. Já em 2017, eram coletados 2.020 t/dia de resíduos na cidade, sendo 120 t/dia provenientes da coleta seletiva, o que correspondia a 5,94%.

Tabela 5 – Dados relativos à gestão de resíduos sólidos, em Curitiba, conforme os planos municipais de 2010 e 2017

Fator analisado	2010	2017
Total de resíduos coletados	2.560 t/dia	2.020 t/dia
Total de resíduos domiciliares coletados	1.472,70 t/dia	1.685 t/dia
Geração per capta de resíduos - considerando o total de resíduos	1,383 kg/hab/dia	1,09 kg/hab/dia

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de Curitiba (2010) e Curitiba (2017).

Em 2010, o programa “Lixo que não é Lixo” era operacionalizado por empresa contratada que realizava a coleta por meio de 52 equipes. No referido ano, foram coletados 89,16 t/dia. Em 2017, a coleta seletiva já alcançava 100% dos bairros da cidade, contando com 59 equipes que coletavam 120 t/dia. Com o aumento de sete equipes no período citado, cresceu o quantitativo de materiais coletados ao ano. Em 2018, conforme a pesquisa realizada, o município operacionalizava a coleta com 61 equipes:

Tabela 6 – Quantidade de equipes envolvidas na coleta seletiva de Curitiba, total de material coletado por ano e por dia entre 2010 e 2017

Fator analisado	2010	2017
Quantidade de equipes	52	59
Total de materiais destinados à coleta seletiva anualmente	22.420 t	36.126t
Resíduos Recicláveis provenientes da coleta seletiva por dia	89,16 t/dia	120 t/dia

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de Curitiba (2010) e Curitiba (2017).

Deve-se destacar que, entre os anos de 2003 e 2005, a coleta seletiva porta a porta (realizada por meio do programa “Lixo que não é Lixo”) apresentou uma redução de 21%. De acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (CURITIBA, 2010), tal comportamento se deveu à ausência de divulgação do programa. Nesse sentido, em 2006, foi lançada uma campanha educativa com o slogan “SE-PA-RE”. Ainda em 2006, a quantidade de materiais destinados à coleta seletiva voltou a crescer, como demonstrado na tabela que segue:

Tabela 7 – Evolução da coleta seletiva em Curitiba entre 2003 e 2013

Ano	Quantidade de resíduos da coleta domiciliar (tonelada/ano)	Quantidade de resíduos da coleta seletiva (tonelada/ano)
2003	356.079	12.370
2004	363.394	10.943
2005	374.653	9.686
2006	392.830	13.326
2007	407.978	15.437
2008	416.209	18.416
2009	441.721	26.748
2010	447.297	27.940
2011	475.219	29.620
2012	490.699	35.292
2013	498.383	36.126

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base nas informações de Curitiba (2017).

O programa “Câmbio Verde”, igualmente, ainda contribuiu com a coleta de recicláveis na cidade: a cada quatro quilos de material reciclável, o cidadão recebe um 1 kg de hortifrúti. Entre 2003 e 2013, o número de pontos do programa aumentou de 63 para 100 unidades (CURITIBA, 2017). Em 2010, estimava-se que, no total, participavam do programa uma média de 7.259 pessoas, coletando-se, aproximadamente, 310 toneladas de resíduos recicláveis por mês, com uma estrutura de sete caminhões baús, sete motoristas e 38 coletores (CURITIBA, 2010). Já em 2017, o plano indicava a existência de seis caminhões baús, seis motoristas e 30 coletores.

A busca pela inclusão social de catadores de materiais recicláveis, por sua vez, teve início em 2007, com o programa “Ecocidadão”, que buscava apoiar e fortalecer as organizações formadas por esses trabalhadores. Em 1999, 2.769 catadores foram identificados em Curitiba, estimando-se um total de 3.300 pessoas em 2007. O contexto identificado guardava relação com o uso da moradia como depósito; a dependência por parte dos catadores de depósitos que forneciam o carrinho; a imagem negativa do catador perante a população, em função dos conflitos no trânsito e a existência de pontos de classificação, ocupados por catadores nas praças e calçadas para o acúmulo do material coletado. Esses e outros dados serviram como referência para a elaboração do “Ecocidadão”. De acordo com a entrevistada G:

A ideia era assim, tinha muito... além de ter muito catador na rua, e muito material reciclável acumulado que não dava conta da UVR⁴⁹ receber, foi se pensado em criar espaços, formalizar essas associações para elas poderem receber material para poder melhorar a renda também, em termos de assistência social e dar vazão para o material. Foi nesse sentido que foi criado. Principalmente tinha muito catador, foi identificado muito catador. A gente trabalhava muito aqui, a Secretaria de Meio Ambiente, sempre trabalhou muito com associação de moradores. E a gente em 89, quando surgiu o

⁴⁹ Unidade de Valorização de Recicláveis e Museu do Lixo localizado no município de Campo Magro e criada em 1990. A unidade é mantida e administrada pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba desde 1998. A usina recebe material reciclável da coleta seletiva municipal e a renda é revertida para projetos sociais.

Lixo que Não é Lixo, a gente já percebia assim, a quantidade de material que era muito grande, e aí foi incentivando a população a separar. E daí em 2007 que foi surgir essa ideia daí. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Inicialmente, um termo de parceria entre o Município de Curitiba e a Fundação de Ação Social e a Associação Aliança Empreendedora e Fundação AVINA foi celebrado para a execução das ações voltadas à inclusão de catadores. A esta entidade, caberia a implantação de Parques de Recepção de Recicláveis a ser operacionalizados por cooperativas e associações de catadores. Já as demandas sociais seriam atendidas pela Fundação de Ação Social (CURITIBA, 2010).

A partir das ações já realizadas, em 2012, a Prefeitura firmou termo de cooperação técnica e financeira com o BNDES, por meio do qual foi possível realizar a construção e a reforma de barracões para as organizações que participavam das ações de inclusão municipais. A intenção era potencializar a inclusão por meio do programa “Ecocidadão”. Como afirmou a entrevistada G:

Que em 2012 a gente fez uma parceria com o BNDES e foram adquiridos carrinhos elétricos. Na época a gente queria com o BNDES caminhões-baú, não aqueles enormes, os de tamanho médio. A gente, nessa parceria, foi o BNDES, ele liberou recurso para construções de barracões e foram construídos 6 barracões e foram adquiridas prensas, carrinho elétrico, mesa de triagem, esteiras e balança digital. E daí esses carrinhos elétricos foram distribuídos em todos os barracões que existiam na época. Na época eu acho que existiam umas 12 ou 13 associações. Daí foram distribuídos. Foi dado o treinamento de como usar esse carrinho e foi dado autorização também da secretaria de trânsito, que tem aqui em Curitiba, para que eles pudessem percorrer nas ruas da cidade. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

De acordo com a Prefeitura de Curitiba, em 2015, 21 parques operados por associações e cooperativas estavam em funcio-

namento (CURITIBA, 2017), que totalizavam 605 catadores incluídos com renda mensal de aproximadamente R\$ 835,63. A tabela que segue apresenta a síntese do Programa Ecocidadão entre 2008 e 2014::

Tabela 8 – Programa Ecocidadão – Quantitativo de organizações de catadores incluídas no Programa, número de catadores e a renda média mensal no período 2008 - 2014

Ano	Nº de Associações	Nº de Catadores	Renda Média (R\$)	Salário mínimo à época (R\$)	% em relação ao salário mínimo da época
2008	04	80	R\$ 192,01	R\$ 415,00	46,26%
2009	06	250	R\$ 266,46	R\$ 465,00	57,3%
2010	11	247	R\$ 419,87	R\$ 510,00	82,32%
2011	12	267	R\$ 494,29	R\$ 545,00	90,69%
2012	13	274	R\$ 500,18	R\$ 622,00	80,41%
2013	16	352	R\$ 580,66	R\$ 678,00	85,64%
2014	21	605	R\$ 835,63	R\$ 724,00	115,41%

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações de Curitiba (2017).

Entre 2008 e 2014, 17 organizações foram inseridas no programa e o número de catadores beneficiados aumentou de 80 para 605. A renda média dos catadores era de R\$ 835,63, valor acima do salário mínimo que, à época, era de R\$ 724,00. No momento da realização da pesquisa, 22 organizações – com uma média de 700 catadores no total – tinham contrato com a Prefeitura para recebimento dos recicláveis, estando formalmente inseridas no Programa “Ecocidadão”.

De acordo com a coordenadora do “Ecocidadão”, Gerente da Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, atualmente, a renda do catador incluído no programa chega a R\$ 1.000,00:

Têm catadores que recebem lá 300 reais que é aquele que vai uma vez por semana e fica duas horas conversando e tem catador que recebe 3 mil. A média é 1.000 reais. A média, se você pegar por média, assim, dá uns 1.000 reais a 1.200,

por aí, assim. Depende da quantidade. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Com o programa “Ecocidadão”, as organizações são credenciadas para gerir, receber, triar e comercializar os resíduos provenientes da coleta seletiva no Município de Curitiba. A remuneração das organizações é realizada de acordo com o volume de material reciclável enviado para os barracões pela Prefeitura, que deve enviar, no mínimo, 10 toneladas por semana para cada organização. As associações e as cooperativas participantes do programa também recebem recicláveis provenientes de Estações de Sustentabilidade, além de obter renda proveniente da venda de todo o material reciclável recebido pelas organizações. Além disso, a Prefeitura também subsidia as despesas com aluguel dos barracões, água e energia das organizações.

Existem duas formas de subsídios. No primeiro caso, o ente municipal realiza a cessão de prédios próprios ou realiza a locação para o funcionamento do barracão e subsidia despesas com água e energia, realizando o pagamento de R\$ 160,00 por tonelada de material destinado à organização. Já no segundo, em que o imóvel é locado pela própria organização, o município paga R\$ 414,31 por tonelada de material recebido pela cooperativa/ associação para as 40 (quarenta) toneladas iniciais e R\$160,00 a partir da 41^a (quadragésima primeira) tonelada. Nesse sentido, explicou a entrevistada G:

Quando essa Associação for aprovada a documentação dela e fez a formalização do contrato, ela passa a receber o material e pela tonelada de material recebido, ela recebe, são dois valores diferenciados. Ou é nesse edital que está valendo, R\$ 160, nesse caso R\$ 160 são aquelas associações que estão instaladas em barracão que é cedido pela prefeitura, ou seja, é um próprio municipal, é uma área que é da prefeitura no formato de barracão para atender o trabalho, ou ela é um imóvel que é feita a locação via prefeitura. [...] Então a Prefeitura daí banca a luz e a água. Por isso esse valor de R\$ 160, porque daí R\$ 160 multiplicado no mínimo 40 toneladas, esse valor que ela recebe aí é para pagar o que? Para pagar as demais despesas

do barracão. Vai comprar EPI, luva, bota, vai pagar óleo para prensa, fitilho, material de limpeza, desratização, essas outras coisas. Então esse valor é para isso. As outras associações dessas 22, se eu não me engano eu acho que tem cinco ou seis que são feitos os contratos de locação via a própria contratada, ou seja, a própria Associação. [...] Por que é que não é locada pela prefeitura? Porque em algum momento o imóvel tinha um documento ou o outro que faltava e a Prefeitura não consegue fazer a locação [...] Nesse caso que é locado pela associação, o valor da tonelada é R\$ 414,31, por que? Ela vai multiplicar por no mínimo 40 toneladas, e isso vai dar um valor bem maior que consegue bancar o aluguel e o IPTU também, além da luz e da água e das outras despesas. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Em janeiro de 2018, o município estava com edital aberto para a contratação de novas organizações de catadores. A partir do novo edital, o valor da remuneração destinada às cooperativas/associações pelo recebimento dos recicláveis seria reajustado, passando de R\$ 160,00 para R\$ 192,38 para as organizações que possuem sede disponibilizada pelo poder público e de R\$ 414,31 para R\$ 498,17 para aquelas que não possuem. Esse valor será pago pelas quarenta toneladas iniciais entregues pela coleta seletiva e R\$ 192,38 a partir da quadragésima primeira tonelada de reciclável. A perspectiva da gestão municipal era aprimorar o programa, recebendo novas organizações e aumentando a possibilidade de inserção de outros catadores que ainda atuam de forma autônoma.

Até a conclusão do trabalho de campo, em Curitiba, não havia a contratação desejada pelos catadores, não sendo esses, ainda, os protagonistas da coleta seletiva na cidade, mas atores responsáveis pelo recebimento do que é coletado, inseridos apenas na etapa da destinação. A Prefeitura de Curitiba informou ter conhecimento acerca do desejo das organizações de ser remuneradas pela realização do serviço da coleta, e não apenas pelo recebimento. Entretanto, reconhece o desafio dessa mudança e a necessidade de que os catadores estejam preparados para tal responsabilidade:

Daí ele recebe por essa tonelada, daí pelo recebimento, ele vai classificar esse material e vai vender. E aí ele tira a renda dele. Então hoje, para eles, eu acho um benefício muito grande. Eles querem entrar, eles querem que aqui também seja implantado como é em Natal, que seja, eles vão fazer a coleta. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Em Curitiba, a coleta de recicláveis conta, também, com as Estações de Sustentabilidade, inauguradas em 2014. A primeira estação foi localizada no Bairro Boa Vista. Trata-se de um local preparado para entrega voluntária de resíduos recicláveis pelos moradores das proximidades. Em 2017, já existiam cinco estações espalhadas pelo município⁵⁰. Além dessas iniciativas, Curitiba conta com uma Unidade de Valorização de Recicláveis – UVR que se localizava no Município de Campo Magro e é administrada pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba – IPCC, associação civil sem fins lucrativos, destinando-se os recursos obtidos com a comercialização dos recicláveis para os projetos sociais mantidos pela instituição.

Por todas essas iniciativas e pela amplitude das estratégias, o município de Curitiba é conhecido desde a década de 1990 pela sua excelência na gestão dos resíduos. Para os gestores, tal destaque se deve tanto às ações planejadas ao longo das décadas como à adesão da própria população às políticas. De acordo com o entrevistado H⁵¹:

A gente diz que o melhor fiscal da prefeitura em Curitiba é a população. Se a população ver você jogando lixo em um lugar com o teu carro, eles marcam a placa e entrega. Nós levamos para o SETRAN, e no final você acaba pagando para nós o serviço. [ENTREVISTADO H, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba - MALP, 2018].

⁵⁰ De acordo com a Prefeitura de Curitiba (CURITIBA, 2017), as estações já instaladas eram: Estação Boa Vista; Estação Santa Cândida; Estação Tingui; Estação Guabirota; Estação Vila Verde.

⁵¹ O entrevistado é engenheiro sanitário e ocupa cargo efetivo na Prefeitura de Curitiba, estando responsável pela Coleta Seletiva no Departamento de Limpeza Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A entrevista foi realizada em janeiro de 2018.

A coleta seletiva foi avaliada pelos entrevistados como uma política efetiva. Para os gestores as campanhas de educação ambiental realizadas são, na verdade, as grandes impulsionadoras do sucesso das ações. No período da entrevista, a campanha de educação SE-PA-RE estava sendo retomada. Como destacou a entrevistada G:

Sim... eu acho que a coleta em si, ela é efetiva. O que não é efetivo ainda é a questão da separação mesmo da população. [...] Teve campanhas que saíram, que foram fracas. Agora está voltando com a campanha, que espero que seja forte. Já tem alguns ônibus até que atrás dos ônibus está tipo um... é como que eles chamam? Busdoor? Que é aquele adesivo. Dizendo lixo que não é lixo, separe. Então a gente está voltando muito forte com essa questão do Separe que era lá de 89, quando saiu a família Folha, separem. Tinha a musiquinha e tal. [...] E eu acho que a população tem que voltar a separar bem mais. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Pelo exposto, o município de Curitiba formulou estratégias variadas para que os recicláveis não sejam enviados para o aterro sanitário. As ações combinam a inclusão social de catadores com a troca de resíduos por alimentos produzidos por pequenos produtores, possuindo um desenho diverso no que se refere aos atores. Após estudar o histórico dessas ações, torna-se necessário apresentar os resultados da análise da sustentabilidade do Programa de Coleta Seletiva a partir da metodologia da FUNASA (2017).

3.2.2 - Análise da sustentabilidade do Programa de Coleta Seletiva de Curitiba

O cálculo e as análises dos indicadores foram realizados a partir das informações repassadas pelos entrevistados G e H, visto que a coleta seletiva e as ações voltadas à inclusão de catadores são de responsabilidade de departamentos distintos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Além disso, foram considerados os dados repassados por meio do canal de acesso à informação do portal da Prefeitura de Curitiba após consulta

formal realizada pela pesquisadora. A síntese dessas informações se encontra da tabela que segue.

Tabela 9 – Indicadores e índice de sustentabilidade da coleta seletiva - Curitiba

Indicador	Descrição do Indicador	Cálculo do ISCS	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISCS 1	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Plano Municipal com construção participativa, em implementação	Favorável	0,75	1,00	0,75
ISCS 2	Instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva	Convênio com repasse financeiro	Favorável	0,75	0,83	0,62
ISCS 3	Atendimento da população	100,00%	Muito Favorável	1	0,90	0,90
ISCS 4	Autofinanciamento	Cobrança de Taxa ou de Tarifa que cubra o custo do serviço de resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva.	Muito Favorável	0,50	0,80	0,4
ISCS 5	Educação/ Divulgação	90,91%	Muito Favorável	0,9091	0,79	0,72
ISCS 6	Participação e controle social	Existência e funcionamento sem a participação de catadores.	Favorável	0,75	0,73	0,55
ISCS 7	Parcerias	100%	Muito Favorável	1	0,62	0,62
ISCS 8	Inclusão de catadores avulsos	0	Muito Desfavorável	0	0,74	0
ISCS 9	Adesão da população	90%	Muito Favorável	0,9	0,91	0,819

ISCS 10	Taxa de recuperação de recicláveis	3,11%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,2225
ISCS 11	Taxa de rejeito	30%	Muito Desfavorável	0,7	0,87	0,61
ISCS 12	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	100%	Muito Favorável	1,00	0,84	0,84
ISCS 13	Condições ambientais de trabalho na central de triagem	61,53%	Desfavorável	0,6153	0,84	0,52
ISCS 14	Saúde e segurança do trabalhador	85,71%	Favorável	0,8571	0,84	0,719964
ISCS 15	Custos do serviço de coleta seletiva	1.050,64 R\$/t	Muito Desfavorável	0,25	0,82	0,21
ISCS 16	Custo da coleta seletiva/regulador + destinação	417%	Muito Desfavorável	0,25	0,81	0,20
Total					13,23	8,69
Índice - Coleta Seletiva - Curitiba		0,687302	Favorável			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de coleta direta de dados.

De acordo com a tabela, a coleta seletiva de Curitiba foi classificada como favorável no radar da sustentabilidade da FUNASA (2017). Entre os 16 indicadores, um foi enquadrado como desfavorável e cinco como muito desfavoráveis⁵².

⁵² O autofinanciamento da gestão de resíduos (ISCS 4) foi considerado muito favorável, visto que, em 2018, após atualização da desvinculação da taxa de lixo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com a revisão da distribuição dos custos entre os usuários e a diminuição do déficit do município com o serviço prestado, a Prefeitura afirmou que o financiamento ocorre a partir da cobrança de Taxa ou de Tarifa que cobre o custo do serviço de resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva. De acordo com a FUNASA (2017), esse indicador mede a sustentabilidade econômica da política. O ideal é que a arrecadação dos recursos financeiros cubra a totalidade das despesas, mas ocorre que, na maior parte dos casos, o serviço é custeado com valores provenientes de repasses municipais e não somente da arrecadação de taxas específicas. No caso de Curitiba, no período da pesquisa realizada por Silva (2016), a taxa cobrada pelo

O indicador considerado desfavorável se relaciona com as condições ambientais de trabalho na central de triagem (ISCS 13). Dentre os 13 requisitos desejáveis pela metodologia da FUNASA (2017), apenas oito foram informados pelos entrevistados. Desse modo, não foram constatados: a existência de refeitórios em todas as centrais de triagem; a limpeza diária de tais espaços; o controle de odores incômodos; a adequada condição ergonômica na realização do trabalho e a existência de assento adequado à realização do trabalho, reafirmando as dificuldades de infraestrutura vivenciadas pelas organizações de catadores, conforme destacado por Lima (2015b).

A necessidade de melhoria das condições de trabalho nas centrais de triagem foi reconhecida por uma das gestoras entrevistadas. Como afirmou:

Algumas precisam ter um espaço maior de trabalho, mudar de barracão, também isso ainda é real porque tem muito catador trabalhando. Por exemplo, a gente tem o Vida Nova, que trabalha desde 2007, 2008, são três barracões um ao lado do outro. Aqui só trabalha carrinheiro e aqui trabalham pessoas que recebem material da coleta. Nesses aqui, é muita gente. E é muito desorganizada a logística deles. Então eu acho assim, que ali são três barracões locados via prefeitura, mas não... Não é o ideal aquele barracão. Ali é muita gente, eles têm que ir para uma área maior. Então o espaço não é bom, não tem a ventilação que tem das portas de entrada. Então esse não é um local bom. Alguns ainda têm que melhorar. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Dentre os indicadores considerados muito desfavoráveis, cita-se a inclusão de catadores avulsos (ISCS 8). De acordo com os entrevistados, o município não possui um cadastro dos catadores que atuam na cidade. Em 1999, foi realizada uma pesquisa, que deu ensejo, posteriormente, ao surgimento do programa

poder público não cobria o valor do serviço prestado. De acordo com o autor, em 2014, apenas 37% dos recursos utilizados para gestão dos resíduos na cidade eram provenientes de fonte específica. Tal realidade foi modificada a partir da desvinculação realizada em 2018.

“Ecocidadão”. Porém, tal estudo não foi atualizado. O fato é que, sem uma contagem desses indivíduos, fica prejudicado o planejamento de ações efetivas e abrangentes.

A taxa de recuperação de recicláveis (ISCS 10) encontrada foi de 3,11%, percentual considerado muito desfavorável. Esse indicador mede a eficiência do sistema de coleta seletiva e o desvio dos resíduos do aterro sanitário. De acordo com a FUNASA (2017, p. 31), “parte-se de um pressuposto conservador de que exista um percentual médio de 30% a 35% de resíduos secos a serem desviados do aterro sanitário, por meio da coleta seletiva”. Em Curitiba, porém, menos de 5% dos materiais são desviados. Da quantidade de material destinado à coleta seletiva, tem-se ainda uma taxa de rejeito de 30% (ISCS 11), percentual considerado elevado em relação ao esperado (menor ou igual a 5%) e ao encontrado no Rio de Janeiro (20%). Tal aspecto se relaciona com a qualidade da separação realizada na fonte e nos centros de triagem. Nesse sentido, a coleta apresenta dificuldades tanto relacionadas ao aspecto quantitativo (quantidade de materiais desviados), quanto qualitativo (quantidade de rejeito), sendo essencial a realização de campanhas de educação ambiental que, conforme os entrevistados, foram essenciais no início das ações que foram realizadas na década de 1990 e no início dos anos 2000.

Ainda no que tange à taxa de recuperação de recicláveis (ISCS 10), outro aspecto deve ser considerado. Além da baixa quantidade de material separada pela população, o quantitativo de material destinado às organizações de catadores vem diminuindo ao longo dos anos, isso porque a coleta seletiva realizada pelo município sofre a concorrência da coleta informal, realizada por catadores ou sucateiros que não participam de organizações autogestionárias, tal qual verificado no Rio de Janeiro. Como explicou a entrevistada G:

Assim, no ano passado, mais ainda, dois anos atrás, a gente tinha uma média de 3.200 toneladas, então isso caiu para a metade praticamente. O que é que acontece hoje? Com a questão do desemprego, a questão da crise no Brasil e tudo mais, a gente sabe que muitas pessoas ficaram sem renda e passaram a pegar o material, resíduo reciclável nas ruas, seja com carrinho, seja com carro motorizado, Kombi, Brasília, seja o que for, cami-

nhonete, o que for, passaram a pegar esse material. [...] E hoje as associações reclamam, elas dizem que poderiam receber até mais material, porque como está diminuindo a quantidade na coleta por causa dos motorizados, eles estão sentindo falta de material. Tem Associação às vezes que meio dia fecha, porque não tem mais material para trabalhar. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Tal realidade é preocupante na visão da entrevistada, principalmente porque a Prefeitura vem envidando esforços para inserir outras organizações de catadores no programa “Ecocidadão”, as quais poderão, futuramente, não receber a quantidade de materiais suficiente:

Na realidade o edital hoje, ele é até preocupante. Porque assim, o meu receio hoje, a gente está com 22 [organizações de catadores no programa “Ecocidadão”]. Vamos por umas 40. [...] a minha preocupação hoje é amanhã entrarem 80 associações... não tem resíduo hoje para entregar. 40 no mínimo, 10 por semana na semana e 40 no mês, quando entrarem essas 40 já vai ser problema. [...] A gente depende muito que nem você falou, da liderança do presidente, da logística interna, não é? Que nem eu disse, tem uma que tem 20 separa 40, mas uma que tem 20 separa 80. Não tem como colocar por quantidade. Então é uma coisa que a gente vai ter que estudar como fazer isso. Ter a... a gente tem que ter a garantia que essa quantidade de recicláveis aumente na separação pela população, e aí a mídia tem que vir muito forte e pegar. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Pelo exposto, a despeito de possuir estratégias abrangentes de inclusão social e diversas no que tange às formas de recuperação dos recicláveis, o aprimoramento da coleta seletiva de Curitiba requer a adoção de medidas voltadas ao aumento de resíduos separados e destinados às organizações que fazem parte do programa. Além disso, deve buscar reduzir o percentual de rejeitos existente.

Tais fatores ganham destaque quando são analisados mais dois indicadores avaliados como muito desfavoráveis (o custo do serviço de coleta seletiva e a sua comparação com o custo da coleta regular + destinação – ISCS 15 e 16, respectivamente). A partir dos valores informados pelos entrevistados, a coleta seletiva possui custo 417% maior quando comparado com a coleta domiciliar (considerando-se a coleta e a destinação final). A Prefeitura gasta 1.050,64 R\$/t com a coleta seletiva e cerca de R\$ 251,00 por tonelada com a coleta domiciliar. Trata-se, portanto, de um serviço mais dispendioso e que deveria manter elevados índices de recuperação e baixo percentual de rejeitos para se configurar como viável.

A despeito de tal custo, foi possível demonstrar que a coleta seletiva de Curitiba ainda enfrenta desafios. O principal é a necessidade de se trabalhar a educação da população para a separação do material, o que poderá potencializar os benefícios da coleta, reduzindo o percentual de rejeito e aumentando a taxa de recuperação de recicláveis:

As dificuldades? É trabalhar com a educação da população, que nem... você vê? Ou índice de rejeitos é muito grande. O índice de rejeitos... onde está a falha do rejeito? É na hora que você está produzindo resíduo. [...] Se eu não lavar esse copinho e não secar, eu vou contaminar o papel. Ele não tem valor nenhum. Um tipo de resíduo meu, ele pode estragar 10 quilos. [ENTREVISTADO H, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba - MALP, 2018].

Para além dos desafios, em entrevista, o gestor do Departamento de Limpeza Pública reconheceu que o custo com a coleta seletiva é elevado se comparado à coleta domiciliar, porém se justifica pelos seus benefícios sociais e ambientais: “Por isso que eu estou falando para você. Se pensar, se for pensar só o lado econômico, não é... não é uma grande coisa. E por que é que para nós é interessante isso? Porque é questão social, é questão ecológica. Então inverte tudo” [ENTREVISTADO H, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba - MALP, 2018].

Para ele, o benefício social é, justamente, a inclusão do catador. Quando questionado sobre a efetividade da inclusão social em Curitiba, o entrevistado destacou:

Eu acho que sim. Eu acho que... eu posso dizer para você que o catador de Curitiba, ele está... ele está participando muito, porque todo o resíduo basicamente eu posso dizer para você, está na mão dele. Principalmente do que a Prefeitura tira das ruas e leva para ele. Eu acho que a prefeitura, não é querendo defender a prefeitura, eu sou prefeitura. Hoje nós fazemos um trabalho que basicamente nós deixamos o catador à vontade. Você vai pegar o resíduo, você vai levar na mão do catador, ele vai processar, ele vai vender aquele resíduo. Ele recebe, se nós levamos tanta tonelada, ele vai receber X para processar esse material. Se aquilo for profissionalizante a partir do momento que ele recebe, ele vai ter um dinheiro bem legal aqui. Somado os dois, dá para viver tranquilo. [ENTREVISTADO H, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba - MALP, 2018].

Além dos gestores municipais, foi possível realizar pesquisa junto ao Instituto Lixo e Cidadania de Curitiba, o qual se constituiu como uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 2003 para executar as ações provenientes das deliberações das reuniões do Fórum Lixo e Cidadania. A entidade atua na busca pela inclusão de catadores, prestando apoio às organizações e fomentando o debate acerca do tema. De acordo com a entrevistada I⁵³, é possível afirmar a existência de inclusão social em Curitiba, porém, existem dificuldades a serem vencidas no contexto do programa “Ecocidadão”:

Tem, mas podia melhorar muito mais. Tem a melhor do Brasil. Não tem aqui... conheço todos os... em questão de inclusão, a capital aqui, o próprio movimento fez a análise, esse é o melhor contrato do Brasil, é o de Curitiba, porque eles não precisam de coleta. Então, o valor que eles recebem é líquido, entendeu? Eles recebem pela entrada, então já teve uma diferença tremenda, mesmo a renda deles, a

⁵³ Coordenadora do Instituto Lixo e Cidadania. Possui formação em Contabilidade. A entrevista foi realizada em janeiro de 2018 na sede da entidade.

diferença nos próprios... a gente que está com eles faz 10 anos, faz mais de 15 anos, a gente tem vídeo lá de trás que a gente vê assim na época em que eles não tinham nem Barracão, a prensa era uma geladeira. Hoje eles têm caminhões, é outro. Hoje você vai na reunião, é todo mundo de carro, entendeu? Quer dizer, é outra realidade. Aqui enfim, a inclusão já existe... só que ainda não é porque o que é o serviço que eles fazem, o serviço é um trabalho digno. A forma como é realizada é indigna. Porque se você não usa as mãos, se o material chegava sujo, se a população não separar direito, se você não tem os EPIs, se você não tem toda a estrutura, então... mas se você está todo estruturado, ele não é um serviço indigno, e eles têm orgulho dessa... dessa atividade deles. Eu acho que tem sim a inclusão, mas tem muito a melhorar. [ENTREVISTADA I, representante do Fórum Lixo e Cidadania, janeiro de 2018].

Para a entrevistada, falta ao catador o tratamento correspondente ao seu atual nível de organização. Como expõe, hoje, associações e cooperativas prestam serviço ao poder público em todo o país, porém, ainda são destinatárias de ações e tratamento meramente assistencialistas:

Eles têm que ser tratados com mais respeito, porque eles já são profissionais, eles têm que ser tratados como qualquer outra empresa. Como tem um edital de uma empresa ver o preço, realmente o preço é sempre assim é justo também, mas com eles, eles não fazem... entendeu? Um levantamento real dos custos. Cadê? Eu fiz, eu mandei ontem para a prefeitura. Quer ver? [ENTREVISTADA I, representante do Fórum Lixo e Cidadania, janeiro de 2018].

Deve-se ressaltar que, a despeito dessa afirmação, a avaliação geral da entrevistada I é de que o programa “Ecocidadão” vem sendo efetivo na busca pela inclusão social. O fato é que, desde 2007, essa política teve continuidade, o que fortaleceu as ações de inclusão, possibilitando, por exemplo, que, ao final de 2018, 40 organizações de catadores possam ser beneficiadas pela política. Como afirmou a entrevistada G, a despeito dos custos da coleta e da existência de dificuldades reconhecidas pelos próprios

catadores e pela gestão, trata-se de uma política consolidada no município:

Mas assim, que existe inclusão, existe. Que o programa, ele é reconhecido, é. Ele é uma prioridade política, independente de mudar a gestão. Qualquer gestão que venha, ele não acaba. A gente tem certeza disso, que ele não acaba porque ele atende à Política Nacional de Resíduos porque já é uma estrutura já que já está... formatada pelo próprio Movimento que hoje, por mais que eles venham na reunião, reclamam e reclamam e reclamam de tudo. Mas assim, eles sabem que eles têm um ambiente para trabalhar, que eles têm equipamento para trabalhar, que tem uma estrutura adequada. Então eu acredito que sim. [ENTREVISTADA G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba – Coordenação do Ecocidadão, 2018].

Diante dos aspectos destacados, conclui-se que Curitiba possui um programa de inclusão de catadores reconhecido e consolidado, o qual se insere no contexto de uma coleta seletiva dispendiosa e que, de acordo com a metodologia da FUNASA (2017), foi classificada como favorável. É preciso, contudo, avaliar as condições de trabalho dos catadores, a fim de confirmar a existência da inclusão apontada pelos entrevistados, verificando, também, se as organizações possuem a mesma capacidade de inclusão do catador. Antes disso, a seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa acerca da coleta seletiva em Natal/RN.

3.3 Coleta seletiva no município do Natal (RN)

O presente tópico apresentará os resultados da pesquisa realizada no município de Natal, estudando, inicialmente, os aspectos institucionais e operacionais da coleta seletiva e, em seguida, discutindo os dados obtidos com a investigação realizada.

3.3.1 - Histórico e aspectos institucionais da coleta seletiva em Natal

O marco mais recente da gestão de resíduos sólidos de Natal foi o fechamento do lixão localizado no bairro de Cidade Nova

em 2004. Após a concessão firmada pelo Município de Natal, com um prazo de 20 (vinte) anos a partir da data de início de operação ocorrida em junho de 2004, com a empresa Braseco S/A a qual passou a realizar o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos da capital potiguar.

Nesse contexto, foram efetivadas diversas estratégias: foi encerrado o envio de resíduos para o antigo vazadouro a céu aberto, planejado o programa de coleta seletiva, bem como foram traçadas ações sociais voltadas para os grupos de catadores que sobreviviam da coleta de materiais recicláveis no lixão. Conforme o diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico de Natal:

O município de Natal teve a sua coleta seletiva porta a porta lançada dentro do projeto “Erradicação dos Lixões e Inserção Social dos Catadores”, no final de 2003, após qualificação profissional dos catadores e mobilização junto à população colaboradora. (PREFEITURA DO NATAL, 2015, p.83).

A despeito de existir a ideia de que a coleta foi iniciada em 2003, Silva et al (2006), destacam que, na verdade, as primeiras tentativas de implantação datam do início da década de 1990. Como os autores afirmam, inicialmente o material reciclável era trocado por vale alimentação. De acordo com a entrevistada R⁵⁴, contudo, o projeto não avançou na conscientização ambiental da população natalense:

Tal experiência, apesar do recebimento de grande volume de material reciclável, não foi bem sucedida, pois no momento em que o município não pode manter o programa de doação do vale alimentação funcionando, o cidadão não continuou fazendo a doação do material, ou seja, não ficou nele enraizada a consciência ambiental e a necessidade de mudanças de hábitos e comportamentos em prol do meio ambiente [ENTREVISTADA R, representante da Urbana, 2018].

⁵⁴ Entrevistada R: servidora efetiva da Companhia de Serviços Urbanos de Natal. Entrevista realizada em junho de 2018.

Outra tentativa ocorreu entre 1993 e 1996, com a implantação de postos de entrega voluntária. De acordo com a entrevistada R, nesse momento, em parceria com o setor privado foi implantada a troca do reciclável por vale transporte:

A segunda experiência ocorreu entre os anos de 1993 a 1996 quando o município implantou a coleta seletiva porta a porta, aos moldes da experiência que ocorria em Porto Alegre, e distribuiu o Postos de Entrega Voluntária (PEVs) em diversos pontos da cidade, bem como, em parceria com a iniciativa privada implantou o programa Papel Vale Transporte, ou seja, a cada quilo de papel ou papelão doados, em troca um vale transporte o cidadão recebia um vale transporte. Tal experiência não surgiu efeito, embora grande quantidade de papel papelão fossem doados. As campanhas de sensibilização foram muito tímidas e as pessoas não se integraram ao programa. Muitos PEVs eram queimados ou utilizados para colocação de resíduos comuns, em alguns lugares chegaram a causar transtornos, principalmente em áreas comerciais, em virtude do mau cheiro que exalavam [ENTREVISTADA R, representante da Urbana, 2018].

A primeira atuação da Prefeitura junto aos catadores ocorreu em 1999, após intervenção do Ministério Público em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que exigia a retirada de crianças e adolescentes que trabalhavam no lixão de Cidade Nova. Na oportunidade, 552 crianças e adolescentes foram identificadas e retiradas daquele espaço. As famílias foram cadastradas e as crianças e os adolescentes de 07 a 14 anos foram encaminhados ao Programa “Tributo a Criança”, sendo eles transferidos para o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – PETI – do Governo Federal. A fim de promover atividades complementares voltadas ao esporte, à cultura, às artes, ao lazer e ao reforço escolar, foi construído o Núcleo de Ação Social no bairro de Cidade Nova (GOIS et al, 2000).

Para compreender o contexto inicial da inclusão de catadores em Natal, foi realizada entrevista com uma das gestoras que coordenou a implementação do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores

e à Erradicação de Lixões a partir de 2003. De acordo com a entrevistada J⁵⁵:

As primeiras iniciativas foram em 1999, por intermédio do projeto Lixo e Cidadania, a UNICEF fez uma intervenção em 1999 e naquela época foi encontrado, foi diagnosticado que existia 510 crianças e adolescentes, no lixão de Cidade Nova. E aí foi feita uma intervenção através da UNICEF e foram retiradas essas crianças de lá, foi criado um núcleo social de Cidade Nova, onde foi feito o trabalho com essas crianças e adolescentes através do programa de erradicação do trabalho infantil, foi a primeira intervenção que houve. E a partir daí se começou também a mapear essas pessoas que viviam da catação do lixo, de forma insalubre, sem nenhuma proteção, disputando lixo com animais. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Ainda em 1999, teve início o processo de organização social dos catadores de materiais recicláveis a partir da fundação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ASCAMAR – (PREFEITURA DO NATAL, 2015) e foi restaurada a usina de triagem no bairro de Cidade Nova, a qual foi operada, por meio de comodato, pela associação existente. As ações foram pensadas para possibilitar a geração de renda para as famílias que sobreviviam da catação:

O projeto contemplava também a restauração da usina de triagem, parada desde 1993, cuja operacionalização ficou sob a responsabilidade da ASCAMAR, e a construção de galpões para o armazenamento dos materiais recicláveis. Todo o material reciclável recolhido era doado para a Associação dos catadores como forma de gerar renda para os associados. [ENTREVISTADA R, representante da Urbana, 2018].

Em 2002, ocorreu uma nova distribuição dos postos de entrega voluntária, que contabilizavam 20 pontos na cidade,

⁵⁵ Entrevistada J: a entrevistada foi contratada pelo governo federal para coordenar a implementação do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões. A entrevista foi realizada em outubro de 2017.

contando-se, ainda, com a participação de grandes geradores de resíduo: hotéis, condomínios e empresas.

Em 2003, teve início a experiência que originou o programa existente na atualidade: a coleta seletiva porta a porta realizada pelos antigos catadores do lixão de Cidade Nova, o qual estava em fase de encerramento. A coleta teve início em três áreas: Bairro de Ponta Negra e nos Conjuntos dos Bancários e Cidade Satélite I e II (SILVA et al, 2010).

Nesse contexto, foram cadastrados pela Companhia de Serviços Urbanos de Natal aproximadamente 500 catadores que sobreviviam da catação no lixão do bairro de Cidade Nova. Em virtude desse cenário, o Programa Coleta Seletiva da Cidade do Natal buscou proporcionar melhores condições de trabalho e a continuidade da atividade do catador (SILVA et al, 2010).

Nesse mesmo ano, Natal foi selecionada pelo governo federal para participar do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões, que objetivava garantir condições dignas de vida e trabalho aos catadores e apoiar a gestão na destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios brasileiros (BRASIL, 2005). De acordo com a entrevistada J, as condições de trabalho no lixão eram degradantes, requerendo ações enérgicas:

Na época que a gente começou a trabalhar, a gente pode ver que tinha mais porcos do que gente lá e ali era um trabalho bastante degradante, porque eles não tinham proteção nenhuma e na época, em 2003, quando a gente chegou para fazer os trabalhos com os catadores, ia toda qualidade de lixo para lá, inclusive, a gente teve de encontrar material mesmo de hospital, de clínica. O material, os resíduos de serviço de saúde também iam para lá, para o lixão, então era uma forma muito degradante de trabalho. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Além do cadastramento dos catadores, foi feita a regularização dos documentos pessoais e a realização de ações de saúde em parceria com as secretarias do município para atender as

necessidades médicas e odontológicas do grupo de catadores. Conforme indicou a entrevistada J:

[...] Primeiro a gente fez um diagnóstico, foi em outubro de 2003, primeiro a gente fez um diagnóstico da situação deles, então a gente cadastrou todos os catadores, mais de 500 catadores para fazer diagnóstico socioeconômico deles para conhecê-los, na verdade. E aí, no diagnóstico a gente se deparou com várias situações, inclusive, catadores que não existiam de direito, só existia de fato... que eles não tinham o registro civil. Então, a gente iniciou por fazer esse trabalho mesmo de inclusão social através dos documentos deles, na época nós fizemos 200 identidades, 12 registros civis, quer dizer, tinha 12 catadores que não tinham documento nenhum. [...] Eles tinham muito problema de saúde, muito problema de pele em função do chorume, que eles trabalhavam sem nenhuma proteção, então tinha muito problema de pele, tinha muito problema de dentição, a gente teve que fazer exame, mandar fazer exames neles todos, foi feito tratamento dentário, isso tudo a gente conseguiu com parcerias [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Nesse contexto, e para atender condicionalidade existente para a implementação do projeto, o Fórum Municipal Lixo e Cidadania foi criado, formado por entidades públicas e privadas que discutiriam a temática em nível local. Os catadores foram incentivados a formar associações para participar do programa de coleta seletiva. Para tanto, o programa previu a realização de curso de capacitação para os trabalhadores de materiais recicláveis. Além disso, o projeto previa a implantação de ações diversificadas, como a existência de um núcleo de confecção vassouras, que surgiu em 2004, e o curso de alfabetização de jovens e adultos. A intenção era preparar o catador para realizar a coleta seletiva porta a porta, bem como para o contato com a sociedade. Conforme a entrevistada J:

E aí a gente começou a fazer o trabalho com eles e a gente viu também que uma das dificuldades deles era, em primeiro lugar, boa parte deles não sabiam ler, nem escrever, então como

é que eu ia colocá-los nas ruas se eles não sabiam nem ler o nome das ruas? Então, a gente tinha que prepará-los para esse novo momento que eles iam precisar ser alfabetizados e nós montamos curso de alfabetização. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Em maio de 2003, foi fundada a Associação de Agentes Trabalhadores em Reciclagem e Compostagem de Lixo (ASTRAS). Em 2004, formaram-se a Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN (ACSRN) e a Associação de Beneficiamento de Resíduos Sólidos (ABRESOL), a partir do incentivo à organização de catadores.

O projeto executado pela Prefeitura do Natal em parceria com a Fundação Zerbini, contratada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, recebeu, em 2005, o prêmio Top Social, instituído pela Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing do Brasil.

A despeito de configurar-se como uma experiência que contou com uma conjunção de fatores e do interesse de diversos parceiros, a implementação das ações voltadas aos catadores no início dos anos 2000 enfrentou desafios que giravam em torno da crença dos próprios catadores acerca do sucesso daquelas estratégias:

Não, assim, a grande dificuldade no início era deles acreditarem que aquilo ia acontecer. Para você ter uma ideia, eu por várias vezes, pedi emprestado o ônibus do sindicato dos garis e os levei para o aterro sanitário para mostrar a eles o aterro sendo construído [...]. Então, assim, a questão da estima deles, da baixa estima, então isso foi uma barreira, porque eles não se sentiam capazes de fazer outra coisa, principalmente, a gente expor eles à sociedade, essa questão deles irem de porta em porta, eles achavam que eles iam estar expostos a uma sociedade que os colocou à margem, eles viviam à margem dessa sociedade, então isso para gente... eu acho assim que foi o maior o desafio, era eles acreditarem que eles eram capazes de fazer diferente numa sociedade que os excluiu. [...] Outra grande dificuldade que a gente encontrou foi na organização deles, porque como é que eu trabalho disputando um lixo com a pessoa e depois essa pessoa vai ser meu superior? Então, trabalhar essa associação, essa direção des-

sa associação, eles entenderem que hoje eles precisavam de alguém que estivesse no controle dessa associação [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Tais dificuldades, entretanto, não impediram a entrevistada de afirmar que por meio das ações realizadas foi possível promover a inclusão social de catadores em Natal.

Eu acho [...] que a inclusão social, ela se dá não só pela renda, inclusão social em primeiro lugar está em melhorar a qualidade de vida e a qualidade de vida das pessoas, ela não se dá só pelo dinheiro, ela se dá pela saúde, pela educação, pela estima das pessoas, se eu não tiver uma autoestima eu estou pouco me ligando se eu tenho dinheiro ou não, às vezes você tem uma estima elevada e você nem tem dinheiro, mas você vive bem. Então, o resgate desses catadores, a mudança de vida, o transformar de vida deles e o fazer acreditar que eles são capazes de fazer diferente e de forma mais digna... Eu acredito... nem todos os lugares que eu trabalhei, mas eu acho que em Natal a gente conseguiu incluir e os que a gente não conseguiu incluir, a gente excluiu, mas a gente excluiu de forma digna também, porque eles viram que eles poderiam estar em outras áreas sem ser lá, entendeu? Mesmo você tirando o ganha-pão que eles tinham, mas eles puderam correr atrás de outras coisas. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Ao longo dos anos, a organização dos catadores foi fortalecida e as associações existentes se transformaram em cooperativas: a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal/RN (COOCAMAR) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal/RN (COOPCICLA).

Após a formação dessas organizações, buscou-se o seu fortalecimento, o que foi possível a partir da conjunção de esforços entre os próprios catadores, entidades privadas e o poder público municipal. A entrevistada K⁵⁶ destacou os avanços obtidos:

⁵⁶ Entrevistada K: representante da Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA). A entrevista foi realizada em novembro de 2017.

Desses anos, eu acho que eles tiveram muita parceria das instituições. Receberam muito recurso, receberam equipamentos, veículos, receberam treinamentos, enfim material divulgativo, tudo que você imaginar. Acho que não absorveram o suficiente pela quantidade de incentivos que eles tiveram. Mas acho que eles foram incluídos, sim. [ENTREVISTADA K, representante da Urbana, 2017].

Nesse sentido, é necessário refletir acerca da compreensão de inclusão social das duas entrevistadas, visto que foram essas percepções que fundamentaram as políticas voltadas aos catadores em Natal. Para a entrevistada J (coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal), a inclusão se relaciona com a renda e com a melhoria da qualidade de vida do catador. Trata-se de uma percepção ampla que abrange a saúde, a educação e, até mesmo, a autoestima do trabalhador. Já para a entrevistada K, a inclusão se relaciona com as parcerias, os equipamentos, materiais e treinamentos recebidos pelas organizações.

Sob essas e outras visões acerca da inclusão, a vanguarda de Natal na inclusão de catadores teve continuidade ao longo dos anos. Em 2011, o município contratou as cooperativas existentes para a operacionalização da coleta seletiva. Os contratos firmados previam R\$ 93,42/t de resíduos coletados, R\$ 46,52 pela manutenção dos veículos e R\$ 20,79/t pelo transporte, correspondendo um total de R\$ 160,73 por tonelada (PREFEITURA DO NATAL, 2015). No conjunto dessas mudanças ocorridas em 2011, foi realizada também a cessão dos galpões já ocupados pelas cooperativas até o ano de 2021. De acordo com a entrevistada R:

Em 10 de agosto de 2011 foi celebrado entre a Urbana e as Cooperativas COOCAMAR e COOPICICLA, o contrato para efetuação de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos Recicláveis e Reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por Cooperativas de Catadores formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecida pelo poder público como catadores de materiais recicláveis em consonância com o art. 24 Inciso XXVII da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei 11.445 de 5 de janeiro de

2007. Dessa forma Natal passou a ser a primeira Capital a assinar um Termo de Permissão e contrato de prestação de serviços com Cooperativas de Catadores. [ENTREVISTADA R, representante da Urbana, 2018].

Em dezembro de 2015, o contrato com a COOCAMAR foi renovado por mais 60 meses⁵⁷. De janeiro a junho de 2017, essa organização recebeu R\$ 147.944,00 pela prestação do serviço, auferindo uma média de R\$ 24.657,33 por mês. A COOPCICLA teve o contrato renovado em fevereiro de 2016 por igual período. Entre janeiro e junho de 2017, a organização recebeu o total de R\$ 118.994,00 pela prestação do serviço – uma média de R\$ 19.832,33 por mês.

Natal foi a primeira capital brasileira a realizar a contratação das cooperativas de catadores para a operacionalização da coleta. Assim, diferente do município de Curitiba e do Rio de Janeiro anteriormente estudados, em Natal, os catadores são prestadores de serviços formalmente contratados para a coleta e a triagem, conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos. De acordo com a entrevistada J, esse é o principal ponto de destaque da atual política de inclusão de catadores em Natal. Conforme expôs, por tais aspectos pode-se afirmar a existência de inclusão social:

a prefeitura, o município de Natal, ele teve um diferencial também [...] a prefeitura passou a ter um contrato com essas cooperativas, as cooperativas hoje são contratadas para poder fazer a coleta seletiva, porque às vezes o pessoal diz “não, mas a coleta seletiva não é viável”. Aí, eu pergunto “viável para quem?”. Porque se a gente for fazer um levantamento da viabilidade, é claro que ela é viável, ela é viável socialmente, ambientalmente. Então, o material que eles conseguem segregar na fonte não vai para o aterro sanitário, então é um custo que a prefeitura não tem com a disposição do aterro. E ambientalmente é ótimo porque o aterro sanitário vai ter uma vida útil maior, então esse contrato que eles fizeram com as cooperativas e que deu esse “empoderamento” a eles,

⁵⁷ Informações sobre os contratos – COOCAMAR: Contrato nº 021/2015 – URBANA/ COOPCICLA: Contrato nº 001/2016 – URBANA. Os contratos foram disponibilizados para consulta pela Urbana.

deles realmente funcionarem como empresa eu acho que foi muito bom, muito bom para eles. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Ao mesmo tempo, as entrevistadas também indicaram os principais desafios da coleta seletiva e da inclusão de catadores em Natal, apontando ora a responsabilidade da Urbana, ora dos próprios catadores:

O que eu acho assim que eu critico que a Urbana, ela não tem pernas para cobrar o contrato, não tem pernas para cobrar o contrato, porque se existem cláusulas lá que eles têm direitos, existem cláusulas também que eles têm deveres, então se existem as duas partes do contrato, eles têm que cumprir. [...] A descontinuidade da coleta faz com que as pessoas deixem de contribuir e que parece que não está acontecendo e ele (os catadores) se esconde atrás de um contrato que não é feito... É, a Urbana continua sendo “pai” deles e não pode ser “pai”, tem que ser “padrasto” na hora que tem uma relação contratual é fazer cumprir o contrato. Se eles não vão para rua, eles têm que ser multados, têm que ser penalizado por isso. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

No mesmo sentido, afirmou a entrevistada K:

Há o que se melhorar? Eu acredito que sim. Principalmente por parte deles. Falta talvez orientação? Talvez. Não sei, porque eles já tiveram muita capacitação ao longo desses anos, muitos cursos, sabe? E eu acho que deve ter tido curso abordando essa questão da segurança. Falta mais esse olhar, essa abertura por parte deles, em se abrir para aprender, sabe? Ter abertura para aprender, adquirir conhecimento e botar em prática. Não sei se pode dizer, há quem diga, talvez até eles fazerem, assim, “é muito fácil você falar que você não está nessa condição da gente de... do dia a dia de estar matando um leão por dia para sobreviver”, né? Porque eles dependem da produção, dependem... Por outro lado, a gente tem que buscar melhores condições, não adianta só você ter, entregar EPI, dar curso, se eles não utilizar esses EPIs e não

abrirem a mente para saber utilizar e ver que é importante utilizar. Então eu acho que em geral hoje, as condições são boas, sim. Porém eu acredito que há o que se melhorar. [ENTREVISTADA K, representante da Urbana, 2017].

A partir das entrevistas, é possível perceber que tanto o poder público, quanto os próprios catadores são responsabilizados pelas dificuldades atuais das ações planejadas. O fato é que a coleta seletiva de Natal ocorre sem que exista um plano que oriente a sua realização, o que já havia sido constatado anteriormente. A despeito de existir um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, as duas entrevistadas indicaram a necessidade de traçar um plano específico para a coleta seletiva:

Eu acho que o plano é um instrumento de planejamento. É um mero papel que vai ser engavetado? Não. Se for uma coisa feita como é para ser, você tem toda uma discussão, todo um levantamento de dados, você tem uma discussão do que pode vir a acontecer. Nesse plano a gente quer alternativas. Quais são as alternativas viáveis para expandir a coleta seletiva? É só com as cooperativas? Pode se terceirizar com empresas? E se de repente essas empresas contratarem a mão de obra dos catadores? Entendeu? Então assim, tem que se discutir as alternativas. Então hoje – hoje – enquanto Urbana, enquanto Urbana, a visão que se tem, eu acredito que seja assim, que a coleta seletiva é necessário expandir para que atenda a cidade inteira, a inserção dos catadores, a utilização dos catadores nesse processo, a gente considera que é importante, mas do jeito que está hoje, não dá para ficar. Não dá para continuar porque a gente não vai avançar. Essa é a visão. [ENTREVISTADA K, representante da Urbana, 2017].

Ratificando o exposto, afirmou a entrevistada J:

falei “[...], vocês só vão resolver essa questão da coleta seletiva em Natal, com um plano de coleta seletiva, que não vai ser feito por vocês. Porque vocês vão ter que contratar uma empresa para montar um plano, para traçar metas para 20 anos para você fazer um contrato com esses catadores dessa forma e talvez, não dê certo nem de vocês contratá-los dire-

tamente, vocês colocar uma terceirizada para contratá-los e o relacionamento ser profissional, ou os profissionaliza, ou não vai dar certo porque eles precisam entender que eles têm deveres e direitos”. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Desse modo, foi possível observar que as dificuldades existentes se relacionam com a ausência de planejamento da coleta, chegando, por exemplo, a entrevistada J a destacar a necessidade de que outras formas de operacionalização da coleta seletiva sejam estudadas para que o serviço se torne eficiente.

O fato é que a coleta seletiva de Natal ainda apresenta desafios. Institucionalmente, a gestão dos resíduos e, consequentemente, a coleta seletiva, são de responsabilidade da Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA), empresa de economia mista. No que tange aos instrumentos de planejamento, o município, até o momento da pesquisa, possuía apenas um plano municipal de resíduos sólidos (PREFEITURA DO NATAL, 2012) ainda pendente de atualização, e um Diagnóstico da Situação dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (PREFEITURA DO NATAL, 2015).

A partir desses documentos, é possível obter dados gerais acerca da geração de resíduos em Natal. A tabela que segue demonstra que a geração per capita em Natal sofreu redução entre 2012 e 2015, encontrando-se, porém, abaixo da média nacional (1,071 kg/hab/dia) informada pela ABRELPE (2015).

Tabela 10 - Dados relativos à gestão de resíduos sólidos, em Natal, conforme os planos municipais de 2012 e 2015

Fator analisado	2012	2015
Total de resíduos domiciliares gerados	743 t/dia	674 t/dia
Geração per capita de resíduos - considerando apenas os resíduos domiciliares	0,92 Kg/hab/dia	0,86 Kg/hab/dia

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

De acordo com o último diagnóstico realizado, a coleta domiciliar, em 2015, abrangia 97,61% do município. O serviço é prestado por empresas terceirizadas. Em seguida, o material é destinado para a estação de transbordo localizada no antigo terreno que abrigava o lixão de Cidade Nova (PREFEITURA DO NATAL, 2015).

Tal espaço, hoje, também abriga as cooperativas de catadores de materiais recicláveis existentes na cidade. Apesar do fechamento do lixão ter ocorrido no início dos anos 2000, nos últimos anos, o local correspondente à estação de transbordo do município vem sendo frequentado por catadores avulsos que realizam a coleta de materiais recicláveis de forma desorganizada e cercados por riscos diversos (ARAÚJO, 2017).

No caso da coleta seletiva, o serviço é realizado pelas cooperativas de catadores contratadas. Além disso, a cidade conta com três ecopontos localizados nos bairros de Ponta Negra, Cidade Alta e no conjunto habitacional Parque dos Coqueiros (localizado no bairro de Nossa Senhora da Apresentação). Tais espaços são utilizados para o recolhimento de poda, resíduos da construção civil, pneus, óleos e lâmpadas destinados à Urbana e materiais recicláveis que são coletados pelas cooperativas. Entretanto, o próprio município reconhece as dificuldades existentes no que tange a essas estruturas, apontando a existência de deficiências ligadas à manutenção dos portões e cercas de isolamento, e ao vazamento no tanque séptico (PREFEITURA DO NATAL, 2015).

A coleta seletiva abrange 16 dos 36 bairros da cidade. De acordo com o diagnóstico do plano municipal de saneamento básico (PREFEITURA DO NATAL, 2015, p. 84), a meta traçada no plano municipal de resíduos sólidos ainda está longe de ser alcançada:

Em Natal esse processo ainda está em passos lento, segundo o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos de Natal – PGIRS (2010), a coleta seletiva implantada em Natal, atinge apenas cerca de 5% de todo material com potencial reciclável gerado no município. Essa percentagem ainda é pequena em relação à meta estipulada pelo PGIRS, elaborado no ano de 2012, o qual prevê que até 2027 se esteja recolhendo, por

meio da coleta seletiva, cerca de 70% dos resíduos secos, passíveis de reciclagem ou reaproveitamento.

Em 2010, foram destinadas 2.288 toneladas para a coleta seletiva municipal (PREFEITURA DO NATAL, 2012). A projeção do plano municipal era de que, em 2013, 6.452 toneladas fossem destinadas à coleta seletiva. Porém, no referido ano, foram coletadas 3.587t de resíduos pelas cooperativas, ou seja, apenas 55% do previsto (PREFEITURA DO NATAL, 2015). Tal contexto, por sua vez, não se relaciona com a redução da geração de resíduos na cidade, visto que a quantidade de resíduos encaminhados para a coleta domiciliar não apresentou o mesmo percentual de diminuição. Nesse sentido, é possível que esse dado aponte para a não adesão da população ao serviço prestado ou até mesmo o desconhecimento em relação a ele, já que a previsão indicada considerou a quantidade total de resíduos que seriam gerados na cidade em 2013.

Compreendido o histórico das ações voltadas à coleta seletiva em Natal e apontadas as dificuldades existentes em sua operacionalização nos dias atuais, a seguir, serão apresentados os resultados obtidos após a aplicação da metodologia da FUNASA (2017), a qual permitiu indicar, tal qual nos casos de Rio de Janeiro e Curitiba, qual o atual cenário da coleta seletiva no município do Natal e, ao final, classificar o serviço de acordo com as categorias estabelecidas no radar da sustentabilidade.

3.3.2 - Análise da sustentabilidade do Programa de Coleta Seletiva de Natal

O cálculo e as análises dos indicadores foram realizados a partir das informações repassadas pelos entrevistados K e R. A seguir, serão analisados os indicadores de sustentabilidade da coleta seletiva de Natal.

Tabela 11 – Cálculo do ISCS - Natal

Indicador	Descrição do Indicador	Cálculo do ISCS	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISCS 1	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Existência de Plano Municipal com construção participativa, em implementação	Favorável	0,75	1,00	0,75
ISCS 2	Instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva	Existência de contrato de prestação de serviço	Muito Favorável	1	0,83	0,83
ISCS 3	Atendimento da população	Não Respondeu (inexiste a informação da população atendida)	Muito Desfavorável	0	0,90	0,00
ISCS 4	Autofinanciamento	Cobrança de taxa no IPTU ou Orçamento que não cubram os custos do serviço.	Desfavorável	0,50	0,80	0,4
ISCS 5	Educação/Divulgação	27,27%	Desfavorável	0,2727	0,79	0,22
ISCS 6	Participação e controle social	Os canais existem e funcionam sem a participação de catadores	Favorável	0,75	0,73	0,55
ISCS 7	Parcerias	70%	Favorável	0,7	0,62	0,43
ISCS 8	Inclusão de catadores avulsos	Não Respondeu (inexiste a informação dos catadores cadastrados)	Muito Desfavorável	0	0,74	0
ISCS 9	Adesão da população	Não Respondeu (inexiste a informação dos domicílios atendidos e que aderem à coleta seletiva)	Muito Desfavorável	0	0,91	0
ISCS 10	Taxa de recuperação de recicláveis	0,95%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,2225
ISCS 11	Taxa de rejeito	59,67%	Muito Desfavorável	0,4033	0,87	0,35

ISCS 12	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	83%	Favorável	0,83	0,84	0,6972
ISCS 13	Condições ambientais de trabalho na central de triagem	38,46%	Muito Desfavorável	0,3846	0,84	0,3231
ISCS 14	Saúde e segurança do trabalhador	14%	Muito Desfavorável	0,14	0,84	0,1176
ISCS 15	Custos do serviço de coleta seletiva	185 R\$/t	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISCS 16	Custo da coleta seletiva /regular + destinação	87,68%	Muito Favorável	1	0,81	0,81
Total					13,23	6,52
Índice - Coleta Seletiva - Natal		0,492680877	Desfavorável			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir de coleta direta de dados.

O serviço prestado em Natal foi classificado como desfavorável após o cálculo dos indicadores, o que significa que o município realiza baixo investimento na sustentabilidade da coleta seletiva. Dentre os 16 indicadores, dois foram classificados como desfavoráveis e sete como muito desfavoráveis.

O primeiro indicador considerado desfavorável consiste no autofinanciamento do serviço, visto que o recurso arrecadado pelo ente municipal com a taxa de limpeza não vem cobrindo a totalidade da despesa, segundo as entrevistas concedidas. Tal aspecto denota a inexistência de sustentabilidade econômica da gestão de resíduos, o que inclui a coleta seletiva. No mesmo sentido, expôs o diagnóstico do plano municipal de saneamento básico (PREFEITURA DO NATAL, 2015, p. 33):

Como se pode observar [...], os valores arrecadados com a taxa de limpeza pública – TLP – não cobrem os custos dos serviços de limpeza pública. O sistema de gestão de resíduos sólidos gasta, em média, 5,8% do orçamento municipal. A TLP é cobrada a partir do Cadastro Municipal de Imóveis, usado para o lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

O documento atribui a ineficiência do financiamento da gestão de resíduos ao baixo valor arrecadado na TLP, se comparado com o orçamento total da Urbana. O fato é que, se, atualmente, a quantia arrecadada com a taxa continua sendo insuficiente para cobrir o custo com a coleta, o tratamento e a destinação dos resíduos, é necessário que sejam estudadas formas de se garantir a sustentabilidade da política.

O segundo aspecto apontado como desfavorável foi o ISCS 5, relacionado com a educação e a divulgação da coleta seletiva. De acordo com a gestora (entrevistada K), o município somente realiza campanhas pontuais, atividades com alunos em escolas e elaboração de folhetos informativos. Ações como campanhas permanentes, formação de professores, sensibilização de funcionários, atividades com a comunidade, elaboração de publicações, inserções em programas de rádio e de TV para tratar da coleta seletiva, mutirões ou mobilizações e elaboração de sites de educação ambiental não são realizados. Nesse sentido, somente 27,27% dos itens foram atendidos, em contraponto ao percentual igual ou maior a 80% que seriam desejáveis para que fosse considerado “muito favorável”.

Dos sete indicadores considerados muito desfavoráveis, três deles guardam relação com a inexistência de informação. Não eram conhecidos os dados relativos à população atendida (ISCS 3), bem como ao número de famílias que são atendidas e aderem à coleta seletiva (ISCS 9). Além disso, inexistia a informação referente aos catadores cadastrados para o cálculo do ISCS 8.

As taxas de recuperação de recicláveis (ISCS 10) e de rejeito (ISCS11) foram, igualmente, consideradas muito desfavoráveis. De acordo com os resultados da pesquisa, somente 0,95% dos materiais recicláveis de Natal são encaminhados para a coleta seletiva, sendo desejável pela metodologia da FUNASA (2017) um percentual maior ou igual a 25%. Os rejeitos, por sua vez, representavam 59,67% do material coletado seletivamente, o que representa um percentual bastante elevado se for comparado com os 5% desejáveis pela FUNASA (2017). Dentre as cidades pesquisadas, Natal apresentou a maior taxa de rejeitos, o que se relaciona com a ausência de políticas de divulgação e educação ambiental (ISCS 5). De acordo com a entrevistada R, a alta taxa

de rejeitos se relaciona com a ausência de organização por parte das cooperativas, as quais acumulam o material nos galpões antes de descartá-los como rejeito:

Você vai lá na cooperativa você vê um mundo de material lá dentro. Aí eles vão: “hoje vamos fazer uma limpeza”. Porque se cada carro entrasse, houvesse a triagem do material daquele carro...de imediato. E eles tirassem o rejeito e pesasse, eu teria o real. Mas não. O que eles fazem? Eles pesam, pegam e pesam. Um dia...Eles resolvem fazer a limpeza. Vamos dizer que hoje eles resolvessem fazer a limpeza: “não, tudo o que tem aqui não presta mais”. E era tudo rejeito, entendeu? [ENTREVISTADA R, representante da Urbana, 2018].

Nos outros casos estudados, tanto Rio de Janeiro quanto Curitiba, apresentaram ações de educação ambiental, com ISCS 5 considerado muito favorável, o que pode explicar a existência de uma taxa de rejeito que, embora elevada – 20% no Rio de Janeiro e 30% em Curitiba –, não se aproxima do alto percentual apresentado por Natal.

Por fim, as condições ambientais de trabalho na central de triagem (ISCS 13 - 38,46%) e o indicador relativo à Saúde e segurança do trabalhador (ISCS 14 - 14%) também foram caracterizados como muito desfavoráveis. No ISCS 13, somente 05 dos 13 itens foram atendidos⁵⁸ e no ISCS 14, 01 de 7 aspectos foram confirmados pelo entrevistado⁵⁹.

No que tange às condições de trabalho, a entrevistada K afirmou considerá-las adequadas, existindo, entretanto, aspectos a se aprimorar. A gestora destacou que a responsabilidade pela melhoria das condições de trabalho também é do catador. Como afirma, os cursos ofertados e as doações de materiais são insuficientes para garantir o uso e a adequada realização da atividade.

⁵⁸ Afirmou-se inexistir: limpeza diária do refeitório; limpeza diária dos sanitários; controle periódico de ratos; controle periódico de moscas; controle periódico de baratas; controle de odores incômodos; assento em altura adequada ao trabalho; proteção física dos equipamentos que apresentam; risco no manuseio (esteiras, prensas, moedor de vidro) para evitar acidentes.

⁵⁹ Inexistem: extintores de incêndio adequados; plano de emergência; uso de EPI pelos trabalhadores; identificação de materiais perigosos; registro de acidentes de trabalho; grupo ou comissão de prevenção de acidentes do trabalho.

Para ela, a despeito de tal cenário, é possível afirmar a existência de inclusão social em Natal. Como afirma, o contexto foi bastante positivo para os catadores desde 2003, porém, a categoria não aproveitou os recursos de forma a potencializá-los em seu favor:

Sim. Com o encerramento do lixão, os que quiseram ficar em associações e cooperativas eu acho que foram incluídos, sim. [...] Desses anos, eu acho que eles tiveram muita parceria das instituições. Receberam muito recurso, receberam equipamentos, veículos, receberam treinamentos, enfim material divulgativo, tudo que você imaginar. Acho que não absorveram o suficiente pela quantidade de incentivos que eles tiveram. Mas acho que eles foram incluídos, sim. Agora é aquela história: você dá condições para seu filho ter a melhor educação possível, uma educação formal de escola possível. Você paga melhores escolas, você dá, tem internet, tem tudo, mas se ele não quer estudar ele não vai absorver, ele não vai absorver conhecimento suficiente ao final desse estudo porque ele não aproveitou. Eu acho que é a mesma condição, eles tiveram muita estrutura, muita coisa e não souberam aproveitar o suficiente. “Ah, é culpa deles”? Não sei. Talvez a condição, o histórico, fez com que eles não absorvessem tanto. É complexo, eu acho que é uma questão muito complexa. [ENTREVISTADA K, representante da Urbana, 2017].

Para a entrevistada J, por sua vez, também houve inclusão, o que se relacionou não só com o fechamento do lixão, mas também com o fato de terem sido proporcionadas oportunidades e alternativas ao catador em Natal:

Então, eu acho que a gente conseguiu incluir. Agora, assim, é uma coisa que eu sempre digo “se a gente não elimina o mal, a gente não consegue incluir”. Porque o mal era o lixão, para gente era, para eles era o ganha-pão deles. Mas, a gente também só conseguiu fechar o lixão porque a gente deu outras oportunidades para eles e a gente teve um tempinho para convencê-los que isso era possível. [ENTREVISTADA J, coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal, outubro de 2017].

Pelo exposto, em Natal, o surgimento de ações voltadas à inclusão de catadores surgiu em um cenário favorável em que era necessário encerrar as atividades do lixão, mas também existiam condições e estratégias traçadas tanto em nível local, quanto em nível federal para a inclusão de catadores. A cidade ganhou destaque também pela contratação das organizações para a realização da coleta seletiva. Tal programa, por sua vez, apresentou dificuldades em sua operacionalização, o que pode ter reflexos na sustentabilidade das próprias organizações. Esse aspecto será investigado no próximo capítulo. Antes, porém, apresenta-se uma síntese das informações analisadas até o momento.

3.4 Dificuldades na implementação da coleta seletiva nas cidades pesquisadas

Até o momento, foi possível constatar que o estudo foi realizado em três cidades que demonstraram implementar estratégias históricas e bem desenhadas, as quais objetivam a inclusão de catadores. Contudo, com dificuldades a ser enfrentadas.

Rio de Janeiro e Curitiba apresentaram resultado favorável, sendo a segunda cidade classificada como mais sustentável se forem observados os ISCS das duas cidades. Nos dois casos, os programas são operacionalizados por empresas terceirizadas e o material é apenas destinado às cooperativas, o que denota um viés mais assistencialista das ações planejadas. Curitiba, por sua vez, afirmou estar estudando a possibilidade de contratação das organizações para a realização da coleta, todavia, reconheceu que as dificuldades existentes nas organizações podem ser limitantes a essa contratação. Os gestores reconhecem os obstáculos apresentados por organizações autogestionárias, tal qual aqueles apontados por Lima (2004) e Barbosa (2007), que destacaram baixa formação técnica e modernização dos empreendimentos, além do reduzido financiamento existente, fatores que podem impactar na gestão da organização e, conseqüentemente, na prestação do serviço. A tabela a seguir apresenta a síntese do ISCS das experiências estudadas:

Tabela 12 - ISCS dos programas de coleta seletiva nas cidades pesquisadas

Cidade	ISCS	Classificação
Curitiba	0,687302	Favorável
Rio de Janeiro	0,527721	Favorável
Natal	0,492680877	Desfavorável

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na coleta direta de dados.

No caso de Natal, a despeito de ter sido constatada a contratação dos catadores para a realização da coleta, condição almejada e defendida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em todo o país, o programa foi classificado como desfavorável, inexistindo esforço amplo de divulgação para o seu fortalecimento.

Ao comparar-se os custos da coleta seletiva no Rio de Janeiro e Curitiba, que contratam empresas privadas para a realização do serviço, e Natal, que inovou com a contratação das organizações de catadores, constata-se que a realidade desta última cidade é menos dispendiosa, porém, a coleta apresenta resultado desfavorável.

Tabela 13 – Comparativo de custo, ISCS e quantidade de catadores inseridos nas cidades pesquisadas

Cidade	Média de custo mensal com a Coleta Seletiva (R\$)	ISCS	Classificação	Quantidade média de catadores inseridos
Curitiba	1.980.465,04	0,687302	Favorável	700
Rio de Janeiro	1.050.000,00	0,527721	Favorável	500
Natal	45.880,00	0,492680877	Desfavorável	110

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na coleta direta de dados.

Esse resultado conduz ao raciocínio de que a inserção do catador como prestador do serviço ainda não é uma solução eficiente para a gestão. Natal possui o menor custo para a operacionalização do serviço e a melhor relação jurídica com as organizações de catadores. Entretanto, o ISCS encontrado informa a

existência de uma coleta seletiva desfavorável com a participação de 110 catadores.

Nos casos em que havia a contratação de empresas privadas para a realização da coleta, por sua vez, o serviço obteve resultado favorável, podendo inserir uma quantidade maior de catadores. É preciso afirmar que este último cenário se configura como um caminho contrário às diretrizes da PNRS, a qual incentiva a contratação das organizações. Contudo, a realidade demonstrou ser necessário investir no fortalecimento das organizações e na superação de suas limitações antes de torná-las responsáveis pela coleta. Após a análise das três realidades, o quadro que segue sintetiza esses e outros desafios dos programas de coleta seletiva investigados:

Quadro 17 - Principais dificuldades enfrentadas pelos municípios na gestão dos programas de coleta seletiva pesquisados (por indicador)

Indicador		Rio de Janeiro	Curitiba	Natal
ISCS 1	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos			
ISCS 2	Instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva	*		
ISCS 3	Atendimento da população	*		*
ISCS 4	Autofinanciamento	*		*
ISCS 5	Educação/Divulgação			*
ISCS 6	Participação e controle social			
ISCS 7	Parcerias			
ISCS 8	Inclusão de catadores avulsos	*	*	*
ISCS 9	Adesão da população	*		*
ISCS 10	Taxa de recuperação de recicláveis	*	*	*
ISCS 11	Taxa de rejeito	*	*	*
ISCS 12	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos			
ISCS 13	Condições ambientais de trabalho na central de triagem		*	*

ISCS 14	Saúde e segurança do trabalhador			*
ISCS 15	Custos do serviço de coleta seletiva	*	*	
ISCS 16	Custo da coleta seletiva / regular + destinação	*	*	

Fonte: elaborado pela autora (2018), com base na coleta direta de dados.

Os dados quantitativos e qualitativos evidenciaram que os municípios brasileiros ainda não demonstraram estar institucionalmente preparados para apoiar as organizações de catadores. A presente pesquisa foi realizada em municípios de diferentes portes e, em cada um deles, foi possível observar avanços, mas também retrocessos e incertezas da própria gestão municipal no que tange às ações implementadas para a inclusão de catadores.

Os programas de coleta seletiva estudados apresentaram problemas diversos. O quadro acima denota que os três municípios pesquisados possuem altas taxas de rejeito e baixo percentual de recicláveis recuperados.

Além disso, foi possível perceber que a inclusão de catadores avulsos não se configura como prioridade nos três municípios estudados. Em todos os casos, não foram encontrados dados referentes ao número de indivíduos que se dedicam à catação, mas que não compõem organizações autogestionárias, realizando o trabalho de forma autônoma ou como avulsos, (termo popularmente utilizado para denominar esse segmento). Tal resultado demonstra que as políticas formuladas ainda possuem capacidade de inclusão restrita. Desse modo, mesmo que o cálculo dos índices de sustentabilidade dos programas de coleta seletiva tivessem apontado para um cenário ideal, com todos os indicadores classificados de forma muito favoráveis, a política ainda poderia ser aprimorada no que tange à abrangência do seu público alvo. O fato é que tais indivíduos não são sequer conhecidos numericamente pelo poder público, inviabilizando a existência de uma solução efetiva para a categoria dos catadores de materiais recicláveis como um todo.

Outro ponto relevante evidenciado pela pesquisa foi a dificuldade no que tange ao planejamento e à gestão dos programas de

coleta seletiva. As próprias administrações municipais afirmaram desconhecer dados importantes e necessários ao aprimoramento da política, a exemplo do número de habitantes atendidos em Natal (que compõe o cálculo do ISCS 3) e do número de domicílios que aderem à coleta seletiva (o qual deve ser informado para o cálculo do ISCS 9), no caso de Natal e no Rio de Janeiro.

Exceto no caso de Curitiba, foi possível denotar que o auto-financiamento dos programas de coleta seletiva ainda representa um entrave. No Rio de Janeiro e em Natal, foi informado que os recursos financeiros arrecadados pela administração municipal não cobrem a totalidade das despesas com a gestão dos resíduos, incluindo a coleta seletiva.

Outro aspecto a ser ressaltado a partir dos dados analisados é o fato de que os entes municipais parecem ainda não ter encontrado um modelo ideal para efetivar a inclusão social e a emancipação econômica dos catadores conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Durante a pesquisa realizada com os municípios, os gestores destacaram ainda estarem buscando formas mais efetivas de promover a inclusão social dos catadores, o que se evidenciou nas falas das entrevistadas G e K, representantes das Prefeituras de Curitiba e de Natal, respectivamente.

Em Curitiba, onde o material reciclável apenas é recepcionado e triado pelas organizações, a gestão estudava implementar a coleta seletiva operacionalizada pelos catadores. Em Natal, onde a coleta é realizada por tais atores, os gestores refletiam sobre formas de tornar a coleta mais eficiente.

Nesse sentido, parece não haver um formato de inclusão dos catadores que garanta a efetividade da Lei Federal nº 12.305/2010. Conforme foi possível evidenciar, cada município possui um modo diferente de relação com as organizações de catadores, os quais parecem estar ainda sendo testados e observados pelas gestões municipais.

O passo seguinte da pesquisa foi investigar o contexto existente nas organizações, observando se o ISCS identificado garante igual condição de inclusão para as cooperativas e associações estudadas, bem como analisando se o papel desempenhado pelo líder influencia na maior sustentabilidade das organizações. É o que será apresentado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:

uma análise da inclusão social à luz da sustentabilidade das organizações

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada nas associações e cooperativas de catadores do Rio de Janeiro, de Curitiba e de Natal.

Para cada organização, foi realizada uma contextualização e apresentado o quadro síntese dos indicadores com o seu respectivo índice, o qual possibilitou a classificação no radar da sustentabilidade (FUNASA, 2017). Em seguida, foram discutidos os indicadores classificados como desfavoráveis ou muito desfavoráveis em cada associação ou cooperativa, os quais foram considerados como os principais desafios das organizações. Tal análise possibilitou entender as relações entre as dificuldades encontradas e os programas de coleta seletiva apresentados no capítulo anterior. Além disso, os aspectos relativos ao perfil da liderança em cada organização foram estudados, entendendo-se a relação entre o contexto de desafios e a atuação do(a) presidente(a).

Destaca-se, aqui, que os dados e as informações utilizados para o cálculo dos indicadores foram fornecidos pelos catadores entrevistados, ou seja, a metodologia considerou apenas a declaração acerca de cada aspecto pesquisado, sem que fossem realizados procedimentos de verificação. A fim de enriquecer as análises, contudo, foi realizada pesquisa qualitativa que permitiu confrontar ou confirmar os resultados quantitativos.

4.1 O contexto das organizações de catadores do Rio de Janeiro/RJ

Na cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa foi realizada em três organizações, a saber: Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando; Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Irajá Ltda. (COOPFUTURO) e Cooperativa Recicla Mais Zona Oeste. Os resultados obtidos serão discutidos a seguir.

4.1.1 - Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando

A Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando foi fundada em 2007 e está localizada no bairro do Caju, Região Administrativa Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

A cooperativa funciona dentro da Estação de Transferência do Caju, operando com maquinário fornecido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, onde funcionava, no início dos anos de 1990, uma usina de reciclagem. De acordo com o Entrevistado C:

Foi projetada em 1990 e foi concluída em 1992. A ideia é que ela se transformasse numa solução para a questão do resíduo orgânico, que é o grande problema do lixo na nossa concepção. [...] O que não funcionou, vou te dar a versão oficial. A versão oficial conta que o lixo do terceiro mundo é muito... é diferente. Que isso é uma tecnologia francesa, custou 27 milhões de dólares na época, 1992. Que o lixo do terceiro mundo é um lixo muito denso, com muita umidade e isso dificultava o oxigênio de perpassar pela massa, e com isso acabava criando zonas de anaerobiose, ou seja, de falta de oxigênio. E ao invés de eliminar o metano, acabava gerando o metano [...] E esse foi o argumento. [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

Atualmente, a cooperativa conta com 170 membros, os quais auferem uma renda mensal entre R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos Reais) e 1.800,00 reais (mil e oitocentos Reais).

A COMLURB realiza um trabalho de fiscalização do funcionamento da cooperativa, a qual se localiza em um bairro formado

por diversas favelas e comunidades. De acordo com o entrevistado C:

Que essa cooperativa aqui ela... como ela é... essa cooperativa aqui era barra pesada, primeiro porque ela está dentro de uma favela. Segundo, é a maior comunidade... ontem mesmo o pau estava quebrando aqui. [...] Entendeu? Então, aqui a gente convive, que aí nós somos antes de tudo, administradores dentro de uma área de conflito. O pau quebra. É uma cooperativa que recebe, reinclui muitas pessoas egressas do sistema prisional. [...] Então, é uma coisa que salta aos olhos, como ali é um retrato vivo da exclusão do Brasil. Você não vai encontrar nenhum loiro de olho azul. (São) Negros, nordestinos. [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

Hoje, a organização, que funciona na Estação de Transferência do Caju, recebe material proveniente da coleta domiciliar do Rio de Janeiro, inexistindo separação prévia do material antes da triagem realizada em seu galpão⁶⁰.

Porém, tal aspecto, contraditoriamente, é considerado como algo positivo pelos entrevistados, visto que, em virtude da inexistência de educação ambiental para separação adequada de materiais, a coleta domiciliar ainda conserva grande quantidade de materiais recicláveis em sua composição. Entretanto, não se considerou a exposição do catador a materiais perigosos e tóxicos, aumentando a insalubridade da atividade realizada.

A remuneração dos membros da cooperativa ocorre por produtividade, utilizando-se de um método de aferição elaborado pela própria cooperativa, com apoio dos representantes da COMLURB. Como informou o entrevistado C:

⁶⁰ Ao ser questionado sobre o material recebido pela Cooperativa Transformando, o representante da COMLURB (entrevistado C) informou:

Entrevistadora: Mas, aqui vocês recebem o material da coleta seletiva?

A gente nem recebe. Da coleta seletiva? [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

Entrevistadora: Então, eles triam o que vem da coleta domiciliar?

Isso. [...] A Coleta seletiva acabava criando para a gente um problema, porque vem muito papel e vidro. Vidro não tem valor nenhum e só rasga as nossas esteiras. Entendeu? [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

[...]O cara ganha de acordo com o que ele produz. [...] Cada material tem um valor, aí ele coloca em containers, plásticos individuais, ele tem o seu container ele pesa. [...] Na prensa, cada prensador também recebe por aquilo que ele prensa. Por exemplo, prensagem de plástico filme, o catador... normalmente são três catadores e cada um recebe 20 reais para produzir aquele fardo. Então, ele produz no mínimo – um detalhe –, tem que produzir no mínimo 10 fardos por dia. Quem não falta ganha uma premiação, quem não chega atrasado, ganha uma premiação. Então, isso também conta no final do prêmio deles. [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

De acordo com entrevista fornecida pela presidente da cooperativa⁶¹, a organização ainda presta serviço ao setor privado, auferindo renda complementar à venda do material recebido da Prefeitura.

Após conhecer os aspectos gerais acerca da cooperativa Transformando, foi aplicada a metodologia FUNASA (2017) para conhecer o índice de sustentabilidade da organização. Os resultados obtidos e a sua respectiva análise se encontram na tabela que segue:

⁶¹ Entrevista concedida em setembro de 2017, pela presidente da Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando, que se encontrava na organização desde 2006 e há quatro anos no cargo de presidente.

Tabela 14 – Índice de Sustentabilidade de Organizações de Catadores - Transformando/Rio de Janeiro

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	68,42%	Favorável	0,6842	0,84	0,574728
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	40%	Desfavorável	0,4	0,84	0,336
ISOC 3	Qualidade das parcerias	87,50%	Muito Favorável	0,875	0,71	0,62125
ISOC 4	Diversificação de parcerias	27,27%	Muito Desfavorável	0,2727	0,66	0,179982
ISOC 5	Renda média por membro	1,92	Favorável	0,75	0,95	0,7125
ISOC 6	Relação entre gêneros	100%	Muito Favorável	1	0,74	0,74
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	88,23%	Muito Favorável	0,8823	0,84	0,741132
ISOC 9	Participação em reuniões	90%	Muito Favorável	0,9	0,87	0,783
ISOC 10	Rotatividade	30,83%	Desfavorável	0,6917	0,80	0,55336
ISOC 11	Benefícios aos membros	50%	Desfavorável	0,5	0,79	0,395
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	87,50%	Muito Favorável	0,875	0,74	0,6475
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,18%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,2225
ISOC 15	Taxa de Rejeito	14,28%	Desfavorável	0,8572	0,87	0,745764
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,74	0

ISOC 17	Produtividade por catador	1,76	Desfavorável	0,5	0,84	0,42
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	100%	Muito Favorável	1	0,89	0,89
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	71,42%	Desfavorável	0,7142	0,89	0,635638
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	66,66%	Desfavorável	0,6666	0,87	0,579942
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
Total					17,37	11,468296
Índice de Sustentabilidade		0,660235809	Favorável			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando obteve índice de sustentabilidade favorável (0,66). Porém, dentre os 21 indicadores calculados, 11 foram avaliados como desfavoráveis ou muito desfavoráveis, merecendo análise mais detida, conforme se fará a seguir.

Dois indicadores não foram calculados por ausência de informação, sendo avaliados como muito desfavoráveis, são eles: adesão da população (ISOC 13) e autossuficiência de equipamentos e veículos (ISOC 16).

Outros dois indicadores foram considerados muito desfavoráveis. O primeiro deles foi a diversificação das parcerias (ISOC 4), indicador que alcançou apenas 27,27% dos itens listados. Na realidade estudada, existe parceria apenas com o poder público municipal, com o setor privado e com organizações comunitárias e religiosas⁶². De acordo com a FUNASA (2017), a diversificação

⁶² A metodologia da FUNASA (2017) espera a existência de parcerias com atores como redes de catadores; entidades representativas dos catadores; outras organizações de catadores; organizações não governamentais; setor público federal; setor público municipal; setor público estadual; setor privado/empresas;

das parcerias possibilita a ampliação da articulação da organização para viabilizar recursos financeiros e institucionais. Para ser considerado muito favorável, o indicador deveria ser maior ou igual a 80%, devendo-se efetivar, pelo menos, nove parcerias diferentes.

O outro indicador considerado muito desfavorável foi a taxa de recuperação de recicláveis – TRMR (ISOC 14), que apenas atingiu 0,18%, sendo considerada muito favorável uma taxa maior ou igual a 25%. De acordo com a FUNASA (2017, p. 44), este indicador “mede a eficiência do sistema de coleta seletiva e o desvio dos resíduos secos do aterro sanitário. Quanto maior a TRMR, maiores são os ganhos ambientais, econômicos e sociais da coleta seletiva”. O aumento dessa taxa tem relação com a promoção de programas de educação ambiental de forma permanente, os quais devem promover a percepção da população com relação à importância da separação dos recicláveis. Entretanto, como destacado no capítulo anterior, a ausência de ações perenes de educação ambiental para a coleta seletiva foi um dos aspectos ausentes na política local, conforme apontado pelos entrevistados A e C.

No que tange aos indicadores desfavoráveis, tem-se os instrumentos legais na relação com a Prefeitura (ISOC 2). Conforme a FUNASA (2017, p. 38), esse indicador “mede a qualificação da organização em termos de requisitos legais e fiscais para a prestação de serviço de coleta seletiva para as administrações municipais”. No caso da cooperativa em análise, foram cumpridos somente 40% dos requisitos solicitados, visto que, dos cinco itens indicados no questionário como requisitos legais e fiscais⁶³ a organização apenas afirmou atender dois deles (alvará de funcionamento da organização e situação legalizada da organização junto à Receita Federal). O fato é que a ausência da documentação listada pode se configurar como obstáculo à efetivação de relações formais entre a organização de catadores e o município, bem como com os demais parceiros.

organizações comunitárias ou religiosas; organizações de classe; universidades ou entidades técnicas.

⁶³ Itens listados para o cálculo do ISOC 2: certidões estaduais e municipais; certidão negativa de INSS; alvará de funcionamento da organização; recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e situação legalizada da organização junto à Receita Federal.

A rotatividade dos membros da organização também foi um aspecto considerado como desfavorável, visto que atingiu a taxa de 30,58%. Para ser considerado “muito favorável”, o indicador deveria alcançar valor menor ou igual a 20% conforme a FUNASA (2017). Deve-se considerar que a alta rotatividade prejudica a organização na medida em que atinge a produtividade, já que novos membros necessitam de um tempo de adaptação para a realização da atividade. Os resultados deste indicador se alinham à afirmação de Lima (2004) ao indicar a alta rotatividade como um dos principais problemas que inviabilizam os empreendimentos solidários, ao lado da alta competitividade do mercado e da falta de uma cultura autogestionária.

Os benefícios oferecidos aos membros (ISOC 11) também foram considerados desfavoráveis, visto que, dos 14 itens listados pela FUNASA (2017, p. 42), a cooperativa afirmou não proporcionar sete deles aos seus membros, quais sejam: pagamento equivalente a décimo terceiro salário, vale transporte, apoio psicossocial, convênio médico, auxílio creche, cesta básica/ auxílio alimentação e repouso semanal remunerado. Tal indicador, por sua vez, “mede a capacidade institucional, a gestão cooperativista, os benefícios sociais, a coesão entre os membros e o capital social”.

Deve-se destacar que os benefícios listados não possuem caráter obrigatório no contexto das organizações autogestionárias, porém, são atributos desejáveis a qualquer trabalhador brasileiro, constituindo-se como direitos básicos daqueles que possuem vínculo empregatício. Nas cooperativas e associações, tais benefícios poderiam ampliar a qualidade de vida dos seus membros e, por via reflexa, a capacidade de inclusão social e produtiva, reduzindo a rotatividade de membros na organização.

A taxa de rejeito (ISOC 15) de 14,28% foi outro fator classificado como desfavorável, devendo tal percentual ser menor ou igual a 5% para ser considerado “muito favorável” pela FUNASA (2017, p.45). Este indicador, tal qual a taxa de recuperação de materiais recicláveis anteriormente analisada, “mede a eficiência da separação dos resíduos na fonte geradora e na triagem” e, conseqüentemente, ressalta a necessidade de promoção da educação ambiental para a separação adequada.

A produtividade do catador (ISOC 17) também foi considerada “desfavorável”. O indicador que deveria alcançar valor maior ou igual a 3 t/catador para ser considerado muito favorável, apenas correspondeu a 1,76 t/catador, o que não se constituiu como fator favorável, principalmente se for considerado que, nesta organização, os membros recebem a sua remuneração de acordo com a sua respectiva produtividade. Tal aspecto pode influenciar na alta taxa de rejeitos encontrada, na medida em que indica a baixa eficiência na realização da triagem.

Ademais, os indicadores referentes às condições ambientais de trabalho (ISOC 19) e à saúde e à segurança do trabalhador (ISOC 20) foram avaliados como desfavoráveis. As condições ambientais de trabalho atingiram percentual de 71,42%, visto que, dos itens listados pela FUNASA (2017), seis não estão presentes na organização⁶⁴. No caso do ISOC 20 (saúde e segurança do trabalhador), o percentual de 66,66% de itens atendidos se deve à inexistência de prevenção de lesão por esforço repetitivo ou posições inadequadas de trabalho; à ausência de implantação de dispositivos de proteção contra acidentes físicos provocados por máquinas e equipamentos; e a não realização de exames médicos admissionais e periódicos.

Esses dois indicadores guardam relação com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, o que ainda se configura como um desafio no contexto das organizações de catadores brasileiras. Conforme anteriormente destacado, Lima (2015b) afirma que, mesmo com a melhoria das condições de vida e trabalho dos catadores nas cooperativas, a precariedade permanece, o que ocorre em virtude do grau de organização dos empreendimentos, que é distinto e depende do apoio de órgãos externos. Como expõe o autor: “a atividade em si é intrinsecamente precária: a coleta nas ruas e a posterior separação do lixo possui muitas implicações em termos de segurança do trabalho, que mesmo distinto

⁶⁴ De acordo com as informações obtidas por meio da entrevista, a organização não apresenta os seguintes itens: (i) sistemas de prevenção de incêndio; (ii) sistema de alarme e sinalização indicadora de extintores de incêndio e do fluxo de evacuação da área; (iii) existência de barreiras de prevenção de acidentes em máquinas perigosas; (iv) velocidade de movimento da esteira adequada para evitar lesão por esforço repetitivo e presença de pausas periódicas; (v) assento em altura adequada ao trabalho; e (vi) separação e isolamento de produtos tóxicos.

dos lixões, pressupõe o manuseio de material contaminado e/ou perigoso, sujo, com forte odor, etc.” (LIMA, 2015b, p. 331).

Na metodologia da FUNASA (2017), os indicadores que medem a sustentabilidade das organizações de catadores de materiais recicláveis estão agrupados em cinco aspectos: legal/institucional; socioeconômico; organizacional; eficiência operacional e condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador. Após a análise dos indicadores calculados, é possível apontar que as deficiências encontradas na Cooperativa Transformando se relacionam com quatro dos cinco aspectos, de forma que apenas o aspecto socioeconômico não se apresentou como um desafio. O quadro que segue representa os desafios constatados:

Quadro 18 – Resumo das dificuldades constatadas na cooperativa Transformando/Rio de Janeiro

Organização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
Cooperativa Transformando/Rio de Janeiro	ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	Desfavorável	Legal/Institucional
	ISOC 4	Diversificação de parcerias	Muito Desfavorável	
	ISOC 10	Rotatividade	Desfavorável	Organizacional
	ISOC 11	Benefícios aos membros	Desfavorável	
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavorável	Eficiência Operacional
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavorável	
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Desfavorável	
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	Muito Desfavorável	
	ISOC 17	Produtividade por catador	Desfavorável	
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	Desfavorável	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	Desfavorável	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A análise do quadro acima desvela que a maioria dos desafios da organização se relaciona com a eficiência operacional. Todos os indicadores que compõem tal aspecto foram considerados muito desfavoráveis ou desfavoráveis. Não se pode deixar de ressaltar que a composição desses com as demais dificuldades encontradas formam um cenário de múltiplos desafios e que geram impactos diretos ao catador, a exemplo das condições ambientais de trabalho e de saúde e segurança ainda desfavoráveis.

Dentre as 11 dificuldades encontradas, quatro se relacionam com desafios ligados ao programa de coleta seletiva do município: as taxas de recuperação de materiais recicláveis e de rejeito; a adesão da população e, indiretamente, a produtividade do catador. Os demais sete fatores, por sua vez, poderiam ser superados a partir da atuação enérgica da liderança da organização na ampliação dos benefícios oferecidos aos catadores; na diversificação de parcerias, na regularização dos instrumentos legais de relação com a prefeitura, nas condições ambientais de trabalho e na saúde e segurança do trabalhador, o que poderia impactar na redução da rotatividade de membros.

A despeito desses fatores desfavoráveis e muito desfavoráveis, a COMLURB afirmou que a Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando se configura como uma das cooperativas mais organizadas. De acordo com o entrevistado C:

Essa é a mais organizada possível que existe, porque ela trabalha sob uma determinada fiscalização aqui da COMLURB. Então, você tem pagamento de INSS⁶⁵, você tem benefício, algum respeito a determinados direitos, coisa que as outras... [ENTREVISTADO C, representante da COMLURB, 2017].

Tal condição é atribuída ao papel exercido pela presidente da cooperativa. Graduada em Administração de Empresas e moradora da comunidade da Maré (localizada nas imediações da Estação de Transferência do Caju), a catadora líder da cooperativa exerce a atividade desde o início dos anos 2000. Como afirmou, a sua chegada à organização gerou transformações em

⁶⁵ A despeito dessa afirmação por parte do gestor, a catadora entrevistada informou que a cooperativa não realiza contribuição ao INSS.

relação aos procedimentos adotados pela antiga diretoria. Como afirmou a Entrevistada D:

Eu era catadora, e eu cheguei aqui em 2006. Aqui existia uma antiga cooperativa que se chamava Six Quality, tinha 38 pessoas, eu fiz uma manifestação aqui dentro para poder melhorar o desempenho, o tratamento das pessoas porque como eu trabalhava, eu me sentia... me sentia mais inferior do que eu era por estar trabalhando da forma inadequada no... no resíduo. Então, eu fiz um movimento, a COMLURB aceitou [...] Na época, eu montei a Transformando com mais duas pessoas e no início eu fui melhorando o meu desempenho para poder melhorar a qualidade das pessoas. Porque eu me sentia como inferior, me sentia mais ou menos fim do lixo. Se existe. Que as pessoas eram muito maltratadas. [ENTREVISTADA D, representante da Cooperativa Transformando, 2017].

A catadora entrevistada afirmou ter atuado para modificar a realidade da cooperativa. Entretanto, para conhecer de forma mais detida a sua forma de atuação na organização, inicialmente, os indicadores ISOC 5, 7, 9 e 19 foram utilizados para calcular o índice e realizar a classificação de acordo com o radar da liderança, obtendo-se o resultado que segue:

Tabela 15 – Análise do perfil da liderança - Transformando/ Rio de Janeiro

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	1,92	Favorável	0,75	0,95	0,7125
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	90%	Muito Favorável	0,9	0,87	0,783
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	71,42%	Desfavorável	0,7142	0,89	0,635638
			Total		3,53	2,951138
Classificação da Liderança						
0,8360164					Liderança Solidária	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A partir do cálculo realizado, e tomando como parâmetro as características elencadas por Veronese e Scholz (2013), a pesquisa indicou a existência de uma liderança que se aproxima do perfil solidário. Entretanto, torna-se necessário utilizar os resultados obtidos por meio da pesquisa qualitativa para confirmar ou confrontar tal diagnóstico.

Conforme os autores citados, em um empreendimento autogestionário, a fase da liderança solidária pode ser constatada quando os atores sociais já percebem com outro discernimento a proposta do trabalho coletivo, as suas responsabilidades e a necessidade de participação nas instâncias estratégicas do empreendimento. Para Veronese (2011), uma liderança solidária é compreendida como o exercício do poder de forma compartilhada, de maneira que todos os trabalhadores são vistos como líderes que tomam decisões conjuntas.

De fato, a estrutura interna da cooperativa demonstrava a existência do cuidado e da dedicação da diretoria como um todo⁶⁶. A presidente da organização demonstrou conhecer a trajetória de vida dos demais membros e possuir uma relação próxima com os catadores. Quando questionada acerca do papel de uma liderança em uma cooperativa de catadores, a entrevistada indicou conhecer o perfil requerido, destacando a força de vontade e a motivação como atributos essenciais. Para a entrevistada, os demais membros reconhecem o trabalho desempenhado por ela e não a consideram uma chefe, mas sim parceira:

Eles me enxergam como parceira. Eu acho que até o momento de ele chegar para mim, contar a vida deles, contar a dificuldade, eu acho que eles me enxergam muito como parceira deles, como amiga. Uma pessoa que ele pode contar que está brigando por eles. Eu acho que eles me enxergam dessa forma. [...] Você tem que ter muita liderança, você lidar com o ser humano é, ao mesmo tempo, um aprendizado. É difícil, mas é como se fosse um desafio para você lidar com pessoas que você não sabe, não conhece, não sabe a índole dela. Então é ter força de vontade ser liderança. [...] Eu trabalho sim, a mente dele, buscar o que é que vai melhorar, e o escritório

⁶⁶ A organização conta com espaços como amplo refeitório, biblioteca, conforme será possível visualizar nas fotografias presentes no apêndice.

que é o fundamental. [ENTREVISTADA D, representante da Cooperativa Transformando, 2017].

Contudo, a entrevistada, demonstrou exercer um papel de fiscalização do trabalho realizado, o que a aproxima de um perfil da “liderança racional legal”, caracterizado pela regulação das atividades e pela existência de uma posição de comando e controle. Conforme destacou em entrevista:

Mas é o seguinte, o meu dia é sempre eu chegar e saber como é que está o escritório funcionando, que é o escritório eu acho que é a força, é o coração da Transformando. E depois disso eu vou lá fora porque eu vou lá fora, aqui eu vou ver o meu social. Eu gosto de trabalhar o social, eu quero saber a vida daquele cooperado, eu quero saber porque ele diminuiu a produção. Eu trabalho muito o social do que o administrativo hoje em dia. Então, eu foco muito naquela... na produtividade dele. O que é que está te fazendo a produzir melhor, o que é que não está, e então eu busco isso diário todos os dias eu chego e faço isso. [...] Se eu falar que eu acho isso, eles vão me apoiar. Então eu criei aquilo, coisa de liderança, uma confiança entre eu e o cooperado. Até porque a maioria das pessoas que estão trabalhando ali, trabalharam comigo como catadores. Então eles veem que eu sempre lutei o tempo todo por eles. [ENTREVISTADA D, representante da Cooperativa Transformando, 2017].

Tal característica afasta a liderança estudada do perfil solidário criado por Veronese e Scholz (2013), o que ocorre, nesse caso específico, por não operacionalizar o processo produtivo igualmente com os demais associados, mas apresentar um papel de controle em relação aos demais membros da organização.

Deve-se destacar o distanciamento de um perfil de liderança solidária se expressou em outros momentos da fala da entrevistada, como, por exemplo, na centralização do discurso na primeira pessoa do singular. Desse modo, tais elementos confirmam que, embora a pesquisa quantitativa tenha apontado para uma aproximação do perfil solidário de liderança, esta ainda não se configura completamente na organização Transformando, visto que,

conforme demonstrado, a postura adotada pela presidente é de luta pelo alcance de melhorias para os cooperativados, mas uma luta centralizada na figura da presidente.

Por mais que os indicadores de autogestão e participação nas reuniões (ISOC 7 e 9) tenham sido classificados como muito favoráveis e que tenha sido afirmada a existência da partilha das decisões com os demais membros, os quais dialogam com a diretoria indicando os seus pontos de concordância ou discordância, a centralização do discurso demonstrou que, em certos momentos, vigora o controle, a fiscalização e o convencimento como forma de facilitar a aprovação das medidas planejadas pela diretoria:

Eu sempre chamo para conversa. Qualquer coisa eu chamo primeiro o pessoal de escritório, qualquer mudança que a gente vai fazer e depois a gente coloca, expor para todos os cooperativados o que é que eles acham. Se eu tiver uma resistência muito grande, eu tenho que mostrar o lado positivo que é o que eles não estão enxergando, eu tenho que passar para eles, para eles enxergarem. Mas é muito difícil. Quando eu faço reunião, eh... quando eu falo, eu falo logo os pontos positivos. [ENTREVISTADA D, representante da Cooperativa Transformando, 2017].

A principal reclamação dos demais membros da cooperativa se relaciona, justamente, com a produção. Vale ressaltar que o ISOC 17, relativo à produtividade do catador, e o ISOC 19 (condições ambientais de trabalho) foram considerados desfavoráveis, o que converge com a afirmação apresentada pela entrevistada. Para os catadores, a ausência de equipamentos e de maquinário adequado para a realização do trabalho acaba por tornar a produção menor, sendo necessário o investimento para a sua melhoria:

Olha, hoje a gente tem uma reclamação imensa assim, hoje a usina em si, o espaço da COMLURB está muito debilitado. Vocês viram a esteira estava parada. Aquilo eu tenho um problema muito grande porque assim, a gente criou uma meta, uma meta que eu digo não, a gente tem um rodízio na linha de produção então eles ficam uma semana para chegar num

lugar bom. Então se quebra, não é culpa dele. É culpa da usina que está debilitada. Então, esse eu tenho uma reclamação imensa, porque como eles ganham por produtividade, eles não conquistam aquilo que eles querem [...] não é problema meu, não é da COMLURB, ou não é dele, o problema simplesmente é que a gente já chegou num momento que está muito debilitado a esteira. [ENTREVISTADA D, representante da Cooperativa Transformando, 2017].

A necessidade de investimento em maquinário e em melhores condições ambientais de trabalho é um aspecto frequentemente identificado em organizações autogestionárias. A melhoria, muitas vezes, depende de recursos indisponíveis pelas cooperativas e associações, o que se relaciona, também, com o baixo financiamento destinado a esses empreendimentos, conforme indicado por Barbosa (2007). Nesse sentido, as organizações permanecem dependentes do apoio do poder público.

No caso da Cooperativa de Recicladores Ambientais Transformando, a demonstrou-se a existência de um índice de sustentabilidade favorável. Contudo, duas ponderações devem ser realizadas. A primeira se refere à percepção de características que distanciam de uma liderança solidária. A segunda, por sua vez, se refere ao fato de que sete dos indicadores considerados desfavoráveis e muito desfavoráveis se relacionam com aspectos que podem ser melhorados na organização a partir da atuação da diretoria. Contudo, os fatores dificultosos constatados na organização também se relacionam com as deficiências do próprio programa de coleta seletiva.

4.1.2 - Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Irajá LTDA - COOPFUTURO

A segunda organização de catadores investigada na cidade do Rio de Janeiro foi a Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Irajá LTDA - COOPFUTURO. A organização foi fundada em janeiro de 2014 e funcionava, em 2017, em um galpão localizado no bairro de Irajá, Zona Norte do Município do Rio de Janeiro. O espaço, cedido pela Prefeitura, foi construído com recursos do BNDES durante o

programa de ampliação da coleta seletiva. A organização recebe material proveniente da coleta seletiva municipal e realiza a coleta em eventos da iniciativa privada e sedes de empresas. No período de realização da entrevista, a cooperativa contava com 43 membros, que recebiam, em média, R\$ 1.400,00 reais por mês.

Após conhecer os aspectos gerais acerca da COOPFUTURO, foi aplicada a metodologia FUNASA (2017) para conhecer o índice de sustentabilidade da organização. Os resultados obtidos se encontram na tabela que segue:

Tabela 16 – Índice de sustentabilidade de organizações de catadores – COOPFUTURO/Rio de Janeiro

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	84,21%	Favorável	0,8421	0,84	0,707364
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	80%	Favorável	0,8	0,84	0,672
ISOC 3	Qualidade das parcerias	50%	Desfavorável	0,5	0,71	0,355
ISOC 4	Diversificação de parcerias	54,54%	Favorável	0,5454	0,66	0,359964
ISOC 5	Renda média por membro	1,49	Favorável	0,75	0,95	0,7125
ISOC 6	Relação entre gêneros	100%	Muito Favorável	1	0,74	0,74
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	100%	Muito Favorável	1	0,84	0,84
ISOC 9	Participação em reuniões	88,37%	Muito Favorável	0,8837	0,87	0,768819
ISOC 10	Rotatividade	41,17%	Desfavorável	0,5883	0,80	0,47064
ISOC 11	Benefícios aos membros	64,28%	Favorável	0,6428	0,79	0,507812

ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	75%	Favorável	0,75	0,74	0,555
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,07%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,2225
ISOC 15	Taxa de Rejeito	20%	Desfavorável	0,8	0,87	0,696
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	0,00%	Muito Desfavorável	0	0,74	0
ISOC 17	Produtividade por catador	279%	Favorável	0,75	0,84	0,63
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	100%	Muito Favorável	1	0,89	0,89
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	85,74%	Favorável	0,8574	0,89	0,763086
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
Total					17,37	12,450685
Índice de Sustentabilidade	0,716792458		Favorável			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A COOPFUTURO obteve índice de sustentabilidade de 0,71, considerado como favorável no Radar da Sustentabilidade. Dentre os 21 indicadores calculados, somente seis foram considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis, os quais serão analisados a seguir.

O primeiro indicador classificado como muito desfavorável corresponde ao ISOC 13 (adesão da população), sobre o qual inexistiam informações na organização pesquisada.

A taxa de recuperação de recicláveis (ISOC 14), que mede a eficiência do sistema de coleta seletiva e o desvio dos resíduos secos do aterro sanitário, foi considerada muito desfavorável, com apenas 0,07%, quando deveria alcançar valor igual ou superior a 25% para que fosse classificada como muito favorável. Tal indicador, juntamente com a taxa de rejeito, se relaciona com a eficiência do sistema de coleta seletiva do município e denota a necessidade de atenção para o aumento da quantidade de materiais a ser direcionados para a organização e para a diminuição do percentual de rejeitos, a partir de investimentos em ações de educação ambiental para a coleta seletiva. A taxa de rejeitos (ISOC 15) da COOPFUTURO alcançou 20%, sendo considerada desfavorável, já que tal indicador deveria apresentar valor igual ou menor do que 5%.

O ISOC 16 (autossuficiência de equipamentos e veículos) também foi considerado muito desfavorável, visto que a entrevistada afirmou não existirem veículos ou equipamentos próprios da organização e em funcionamento. A organização contava apenas com uma esteira, três prensas e um caminhão cedidos, o que demonstra a inexistência de autonomia operacional. Os demais equipamentos estavam sucateados e não eram utilizados na produção. Como expôs a entrevistada E:

Eu tenho um monte de equipamento ali enferrujado, defasado, que nunca serviu para nada que foi comprado erroneamente pelo projeto. Eu tenho seis equipamentos ali que nunca saíram do canto estão ali enferrujados. Então, quer dizer, mesma coisa que nada. Equipamento que eu disponho é de uma esteira que ainda funciona, três prensas e o caminhão que não é nosso, está cedido. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

A afirmação da presidente da organização corrobora com os elementos descritos por Barbosa (2007) ao destacar as principais dificuldades que influenciam na sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários no Brasil, citando, dentre elas, a baixa

modernização – já que o maquinário adequado, muitas vezes, é ausente ou, se existente, obsoleto. Tal aspecto está relacionado com a taxa de rejeito desfavorável, visto que a inexistência de autossuficiência da organização e a predominância de equipamentos inadequados podem dificultar a triagem realizada no interior da cooperativa.

O ISOC 3, por sua vez, foi classificado como desfavorável. Tal indicador mede a qualidade das parcerias, sendo considerado muito favorável quando a organização possui um percentual igual ou superior a 80% dos itens listados pela FUNASA (2017). A COOPFUTURO obteve 50%, ao afirmar ter parceria com empresas privadas, setor público federal, estadual e municipal, além de universidades. Quanto maior a diversidade de parcerias encontrada, maior é a capacidade de articulação e mais fácil será a formação de uma rede de apoio, a qual favorece a captação de recursos financeiros e institucionais para a cooperativa.

O ISOC 10 também foi considerado desfavorável, visto que a COOPFUTURO apresentou uma rotatividade de 41,17% de seus membros nos seis meses anteriores à pesquisa, indicando capacidade institucional desfavorável em relação à manutenção de seus integrantes. Para que fosse considerado muito favorável, tal indicador deveria atingir apenas um percentual menor ou igual a 20%. A alta rotatividade de uma organização pode indicar que os seus membros não estão comprometidos com o sucesso da instituição e que não acreditam na sua continuidade.

As dificuldades constatadas na COOPFUTURO se relacionam com os aspectos legal/institucional, organizacional e com a eficiência operacional, estando a maior parte dos desafios ligados a esse último grupo. Dentre os desafios encontrados, três são motivados pelas dificuldades do programa de coleta seletiva do Rio de Janeiro: a taxa de recuperação de recicláveis, a taxa de rejeito e a adesão da população. Já a qualidade das parcerias, a rotatividade e a autossuficiência de equipamentos e de veículos se configuram como fatores relacionados à atuação da liderança. O quadro que segue apresenta, sinteticamente, os resultados apontados.

Após a discussão acerca do resultado do índice de sustentabilidade da organização, tornava-se necessário conhecer o perfil

da liderança existente na COOPFUTURO, a fim de entender se a avaliação da cooperativa guardava relação com a atuação da presidente. Para conhecer a sua forma de atuação na organização, os indicadores ISOC 5, 7, 9, 19 foram utilizados para calcular o índice e realizar a classificação de acordo com o radar da liderança, obtendo-se o resultado presente na Tabela 17.

Quadro 19 – Resumo das dificuldades constatadas na COOPFUTURO/Rio de Janeiro

Organização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
COOPFUTURO /Rio de Janeiro	ISOC 3	Qualidade das parcerias	Desfavorável	Legal/Institucional
	ISOC 10	Rotatividade	Desfavorável	Organizacional
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavorável	Eficiência Operacional
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavorável	
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Desfavorável	
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	Muito Desfavorável	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Tabela 17 – Análise do perfil da liderança – COOPFUTURO/Rio de Janeiro

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	1,49	Favorável	0,75	0,95	0,7125
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	88,37%	Muito Favorável	0,88	0,87	0,7656
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	85,74%	Favorável	0,8574	0,89	0,763086
		Total			3,53	3,061186
Classificação da Liderança						
0,867191				Liderança Solidária		

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Ao tomar como parâmetro as características elencadas por Veronese e Scholz (2013), tem-se um perfil que se aproxima da liderança solidária. A partir da descrição que segue, Veronese e Scholz (2013, p. 60-61) apresentaram as características do que entendem ser um líder solidário:

Destacamos que o líder solidário (qualquer trabalhador/a no momento em que assume esse papel, não somente o líder formal) possui as competências necessárias para a execução da tarefa (comunicação, conhecimento técnico e educacional, empatia, confiança, paciência, transparência, etc.); toma as decisões democraticamente em reuniões; representa o empreendimento nos contextos externos e articula-se politicamente, além de também operacionalizar o processo produtivo igualmente com os demais associados.

No caso da COOPFUTURO, foi possível apreender as características a seguir analisadas. Os indicadores utilizados para a investigação da liderança foram considerados como favoráveis (ISOC 5 e 19) e muito favoráveis (ISOC 7 e 9). Deve-se destacar que foi possível constatar, por meio da pesquisa qualitativa, que a postura da liderança pesquisada na COOPFUTURO se distancia de um perfil tradicional, embora ainda apresente traços de uma liderança racional legal.

A presidente entrevistada, que estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, iniciou as suas atividades realizando a catação em lixão e demonstrou conhecer a história de vida e possuir relação de proximidade com os demais membros, que tinham experiências de vida diversas:

É. Eu já fui catadora de básica, catadora do lixão. [...] Ah, eu vou te falar. Se você tirar um dia para você conversar com todo mundo, você faz um livro de histórias lindíssimas de... muita superação, de muita dificuldade. É... eu tenho desde a dona [...] que faz hemodiálise três vezes na semana e que cria os netos e que escreve o livro que não parar de sonhar. Tem a [...] que... que cria os netos, porque o genro é um irresponsável, não pensa em nada, e aí ela tem que cuidar dos netos, tem que cuidar da filha. Desde a [...], que tem um filho viciado que vive apanhando e ela tem que pagar a dívida dele

de boca de fumo. Entendeu? Desde o [...] que é homossexual que eu vi nascer na rampa e que trabalha comigo porque é totalmente excluído pela família, e eu me vejo nele. Muita história. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

A eleição da atual presidente ocorreu após enfrentamento com a antiga diretoria, a qual foi caracterizada pela entrevistada como autoritária. Nesse sentido, assumindo a nova gestão, a presidente comprometeu-se em realizar mudanças em prol de uma atuação mais democrática e pautada nos princípios da autogestão. Com relação a esse contexto, afirmou a catadora:

A COOPFUTURO, ela foi fundada em janeiro de 2014. [...] Então, a cooperativa quando ela foi inaugurada, ela foi inaugurada num modelo da maioria das cooperativas de todo o Brasil. A cooperativa foi inaugurada com donos. Tinham donos de cooperativas altamente autoritários, altamente brutos, nem todos. Uns eram maravilhosos, mas tinham também uns que pareciam bicho. Destratavam as pessoas, tratavam com desrespeito, eram totalmente ignorantes, só visavam os... os interesses próprios, né? Faziam um rateio de 1.000 reais semanais para eles, pagavam 200 reais para os cooperados. [...] Então, quando eu vim trabalhar aqui, que eu vi tanto aquela realidade, aquilo me chocou. Mas eu continuei porque eu precisava do trabalho [...]. E aí eu fui ficando, fui ficando, e fui vendo que aquilo ali não podia continuar desse jeito. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

O relato da presidente identifica a realidade originária da cooperativa com a condição apontada por Barbosa (2007), ao destacar a existência de casos de degeneração das organizações autogestionárias. Na verdade, a COOPFUTURO, em sua origem, não se pautava na cooperação, mas na autoridade.

Ao refletir acerca da sua forma de atuação, a catadora entrevistada afirmou se considerar uma liderança. A sua visão de líder em uma organização solidária, entretanto, vai além de uma atuação profissional, aproximando-se de uma relação de irmandade que abrange a vida privada:

Eu sou uma liderança. Eu tenho certeza que eu sou uma líder para quem está comigo. Uma liderança porque não sou só uma pessoa que estou à frente do trabalho. Eu sou uma liderança porque eu visto a camisa, eu estou com eles para tudo, eu estou com eles para fazer um mutirão e fazer um barraco para eles morar, eu estou com eles para poder isso lá na justiça resolver o problema deles. Eu estou para levar no médico, eu estou para socorrer se preciso for, para levar filha para ter neném, para ir buscar um enxoval. Então, eu faço parte da vida deles e eles fazem parte da minha vida também. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

A atuação da entrevistada, portanto, assemelha-se a uma relação familiar e maternal, conforme é possível denotar:

E como a gente sabe a realidade da cooperativa, é muito vício. Então assim, eu já tive uma viatura que pegou meus dois cooperados meus usando droga aqui em cima, fumando maconha. E botou eles na caçamba, na viatura. E eu fui lá, sabe? E argumentei e falei coisas até que eu não deveria ter falado que eu fiquei nervosa. Falei: “tanto bandido. Sobe o morro e vai pegar os bandidos. Eles estão sujos, eles estão trabalhando. Eles não estão certos de usar droga, mas também o senhor vai levar eles para a cadeia? Que é isso?” e tal. E eu argumentei, o policial foi e abriu a caçamba... E falou para eles: “Olha, vocês estão saindo por causa dela, porque eu ia levar vocês e tal”. Então eles sabem que eles podem contar comigo, eles têm essa parceria, está entendendo? Estou junto, né? [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

O tipo de relação constatada entre os membros poderá, por sua vez, estimular a aproximação do trabalho na organização do ideal solidário ou, por outro lado, incentivar a centralização do comando da pessoa da presidente, o que dependerá da percepção dos demais membros em relação aos princípios da autogestão.

As atividades realizadas pela presidente, diariamente, demonstram que, além das da gestão, ela também operacionaliza o processo produtivo igualmente com os demais asso-

ciados, o que se configura como característica de uma liderança solidária (VERONESE E SCHOLZ, 2013). A entrevistada afirmou que ainda atua na produção com os demais cooperativados, bem como que a sua gestão possui como característica a igualdade entre os membros:

Então. Da diretoria, nós somos sete no administrativo, são três diretores. Então eu sou a presidente, o [...], ele é o administrativo, e a [...], ela é diretora de produção. Mas a gente faz uma gestão onde todo mundo faz tudo. Então [...] o [...], ele é o administrativo, mas ele também vai para a rua buscar recursos. Eu sou a presidente, faço parte da produção também, ajudo na limpeza, na organização. Vou para a rua também. A gente desmistificou essa história de direção, entendeu? Essa administração aqui é um lugar que às vezes eu subo uma única vez na semana, não subo aqui em cima, entendeu? A gente desmistificou essa pose, essa vaidade, de diretor. A gente sabe que somos diretores porque de vez em quando tem que assinar um documento, tem que representar. Mas no dia a dia, todo mundo é parte do coletivo da cooperativa, está entendendo? [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

No tocante à tomada de decisão democrática, a presidente afirmou buscar realizar reuniões como forma de fortalecer o compartilhamento e a autogestão da organização:

Então. Aí eu me policio para não tomar decisão. Eu me policio muito. Me policio muito para dividir tudo o que acontece aqui dentro, entendeu? [...] Eu chamo meu administrativo. Estou com qualquer problema eu chamo meu administrativo. [...] Quando sai reunião do administrativo, sai reunião do coletivo, entendeu? Geralmente a reunião do coletivo é para você reforçar sobre limpeza porque parece que você fala hoje, mas amanhã tudo se esquece, entendeu? Aí você dá aquela chamada, dá aquela reforçada e aí fica tudo no prumo. Daqui a pouco desanda. Então tem que ter uma reunião no mês para você reforçar os objetivos, você está entendendo? Isso é importantíssimo. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

Porém, os ideais democráticos e de solidariedade ainda não pareceram estar consolidados na organização pesquisada. De acordo com a entrevistada, ainda é necessário realizar um esforço e “se policiar” para que as decisões não sejam tomadas de forma monocrática ou apenas pelo núcleo da diretoria. Além disso, a despeito do aparente compartilhamento de decisões e da afirmação de igualdade entre os membros, foi possível denotar, na mesma entrevista, que dentre as atividades cotidianas da presidente existe a prática de ordenar o trabalho dos catadores:

Então eu chego para a produção, a primeira coisa que eu faço é eu ir lá atrás na rampa. [...] Trabalhar com eles, mostrar como que eu quero hoje o trabalho. [...] Aí eu vou lá fora dizer como que eu quero o trabalho hoje, porque dependendo do que eu recebi, é que eu vou dar a coordenada. [...] Então, eu dou prioridade a bater o material com rapidez estabelecendo meta. Hoje eu cheguei lá fora, tinha dois caminhões [...]. Então eu falei para eles: “até meio-dia eu quero as duas rampas limpas”. São 11:30 e as rampas ainda não estão limpas. Então eles só param quando a rampa está limpa. Por que é que a rampa tem que estar limpa meio-dia? Porque meio-dia chegam dois caminhões. [...] Então vou lá fora, dou a coordenada para os quatro que são do pátio, são quatro homens no pátio, passo para eles a coordenada, entram. Venho nas meninas do plástico, que são na esteira. Dou uma animada na produção: “gente, vamos embora. Está chegando dezembro. Ó, agilidade. Eu quero resultado”, entendeu? Não quero... “não quero nada estacionado”. Mostro para eles tipo assim: “hoje ela está com a corda toda”. E aí eu venho para a cozinha. Porque ali na cozinha eu consigo fazer as coisas sem me sacrificar tanto, entendeu? [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

Tal forma de ordenamento das atividades afasta a organização da autogestão. O controle ainda é exercido pela presidente, que designa atribuições e realiza o papel de estimular os cooperativados para que aumentem o ritmo da produção. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa realizada permitiu constatar que, apesar da classificação obtida a partir da análise dos dados quantitativos, a liderança encontrada na organização COOPFUTURO ainda

apresenta aspectos que a afastam de um perfil puramente solidário, visto que apresenta características que distanciam do tipo ideal apontado por Veronese e Scholz (2013).

Mais uma evidência das relações híbridas é o fato de que, para os cooperativados, a presidente parecer se encontrar em uma posição de superioridade em relação aos demais membros:

Olha, eu vou falar para você, é uma coisa que até assim, muitas vezes eu tenho que policiar. Mas eles me idolatram, tipo assim, eles me estragam. Eu estive operada, então não conseguia comer muita coisa, não conseguia beber muita coisa. Aí eu via eles pegarem o pagamento deles, tinha dia que era quatro garrafas de água de coco. E aí eu tinha que falar: “olha, não quero que tragam água de coco para mim, não quero. Vai comprar o leite dos seus filhos. Não quero”. Entendeu? [...] Então assim, eles são muito... se eu não me policiar, eu só tenho quatro anos de gestão. Eu já tenho seis afilhados deles. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

Entretanto, como bem alertaram Veronese e Scholz (2013), a construção de uma liderança solidária é, na verdade, um processo constante e não linear, podendo-se, em cada realidade estudada, contatar-se avanços ou retrocessos no alcance da solidariedade. Segundo afirmam: “Modos diversos de liderança coexistem, sustentados por lógicas de relacionamento híbridas e não lineares” (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 61).

Deve-se considerar que a sustentabilidade da COOPFUTURO foi classificada como favorável no radar das organizações e que o perfil de liderança apresentou aproximação com o perfil solidário. Os desafios identificados na COOPFUTURO são reflexos, em parte, das dificuldades enfrentadas pelo programa de coleta seletiva, os quais se refletem em desafios que podem ser superados a partir de iniciativas a ser tomadas pela diretoria.

Nesse sentido, a entrevistada apontou a necessidade de melhoria das ações do poder público municipal para o consequente aprimoramento da produção e o aumento da sustentabilidade da organização. De acordo com a entrevistada:

Olha, a primeira coisa que eu acho que deveria melhorar e que teria que melhorar seria a prestação de serviço por conta do município sim. [...] A segunda parte que eu acho que deveria acontecer seria a contratação de catadores, tanto para o recolhimento dessa questão da coleta seletiva [...]. Que ninguém melhor para conscientizar em prédios e em condomínios e em colégios do que a pessoa interessada no resíduo. [...] Porque ninguém mais conhece que o catador. [ENTREVISTADA E, representante da Cooperativa COOPFUTURO, 2017].

A catadora destacou aspecto já abordado e reconhecido pelo Entrevistado A: a necessidade de investimento em educação ambiental, a qual poderia gerar reflexos no índice de sustentabilidade das organizações, principalmente no que diz respeito à taxa de recuperação de recicláveis e à redução da taxa de rejeitos. A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa da organização Recicla Mais.

4.1.3 - Cooperativa Recicla Mais Zona Oeste

A terceira organização pesquisada foi a Cooperativa Recicla Mais Zona Oeste, fundada no ano de 2014 e localizada no bairro de Bangu, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A cooperativa funciona dentro de antigo galpão da COMLURB e abrigava, no período da entrevista, 34 cooperados, que auferiam uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).

Após conhecer os aspectos gerais acerca da cooperativa, foi aplicada a metodologia FUNASA (2017) para conhecer o índice de sustentabilidade da organização, conforme a tabela que segue:

Tabela 18- Índice de sustentabilidade de organizações de catadores - Recicla Mais/Rio de Janeiro

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	52,63%	Favorável	0,5263	0,84	0,442092
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	20%	Muito Desfavorável	0,2	0,84	0,168
ISOC 3	Qualidade das parcerias	100%	Muito Favorável	1	0,71	0,71
ISOC 4	Diversificação de parcerias	18,18%	Muito Desfavorável	0,1818	0,66	0,119988
ISOC 5	Renda média por membro	1,49	Favorável	0,75	0,95	0,7125
ISOC 6	Relação entre gêneros	75%	Favorável	0,75	0,74	0,555
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	100%	Muito Favorável	1	0,84	0,84
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 10	Rotatividade	28,57%	Favorável	0,7143	0,80	0,57144
ISOC 11	Benefícios aos membros	57,14%	Favorável	0,5714	0,79	0,451406
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	50%	Desfavorável	0,5	0,74	0,37
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,05%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,2225
ISOC 15	Taxa de Rejeito	40,38%	Muito Desfavorável	0,5962	0,87	0,518694
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	0	Muito Desfavorável	0	0,74	0
ISOC 17	Produtividade por catador	2,65	Favorável	0,75	0,84	0,63
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	100,00%	Muito Favorável	1	0,89	0,89

ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	57,14%	Desfavorável	0,5714	0,89	0,508546
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	44,44%	Desfavorável	0,4444	0,87	0,386628
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	0%	Muito Desfavorável	0	0,87	0
Total					17,37	9,883451
Índice de Sustentabilidade	0,563431	Favorável				

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A Recicla Mais Zona Oeste obteve índice de sustentabilidade de 0,58, considerado favorável no Radar da Sustentabilidade. Dentre os 21 indicadores calculados, 10 foram considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis, conforme a análise que segue.

Tal qual ocorreu nas organizações anteriormente estudadas, os valores relativos à adesão da população (ISOC 13) eram desconhecidos pela entrevistada, resultando em um indicador avaliado como muito desfavorável.

Devem ser analisados, ainda, os sete indicadores que, após calculados, foram avaliados como muito desfavoráveis. O primeiro deles diz respeito aos instrumentos legais na relação com a prefeitura (ISOC 2). A Recicla Mais informou somente possuir um dos cinco itens indicados: o alvará de funcionamento da organização. Tal aspecto, por sua vez, demonstra a ausência dos requisitos legais e fiscais para a prestação de serviço de coleta seletiva para a administração municipal. Deve-se destacar que a pesquisa realizada constatou a existência de parceria entre a Prefeitura e a cooperativa. Contudo, no Rio de Janeiro, não há contrato com repasse financeiro para a operacionalização da coleta seletiva, mas sim o apoio no que tange à estrutura física dos galpões e à doação do material proveniente da coleta seletiva. A classificação muito desfavorável atribuída ao ISOC 2 indica que a organização não estaria apta à prestação de serviço de coleta seletiva para as administrações municipais, enfrentando entraves burocráticos que impediria a contratação.

A diversificação das parcerias (ISOC 4) também se mostrou muito desfavorável. A cooperativa pesquisada afirmou ter apenas duas parcerias (com poder público municipal e empresas privadas), resultando em uma avaliação muito desfavorável equivalente a 18,18%. Tal aspecto demonstra a baixa capacidade de articulação da organização, sendo reduzida a sua possibilidade de viabilizar recursos financeiros e institucionais.

No que tange à produção, os indicadores, igualmente, não se mostraram favoráveis. A taxa de recuperação de recicláveis (ISOC 14) alcançou apenas 0,05%, sendo considerado muito favorável apenas quando o valor atinge percentual igual ou superior a 25% (como exposto anteriormente), o que demonstra a baixa eficiência do sistema de coleta seletiva.

A taxa de rejeito (ISOC 15) foi elevada, chegando a 40,38% na Recicla Mais, quando somente seria considerado muito favorável se atingisse um valor até 5%. O resultado desse indicador foi confirmado na pesquisa qualitativa realizada, visto que a presidente da organização expressou os problemas enfrentados em virtude da quantidade de rejeitos que chegava com o caminhão da coleta seletiva e eram descarregados na cooperativa: “Pronto. Só rejeito. Tá? É rejeito. Rejeito, rejeito, rejeito. [...] não tem mais nada aí”. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

Além desses fatores, outro aspecto que reduz a produtividade na organização é a autossuficiência de equipamentos e de veículos (ISOC 16). A organização afirmou não possuir equipamento ou veículo próprio, o que revela a sua ausência de autonomia operacional e, conseqüentemente, um contexto muito desfavorável.

O mesmo cenário foi encontrado no ISOC 21, visto que, no que tange ao uso de equipamentos individuais, a presidente afirmou que nenhum dos cooperados utiliza o EPI de forma adequada, estando expostos a riscos de acidentes de trabalho nas atividades de coleta e de triagem.

No que se refere aos indicadores considerados desfavoráveis, tem-se a diversificação de atividades e serviços (ISOC 12). Conforme a FUNASA (2017), esse indicador mede a capacidade operacional e organizacional, indicando a possibilidade de

ampliação da autonomia da organização. Para a sua medição, são consideradas as atividades e os serviços realizados pela organização, listando-se oito itens desejáveis⁶⁷. A cooperativa Recicla Mais, entretanto, somente afirmou realizar quatro dentre os aspectos indicados: a coleta, a triagem, a promoção de educação ambiental e o reaproveitamento de materiais recicláveis. A organização não realiza, por exemplo, a prestação de serviço a empresas, o que foi informado como fonte de renda complementar pelas outras organizações pesquisadas.

Os indicadores ISOC 19 e 20 foram, igualmente, considerados desfavoráveis. Ambos guardam relação com a saúde do trabalhador. No caso do ISOC 19, condições ambientais de trabalho, 12 dentre os 21 itens desejados foram informados⁶⁸. Já no ISOC 20 (saúde e segurança do trabalhador), quatro dentre os nove aspectos desejados não foram informados: recolhimento de INSS dos cooperados; registro e atendimento aos acidentes de trabalho; implantação de dispositivos de proteção contra acidentes físicos provocados por máquinas e equipamentos e realização de exames médicos admissionais e periódicos.

De forma geral, a maior parte das dificuldades da organização Recicla Mais estão relacionadas com os indicadores de eficiência operacional: quatro dos cinco indicadores que compõem esse aspecto foram considerados muito desfavoráveis.

Deve-se ressaltar que o enfrentamento desses desafios, especificamente, guarda relação com o aprimoramento do programa de coleta seletiva municipal, a exemplo do aumento da adesão da população e da taxa de recuperação de materiais recicláveis, bem como da redução da taxa de rejeitos. Tratam-se de problemas relacionados com a necessidade de ampliação do número de residências que realizam a segregação dos recicláveis e com a

⁶⁷ Aspectos desejável pela FUNASA (2017) para o cálculo do ISOC 12: coleta de materiais recicláveis; triagem; promoção de educação ambiental; prestação de serviço a empresas; aproveitamento artesanal de resíduos; reaproveitamento de materiais recicláveis e beneficiamento de materiais e reciclagem de resíduos.

⁶⁸ A organização Recicla Mais indicou não possuir controle periódico de ratos, moscas e baratas, sistema de alarme e sinalização indicadora de extintores de incêndio; barreiras de prevenção de acidentes; medidas de controle de odores incômodos; barreira para evitar risco de quedas de plataformas e mezaninos; moinho para vidro e separação e isolamento de produtos tóxicos.

melhoria da qualidade da segregação realizada não somente nas organizações de catadores, mas, principalmente, na fonte geradora. A síntese das dificuldades se encontra apresentada no quadro que segue:

Quadro 20 – Resumo das dificuldades constatadas na cooperativa Recicla Mais/Rio de Janeiro

Organização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
Recicla Mais/ Rio de Janeiro	ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	Muito Desfavorável	Legal/institucional
	ISOC 4	Diversificação de parcerias	Muito Desfavorável	
	ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	Desfavorável	Organizacional
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavorável	Eficiência Operacional
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavorável	
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Muito Desfavorável	
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	Muito Desfavorável	
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	Desfavorável	
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	Desfavorável	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	Muito Desfavorável	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Outros aspectos, por sua vez, devem ser destacados como dificuldades que dependem, diretamente, da atuação da diretoria da organização, sendo eles: legal/ institucional; organizacional e condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador. Nesse sentido, observando-se os indicadores presentes no quadro acima, é possível constatar que melhorias relacionadas à diversificação de parcerias e de atividades realizadas pela cooperativa podem ser alcançadas a partir de ações estratégicas da diretoria e da ampliação da rede de relações estabelecidas por esta. No

mesmo sentido, questões ligadas às condições ambientais de trabalho, à saúde e segurança do trabalhador, bem como ao uso dos equipamentos de proteção individual são fatores que devem ser aprimorados a partir da atuação dos membros que estão à frente da diretoria.

Diante do exposto, os resultados coletados na pesquisa colocam a organização em um contexto favorável, porém apresentando dificuldades que se relacionam tanto a desafios associados ao programa de coleta seletiva municipal, quanto a aspectos ligados à organização interna da cooperativa. Nesse sentido, torna-se importante investigar o trabalho desempenhado pela líder da organização, investigando o seu perfil, bem como a relação deste com o cenário interno visualizado. A fim de realizar este estudo, foi utilizada a mesma metodologia aplicada nas organizações anteriores, obtendo-se os resultados que seguem:

Tabela 19 – Análise do perfil da liderança - Recicla Mais/Rio de Janeiro

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	1,49	Favorável	0,75	0,95	0,7125
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	57,14%	Desfavorável	0,5714	0,89	0,508546
		Total			3,53	2,911046
Classificação da Liderança						
0,824659			Liderança Solidária			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

O resultado obtido na cooperativa Recicla Mais, igualmente, aponta para a aproximação com um perfil de liderança solidária. Dentre os indicadores utilizados para realização desta análise, somente as condições ambientais de trabalho se mostraram desfavoráveis. A renda média foi considerada favorável e a autogestão e a participação em reuniões muito favoráveis. Deve-se

compreender, entretanto, se tal resultado pode ser confirmado a partir da pesquisa qualitativa realizada.

A existência de uma liderança tradicional foi afastada não somente após o cálculo dos indicadores, mas também por aspectos evidenciados na pesquisa de campo. Um deles é o fato de que a atual diretoria tinha sido recentemente constituída após conflitos com a gestão anterior. Conforme relatado, novas eleições ocorreram em virtude da insatisfação dos membros com as medidas autoritárias e com a baixa transparência por parte da antiga diretoria. Conforme a entrevistada:

Aqui desde o começo já havia conflitos, não é. [...] Acho que o maior, um dos maiores conflitos aqui é porque tem muitas pessoas que viveram a vida inteira num lixão, não tem estudo. Então, isso dificulta muito o nosso raciocínio [...]. Eles já chegaram...os outros que faziam parte da diretoria, eles já chegaram aqui nunca esconderam para a gente quem eles eram, não é, depois [...]. Sempre foram autoritários. No meu parecer, sempre roubaram, sempre mexeram no que é dos outros. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

Outras evidências de que os procedimentos adotados pela antiga diretoria se aproximavam de uma liderança autoritária foram destacadas pela entrevistada:

[...] a gente sempre batia de frente com eles, para clareza, a gente querer nota fiscal, tudo isso direitinho. Eles nunca deram. E quando davam era a nota daqui, que para mim não vale nada. [...] E nunca tivemos acesso ao escritório, a saber o que saía. A gente via entrar muito material, só que o valor nunca... era sempre aquele valor fixo ali, nunca mudava nada. E a gente batia muito de frente com isso, questionava muito a eles isso, só que eles falavam que era eles, que a gente não tinha nada a ver com isso, quem mandava é eles e ponto final. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

A entrevistada, por sua vez, ressaltou que as características de organizações autogestionárias são justamente a transparência e o compartilhamento das decisões:

O nosso trabalho era produzir, o deles era pagar, fazer o pagamento, já que eles eram os chefes. Que é chefe. E a gente sempre falou que isso aqui é a cooperativa, cooperativa todos mandam, todos interferem. Isso aqui não é empresa. Empresa, você paga um funcionário que você quer, claro com base num salário mínimo. Mas, você paga o que você quer, ele aceita se quiser. Cooperativa não, tem suas regras e ninguém é patrão. Claro que tem pessoas que fazem a gestão, que fazem tudo andar, mas é tudo dividido igualmente. Não tem que ter diferença. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

A atual presidente realizava a catação em lixão da cidade, evidenciando, em sua fala, as dificuldades vivenciadas pelo catador que não participa de organizações autogestionárias:

E foi assim que eu conheci o aterro. Aí ia, voltava. Ia, voltava. Trabalhava fora, voltava. Mas, a minha história mais ou menos foi essa, de briga com família, pela minha família não aceitar o pai dela. Eu vim para o Catiri, morava em Cosmes, aí vim para o Catiri, conheci o Catiri. No começo, eu chorava dia e noite. Porque você já foi em um lixão? [...] É horrível. O primeiro dia que eu fui – não sei se as meninas foram assim –, eu só chorava. Entrei em desespero, eu chorava desesperada com aquele... que... ó gente, é muito feio, entendeu. Aqueles urubus. Então, eu só chorava, chorava, chorava. Mas, foi o que eu tinha escolhido para a minha vida, não é? [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

As afirmações da entrevistada F demonstram que a sua compreensão acerca da autogestão se aproxima do ideal solidário. Em virtude dessa percepção e diante dos fatos narrados, a atual diretoria encarou o desafio de assumir a condução da organização, inserindo um novo padrão de atuação. Para ela, o funcionamento de uma organização depende da existência de um líder com capacidade de diálogo:

Eu acho que um líder, em primeiro lugar, ele precisa saber falar. Um líder não precisa ser autoritário, ele não precisa

impor nada. A forma de... eu costume dizer, a forma de você falar, você ganha tudo. [...] nunca perder a sua serenidade, ter pulso firme sim, mas saber se expressar e saber falar com as pessoas. Eu acho que a primeira coisa de um líder é isso. E nunca ficar em cima do muro. Não tem essa, está errado, está errado. Se entre dois... tem duas pessoas, você nunca pode dizer, “o...”, “não, você está errado”. Porque para a gente aprender, a gente precisa entender que está errado. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

Tal constatação guarda correspondência com os resultados obtidos nos indicadores ISOC 7 e 9 (referentes à autogestão e à participação em reuniões, respectivamente). O fato é que a consciência da presidente acerca da necessidade do diálogo e a experiência da gestão anterior caracterizada pela ausência do compartilhamento de decisões pautaram a atuação da nova liderança.

Entretanto, a entrevistada destacou que, pelo histórico da organização, ainda existe, perante a sua gestão, uma desconfiança dos demais membros. Diante disso, os esforços pela concretização e pela transparência têm sido aliados no enfrentamento dessa dificuldade:

Assim, a maioria eu me relaciono bem e tenho um relacionamento bom. [...] Ainda há desconfiança, porque vai haver sempre, não adianta, ser humano. Mas, a gente deixa, nota, a gente chama o conselho fiscal para fazer o finalzinho, para fazer pagamento. Todo mundo sabe o que entra e o que sai. [...] Todos eles sabem número de comprador, sabe endereço. Porque antes a gente não sabia, [...]. Hoje em dia tem. A gente passa, “vamos trocar de comprador, o número é esse daqui, o comprador é tal, o CNPJ dele é tal. O que você quiser investigar dele, se você quiser ligar para ele e conversar com ele para saber do preço, para saber o...”. O que está entrando a gente sabe, o que sai dali o pessoal sabe. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

Deve-se destacar que, a despeito dessa consciência, em alguns momentos da entrevista a liderança exercida se afastou do perfil solidário, visto que, a partir da pesquisa realizada, foi possível denotar que as decisões ainda vêm sendo tomadas de forma centralizada, o que afasta a sua efetivação:

Senta nós quatro [...] a gente conversa, entra em acordo e repassa para eles. Ou algumas coisas não, algumas coisas nós botamos em votação, “ó, vamos trabalhar tal dia? Vamos fazer isso aqui, vocês concordam? Vamos vender material para tal comprador? O número está aqui, o endereço, vocês querem que... vai ser um valor a mais. Concordam?”, “concordamos”. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

A presidente demonstrou adotar uma postura de proximidade com os demais membros, realizando ações de gestão, mas também atuando na produção. Essa postura, por sua vez, poderá, futuramente, contribuir com o aumento da confiança mútua, estando a liderança entrevistada em diálogo e operacionalizando o processo produtivo igualmente com os demais associados (VERONESE; SCHOLZ, 2013). Assim respondeu a entrevistada ao ser questionada acerca das suas atividades diárias na organização:

Todos os dias? Trabalho aqui e lá dentro. A gente nunca deixa de ir lá para dentro. [...] Eu boto o meu uniforme, vou lá para dentro. Ou vou para a praça, bater material na praça ou vou para esteira bater material na esteira. [...] Na praça tria material para mandar para a esteira. [ENTREVISTADA F, representante da Cooperativa Recicla Mais, 2017].

Pelo exposto, foi possível denotar a existência de três organizações classificadas como favoráveis após a aplicação da metodologia da FUNASA (2017), as quais demonstraram dificuldades associadas às deficiências do programa operacionalizado pelo ente municipal.

Todas elas são lideradas por mulheres que se aproximam do perfil de liderança solidária. Ao longo da pesquisa,

contudo, foi possível constatar características que ora aproximam, ora afastam as lideranças da organização do perfil solidário. A pesquisa qualitativa ratificou, de forma geral, os resultados obtidos a partir do cálculo dos indicadores e da classificação no radar da liderança. Assim, foram observadas lideranças mais próximas ao ideal solidário, as quais se constituíram, nos três casos, a partir do rompimento com estruturas tradicionais anteriores.

Os dados apresentados até o momento permitem concluir que, no caso do Rio de Janeiro, considerando um mesmo contexto institucional entre organizações de catadores e poder público municipal, há uma tendência de que as organizações possuam capacidade de inclusão diversa (quando essa for medida a partir da sua sustentabilidade) e desafios múltiplos.

A tabela que segue demonstra que as três organizações apresentaram índice de sustentabilidade favorável. Contudo, deve-se destacar que a COOPFUTURO apresenta ISOC mais próximo da condição ideal considerada muito favorável pela FUNASA (2017), possuindo índice mais elevado (0,71) em relação às demais organizações.

As três lideranças foram classificadas como “solidárias”. Entretanto, algumas apresentaram maior aproximação com a liderança solidária, sendo elas a COOPFUTURO e a Transformando, ou seja, justamente aquelas que mais se aproximaram de um cenário de sustentabilidade interna “muito favorável”.

Além disso, deve-se analisar o segundo elemento indicado na hipótese deste trabalho como aspecto que poderia influenciar na sustentabilidade da organização: as parcerias firmadas. Para tanto, será considerado o indicador que reflete sobre tal aspecto: o ISOC 4 (Diversificação de parcerias), conforme a tabela que segue:

Tabela 20 – Relação entre Sustentabilidade da organização, perfil da liderança e diversificação de parcerias – Cooperativas do Rio de Janeiro/RJ

Indicador	Cooperativa					
	COOPFUTURO		Transformando		Recicla Mais	
Perfil da Liderança	0,8671	Solidária	0,8360	Solidária	0,8246	Solidária
ISOC 4 (Diversificação de parcerias)	54,54%	Favorável	27,27%	Muito Desfavorável	18,18%	Muito Desfavorável
Resultado do índice	0,7167	Favorável	0,6602	Favorável	0,5634	Favorável

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A partir da análise da tabela acima, é possível denotar que não apenas o perfil da liderança influencia no resultado obtido pelas organizações, mas, igualmente, a diversificação das parcerias existentes: a organização que indicou possuir o maior número de parcerias foi, justamente, a organização que obteve maior índice de sustentabilidade.

Nesse sentido, considerando a hipótese que motivou o presente estudo, conclui-se que, em um mesmo contexto e diante de uma mesma relação entre poder público e organizações de catadores, essas possuem diferentes capacidades de inclusão, podendo apresentar distinções em função do perfil da liderança que conduz as suas atividades e da diversificação de parcerias. No caso do Rio de Janeiro, quanto mais próximo da concretização de uma liderança solidária e maior a diversificação de parcerias, maior foi a capacidade de inclusão apresentada pela organização.

4.2 O contexto das organizações de catadores de Curitiba/PR

Na cidade de Curitiba, a pesquisa foi realizada em duas associações de catadores participantes do Programa Ecocidadão. No momento da realização da pesquisa, 22 organizações participavam do programa, o que representa um contexto vasto e diverso de associações a ser pesquisadas. Dessa forma, foi neces-

sário obter indicação da gestora do programa, a fim de escolher duas organizações para a realização da pesquisa. Para a escolha, solicitou-se que fossem apontadas organizações que: (a) participassem do Programa Ecocidadão e (b) fossem consideradas mais estruturadas e organizadas. Tais critérios possibilitaram observar os desafios enfrentados por essas organizações consideradas de sucesso na realidade de Curitiba. Nesse sentido, foram indicadas a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba – Mutirão – e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbélia.

4.2.1 - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba – Mutirão

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba – Mutirão – localiza-se no bairro Sítio Cercado, Regional Bairro Novo, na cidade de Curitiba. Na ocasião da pesquisa, foram realizadas duas entrevistas com representantes da organização, sendo eles os entrevistados L⁶⁹ e M⁷⁰, antigo e atual presidentes da associação, respectivamente.

De acordo com a entrevistada L, a organização funciona desde 2003, tendo sido fundada com apoio da Igreja Católica. A partir de sua inserção no programa, em 2015⁷¹, passou a funcionar em galpão construído no contexto da parceria da Prefeitura de Curitiba com o BNDES.

A organização contava, à época da pesquisa, com 38 membros, que recebiam, aproximadamente, R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).

A despeito do reconhecimento pela entrevistada G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, de que a Mutirão se configura como uma das organizações mais bem sucedidas do programa, tornava-se necessário aplicar a metodologia da FUNASA (2017) para conhecer a associação

⁶⁹ Entrevistada L: ex-presidente da Associação Mutirão. Entrevista realizada em janeiro de 2018.

⁷⁰ Entrevistado M: presidente da Associação Mutirão. Entrevista realizada em janeiro de 2018.

⁷¹ Contrato de Prestação de Serviço nº 21944. Publicado no Diário Oficial do Município nº 44 da Prefeitura Municipal de Curitiba em 23/04/2015.

a partir do seu contexto de sustentabilidade. Os resultados do cálculo dos indicadores e do índice de sustentabilidade da associação Mutirão se encontram na tabela que segue:

Tabela 21 – Índice de sustentabilidade de organizações de catadores – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba - Mutirão/ Curitiba

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	88,88%	Favorável	0,8888	0,84	0,75
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	80%	Favorável	0,8	0,84	0,67
ISOC 3	Qualidade das parcerias	87,5%	Muito Favorável	0,875	0,71	0,62
ISOC 4	Diversificação de parcerias	81,81%	Muito Favorável	0,8181	0,66	0,54
ISOC 5	Renda média por membro	1,36	Favorável	0,75	0,95	0,71
ISOC 6	Relação entre gêneros	100%	Muito Favorável	1	0,74	0,74
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	100%	Muito Favorável	1	0,84	0,84
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 10	Rotatividade	5,26%	Muito Favorável	0,9474	0,80	0,76
ISOC 11	Benefícios aos membros	35,71%	Desfavorável	0,3571	0,79	0,28
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	62,50%	Favorável	0,625	0,74	0,46
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0,00
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,15%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,22
ISOC 15	Taxa de Rejeito	14,28%	Desfavorável	0,8572	0,87	0,75
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	37,5%	Desfavorável	0,375	0,74	0,28

ISOC 17	Produtividade por catador	1,32	Desfavorável	0,5	0,84	0,42
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	100,00%	Muito Favorável	1	0,89	0,89
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	78,94%	Favorável	0,7894	0,89	0,70
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	77,77%	Favorável	0,7777	0,87	0,68
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	100,00%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
Total					17,37	12,87
Índice de Sustentabilidade		0,740918		Favorável		

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A organização de catadores pesquisada obteve índice de sustentabilidade favorável e igual a 0,7409. Dentre os 21 indicadores calculados, quatro foram considerados desfavoráveis e dois muito desfavoráveis, dentre esses, o ISOC 13 não foi calculado por ausência de informação.

O ISOC 14, por sua vez, que corresponde à taxa de recuperação de materiais recicláveis foi considerado muito desfavorável por alcançar apenas 0,15%. Para a FUNASA (2017), considera-se muito favorável uma taxa igual ou superior a 25%. De forma relacionada a esse indicador, o ISOC 15, correspondente à taxa de rejeito, foi considerada desfavorável, atingindo 14,28% em relação ao material destinado à coleta seletiva. Para ser considerado muito favorável, o ISOC 15 deveria atingir valor menor ou igual a 5%. Este percentual calculado aponta a ocorrência de dificuldades na separação dos resíduos na fonte geradora e na triagem. Tal aspecto se relaciona com a necessidade de promoção de ações de educação ambiental, como forma de possibilitar melhor qualidade da separação, diminuindo, por consequência, o volume de rejeito, conforme destacado pelo IPEA (2013, p. 15):

Para obterem êxito, os programas de coleta seletiva dependem em grande medida da separação prévia dos resíduos na fonte geradora, evitando a presença de contaminantes nos materiais recicláveis, o que diminui os níveis de rejeitos no material coletado seletivamente, aumentando, assim, o valor

dos materiais recuperados e reduzindo os custos desta modalidade de coleta (IPEA, 2011). Neste contexto, as ações de educação ambiental são fundamentais para a conscientização da população.

Como foi destacado pela entrevistada G, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, a Prefeitura de Curitiba, reconhecendo a importância da realização de campanhas educativas, havia retomado a campanha SE-PA-RE, a fim de incentivar a segregação de material reciclável na fonte geradora.

Contudo, a elevada taxa de rejeitos também pode guardar relação com a autossuficiência de equipamentos e veículos (ISOC 16) da organização. De acordo com a FUNASA (2017), quanto mais autossuficiente for a organização, em termos de equipamentos e veículos, maior será a capacidade de se manter operando, podendo aprimorar o seu processo de triagem. De acordo com a pesquisa realizada, a associação Mutirão alcançou 37,5% de autossuficiência, indicador considerado desfavorável quando comparado ao percentual maior ou igual a 80% que seria considerado muito favorável. A organização Mutirão afirmou possuir 24 equipamentos, sendo apenas nove de propriedade da associação. Para Silva (2017, p. 28), a garantia da eficiência em organizações de catadores está relacionada com a existência de infraestrutura adequada à produção, bem como com a existência de equipamentos:

A literatura especializada aponta que, para alcançar bons níveis de eficiência, os empreendimentos de catadores necessitam de um conjunto de infraestrutura e equipamentos que é fundamental para o exercício de sua atividade, tais como: sede própria, barracão com espaço adequado para triagem e armazenamento dos resíduos, caminhão para a coleta seletiva e transporte dos resíduos, telefone, computadores com acesso à internet, mesas e bags para triagem, prensas para comprimir os resíduos, carrinhos manuais para transporte, entre outros (...). O acesso diferenciado a esse conjunto de fatores implica resultados econômicos diferentes no final do exercício.

O resultado obtido com o cálculo do ISOC 16 indica a baixa autonomia operacional da organização. Tal aspecto é responsável, muitas vezes, pela fragilização da organização, na medida em que se reflete na produtividade e, conseqüentemente, na renda do catador.

A produtividade do catador (ISOC 17) – indicador que deve ser analisado em conjunto com a taxa de rejeitos encontrada – também foi considerada desfavorável. O ISOC 17 mede a eficiência média do trabalho de triagem e é calculado pela divisão entre a quantidade mensal média triada⁷² pelo número de catadores, devendo atingir valor maior ou igual a 3 kg/catador para ser considerada muito favorável. No caso da Mutirão, o indicador encontrado aponta uma produtividade de 1,32 kg/catador, o que pode estar relacionado com o sistema de triagem, a qualidade do material coletado, a faixa etária e as condições de saúde do trabalhador. A condição desfavorável deste indicador pode se relacionar com a taxa de rejeito calculada e promover um ciclo vicioso na produção: a inadequada separação dos materiais na fonte geradora do resíduo pode reduzir a produtividade do catador (demandando maior esforço na triagem) e essa baixa eficiência média do trabalho de separação pode gerar reflexos na taxa de rejeitos, visto que, com isso, parte do material reciclável pode ser destinada ao aterro sanitário.

No caso da Mutirão, todos os indicadores que contribuem com o estudo da eficiência operacional⁷³ foram considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis como acima relatados, demonstrando a necessidade de investimento e de aprimoramento do aspecto operacional da organização.

Por fim, o ISOC 11, relacionado com os benefícios oferecidos aos membros da organização, também foi considerado desfavorável. Dentre os 14 aspectos elencados como desejáveis pela FUNASA (2017)⁷⁴, a Mutirão informou preencher apenas

⁷² A quantidade mensal média triada é calculada considerando o total triado menos o rejeito.

⁷³ Os indicadores que compõem o bloco relativo ao aspecto operacional são: adesão da população, taxa de recuperação de recicláveis, autossuficiência de equipamentos e veículos e produtividade de catador.

⁷⁴ São aspectos considerados desejáveis pela FUNASA (2017): contribuição ao INSS; licença maternidade; férias remuneradas; pagamento equivalente ao 13^º

cinco: contribuição ao INSS, licença maternidade, conta bancária em nome do trabalhador, licença saúde e auxílio doença remunerados e apoio psicossocial. Deve-se, contudo, informar que, dentre as organizações pesquisadas, a Mutirão era a única a contribuir regularmente para o Instituto Nacional de Seguro Social com a previdência dos associados.

De acordo com a FUNASA (2017), o ISOC 11 mede a capacidade institucional, os benefícios sociais, a coesão entre os membros e o capital social da organização. Vale ressaltar que os aspectos desejáveis não se configuram como itens obrigatórios para uma associação, mas consistem em metas de organizações autogestionárias. Nesse sentido, quanto maior a capacidade de uma organização promover benefícios, maior será a possibilidade de garantir a qualidade de vida e a disposição para o trabalho.

Após a análise dos indicadores, é possível concluir que as dificuldades apresentadas pela associação Mutirão se concentram nos aspectos organizacional e da eficiência operacional, os quais se refletem na sustentabilidade da organização. Problemas operacionais e a existência de poucos benefícios ofertados ao catador são desestímulos para esses trabalhadores que “vivem em sua maioria no limite de suas necessidades básicas e contam apenas com a renda de seu trabalho para conseguir manter a si e suas famílias” (SILVA, 2017, p. 44). Desse modo, alguns não percebem as vantagens no trabalho realizado em organizações autogestionárias e não conseguem aguardar o tempo socialmente necessário para a viabilização de um empreendimento solidário, o que gera, conseqüentemente o retorno ao trabalho autônomo.

O quadro que segue apresenta, sinteticamente, as dificuldades constatadas durante a pesquisa realizada na cooperativa Mutirão:

salário; conta bancária em nome do trabalhador; vale transporte; licença saúde e auxílio-doença remunerados; apoio psicossocial; curso de alfabetização/matematização e/ou supletivo; prêmios de produtividade; convênio médico; auxílio creche; cesta básica/auxílio alimentação; repouso semanal remunerado (de preferência aos domingos).

Quadro 21 – Resumo das dificuldades constatadas na associação Mutirão/Curitiba

Orga-nização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
Mutirão/ Curitiba	ISOC 11	Benefícios aos membros	Desfavorável	Organiza-cional
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavo-rável	
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavo-rável	Eficiência Operacional
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Desfavorável	
	ISOC 16	Autossuficiência de equi-pamentos e veículos	Desfavorável	
	ISOC 17	Produtividade por catador	Desfavorável	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A partir do quadro acima, é possível denotar que as soluções de quatro das seis dificuldades observadas na associação Mutirão se relacionam diretamente com a necessidade de aprimoramento das ações desenvolvidas pelo poder público municipal. Desse modo, a promoção da adesão da população, o aumento da produtividade do catador e da taxa de recuperação de materiais recicláveis e, conseqüentemente, a redução da taxa de rejeitos dependem de estratégias municipais de fortalecimento do programa de coleta seletiva. Contudo, os benefícios oferecidos aos membros e a autossuficiência de equipamentos e de veículos são fatores que se relacionam de forma mais próxima com a atuação do líder, a exemplo da possibilidade de busca por novas parcerias, de captação de recursos por meio de projetos e da diversificação dos serviços ofertados.

Nesse sentido, após a análise da sustentabilidade da organização, foi realizada a análise do tipo de liderança exercido na associação, conhecendo a sua forma de atuação e o seu perfil a partir da metodologia anteriormente indicada. Durante a pesquisa, foi possível denotar que não há centralização do comando das atividades no presidente. As atividades são divididas com a antiga presidente (entrevistada L) que, no período da pesquisa, compunha o conselho fiscal. Esta, por sua vez, afirmou existir o compartilhamento da liderança entre os membros da diretoria.

Tal aspecto se mostrou positivo, embora ainda não indique a existência de uma liderança solidária. O fato é que “gerenciar uma cooperativa de catadores envolve controlar cada uma de suas atividades e as relações necessárias entre elas: organização do trabalho, estabelecimento de objetivos e metas, formulação de planos de trabalho e acompanhamento das ações” (SILVA, 2017, p.25). Para cumprir tais atividades, por vezes, os presidentes exercem uma atuação centralizadora, conduzindo a gestão da organização a um perfil tradicional. O compartilhamento de atividades existente na Mutirão apontou para a possibilidade de existência de um perfil de liderança mais próximo da solidariedade. A despeito deste indicativo, era necessário conhecer a realidade de forma mais aproximada. Aplicando-se a metodologia proposta para análise da liderança, evidenciou-se a presença de uma liderança próxima ao ideal solidário, conforme a tabela abaixo:

Tabela 22 – Análise do perfil da liderança - Mutirão/Curitiba

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	1,36	Favorável	0,75	0,95	0,71
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	78,94%	Favorável	0,7894	0,89	0,70
Total					3,53	3,105066
Classificação da Liderança						
		0,879622	Liderança Solidária			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Conforme a tabela acima, os indicadores considerados no estudo da liderança foram classificados como favoráveis ou muito favoráveis.

A renda média por membro da organização, no período da pesquisa, ficava entre 01 e 02 salários mínimos. Conforme relatado pela entrevistada L, membro do conselho fiscal, os

membros da associação são divididos em equipes, que realizam a triagem e a comercialização do material, retirando a renda mensal de acordo com o volume de material triado por cada uma. O valor proveniente do contrato com a Prefeitura é utilizado para a manutenção do barracão, sendo as contas devidamente apresentadas aos demais membros:

[...] a gente faz por produção. Como é rua, a gente usa o “Separe” como um complemento para a renda, ele é não é uma renda, ele é um complemento. O único que é renda é para quem faz só o “Separe”. [...] Daí quando chega, a gente tem prestação de contas está lá. “Entrou tanto, a gente gastou tanto e sobrou tanto. Foi feito tanto e a gente tem tanto no caixa”. Então hoje a associação, ela não tem um caixa zerado, ela tem um caixa que dá para qualquer emergência que vem, que nem agora vem uma documentação que a gente teve que pagar urgente que saiu o valor de todas elas 1.200 reais. A gente foi lá, ligou para o contador: “ó, a gente precisa de 1.200.”, e pá. Na hora. Então a gente tem essa facilidade hoje de estragou uma prensa, é mil reais o conserto, liga lá: “Zé, a gente precisa de mil”, na hora o dinheiro vem, que a gente sabe que tem esse dinheiro que você possa contar... Comprar bag, comprar luva. [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

A forma de remuneração estabelecida pela organização, de acordo com a entrevistada, estimula a produtividade e contribui com o compartilhamento de responsabilidades e, conseqüentemente, com a autogestão. Conforme a catadora L, as reuniões são realizadas com frequência, seja para dirimir conflitos internos, ou para deliberar aspectos relativos ao trabalho em grupo. Neste último caso, a presença de todos os membros é cobrada pela diretoria. A partir do relato da entrevistada, é possível denotar, contudo, que os membros da organização ainda não possuem a percepção acerca da importância da participação nas reuniões, estando presentes na entrevista indícios de que ainda vigora a imposição:

A reunião, a gente faz uma por semana para... a gente não deixa toda... direto, porque tem sempre muita gente traba-

lhando junto, dava muito conflito. Então toda sexta-feira é uma reunião. A gente tem uma conversa para discutir algumas coisas. A reunião mesmo que é da diretoria toda que é obrigado a vir que o grupo tem que estar todo presente é uma vez por mês. [...] Aí não pode faltar ninguém. A gente tem algumas advertências se a gente não... essa é obrigatória. [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

No que tange às condições de trabalho, considerada favorável a partir do cálculo do ISOC 19, foi possível denotar a ocorrência de melhorias em relação ao período em que a associação não fazia parte do Ecocidadão:

Até a gente chegar aqui foi uma luta enorme, nossa. Nós já estávamos largando os nossos barracos lá embaixo para a gente poder tomar a ação de vir para cá. Eu, a Luiza, Maria e mais alguns, mesmo quando chovia trabalhava embaixo da árvore, que onde era a prensa, não é? [...] A gente perdeu catador com pneumonia porque trabalhava o dia inteiro na chuva. Não foi um ou dois, a gente perdeu vários companheiros nossos nessa caminhada. A gente só veio para esse barracão mesmo quando a gente perdeu um companheiro que a gente mais admirava, que é o que iniciou o projeto, que era o falecido Luís. A gente trabalhou o dia inteiro num barro na água até o joelho, que alagava tudo. E brincando um com o outro. “Ah, Luís, que aí você vai para o médico primeiro?” e dois dias depois ele foi no hospital com uma pneumonia muito grave e acabou falecendo. Foi que a gente falou [...]: “não, agora a gente vai para o barracão, que a gente não quer perder mais companheiro.” Então quando a gente veio para esse barracão, a gente já veio com um sofrimento nas costas. Aí, hoje o que é que acontece? Você dá valor nesse espaço. Então qualquer coisa que estragou? “Ah, vamos arrumar, vamos correr atrás, vamos reformar”. [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

Conforme Veronese (2011), quanto mais próxima da apropriação dos pressupostos da economia solidária, maior a preocupação dos membros da organização com o bem-estar e a saúde

ocupacional, sendo buscadas soluções para questões relacionadas à saúde e à segurança no trabalho. No caso da organização Mutirão, a procura pela melhoria da infraestrutura física para a prática da atividade laboral pode ser percebida como atenção à saúde do trabalhador.

As melhorias das condições de trabalho ocorridas se relacionam com o ambiente físico de trabalho, mas, também, com o reconhecimento alcançado com a vizinhança e a redução do preconceito com os catadores. Como indicou a catadora, aos poucos os associados foram conquistando a confiança dos moradores do bairro. No que se refere ao contexto inicial, afirmou a entrevistada L:

Eles, você acredita que os vizinhos chegaram com o nariz tapado aqui dentro. Nem tinha material ainda, a gente estava começando. A mulher chegou com o nariz tapado dizendo que ela não conseguia comer, que o fedor ia lá. [...] Ainda tem. A gente tinha muito aqui no mercado. [...] Então quando catadores chegavam lá, os seguranças todos andavam atrás. Daí a gente foi lá conversar com o gerente, só que o gerente não estava sabendo dessa situação. [...] [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

No início do funcionamento da organização, a associação optou por construir um muro como estratégia para maquiar a aparência que poderia ser um fator incômodo para os moradores do bairro. Além disso, realizou a pintura da fachada do prédio:

É a aparência que incomodava. Daí a gente fez a pintura, a gente pegou uns meninos que... eles fazem esses trabalhos, falou: “a gente dá a tinta para vocês. Se a gente der a tinta, como é que faz?”. A gente ligou lá, a prefeitura mandou as tintas para a gente, a gente chamou, veio acho que uns 30 meninos, estava cheio. [...] E a ideia de fazer o muro agora é isso, fazer o muro, deixar uma coisa bonita para acabar esse negócio, porque o que a gente vê que o vizinho cobra é a aparência. Não o cheiro, porque muro não tapa cheiro. Então é a aparência. Só que em vez de a gente ficar brigando com o vizinho, a gente faz o contrário. Quando eles brigam a gente cumprimenta. Que você acaba conquistando... de certa

forma quer tudo na briga. Não é? Mas fora isso... [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

Deve-se destacar que a maior parte dos questionamentos foi respondida pela entrevistada L, ex-presidente da associação, atual membro do conselho fiscal e que demonstrava conhecer todos os aspectos relativos à organização e ao direcionamento das atividades. O entrevistado M, presidente da organização no período da entrevista, demonstrou não possuir desejo pelo exercício da liderança. Ao ser questionado sobre como se tornou líder, afirmou o catador:

Na verdade, foi por sorte, porque eu não queria nem ser presidente, na verdade. Eu queria ser mais catador. Mas daí por causa das documentações, tem a burocracia que tem, daí teve que achar um que estava com o nome mais limpo para poder mexer com a documentação. Eu me considero um associado que nem eles. É que ninguém é mais como é, não é? Então é tudo igual. [...] Eu separo material, preno, vou para a rua. [...] É a mesma coisa que todo mundo faz, a gente está no dia a dia fazendo. [ENTREVISTADO M, representante da Associação Mutirão, 2018].

Ao ser questionado sobre o papel do líder de uma associação, assim afirmou: “Tem que lutar junto com os outros, se não lutar com os outros, você não vai para frente. Daí assim que eles aprendem a respeitar também as normas, as outras pessoas”. [ENTREVISTADO M, representante da Associação Mutirão, 2018]. A entrevistada L, por sua vez, demonstrou ainda possuir posição de liderança na associação:

Entrevistadora: Era você e aí ficou o [...] (referência ao entrevistado M) no lugar [presidência]?

Entrevistada L: É, ficou o [...].

Entrevistadora: Mas hoje você ainda é quase uma presidente?

Entrevistada L: É, mais ou menos. [...] ele assina, mas continua e eu já estou na esperança de que na próxima eleição eu volte. [...] eu já estou desde acho 2013 ou 2014 já tocando. [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

A entrevista com a catadora L indicou não ter havido a alternância entre grupos na diretoria da organização. A despeito de ter ocorrido eleição, a pesquisa apontou a permanência de alguns membros na nova composição.

Para a catadora L, que já atuava na condução da associação desde 2013-2014, a liderança deve ser compartilhada com os demais membros no momento da tomada de decisão:

Eu acho que primeiramente assim, nunca fazer nada sozinho. Qualquer aprovação, qualquer coisa que se faça, desde uma pequena venda até uma grande venda, você tem que sentar com todo mundo. Sentar com todo mundo e decidir junto. Porque se der alguma coisa errada, o grupo fez. Qualquer decisão que não importa: “ah, vamos fazer uma festinha?”, chama todo mundo: “quando que vocês acham que é o melhor dia, como é que vocês querem fazer?”, procurar sempre fazer com a decisão do grupo qualquer coisa que você vai fazer, mas sempre com o grupo primeiro. [ENTREVISTADA L, representante da Associação Mutirão, 2018].

A despeito dessa visão voltada ao compartilhamento de decisões, foi possível constatar aspectos que afastam a atuação da diretoria e do presidente de uma liderança solidária, a exemplo da constatação de inexistência de alternância da composição da diretoria após a eleição.

4.2.2 – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbélia

A segunda organização pesquisada em Curitiba foi a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbélia, localizada no bairro de São Miguel, Cidade Industrial de Curitiba.

À época da pesquisa, contava com 24 associados que auferiam uma renda mensal de, aproximadamente, R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais). Dentre o total de membros, 21 eram mulheres. Tal característica, por sua vez, deve-se a uma opção feita pelo presidente (entrevistado N⁷⁵), o que se justifica por ser a mulher mais “caprichosa” para o trabalho:

⁷⁵ Entrevistado N: presidente da associação Corbélia. Entrevista realizada em janeiro de 2018.

No começo, quando nós inauguramos, quem veio para trabalhar, só veio mulher. Então veio pouco homem. E mulher eu acho que é mais você lidar com ela. E ela, bem diz o outro, é mais caprichosa, mais... que homem não tem de ficar limpando. Não dá. Então a mulher, ela capricha mais. E daí os homens não aguentam. <<risos>> Os homens não aguentam, já pegamos vários homens para trabalhar na esteira, eles não acompanham as mulheres para trabalhar. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

A associação foi fundada em 2014 e inserida no Programa Ecocidadão no ano 2015⁷⁶. A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa realizada na organização.

Tabela 23 – Índice de sustentabilidade de organizações de catadores – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbélia/Curitiba

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	100%	Muito Favorável	1	0,84	0,84
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	80%	Favorável	0,8	0,84	0,67
ISOC 3	Qualidade das parcerias	87,5%	Muito Favorável	0,875	0,71	0,62
ISOC 4	Diversificação de parcerias	36,36%	Desfavorável	0,3636	0,66	0,24
ISOC 5	Renda média por membro	1,36	Favorável	0,75	0,95	0,71
ISOC 6	Relação entre gêneros	100%	Muito Favorável	1	0,74	0,74
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	100%	Muito Favorável	1	0,84	0,84
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 10	Rotatividade	45,83%	Desfavorável	0,5417	0,80	0,43

⁷⁶ Contrato de Prestação de Serviços nº 22.098, celebrado entre o Município de Curitiba e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbélia.

ISOC 11	Benefícios aos membros	28,57%	Desfavorável	0,2857	0,79	0,23
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	37,50%	Desfavorável	0,375	0,74	0,28
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0,00
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,10%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,22
ISOC 15	Taxa de Rejeito	30%	Muito Desfavorável	0,7	0,87	0,61
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	0%	Muito Desfavorável	0	0,74	0,00
ISOC 17	Produtividade por catador	1,2	Desfavorável	0,5	0,84	0,42
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	83,30%	Favorável	0,833	0,89	0,74
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	68,42%	Desfavorável	0,6842	0,89	0,61
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	88,88%	Favorável	0,8888	0,87	0,77
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	100,00%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
Total					17,37	11,54
Índice de Sustentabilidade	0,664211457			Favorável		

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

O cálculo do índice, conforme expresso no quadro acima, denota a existência de um contexto favorável no que tange à sustentabilidade da associação Corbéia. Contudo, a análise dos indicadores permite observar a existência de desafios diversos. Conforme se apresenta acima, 10 indicadores foram considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis.

Dentre os indicadores muito desfavoráveis, assim como nas organizações até o momento analisadas, não foi possível obter

dados para o cálculo do ISOC 13. Outros indicadores, por sua vez, foram calculados e considerados muito desfavoráveis. Dentre eles, a taxa de recuperação de materiais recicláveis (ISOC 14) alcançou 0,10%, indicando que o sistema de coleta seletiva se mostra ineficiente no que diz respeito ao desvio dos resíduos secos do aterro sanitário.

De forma relacionada a essa realidade, a taxa de rejeitos (ISOC 15) também foi considerada muito desfavorável. A partir da informação obtida durante a pesquisa, foi possível denotar que 30% dos resíduos que chegam à organização são enviados para o aterro sanitário. Esse dado indica que uma considerável quantidade de materiais ainda chega à associação de forma misturada ao material reciclável. A taxa de rejeito calculada, que deveria ser igual ou inferior a 5%, evidencia a ineficiência do programa de coleta seletiva no que tange à separação realizada tanto na fonte geradora, quanto no galpão de triagem.

Outro aspecto considerado muito desfavorável foi a baixa autossuficiência da organização (ISOC 16). De acordo com o entrevistado, a associação dispõe de oito itens dentre equipamentos e veículos. Porém, nenhum deles pertence à organização. Esse fato indica, portanto, que a organização não possui autonomia operacional. Para que tal indicador fosse considerado muito favorável, por sua vez, seria necessário obter um percentual maior ou igual a 80%, considerando-se a relação entre os equipamentos e os veículos próprios e aqueles disponíveis à organização.

Do total de 21 indicadores, seis foram considerados desfavoráveis. O primeiro deles se refere à diversificação de parcerias (ISOC 4), calculada em 36,36%. A pesquisa realizada indicou que a associação Corbélia possuiu parcerias com quatro dentre os 11 atores listados pela FUNASA (2017), sendo eles: organizações não governamentais, setor público municipal, setor privado e universidades. Esse resultado indica que a organização apresenta baixa capacidade de articulação e reduzida rede de apoio, o que reduz as suas possibilidades de captação de recursos financeiros e institucionais. Para que fosse considerado muito favorável, tal indicador deveria alcançar o percentual maior ou igual a 80%.

A análise desse indicador deve ser realizada de forma associada a três outros também classificados como desfavoráveis: a

diversificação de atividades e serviços (ISOC 12), os benefícios aos membros (ISOC 11) e a rotatividade (ISOC 10).

O indicador referente à diversificação de atividades e serviços (ISOC 12) mede a capacidade operacional e organizacional da entidade de catadores. Tais aspectos se refletem na autonomia da organização e na possibilidade de ampliar as fontes de renda. A associação Corbélia indicou realizar apenas três atividades: triagem, educação ambiental e reaproveitamento de materiais, resultando em um percentual de 37,5%, o qual seria considerado muito favorável apenas se atingisse valor igual ou maior do que 80%. Conforme a FUNASA (2017, p. 43):

Quanto maior a diversidade de atividades e serviços prestados, menos dependente a organização, fica de um único serviço. Isso diminui sua vulnerabilidade e potencializa sua capacidade de sobreviver em momentos de crise, pois, se algo acontece com o serviço que está prestando, a organização continua a ter outras fontes de renda.

A diversificação de parcerias, de atividades e das fontes de renda possibilita à organização a concessão de benefícios aos seus associados. O indicador ISOC 11, por sua vez, mede, justamente, a capacidade institucional, a gestão cooperativista, os benefícios sociais e a coesão entre os membros. A associação Corbélia indicou oferecer apenas quatro dentre os 14 itens elencados pela FUNASA (2017) como benefícios desejáveis (licença maternidade, férias remuneradas, pagamento equivalente a 13º salário e conta bancária em nome do trabalhador), alcançando um percentual de 28,57%, o qual deveria atingir valor igual ou maior a 80% para ser considerado muito favorável.

Tais fatores se somam às condições ambientais de trabalho (ISOC 19) encontradas em campo, refletindo-se na baixa produtividade do catador (ISOC 17) e na alta rotatividade dos membros (ISOC 10), indicadores também classificados como desfavoráveis.

De acordo com a pesquisa realizada, o ISOC 19, que mede as condições de trabalho durante a coleta de resíduos secos foi classificado com desfavorável por alcançar percentual de 68,42%,

sendo considerado muito favorável um percentual igual a 100%. A organização afirmou efetivar apenas 13⁷⁷ dos itens listados⁷⁸.

A inexistência de um ambiente laboral favorável ao desempenho da atividade do catador e os fatores relacionados com a baixa taxa de recuperação de recicláveis e com a alta taxa de rejeitos se refletem, por sua vez, na reduzida produtividade do trabalhador. O cálculo do ISOC 17 na associação Corbélia evidenciou uma produtividade mensal de 1,2 t/catador, considerando-se os valores médios dos últimos seis meses que antecederam a pesquisa. Nesse sentido, observando-se a produtividade de 3t/catador que seria classificada como muito favorável pela FUNASA (2017), pode-se afirmar a baixa eficiência do trabalho de triagem dos integrantes da organização Corbélia.

Tal aspecto, por sua vez, pode gerar reflexos diretos na renda obtida pela organização e, conseqüentemente, pelos seus membros. Indiretamente, esses fatores influenciam na rotatividade (ISOC 10), a qual se relaciona com a capacidade institucional das organizações de manter os seus integrantes. No caso da associação estudada, foi constatada uma rotatividade de 45,83% dos membros nos últimos seis meses que antecederam a pesquisa, sendo considerada ideal pela FUNASA (2017) um percentual menor ou igual a 20%. A alta rotatividade pode enfraquecer a organização. O fato é que os membros de uma organização, por vezes, deixam de acreditar em mudanças e melhorias e, por isso, abandonam o trabalho em associações

⁷⁷ Dentre as opções listadas como desejáveis para o cálculo do ISOC 19, a organização informou possuir: limpeza do refeitório executada diariamente; limpeza dos banheiros executada diariamente; ventilação adequada da área de trabalho; controle periódico de ratos; controle periódico de moscas; controle periódico de baratas; área de triagem com cobertura adequada; altura adequada da mesa de triagem ou esteira de catação; definição de limite máximo de peso, segundo normas, a ser obedecido pelos trabalhadores para evitar lesões de coluna e membros; existência de sistemas e ações de prevenção de incêndios; sistema de alarme e sinalização indicadora de extintores de incêndio e do fluxo de evacuação da área; velocidade de movimento da esteira adequada para evitar lesão por esforços repetitivos e presença de pausas periódicas; controle de acesso e movimentação de pessoas.

⁷⁸ Vale ressaltar que, no cálculo deste indicador, foram desconsiderados os itens “barreira para evitar risco de quedas de plataformas e mezaninos” e “proteção coletiva de desníveis (guarda-corpo)”, visto que a associação não possui infraestrutura que torne necessária a existência dessas proteções.

e cooperativas em busca de oportunidades de trabalho com carteira assinada e garantias trabalhistas, ou até mesmo, voltam a realizar a catação de forma autônoma. Essa dinâmica, por sua vez, torna necessária a entrada de novos membros que ainda serão capacitados não somente para a catação, como também, para a autogestão.

Pelo exposto, foi possível constatar a existência de um contexto favorável na associação Corbéia (se for considerado o cálculo do índice de sustentabilidade), porém permeado por desafios causados a partir de fatores diversos. A partir da análise dos indicadores, foi possível organizar o quadro síntese que segue:

Quadro 22 – Resumo das dificuldades constatadas na associação Corbéia/Curitiba

Organização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
Corbéia/ Curitiba	ISOC 4	Diversificação de parcerias	Desfavorável	Legal/Institucional
	ISOC 10	Rotatividade	Desfavorável	Organizacional
	ISOC 11	Benefícios aos membros	Desfavorável	
	ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	Desfavorável	
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavorável	Eficiência Operacional
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavorável	
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Muito Desfavorável	
	ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	Muito Desfavorável	
	ISOC 17	Produtividade por catador	Desfavorável	
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	Desfavorável	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A análise do quadro acima torna possível denotar que as dificuldades mais graves enfrentadas pela organização Corbélia guardam relação com os desafios do programa de coleta seletiva do município. Tal afirmação se justifica pelo fato de que a taxa de recuperação de materiais recicláveis, a taxa de rejeitos e a adesão da população foram indicadores classificados como muito desfavoráveis. A despeito disso, durante a pesquisa, o presidente da organização destacou a importância do programa Ecocidadão para a inclusão de catadores em Curitiba:

Olha, do meu ponto de vista a prefeitura até que ajuda, o povo quer muito fácil as coisas hoje. O catador, não digo todos, mas tem aquele que ele quer tudo na mão dele. Que nem os barracões são assim, você vai no barracão, ele quer material, ele quer que a prefeitura paga um salário para ele. Daí, todo mundo vai querer virar catador também. Não é assim. [...] Vamos correr atrás, vamos separar, vamos vender, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. [...] Tem que fazer a diferença. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Outros elementos apontados como desfavoráveis se relacionam diretamente com a atuação da diretoria da organização, como: a diversificação de parcerias; a concessão de benefícios aos membros; a diversificação de atividades e serviços; a ampliação da autossuficiência de equipamentos e veículos e a melhoria das condições ambientais de trabalho na organização.

Diante disso, torna-se necessário conhecer o perfil da liderança na associação Corbélia. A partir da análise dos indicadores selecionados para tal estudo, a liderança da organização foi classificada como solidária, conforme o quadro que segue. Com base na pesquisa qualitativa, é possível analisar quais aspectos aproximam ou distanciam a organização da existência desse perfil.

Tabela 24 – Análise do perfil da liderança - Corbélia/Curitiba

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	1,36	Favorável	0,75	0,95	0,71
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	68,42%	Desfavorável	68,42%	0,89	0,61
Total					3,53	3,011438
Classificação da Liderança						
0,853098			Liderança Solidária			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

De acordo com entrevista realizada com o presidente da associação, que estudou até a oitava série do Ensino Fundamental, o início da sua história como catador ocorreu em virtude da condição de desemprego que enfrentava, situação semelhante àquela que foi vivenciada por parte dos associados da Corbélia:

Foi há sete anos, daí eu estava desempregado. Aí o meu cunhado já trabalhava [na catação]. Ele falou: “não, vamos trabalhar uns 15 dias com nós até aparecer serviço”. E eu comecei e daí você pega gosto pela reciclagem, e não parei mais. Daí cada dia a gente quer tentar trabalhar melhor, separar melhor o material, ensinar melhor o pessoal. Estamos aí, não queremos parar tão cedo. [...] a maioria que está ali hoje em dia, é que daí está desempregado vem e acaba gostando, e fica e vai e vai. Que quem já trabalhou mesmo ali com reciclagem antes de entrar conosco são bem poucos, eu acho que tem uns cinco ou seis. O resto começou aqui conosco, aprenderam aqui. Daí a pessoa vem, gosta, aprende, fica. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

O entrevistado relatou ter sido escolhido como presidente já no início da organização. Após afirmar se considerar um líder da associação desde a sua origem, destacou a representação como a sua principal função:

Ah, ela tem que representar a associação, tipo, você tem 24 Associados, você tem que representar todos eles e tentar buscar melhoria para eles também. Não pensar só no lado do presidente. Não, eu não vou só fazer a minha parte e deixar eles. Então, tem uma associação, tem que brigar junto. “Vamos buscar isso?”, “vamos”. “Vamos fazer isso?”, “vamos”. Que nem nós fazemos aqui, geralmente quando tem que comprar alguma coisa, vamos trocar aquele equipamento? Vamos. Chama todo mundo, “olha, vai ser assim e assim. Vamos fazer ali primeiro”. Então... que não vai sozinho. O presidente sozinho não leva, eles sem o presidente também não vai. Então tem que ser tudo unido. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Durante a pesquisa, o entrevistado demonstrou conhecer outros perfis de liderança, ao relatar a característica do presidente de outra organização da qual participou como membro. Destacou, também, a sua satisfação em representar os demais catadores:

É, eu sou feliz, que eu falo, mas tem hora que dá vontade de sair correndo e ir para casa. [...] Dá. Porque é muita coisa para você, é muita responsabilidade. Quando eu trabalhava lá no outro que eu via o presidente sentado eu falava que eu queria ser presidente, porque o presidente não fazia nada. Porque lá ele não fazia nada mesmo, ele fazia os associados correrem atrás das coisas, que ele não ia atrás de caminhão, ele não ia atrás de material, “não, não, vocês querem as coisas, vocês vão atrás”. Daí eu falei: “não, mas então assim é fácil”, daí eu peguei a presidência e falei: “mas não é assim. Tem que correr atrás. Você não pode, se você é o representante, você tem que representar”. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Tal percepção acerca da representação pode ser considerada como uma característica mais próxima a uma liderança solidária. O entrevistado não se referiu ao líder como um indivíduo com papel exclusivo de controle e de organização das atividades dos demais membros, mas sim de representação.

De acordo com o entrevistado, as decisões são tomadas conjuntamente, com registro em ata, preponderando o diálogo entre os membros da organização:

Tipo, se estão fazendo alguma coisa errada, a gente chega, tipo pede para todo mundo parar o que está fazendo, vamos, sentamos e vamos ver por que é que estão fazendo daquele jeito. Quem é que está fazendo. Que às vezes não é todo mundo também que está fazendo errado, é só um. E ver se ele está fazendo errado por que quer, ou por que não sabe. Se não sabe o pessoal vai ensinar ele a fazer certo. E daí também quando tem alguém que não quer fazer nada, aí eles que tem que pegar e assinar, tipo fazer uma ata, chamar, fazermos uma reunião e uma ata e eles tiram o fora da associação. Que não é tipo se você tem um que não faz nada ali, não é o presidente que tira ele fora. Eles: “ah, o presidente me mandou embora”. Não é o presidente, são os associados mesmo que decidem entre eles. “Ah, o fulano não quer trabalhar, então nós vamos assinar para ele ir embora”. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Os associados já compreendem que o valor auferido por cada um depende do trabalho realizado por todos. Dessa forma, o entrevistado destacou que a maior parte dos conflitos se relaciona com a cobrança mútua em relação à produtividade: “O que eles mais reclamam é entre eles mesmos. Diz: ‘ah, hoje o fulano não quer fazer nada, aquele outro fulano não quer ajudar’, é sempre isso. Mas não passa disso”. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

A análise de tais trechos da entrevista poderia conduzir à conclusão acerca da existência de uma liderança solidária. Todavia, na verdade, evidenciou-se um contexto de avanços e retrocessos no que diz respeito à configuração de um perfil solidário, o que comprova a afirmação de Veronese e Scholz (2013) segundo a qual modos diversos de liderança podem coexistir, sustentados por lógicas de relacionamento híbridas e não lineares. A realidade pesquisada demonstrou que se, por um lado, tais aspectos aproximam a Corbélia de uma liderança solidária, por outro, há elementos que denotam o desconhecimento dos demais membros acerca da autogestão.

A exemplo disso, em alguns momentos, o entrevistado evidenciou a ausência de unidade na organização, afastando-o do perfil solidário. Ao ser questionado acerca de suas atividades diárias, o presidente revelou que a sua renda advém da coleta de um material que não era compartilhado com os demais membros:

[...] eu venho para abrir, eu vou buscar o meu material. Que daí, como eu não trabalho na esteira, porque como eu tenho que ficar saindo e indo atrás de papelada e documentação não têm como eu ficar na esteira. Aí o meu material vem separado do deles, que daí eu vou buscar o meu. [...] eu consegui dois condomínios para mim, vou e busco, faço o meu material. Vou atrás de documentação, tipo, está vendendo tal coisa, licença do meio ambiente, tem que ir na Prefeitura [...]. Vai e faz isso e aquilo. [...] Tudo sou eu que faço, não é? [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Para além desse fato, os conflitos internos se tornaram evidentes na entrevista. As relações foram caracterizadas como pacíficas de modo geral, existindo, porém, insatisfações pontuais dos demais membros, inclusive, em relação ao presidente. Como destacou o entrevistado:

Eu acho que é boa. Sempre tem aqueles que falam mal da gente, sempre vai ter, não é só em todo lugar tem. E tem aqueles que falam bem. Então, no geral é boa. Eles sempre escutam o que a gente tem para falar com eles, nunca discute muito. Quando eles veem que tem alguma coisa errada eles me chamam: “ah, não. É assim, é assim”. Daí a gente senta, faz o melhor possível, e assim nós vamos indo. [...] [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Ainda evidenciando a ausência de compreensão acerca da autogestão, pode-se citar a centralização das atividades administrativas na figura do presidente. Conforme destacou o entrevistado, a diretoria é formada por nove representantes. Contudo, esses ainda não compreendem as suas funções e não compartilham as atividades administrativas:

Tem o tesoureiro... mas no geral sobrou tudo para o presidente. Que daí falam: “não, assinaram o papel lá”, que daí eu assino tudo. Mas eu só faço para eles o que foi feito. O tesoureiro era para ir para o banco. Daí como eles não querem ir, eles passaram para mim, eu vou eu faço transferência, eu faço tudo, os pagamentos. Aí tem os fiscais que ficam na esteira. Tem três fiscais que é para organizar e dizer o que está certo, o que está errado e cobrar. [ENTREVISTADO N, representante da Associação Corbélia, 2018].

Desse modo, a despeito da existência de características que aproximam a Corbélia de uma liderança solidária, a pesquisa qualitativa realizada demonstrou a configuração de outros elementos que, na verdade, distanciam a associação do ideal solidário.

Os dados apresentados até o momento permitem concluir que em Curitiba, tal qual no caso do Rio de Janeiro, considerando um mesmo contexto institucional entre organizações de catadores e poder público municipal, as organizações possuirão diferentes capacidades de inclusão, apresentando desafios diversos.

A tabela que segue demonstra que as duas organizações apresentaram índice de sustentabilidade favorável. Contudo, deve-se destacar que a Mutirão apresenta ISOC mais próximo da condição ideal considerada muito favorável segundo a metodologia da FUNASA (2017).

As duas lideranças foram classificadas como “solidárias”. Entretanto, na Associação Mutirão há maior aproximação com a liderança solidária, ou seja, justamente aquela que mais se aproximou de um cenário de sustentabilidade interna muito favorável.

Além disso, deve-se analisar o segundo elemento indicado na hipótese deste trabalho como aspecto que poderia influenciar na sustentabilidade da organização: as parcerias firmadas. Para tanto, serão considerados os resultados obtidos para o indicador que reflete sobre tal aspecto: o ISOC 4 (Diversificação de parcerias).

Tabela 25 – Relação entre Sustentabilidade da organização, perfil da liderança e diversificação de parcerias – Associações de Curitiba

Indicador	Cooperativa			
	Mutirão		Corbélia	
Perfil da Liderança	0,87962	Solidária	0,85309	Solidária
ISOC 4 (Diversificação de parcerias)	81,81%	Muito Favorável	36,36%	Desfavorável
Resultado do índice	0,740918	Favorável	0,66421	Favorável

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A partir da análise dos dados apresentados, é possível denotar que não apenas o perfil da liderança pode influenciar no resultado obtido pelas organizações, mas, igualmente, a diversificação das parcerias existentes: a organização que indicou possuir o maior número de parcerias foi, justamente, a organização que obteve maior índice de sustentabilidade.

Nesse sentido, considerando a hipótese que motivou o presente estudo, conclui-se que, assim como no Rio de Janeiro, em um mesmo contexto e diante de uma mesma relação entre poder público e organizações de catadores, estas possuem diferentes capacidades de inclusão, podendo apresentar diferenciações em função do perfil da liderança que conduz as suas atividades e da diversificação de parcerias.

Em Curitiba, igualmente, quanto mais próximo da concretização de uma liderança solidária e quanto maior a diversificação de parcerias, maior foi a capacidade de inclusão apresentada pela organização. A seguir, investigaremos o contexto da inclusão social de catadores em Natal/RN.

4.3 O contexto das organizações de catadores de Natal/RN

Em Natal, a pesquisa foi realizada nas duas organizações de catadores existentes na cidade à época do estudo: a Coopera-

tiva de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal (COOCAMAR) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal/RN (COOPCICLA).

Ambas foram criadas à época do fechamento do lixão de Cidade Nova. Inicialmente, se constituíram como associações de catadores. Conforme destacado no Capítulo 03, em 1999, teve início o processo de organização social dos catadores de material reciclável em Natal a partir da fundação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR). Em 2003, foi fundada a Associação de Agentes Trabalhadores em Reciclagem e Compostagem de Lixo (ASTRAS). Em 2004, formaram-se a Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN (ACSRN) e a Associação de Beneficiamento de Resíduos Sólidos (ABRESOL), a partir do incentivo à organização de catadores. As quatro organizações deram origem às duas cooperativas existentes. A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa realizada em ambas.

4.3.1 - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal – COOCAMAR

A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal (COOCAMAR) foi fundada em 2007 pelos membros da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR). De acordo com o entrevistado O⁷⁹, presidente da COOCAMAR, a organização foi composta por parte dos catadores que trabalhavam no antigo lixão de Cidade Nova:

[...] vem primeiro a história da associação em 1999. Foi com o [...] processo de encerramento do lixão de Natal. A prefeitura foi fazer uma reforma aqui nesses galpões e a gente queria constituir uma instituição forte para aglomerar os catadores, para organizar os catadores. E aí a gente descobriu que cooperativa era muito caro. [...] Então a gente fundou a associação, o 17 de abril de 1999 a data ali da fundação

⁷⁹ Entrevistado O: presidente da cooperativa COOCAMAR. Entrevista realizada em setembro de 2017.

da ASCAMAR [...] Os catadores todo mundo, todo mundo do lixão. Todo mundo com roupa do lixão porque depois a gente ia voltar para dentro do lixão que naquela época não tinha coleta seletiva. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

No período da pesquisa, o presidente da COOCAMAR informou que a cooperativa, além de participar do programa de coleta seletiva, prestava serviço de coleta de materiais recicláveis em empresas privadas e instituições públicas. A organização era formada por 56 membros, os quais recebiam, em média, R\$ 500,00 (quinhentos reais), conforme entrevista concedida pelo entrevistado P⁸⁰, vice-presidente da organização. A tabela que segue apresenta os indicadores relativos ao trabalho realizado na organização:

Tabela 26 - Índice de sustentabilidade de organizações de catadores – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal – COOCAMAR/Natal

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	78,94%	Favorável	0,7894	0,84	0,66
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	80%	Favorável	0,8	0,84	0,67
ISOC 3	Qualidade das parcerias	100%	Muito Favorável	1	0,71	0,71
ISOC 4	Diversificação de parcerias	72,72%	Favorável	0,7272	0,66	0,48
ISOC 5	Renda média por membro	0,53	Desfavorável	0,5	0,95	0,48
ISOC 6	Relação entre gêneros	100%	Muito Favorável	1	0,74	0,74
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	53,57%	Favorável	0,5357	0,84	0,45
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 10	Rotatividade	43,47%	Desfavorável	0,5653	0,80	0,45

⁸⁰ Entrevistado P: vice-presidente da cooperativa COOCAMAR. Entrevista realizada em setembro de 2017.

ISOC 11	Benefícios aos membros	28,57%	Desfavorável	0,2857	0,79	0,23
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	62,50%	Favorável	0,625	0,74	0,46
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0,00
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,39%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,22
ISOC 15	Taxa de Rejeito	36,11%	Muito Desfavorável	0,6389	0,87	0,56
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	70%	Favorável	0,7	0,74	0,52
ISOC 17	Produtividade por catador	1,57	Desfavorável	0,5	0,84	0,42
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	90,90%	Favorável	0,909	0,89	0,81
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	38,09%	Muito Desfavorável	0,3809	0,89	0,40
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	55,55%	Muito Desfavorável	0,5555	0,87	0,39
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	10,71%	Muito Desfavorável	0,1071	0,87	0,09
Total					17,37	10,55
Índice de Sustentabilidade	0,602262234			Favorável		

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

O cálculo do Índice de Sustentabilidade da COOCAMAR evidenciou, de um lado, um contexto considerado favorável e, de outro, a existência de 10 fatores desfavoráveis ou muito desfavoráveis.

Dentre estes últimos, a adesão da população (ISOC 13) não foi informada. A taxa de recuperação de materiais recicláveis (ISOC 14), por sua vez, que deveria alcançar valor igual ou superior a 25%, foi de 0,39%. Tal resultado demonstra que o

percentual de recicláveis desviado do aterro sanitário se encontra no pior patamar de classificação, indicando a baixa eficiência do sistema de coleta seletiva. No mesmo sentido, a elevada taxa de rejeito (ISOC 15)⁸¹ de 36,11% também evidenciou a necessidade de aprimoramento do programa de coleta seletiva, por meio do estímulo à adequada separação dos recicláveis tanto na fonte geradora, quanto na triagem realizada após a coleta.

Dentre os indicadores considerados muito desfavoráveis, tem-se o ISOC 19 (que mede as condições ambientais de trabalho relativas à limpeza, à higiene, ao controle de vetores de doenças, à adequação da infraestrutura do ambiente ao trabalho realizado e aos aspectos de prevenção de riscos e a acidentes de trabalho e incêndio). Nesse caso, dentre os itens considerados desejáveis pela FUNASA (2017), a COOCAMAR apenas afirmou a existência de oito⁸². Somado a esse indicador, o ISOC 20 (relativo à Saúde e segurança do trabalhador) e o ISOC 21 (que indica o uso de equipamentos de proteção individual), ambos relacionado com as condições de trabalho, de saúde e segurança do trabalhador também foram considerados muito desfavoráveis. No caso do primeiro, dentre os nove itens desejáveis como condições de saúde e segurança do trabalhador, na central de triagem, associadas às condições de trabalho das organizações de catadores e aos riscos do trabalho, a COOCAMAR afirmou preencher apenas cinco⁸³. Já com relação ao uso de EPI, a cooperativa afirmou que, em média, apenas seis cooperados fazem a utilização adequada.

⁸¹ Para ser considerada muito favorável, a taxa de rejeitos deve alcançar no máximo 5% (FUNASA, 2017).

⁸² A COOCAMAR afirmou possuir refeitório com limpeza diária; banheiro com limpeza diária; ventilação adequada da área de trabalho; área de triagem com cobertura adequada; altura adequada da mesa de triagem ou esteira de catação; instalações elétricas adequadas e protegidas contra choques; barreira para evitar risco de quedas de plataformas e mezaninos; moinho para vidro para evitar movimentação manual.

⁸³ No ISOC 20, a organização afirmou preencher somente os seguintes itens: limpeza e higiene do local de trabalho; vacinação regular do trabalhador; observação do descanso obrigatório pela carga e rotina das atividades; comunicação visual nos ambientes e implantação de dispositivos de proteção contra acidentes físicos provocados por máquinas e equipamentos.

Outros quatro indicadores foram classificados como desfavoráveis. Dentre eles, é possível citar o ISOC 5, que mede a renda média por membro. De acordo com o entrevistado P, a renda mensal média na organização era de R\$ 500,00 (quinhentos reais), chegando a pouco mais da metade do valor do salário mínimo vigente à época (R\$ 937,00 – novecentos e trinta e sete reais). Conforme a FUNASA (2017, p.39), o ISOC 5 “mede os ganhos econômicos, e, indiretamente, a possibilidade de melhoria de condições de vida, saúde e autoestima do membro da organização”. De acordo com o entrevistado P, vice-presidente da COOCAMAR, o valor pago a cada catador já chegou a ser maior, contudo, com a redução da quantidade de material reciclável da coleta seletiva e o atraso da remuneração pela Urbana, não há como garantir um salário mínimo para cada catador, nem como ampliar o número de membros da organização:

Ah, teve tempo aqui que era 900 reais. [...] O pessoal vinha para aqui fazer entrevista com as meninas, as meninas tinham o prazer de dizer “eu ganho isso, fora o que eu ganho assim, de peças. É muito bom mesmo”. Era muito bom. Os caminhões chegavam aqui, davam duas viagens por dia. Hoje a gente manda 15 e 10 [...] e não consegue vir todos os 15 cheios. É impressionante. Às vezes vem, tem duas garotas aqui. Acho que você não chegou a ver, mas quer dizer, queria ampliar o quadro de... de catadores aqui. Infelizmente não tem como. Quanto mais gente a gente colocar aqui vai ter que dividir com mais pessoas. [ENTREVISTADO P, representante da COOCAMAR, 2018].

Tal cenário deve ser analisado em conjunto com ISOC 11, que mede os benefícios concedidos aos membros e alcançou apenas 28,57%. Dentre os 14 itens considerados desejáveis pela FUNASA (2017), a COOCAMAR afirmou preencher apenas quatro (pagamento de valor relativo à licença maternidade para a cooperada; pagamento equivalente a 13º salário; concessão de licença ao catador doente ou que sofrer algum acidente e a entrega de cesta básica). Deve-se considerar que a cooperativa pesquisada afirmou não realizar contribuição para o INSS, sendo os benefícios concedidos por conta da própria organização. Esse

indicador se relaciona com a capacidade institucional, a gestão cooperativista e os benefícios sociais aos membros. Ao somar o baixo valor da remuneração do catador (ISOC 5) com os poucos benefícios recebidos (ISOC 11), tem-se uma possível explicação para a alta rotatividade encontrada nos seis meses que antecederam a pesquisa.

De acordo com as informações concedidas, a rotatividade (ISOC 10) alcançou 43,47%, considerando-se o número de admissões, de desligamentos e o total de membros. Esse resultado indica a baixa capacidade institucional da COOCAMAR em manter os seus integrantes, o que se constitui como um cenário preocupante, causando prejuízos no trabalho, na sua eficiência, na qualidade da prestação do serviço e na produtividade, uma vez que os trabalhadores ingressantes levam um tempo para assimilar os conhecimentos básicos para a realização das tarefas (FUNASA, 2017).

Em outras palavras, uma das consequências dessa alta rotatividade é a existência de reflexos na produtividade do catador. Esse foi justamente o resultado constatado na COOCAMAR. O ISOC 17, que mede eficiência média do trabalho de triagem dos integrantes da organização, foi considerado desfavorável, pois, ao relacionar a quantidade de toneladas triadas com o número de catadores, obteve-se uma produtividade mensal média de 1,57 t/catador, a qual deveria atingir 3 t/catador para ser classificada como muito favorável.

Tal contexto de baixa produtividade pode estar relacionado com fatores diversos, dentre eles, além da alta rotatividade, o baixo percentual de recuperação de materiais recicláveis do programa de coleta seletiva e a ausência de percepção acerca da autogestão e da importância do trabalho coletivo para aumento dos ganhos.

Após o cálculo do ISOC da organização, foi possível denotar que, a despeito da classificação favorável, constatou-se um conjunto de desafios a serem enfrentados pela organização. Ao considerar os 10 indicadores que foram classificados como desfavoráveis ou muito desfavoráveis, é possível identificar quatro aspectos relacionados com o programa de coleta seletiva municipal: a inexistência de informações acerca da adesão da população; a baixa taxa de

recuperação de materiais recicláveis e a alta taxa de rejeitos encontrada, o que se reflete na renda média do catador.

Contudo, outros seis entraves identificados se relacionam com a necessidade de melhorias internas a ser buscadas pela própria organização: ampliação dos benefícios concedidos aos membros; redução da rotatividade na organização; aumento da produtividade do catador; bem como a melhoria das condições ambientais de trabalho e dos aspectos relativos à saúde e segurança do trabalhador, além do uso do EPI. O quadro que segue apresenta os desafios verificados e o aspecto ao qual se relaciona.

Esse resultado evidencia o papel da liderança na busca pela melhoria das condições de realização da catação e, consequentemente, na concretização da sustentabilidade da organização. Diante disso, torna-se essencial apresentar as conclusões obtidas a partir da investigação acerca do perfil do presidente entrevistado.

Quadro 23 - Resumo das dificuldades constatadas na Cooperativa COOCAMAR/Natal

Organização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
COOCAMAR/ Natal	ISOC 5	Renda média por membro	Desfavorável	Socioeconômico
	ISOC 10	Rotatividade	Desfavorável	Organizacional
	ISOC 11	Benefícios aos membros	Desfavorável	
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavorável	
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavorável	
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Muito Desfavorável	
	ISOC 17	Produtividade por catador	Desfavorável	
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	Muito Desfavorável	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	Muito Desfavorável	
	ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	Muito Desfavorável	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Tabela 27 - Análise do perfil da liderança – COOCAMAR/Natal

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	0,53	Desfavorável	0,5	0,95	0,48
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	100%	Muito Favorável	1	0,87	0,87
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	38,09%	Muito Desfavorável	0,3809	0,89	0,42
Total					3,53	2,50
Classificação da Liderança						
0,709348725			Racional Legal			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

É necessário, além da investigação quantitativa, observar, por meio da pesquisa qualitativa, os fatores que aproximam ou afastam essa liderança de um perfil solidário.

O entrevistado O, foi o primeiro líder da organização. Iniciou seu trabalho na catação ainda no lixão aos 12 anos de idade, tendo fundado a ASCAMAR e, posteriormente, a COOCAMAR, a qual lidera atualmente. Estudou dois anos do curso superior em Administração. Como afirmou:

Eu comecei a trabalhar no lixão aqui com 12 anos de idade. [...] comecei a revender picolé, picolé, dindin, e aí eu via aquela turma de menino ganhando dinheiro, eu falei “é negócio, que em vez de picolé dindin, eu vou mais, não.”. E aí eu comecei a catar. [...] Aí eu passava a semana trabalhando aqui e final de semana ia para Ponta Negra trabalhar na barraca. [...] Então aqui era, o negócio era... um (bicho solto) de lixão, você imagine que tem de tudo. Então eu preferia trabalhar de madrugada. Eu saía de casa de 02:00, 03:00 da manhã, vi-nha, estudava na Fundação Bradesco. Tinha maior vergonha ainda. Naquela época diziam que catador de lixo era lixeiro. Não diz catador de material reciclável. Consciência veio, veio mudar depois do movimento nacional de catadores. Então aí

eu comecei a trabalhar e gostava muito de trabalhar de noite, que durante o dia eu ficava na escola e à noite eu vinha trabalhar. [...] Aí eu me alistei na aeronáutica e fiquei três anos na aeronáutica. Quando eu fui me alistar eu coloquei lá, “coloca aí, catador de lixo” [...] “Qual era a sua profissão?”, “eu era catador de lixo”, “mas bota”... “bote catador de lixo que eu tenho orgulho de como eu trabalho”. Assim ele botou lá. Aí servi três anos. [...] Aí saí da aeronáutica e aí [...] eu fui trabalhar numa empresa aqui em Natal, trabalhei ainda um ano e meio. A empresa parou de pagar o salário da gente, essas coisas. “Rapaz, eu vou voltar para o lixão. Vou voltar para o lixão porque lá, foi lá que eu aprendi”. Voltei para o lixão, isso foi já... já 1999, já. [...] Então, eu não sou produto de fora [...] sou produto do meio. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

De acordo com o entrevistado O, em 1999, tomou conhecimento das medidas que seriam tomadas para o fechamento do lixão e iniciou a articulação para garantir que os catadores fossem inseridos em alguma ação municipal:

Aí eu estava no lixo quando veio uma notícia que o pessoal ia fechar o lixão. Iam fechar o lixão. Aí eu peguei, ouvi que parece que vai ter uma reunião [...]. Rapaz, eu vou para essa reunião. Aí no outro dia eu fui logo cedo para a... “quem é você?”, “rapaz, eu sou catador lá do lixão. Que eu vi... vi em uma reportagem que vocês vão... fechar o lixão e ia ter essa reunião. Eu vim aqui”. [...] Todo mundo lá, todo mundo tinha uma solução para resolver o problema do lixão. E todo mundo esquecendo que as pessoas viviam daquilo. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

Ao longo dos anos, o entrevistado se envolveu na luta política em prol dos catadores, sendo, atualmente, representante do Movimento Nacional de Catadores no Nordeste. O presidente entrevistado afirmou se considerar “uma das lideranças da COOCAMAR”, destacando que o papel do líder seria influenciar os demais:

Uma das lideranças da COOCAMAR, eu me considero. [...] um líder tem poder de influenciar, constituir conselho, ele... eu não gosto muito, eu tenho muita preocupação do que é influenciar em si. Até porque a gente sabe que a pessoa pode influenciar para o mal. Então a ideia como liderança é influenciar para a gente fazer um trabalho melhor. Já tive todo... tanto problema na vida, tanto percalço que me passa essa maturidade, como se relacionar, como fazer um caminho que seja o mais reto possível para não cair tanto. Que a gente já caiu muito. [...] eu me considero líder nessa... nesse ponto de vista, um líder que guia, que orienta, que conduz para o bem. Para o mal, eu tenho muita preocupação porque a gente vê muita gente utilizando as pessoas para massa de manobra. Eu não faço isso. [...] [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

Para o entrevistado O, a principal característica de um líder de cooperativas e associações deve ser a transparência:

Transparência. É uma delas. Questão de saber se colocar no lugar de cada um, fazer todas as atividades para poder cobrar o de cada um até o limite que ele dá. Não vou pegar um cara para puxar um negócio que eu sei que ele, que eu faço, que ele não vai ter condição de fazer. Então é isso. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

A sua atividade diária, como afirmou, varia de acordo com a necessidade da organização, realizando, desde a coleta de material nas empresas ou residências, até o cumprimento de compromissos do Movimento Nacional de Catadores em viagens internacionais.

A minha, a limpeza do galpão, saber se está tudo funcionando normal, as coletas, às vezes vou pegar uma reclamação ou outra, às vezes vou fazer uma apanha. A minha atividade diária aqui, ela pode variar muito. [...] eu cuido da parte financeira do contrato da URBANA. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

Contudo, a despeito de aparentemente existir uma integração entre a liderança e os demais catadores, o que poderia indicar uma aproximação com o perfil solidário, outros fatores denotam

a inexistência da autogestão. Dentre eles, deve-se, inicialmente, destacar que as falas do entrevistado denotaram que, ao longo da história da cooperativa, ocorreu um rodízio para a composição da diretoria, sendo possível concluir que a eleição aconteceria como forma de legitimação dos membros que se alternavam na posição de presidentes tanto da cooperativa, quanto da associação (com formalização ainda ativa). Tal aspecto pode ser apreendido a partir da seguinte afirmação do entrevistado O:

Hoje presidente já estou...[desde] 2007, estou no segundo mandato... O primeiro [mandato foi] de três [anos], o segundo de três. [...] É. A gente faz um rodízio porque tem a ASCAMAR, que a ASCAMAR continua constituída. [...] quem é o presidente é a [...] ⁸⁴ [...]Então a associação fica o braço social e a COOCAMAR o braço econômico. Praticamente então a gente se reveza nos conselhos e nas coisas. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

Tal conclusão foi confirmada pelo entrevistado P, ao afirmar:

Desde que eu vim para a COOCAMAR, [...] eu sou diretor-secretário. Agora que eu vim ser vice-presidente. Mas o tempo todo eu era diretor-secretário. Agora que eu sou vice-presidente. Mas deixa eu te falar o que é que acontece aqui. A gente falou para você que a gente está aqui, não existe eleição direta aqui. Porque o que é que acontece? Quando chega no tempo “pessoal, terminou o tempo desse... desse nosso aqui. Terminou a nossa gestão. E aí, como vamos fazer? Vocês querem formar uma chapa? Querem se organizar? A última reunião que a gente fez foi para isso. Vocês querem se organizar, fechar, fazer uma chapa aí?”, “não. A gente quer que você seja”... aí eu digo “certo. Então. No momento ninguém quer.”, então pronto. É a situação, muda aí dos cargos aí. [ENTREVISTADO P, representante da COOCAMAR, 2018].

Além disso, a compreensão do líder quanto ao modo como deve ser percebido pelos demais membros deve ser ressaltada. Para ele, o ideal é ser enxergado como uma pessoa com “auto-

⁸⁴ Os nomes dos membros citados pelo entrevistado foram omitidos para evitar a identificação.

ridade”, característica que afasta o seu perfil do viés solidário. Como afirmou ao ser questionado acerca de como era percebido pelos demais membros:

Eles me enxergam uma certa pessoa com autoridade, espero, porque tem falsidade, tudo, espero que eles enxerguem como uma pessoa que ajuda para que eles tenham o pão deles, que a coisa funciona. [...] Uma das coisas que eu sei, quando viajo passa [...], aqui vira um inferno. É lixo no canto errado, é material em canto errado, aí fica tudo doido. Também tem alguns que dá um alívio. Mas aí lembra que é um alívio, mas é uma tristeza porque aí atrasa pagamento, às vezes ninguém vai buscar o dinheiro. [...] Então eu sou essa engrenagenzinha pequenininha não é? [...] Claro que funciona de maneira, sem a engrenagenzinha funciona. Mas não é aquela velocidade. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

As afirmações do entrevistado o identificam como um presidente que põe ordem nas atividades e inspira “autoridade” aos demais. Tais características, por sua vez, confirmam o seu perfil racional legal em que o poder e a autoridade estão em quem direciona o grupo, regula as atividades e ocupa uma posição de comando e controle (VERONESE; SCHOLZ, 2013). Nesse tipo de liderança, as regras e as normatizações ganham força. Nesse sentido, ainda não há, na COOCAMAR, uma liderança solidária.

A inexistência de uma liderança solidária fica patente, ainda, ao ser relatada a estratégia adotada pela diretoria no processo de tomada de decisão. Apesar de ter alcançado classificação “muito favorável” no ISOC 7⁸⁵ relativo à autogestão, afirmando-se a existência de reuniões periódicas de decisão autogestionária, a pesquisa qualitativa evidenciou que parte das decisões são

⁸⁵ De acordo com a FUNASA (2017), o ISOC 7 mede a efetividade da gestão cooperativa e a capacidade organizacional da própria organização de catador, os requisitos considerados desejáveis para a autogestão da organização são: possuir regimento interno; manter registros das informações sobre despesas, descontos e comercialização; apresentar transparência no rateio e disponibilidade de livros caixa, planilhas e documentos; realizar reuniões periódicas de decisão autogestionária; manter murais de comunicação e informação atualizados sobre comercialização, despesas, eventos externos e reuniões.

tomadas pelo presidente, o qual consulta os demais membros da diretoria:

Depende das decisões. Se forem decisões que influenciem diretamente a cooperativa, eu converso com o [...] (se refere ao vice-presidente). Faço acordo com o [...] (se refere ao vice-presidente) e a gente leva ao conhecimento dos diretores e resolve. Se for coisa que influencie demais [...] Por exemplo, prestação de contas do pagamento da URBANA, o que fazer com o dinheiro, aí a gente conversa ali para poder todos terem essa clareza [...] [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

A entrevista realizada demonstrou que as reuniões não ocorrem periodicamente e que, além disso, o próprio presidente percebe tais encontros como perda de tempo. Ao ser questionado acerca da periodicidade das reuniões, o entrevistado informou:

Ah, só quando tem fofoca. Muito raro. Não tem tempo de... não existe, não existe isso de toda semana, todo mês. Isso é ilusão. Canto nenhum do mundo, quem disser é mentiroso, cabra que chega “a cooperativa todo mês faz uma reunião”. Mentira. Não tem como. Se eu fosse fazer uma reunião todo mês ninguém trabalhava. Uma por mês, se eu (fizesse). [...] Fofoca. Aí começa tudo. Você perde, no mínimo, 2-3 horas de reunião que ninguém consegue fazer uma reunião de 30 minutos. Não consegue. Não se consegue, não... nem para Carnatal a gente consegue fazer reunião, reunião aqui é assim. Ei, ó, eu quero 40 [...] Não tem a mínima condição. Faz reunião é quando dá problema. Fulano está brigado com fulano. Ontem mesmo aqui... ontem, anteontem... Foi tanto do grito aqui que eu fiquei sem voz [...] Dei uns gritos aqui sexta-feira, [...] meu irmão. Isso aí nunca está bom para vocês. É problema. Aí mandei uma para casa porque não queria fazer nada. Fulano, agora para limpar a esteira porque eu não quero ninguém aqui não. [ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018].

O entrevistado foi claro afirmar que nas reuniões não ocorrem periodicamente e que, quando acontecem, se resumem

a resolver questões ligadas às relações interpessoais. Deve-se ainda denotar, a partir da fala acima destacada, a posição de comando do presidente. Tal evidência, por sua vez, afastam a organização da autogestão, visto que, aparentemente, o presidente, enquanto “um patrão, chefe, supervisor, ou consultor nos modelos de gestão contemporâneos, decide, orienta e define os rumos dos processos e das relações *da e na* produção” (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 44).

Desse modo, assim como nas demais organizações, a pesquisa qualitativa realizada na COOCAMAR tornou possível a percepção de aspectos que não foram captados pelo instrumento de coleta de dados quantitativos. Após o diálogo com o presidente, foi possível compreender que a liderança solidária ainda não pode ser constatada, visto que os atores sociais não percebem as suas responsabilidades e não reconhecem a necessidade de participação nas instâncias estratégicas do empreendimento (VERONESE; SCHOLZ, 2013).

4.3.2 - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal/RN – COOPCICLA

Em Natal, a pesquisa foi, igualmente, realizada na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal (COOPCICLA). A organização foi criada, em 2009, a partir da união entre as associações Astra e a ACSRN.

À época da realização da pesquisa, a organização contava com 40 membros, os quais recebiam uma renda mensal média aproximada de R\$ 700,00 (setecentos reais). A organização, além de participar da coleta seletiva municipal, recebia a doação de materiais recicláveis de organizações públicas e privadas. A seguir, serão analisados os indicadores calculados a partir dos dados coletados na COOPCICLA, a qual obteve índice de sustentabilidade 0,684, classificada, de acordo com a metodologia da FUNASA (2017), como favorável.

Tabela 28 - Índice de sustentabilidade de organizações de catadores – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade do Natal/ RN – COOPCICLA/Natal

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 1	Regularização da organização	63,15%	Favorável	0,63	0,84	0,53
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	60%	Favorável	0,6	0,84	0,50
ISOC 3	Qualidade das parcerias	100%	Muito Favorável	1	0,71	0,71
ISOC 4	Diversificação de parcerias	81,81%	Muito Favorável	0,8181	0,66	0,54
ISOC 5	Renda média por membro	0,74	Desfavorável	0,5	0,95	0,48
ISOC 6	Relação entre gêneros	100%	Muito Favorável	1	0,74	0,74
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito Favorável	1	0,82	0,82
ISOC 8	Capacitação da organização	100%	Muito Favorável	1	0,84	0,84
ISOC 9	Participação em reuniões	87,5%	Muito Favorável	0,875	0,87	0,76
ISOC 10	Rotatividade	20%	Muito Favorável	0,8	0,80	0,64
ISOC 11	Benefícios aos membros	21,42%	Desfavorável	0,2142	0,79	0,17
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	87,50%	Muito Favorável	0,875	0,74	0,65
ISOC 13	Adesão da população	Não Respondeu	Muito Desfavorável	0	0,91	0,00
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	0,38%	Muito Desfavorável	0,25	0,89	0,22
ISOC 15	Taxa de Rejeito	30%	Muito Desfavorável	0,7	0,87	0,61

ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	80%	Muito Favorável	0,8	0,74	0,59
ISOC 17	Produtividade por catador	2,09	Favorável	0,75	0,84	0,63
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	90,90%	Favorável	0,909	0,89	0,74
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	57,14%	Muito Desfavorável	0,5714	0,89	0,51
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	44,44%	Desfavorável	0,4444	0,87	0,39
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	87,50%	Favorável	0,875	0,87	0,76
Total					17,37	11,90
Índice de Sustentabilidade		0,684804145	Favorável			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

De acordo com a pesquisa realizada, dos 21 indicadores calculados para a COOPCICLA, sete foram considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis.

Dentre esses últimos, assim como ocorreu em todas as organizações de catadores pesquisadas, não foi possível calcular o ISOC 13 em virtude da ausência de conhecimento da COOPCICLA acerca da adesão da população. A cooperativa em análise também apresentou uma baixa taxa de recuperação de materiais recicláveis (ISOC 14), visto que apenas 0,38% do material reciclável estava sendo desviado do aterro sanitário, sendo considerado ideal pela FUNASA (2017) um percentual igual ou maior que 25%. Ainda, foi possível constatar a existência de uma taxa de rejeitos (ISOC 15) de 30%, a qual pode ser considerada elevada, tendo-se como parâmetro o percentual menor ou igual a 5% classificado como muito favorável pela FUNASA (2017).

Os ISOCs 13, 14 e 15 guardam relação com a atuação do poder público e com o seu dever de promoção de um programa de coleta seletiva efetivo. De forma reflexa, tais aspectos influenciavam na renda do catador de materiais recicláveis, a qual, no caso da COOPCICLA, foi considerada desfavorável (0,74) por não alcançar o valor do salário mínimo.

Entretanto, outros fatores relacionados com a atuação da diretoria da organização também puderam ser percebidos como desafios à sustentabilidade da COOPCICLA, são eles: os benefícios oferecidos ao catador (ISOC 11), as condições ambientais de trabalho (ISOC 19) e a saúde e segurança do trabalhador (ISOC 20).

As condições ambientais de trabalho na organização (ISOC 19) foram classificadas como muito desfavoráveis, isso porque, dentre os 21 aspectos desejáveis, a COOPCICLA apenas afirmou o preenchimento de 12 itens⁸⁶. Já a saúde e segurança do catador (ISOC 20), por sua vez, foi classificada como desfavorável, visto que a organização apenas afirmou preencher quatro dentre os nove fatores apontados como desejáveis pela FUNASA (2017), sendo eles: a limpeza e a higiene apresentadas pelo local de trabalho; a observação de descanso obrigatório pela carga e rotina das atividades; a comunicação visual nos ambientes e o registro e atendimento aos acidentes de trabalho.

Esses indicadores medem as condições do ambiente de trabalho, considerando aspectos relativos à higiene, ao controle de vetores de doenças, à adequação da infraestrutura do ambiente ao trabalho realizado e aos riscos de acidentes de trabalho e de incêndio. De modo geral, as organizações de catadores pesqui-

⁸⁶ No que tange às condições ambientais de trabalho, a COOPCICLA informou preencher os seguintes itens: limpeza do refeitório executada diariamente; limpeza dos banheiros executada diariamente; ventilação adequada da área de trabalho; área de triagem com cobertura adequada; altura adequada da mesa de triagem ou esteira de catação; definição de limite máximo de peso, segundo normas, a ser obedecido pelos trabalhadores para evitar lesões de coluna e membros; existência de sistemas e ações de prevenção de incêndios; instalações elétricas adequadas e protegidas contra choques; controle de acesso e movimentação de pessoas; barreira para evitar risco de quedas de plataformas e mezaninos; proteção coletiva de desníveis (guarda-corpo); separação e isolamento de produtos tóxicos.

sadas apresentaram dificuldades no que tange aos indicadores que medem as condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador. Tal resultado aponta para a necessidade de atenção e de investimento nesse aspecto, devendo-se considerar que a sua melhoria exige capacitação dos catadores e consciência acerca dos riscos enfrentados.

Por fim, o ISOC 11, que, de forma geral, mede os benefícios sociais destinados aos catadores, também foi classificado como desfavorável. Dentre os 14 itens desejáveis, a organização afirmou beneficiar os cooperativados apenas com o pagamento equivalente a 13º, uma contribuição em caso de acidente ou adoecimento do membro e com a doação de cesta básica. Deve-se destacar que, como a COOPCICLA não realiza contribuição para o INSS, tais benefícios são subsidiados pela própria organização.

A partir da análise do quadro que segue, é possível denotar que, dentre sete desafios identificados na COOPCICLA, três se relacionam diretamente com o programa de coleta seletiva implementado no município, sendo eles os ISOCs 13, 14 e 15. Já o ISOC 5, por sua vez, é influenciado por tais fatores, guardando relação com a atuação do ente municipal e com os esforços para o aprimoramento das ações voltadas à educação ambiental. Outros três aspectos se relacionam com a própria atuação da diretoria (ISOC 11, 19 e 20). Tal resultado pode ser visualizado no Quadro 22.

Diante de tal resultado, passou-se a analisar o perfil da liderança entrevistada na COOPCICLA. A partir do cálculo dos quatro indicadores selecionados, foi possível identificar uma liderança racional legal, o que pode ser observado na Tabela 29.

Quadro 24 - Resumo das dificuldades constatadas na Cooperativa COOPCICLA/Natal

Organização pesquisada	Indicador	O que é medido	Avaliação	Aspecto
COOPCICLA/ Natal	ISOC 5	Renda média por membro	Desfavorável	Socioeconômico
	ISOC 11	Benefícios aos membros	Desfavorável	Organizacional
	ISOC 13	Adesão da população	Muito Desfavorável	Eficiência Operacional
	ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	Muito Desfavorável	
	ISOC 15	Taxa de Rejeito	Muito Desfavorável	
	ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	Muito Desfavorável	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador
	ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	Desfavorável	

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Tabela 29 - Análise do perfil da liderança – COOPCICLA/Natal

Indicador	O que é medido	Cálculo do ISOC	Avaliação	Medição	Peso	Valor Final
ISOC 5	Renda média por membro	0,74	Desfavorável	0,5	0,95	0,48
ISOC 7	Autogestão	100%	Muito favorável	1	0,82	0,82
ISOC 9	Participação em reuniões	87,5%	Muito Favorável	0,875	0,87	0,76
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	57,14%	Muito Desfavorável	0,5714	0,89	0,51
Total					3,53	2,564796
Classificação da Liderança						
		0,726571	Racional Legal			

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A despeito do resultado obtido a partir do cálculo dos indicadores, torna-se essencial analisar a entrevista realizada na COOPCICLA. O entrevistado Q⁸⁷ é presidente da organização desde o ano de 2016. Como destacou, a sua história se assemelha aos demais membros da organização, tendo iniciado as suas atividades na catação ainda no antigo lixão de Cidade Nova:

[...] eu cheguei aqui, meu pai morreu eu tinha nove anos. E minha mãe não tinha outro meio de vida. Então ela veio buscar aqui dentro do lixão, para nos sustentar [...]. Então eu tive que... meu irmão teve que vir trabalhar no lixão como eu com 9 anos e ele com 11. E ele teve que vir, aí teve que vir para cá trabalhar para sustentar os nossos irmãos com a morte de nosso pai. E estou aqui desde 9 anos, estou com 40, já. <<acha graça>>. Aí, entrei no lixão, comecei lá dentro trabalhando, igual catador. Eu e meu irmão e minha mãe, depois veio meus irmãos menores, as escadinhas, tudinho aqui. Eu tive um irmão meu com três anos aqui dentro do lixo. [...] É, a maioria dos catadores é assim mesmo, é pai que faleceu ou a situação financeira da família não estava muito boa e a única solução que teve foi procurar o lixão que era o único meio de vida que a gente que não tem muito estudo, não tem como entrar numa fábrica dessa, tem que ter, tudo tem que ter curso. Então, é mais fácil, um caminho mais fácil para você arrumar emprego é aqui dentro do lixão. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

O catador relatou as dificuldades do trabalho realizado no lixão e o preconceito vivido em virtude da atividade que realizava:

Para sobreviver, tinha que trabalhar para sustentar a família. Aí eu tive que fazer uma escolha na minha vida entre ou estudar ou cuidar dos meus irmãos, eu tenho que cuidar meus irmãos. Então eu tive que vir para aqui dentro. E

⁸⁷ Entrevistado Q: presidente da COOPCICLA. Entrevista realizada em janeiro de 2018.

abandonei meus estudos com... eu ia para o colégio, mas eu tive que... chegou uma época que eu não tive mais condição de ir para o colégio, porque o cheiro forte ficava no meu corpo. E você, quando chegava no colégio muitas vezes, chegava no colégio, cheiro forte. Muita gente que sentava perto de você e... <<silêncio>> se afastava. Aí eu sabia da onde foi que... por qual motivo estava daquele jeito. E isso...<<silêncio>> levava a pessoa e eu fui me afastando do colégio até sair do 1º ano, incompleto, 1º ano, 2º... não gosto nem de lembrar dessa época [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

Sobre as condições de trabalho no antigo lixão e as melhorias obtidas a partir da fundação da cooperativa, afirmou o entrevistado:

Sufrimento, dia de chuva é horrível. A lama nas suas costas, você pega doença de pele, sabe? É... quando não é chuva, quando está no tempo seco é a poeira que vem, você respira aquela poeira e você adocece. Peguei muita doença de pele na época. Graças a Deus, como cooperativa, o que vale é a saúde da gente, eu acho. A gente hoje em dia eu agradeço muito por estar aqui, rezo todo dia para isso não acabar nunca. Que eu acho que foi a melhor solução que teve para os catadores em formar a cooperativa em termos de saúde e o pagamento está melhorando graças a Deus. Mas saúde principalmente, que não tem dinheiro que pague você saber que não vai ficar doente, como eu já passei mais de mês em cima de uma cama de hospital com... por causa da poeira daqui de dentro, respirava [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

O entrevistado Q relacionou a sua trajetória de vida com a sua atuação à frente da cooperativa, considerando-se um líder por buscar melhorias para todos os membros da organização. Como afirmou:

Eu me considero um líder. Eu me considero. Graças a Deus muitos me apoiam aqui dentro e quem sabe o que... de onde

eu vim, e o que eu faço por eles. Que o que eu quero, o que eu tive de ruim para mim, eu não quero para nenhum. Eu procuro fazer sempre o melhor para todos aqui. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

Para ele, o líder de uma organização de catadores possui, como principal função promover a união entre o grupo, devendo considerar a busca do bem-estar dos demais membros em sua atuação:

Ele ter união com o grupo, eu acho. Eu acho que se ele não tiver união com o grupo, ele não... se não for unido com o grupo, ele não... <<silêncio>> não é nada. Ele (também não é digno) do grupo. Que não adianta você fazer as coisas sozinho só em benefício de si próprio. Tem que fazer para todos. Tratar todos por igual. Eu acho que o cabra para ser líder tem que ser isso [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

Suas funções, entretanto, se restringem às atividades administrativas. Como afirmou, atualmente não mais participa da produção junto aos demais cooperados:

A minha parte é mais administrar a cooperativa. O [...], que é o vice-presidente, ele já é a parte de galpão. Cada um tem seus setores aqui dentro para que não fique se batendo com o outro. Cada um toma conta de um setor para não ter atrito entre a diretoria, porque quando... como é em cinco pode haver... <<silêncio>> discussão. Então, isso não seria legal para a cooperativa. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

De acordo com Veronese e Scholz (2013, p. 43), “à luz dos princípios norteadores da economia solidária, compreende-se que não há como participar de todas as ações – desde a produção até a gestão – ao mesmo tempo”, entretanto, a configuração de uma liderança solidária pressupõe a inexistência de atividades e rotinas rigidamente traçadas, optando-se pela redistribuição constante das responsabilidades dentro do grupo, “descentralizando o poder em níveis homogêneos

e horizontais” (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 58). No caso da COOPCICLA, o presidente afirmou não mais realizar atividades na produção, centralizando o poder e o desempenho das tarefas administrativas.

De forma geral, o entrevistado considera ser bem avaliado pelos demais membros da cooperativa, reconhecendo, contudo, existir discordâncias internas:

Eu acho que 90 por cento do pessoal, eu acho que enxerga me como... presidente mesmo, um líder daqui, uma pessoa boa, sabe? 10 por cento não, porque ninguém agrada todo mundo, não é? Tem uns 10 por cento aí que me questiona aí, porque é gente da antiga administração que perdeu. Certo? Então como eles perderam, eles continuaram. Eu trato tudinho igual. Eles queriam cadeiras, eles queriam mesas, eles queriam escritório. Quando eles perderam a eleição, e nada disso eu fiz, certo? Se o pessoal queria mudança, para que eu dar cadeira a eles? Não adiantava. Então eles queriam continuar no mesmo canto. Então tive que – sabe? – tirar eles de uma vez. Então se o pessoal queria mudança, eu fiz a mudança que eles pediram. Tirei eles, botei eles lá junto com o pessoal, então muitos que estão aí ainda, desses 10 por cento que não vai muito comigo. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

As decisões, de forma geral, ainda são tomadas pela diretoria. Tal característica, por sua vez, afasta a organização da autogestão, visto que, nesta, cada membro “deverá ser gestor, discutindo em grupo quais são as ações prioritárias, como férias, ganhos financeiros etc.” (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p. 44).

Eu chamo a diretoria. Decisão da cooperativa é feito em grupo porque como eu disse, aqui tem que ter união. Se não tiver união, não adianta. A gente fazer com... tomar uma atitude aqui sozinho e daqui a pouco um outro da diretoria não gostar. Então, a gente chama a diretoria e aí é conversado aqui. Hoje em dia estamos com três, só.

[...] Mas assim, é conversando com a diretoria. A diretoria resolve, não só o presidente. Tem que ser em maioria, por isso sempre tem que ser ímpar, não é? Não pode ser em decisão par. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPICLA, 2018].

A partir da entrevista concedida, foi possível denotar que o presidente da organização não percebe a importância da promoção do diálogo com todos os membros da organização, o que afasta o empreendimento pesquisado do perfil solidário e aproxima a liderança do perfil racional legal. O entrevistado afirmou, por sua vez, não ser necessária a realização de reuniões periódicas, não havendo, portanto, uma priorização por parte da organização:

Aqui o certo era para ter todo mês. No começo eu fazia todo mês. Eu fiz uns quatro a cinco meses direto. Só que chegou num ponto que não tinha mais necessidade. Porque está todo... eu acho assim, eu pergunto para o pessoal aqui, não faço reunião. E quando eu tenho um problema grave mesmo como, por exemplo, o final do ano agora, teve a festa e eu chamo todo mundo, perguntei como é que estava. Vai ter agora de mês de março, reunião geral, assembleia geral. Vai ter agora que era para ter feito em dezembro, não deu tempo. Não é certo, mas eu estou fazendo uma vez por ano, que é a assembleia geral para... mas era para fazer todo mês, mas não estamos fazendo, não. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPICLA, 2018].

Em outro momento, igualmente, a ausência de uma liderança solidária se tornou evidente, principalmente, quando o entrevistado Q reconheceu ser rígido com os cooperativados, afirmando que:

Rapaz... eles reclamam <<ênfatisou>> muito, muito mesmo, eu acho que é por causa que eu sou muito exigente. Eles, eles... porque é assim, que eu digo é só a minoria mesmo que eu vejo que reclama. Que eu não vejo mais ninguém, então... de... que eu não fosse muito exigente. Em termos de...

horário, de presença, sabe? Que por eles aqui, tem alguns aqui que chega de 07:30 que horário aqui é até 07:00. 07:15 e 13:30. Tem cabra aqui que chega aqui 07:30 a 08:00. Então [...] 07:00 não se abre mais o galpão para ninguém. Chegou 07:00, pode voltar dali do portão, não... não entra mais. Então é mais essas coisas, que eles reclamam em termos de eu ser muito rígido. [ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018].

Os dados apresentados até o momento permitem concluir que, em Natal, tal qual no caso do Rio de Janeiro e Curitiba, considerando um mesmo contexto institucional entre organizações de catadores e poder público municipal, as organizações possuirão capacidade de inclusão diversa e desafios diferenciados.

A tabela que segue demonstra que as duas organizações apresentaram índice de sustentabilidade favorável. Contudo, deve-se destacar que a COOPCICLA apresenta ISOC mais próximo da condição ideal considerada muito favorável pela FUNASA (2017).

As duas lideranças foram classificadas como “racionais legais”. Entretanto, na cooperativa COOPCICLA há maior aproximação com a liderança solidária, ou seja, justamente aquela que mais se aproximou de um cenário de sustentabilidade interna muito favorável.

É importante ressaltar que a experiência de inclusão social de catadores de Natal é percebida como referência para outras cidades, a exemplo de Curitiba. Entretanto, embora seja modelo no que tange aos instrumentos de gestão, o perfil das lideranças na capital do Rio Grande do Norte se distancia do perfil solidário. Nesse sentido, a despeito de se configurar o desenho institucional desejável para uma política de inclusão de catadores, não foi possível denotar a existência de uma liderança solidária capaz de buscar meios para a superação dos principais desafios das organizações.

Além disso, deve-se analisar o segundo elemento indicado na hipótese da pesquisa como aspecto que poderia influenciar na sustentabilidade da organização: as parcerias firmadas. Para tanto, serão considerados os resultados obtidos para o indi-

gador que reflete sobre tal aspecto: o ISOC 4 (Diversificação de parcerias).

Tabela 30 – Relação entre Sustentabilidade da organização, perfil da liderança e diversificação de parcerias – Cooperativas de Natal

Indicador	Cooperativa			
	COOPCICLA		COOCAMAR	
Perfil da Liderança	0,72657	Racional-Legal	0,70934	Racional-Legal
ISOC 4 (Diversificação de parcerias)	81,81%	Muito Favorável	72,72%	Favorável
Resultado do índice	0,68480	Favorável	0,60226	Favorável

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A partir da análise da tabela acima, é possível denotar que não apenas o perfil da liderança pode influenciar no resultado obtido pelas organizações, mas, igualmente, a diversificação das parcerias existentes: a organização que indicou possuir o maior número de parcerias foi, justamente, a organização que obteve maior índice de sustentabilidade.

Nesse sentido, considerando a hipótese que motivou o presente estudo, conclui-se que, assim como no Rio de Janeiro e em Curitiba, em um mesmo contexto e diante de uma mesma relação entre poder público e organizações de catadores, estas possuem diferentes capacidades de inclusão, podendo apresentar diferenciações em função do perfil da liderança que conduz as suas atividades e da diversificação de parcerias. Em Natal, igualmente, quanto mais próximo da concretização de uma liderança solidária e quanto maior a diversificação de parcerias, maior foi a capacidade de inclusão apresentada pela organização.

4.4 Considerações sobre o contexto das organizações de catadores

De modo geral, a pesquisa realizada evidenciou que a realidade de funcionamento das organizações de catadores pelo Brasil ainda é diversa após oito anos da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As organizações de catadores enfrentam dificuldades diversas, as quais não foram equacionadas após a sua inserção nos programas de coleta seletiva estudados. Os modos de relação estabelecidos entre os municípios e as organizações estudadas em cada contexto não garantiram a sustentabilidade dessas. Todas as associações e as cooperativas pesquisadas apresentaram um contexto classificado como favorável, porém ainda enfrentam desafios diversos para a inclusão social de seus membros.

A fim de analisar os aspectos que foram denominados aqui como principais desafios das organizações estudadas, consideraram-se os indicadores que obtiveram classificação desfavorável ou muito desfavorável em cada cooperativa ou associação, sendo esses indicados como dificuldades a ser enfrentadas. O resultado dessa análise se encontra nos quadros que seguem.

O primeiro deles está organizado de acordo com os cinco aspectos nos quais se inserem os indicadores de sustentabilidade das organizações conforme a metodologia da FUNASA (2017). As cooperativas e associações que apresentaram indicadores desfavoráveis ou muito desfavoráveis em cada área foram assinaladas no quadro abaixo, de modo que cada marcação equivale a um indicador avaliado negativamente.

Quadro 25 – Principais dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas (por aspecto estudado)

ORGANIZAÇÕES	ASPECTO				
	Legal/Institucional	Organizacional	Socioeconômico	Eficiência Operacional	Condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador
Transformando	**	**		*****	**
COOPFUTURO	*	*		****	
Recicla Mais	**	*		****	***
Mutirão		**		****	
Corbéia	*	***		*****	*
COOCAMAR		**	*	****	***
COOPCICLA		*	*	***	**

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

OBS: O * presente no quadro indica a quantidade de indicadores considerados desfavoráveis ou muito desfavoráveis em cada aspecto.

O quadro denota que os principais desafios das organizações pesquisadas se relacionam com a questão organizacional, com a eficiência operacional e com as condições de trabalho, saúde e segurança do catador, tanto no que diz respeito ao número de organizações que apresentaram indicadores desfavoráveis e muito desfavoráveis, quanto em relação ao número de indicadores classificados negativamente em cada uma delas.

O aspecto organizacional diz respeito aos indicadores relativos à autogestão, à capacitação para o trabalho na organização, à participação em reuniões, à rotatividade, aos benefícios aos membros, bem como à diversificação de atividades e serviços realizados pela organização. Já a eficiência operacional, por sua vez, traz indicadores ligados à organização (como a autossuficiência de equipamentos e veículos e a produtividade do catador) e ao programa de coleta seletiva implementado pelas gestões municipais, como a adesão da população, as taxas de recuperação de materiais recicláveis e de rejeitos.

Além da análise realizada de acordo com os aspectos estudados e apontados como desafios à sustentabilidade das organizações, tonava-se importante conhecer quais indicadores foram mais frequentemente classificados como desfavoráveis ou muito

desfavoráveis após a realização da pesquisa. O quadro que segue apresenta a quantidade de organizações que apresentaram indicadores classificados negativamente.

Tabela 31 – Principais dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas (por indicador)

Indicador	O que é medido	Quantidade de organizações que obtiveram classificação do indicador como Desfavorável ou Muito Desfavorável
ISOC 1	Regularização da organização	0
ISOC 2	Instrumentos legais na relação com a prefeitura	2
ISOC 3	Qualidade das parcerias	1
ISOC 4	Diversificação de parcerias	3
ISOC 5	Renda média por membro	2
ISOC 6	Relação entre gêneros	0
ISOC 7	Autogestão	0
ISOC 8	Capacitação da organização	0
ISOC 9	Participação em reuniões	0
ISOC 10	Rotatividade	4
ISOC 11	Benefícios aos membros	5
ISOC 12	Diversificação de atividades e serviços	2
ISOC 13	Adesão da população	7
ISOC 14	Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis	7
ISOC 15	Taxa de Rejeito	7
ISOC 16	Autossuficiência de equipamentos e veículos	5
ISOC 17	Produtividade por catador	4
ISOC 18	Condições de trabalho na coleta de resíduos secos	0
ISOC 19	Condições ambientais de trabalho	5
ISOC 20	Saúde e segurança do trabalhador	4
ISOC 21	Uso de equipamentos de proteção individual	2

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Ao realizar a análise por indicador, exibindo-se o quantitativo de organizações que apresentaram dificuldades em cada temática, é possível perceber que as 7 associações e cooperativas

obtiveram classificação desfavorável ou muito desfavorável no que tange à adesão da população e às taxas de recuperação de materiais recicláveis e de rejeitos. Tratam-se de indicadores que se relacionam com o planejamento e a gestão dos programas de coleta seletiva implementados pelos municípios. No caso do ISOC 13 (adesão da população), a ausência de informação afirmada em todos os casos estudados indica inexistência de monitoramento da coleta realizada. Já as baixas taxas de recuperação e recicláveis e as altas taxas de rejeito (ISOC 14 e 15), por sua vez, denotam a necessidade de investimento por parte dos entes municipais para o aprimoramento do serviço prestado. Tais aspectos se apresentaram como dificuldades em todos os casos pesquisados.

Entretanto, o estudo realizado, igualmente, destacou que as organizações ainda enfrentam dificuldades relacionadas com a gestão e com a sua capacidade de investimento na melhoria da qualidade de vida do catador. Nesse sentido, 5 organizações visitadas apresentaram indicadores desfavoráveis e muito desfavoráveis no que tange aos benefícios oferecidos aos catadores; à autossuficiência de equipamentos e veículos e às condições ambientais de trabalho. Já 4 encontram como desafios a alta rotatividade de seus membros; a baixa produtividade do catador e a necessidade de melhoria das condições de saúde e de segurança do trabalhador. Esses aspectos, por sua vez, se relacionam com a atuação dos presidentes das organizações, os quais devem buscar fomentar parcerias diversas para o fortalecimento da organização. Contudo, a diversificação dessas parcerias ainda se mostra desafiadora em 3 dos casos pesquisados.

No que tange às condições de trabalho do catador, torna-se necessário analisar, conjuntamente, os indicadores de sustentabilidade das organizações e dos programas de coleta seletiva investigados. Os dados fornecidos pelos gestores evidenciaram que, em Curitiba e Natal, os indicadores relativos às condições ambientais de trabalho e de saúde e de segurança do catador (ISCS 13 e 14) foram classificados como desfavoráveis ou muito desfavoráveis. Tal análise deve ser realizada de forma combinada com os indicadores ISOC 19, 20 e 21, os quais demonstram que esses são, ainda, alguns dos desafios enfrentados pela maior parte das organizações pesquisadas.

No Rio de Janeiro, a partir da pesquisa realizada com a gestão municipal, tais indicadores foram classificados como favorável e muito favorável, respectivamente. Contudo, a investigação realizada nas associações e nas cooperativas evidenciou que apenas as organizações COOPFUTURO (Rio de Janeiro) e Mutirão (Curitiba) não apresentaram dificuldades nos indicadores referidos; nas demais, tais itens ainda se constituem como desafios presentes.

Deve-se ressaltar que a literatura nacional vem realizando estudos diversos nos últimos anos acerca dos riscos enfrentados pelos catadores na realização do trabalho com os recicláveis. Dentre eles, destaca-se pesquisa de doutorado realizada por Souza (2015) na área de medicina preventiva, a qual ressaltou a existência de fungos e de umidade constante no ambiente dos galpões de triagem. Galon e Marziale (2016, p.186), por sua vez, apontaram os principais riscos enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis. Dentre eles, são citados o risco de quedas, atropelamentos, incêndios e cortes, por exemplo. No que tange aos principais problemas de saúde, são destacados: nervosismo, dores no corpo e nas articulações, cansaço, tosse, falta de ar, insônia, ardência nos olhos, alergias, enjoo, emagrecimento, dores abdominais, manchas na pele e dores musculoesqueléticas. Parte dessas doenças estão associadas ao ambiente de trabalho vivenciado pelo catador. Porém, conforme destacaram, “os estudos constataram a não existência de EPIs ou a baixa adesão quando estes são fornecidos”. Tal contexto, por sua vez, se combina com a ausência de benefícios garantidos a esses trabalhadores, com ressaltam Galon e Marziale (2016, p.187):

Os catadores ainda não contam com nenhuma proteção trabalhista efetiva, caso necessitem de afastamento por problemas de saúde e/ou acidentes de trabalho, situação que gera preocupação e sofrimento nesses grupos [...]. Um estudo em uma cooperativa no Brasil identificou que, caso um trabalhador faltasse devido a problemas de saúde, sofreria descontos em sua remuneração mensal [...].

De fato, os catadores, de forma geral, ainda não contam com proteção trabalhista efetiva, o que se relaciona com a escassez de

benefícios ofertados, inclusive, àqueles que realizam atividades em organizações autogestionárias. Nesse sentido, Galon e Marziale (2016, p.187) apontaram que, até mesmo nesses contextos, supostamente mais favoráveis, caso um trabalhador falte ao trabalho devido a problemas de saúde, poderá sofrer descontos em sua remuneração mensal: “Esta situação, característica do trabalho informal, pode levar trabalhadores a desempenharem suas atividades mesmo estando doentes (presenteísmo), intensificando a vulnerabilidade social que enfrentam”.

Ressalte-se que as cooperativas e as associações estudadas contavam, além do apoio municipal, com galpões construídos ou reformados a partir de recursos provenientes de projetos com organizações não governamentais (a exemplo das organizações natalenses) ou de convênio das Prefeituras com o BNDES, como era o caso das organizações estudadas em Curitiba e no Rio de Janeiro, as quais contavam com estruturas como banheiros adaptados, vestiários, refeitórios, salas de curativos. Nesse sentido, é possível que a condição apresentada por organizações de catadores que não possuem tais benefícios seja ainda mais dificultosa do que aquela evidenciada na presente pesquisa.

As realidades estudadas não destoam largamente das afirmações de Besen e Jacobi (2017, p. 76) ao afirmarem que ainda coexistem, no Brasil, a ausência de remuneração das organizações de catadores pelos serviços de coleta seletiva tanto pelas prefeituras quanto pelo setor privado, as deficiências de planejamento da infraestrutura e fluxos adequados das centrais de triagem e as condições degradantes de trabalho.

A despeito do fato de que os contextos de todas as organizações foram classificados como favoráveis, os índices de sustentabilidade calculados mostram a diferença da capacidade de inclusão e a existência de desafios diversos. Foi possível, ainda, comprovar que o perfil da liderança presente nas organizações e a diversificação de parcerias influenciam na sustentabilidade das cooperativas e associações e, conseqüentemente, na sua capacidade de inclusão.

A tabela que segue apresenta o índice de sustentabilidade das organizações, o índice da liderança e o resultado do indicador relativo à diversificação de parcerias (ISOC 4) nos casos estudados. Entende-se, aqui, que não é possível realizar a comparação entre

todas as organizações pesquisadas por se tratarem de municípios com porte diferenciado e que oferecem apoio institucional distinto. Nesse sentido, as conclusões foram obtidas a partir da comparação entre os contextos das organizações de cada cidade, as quais recebem o mesmo tipo de apoio por parte do ente municipal.

A Tabela 32 demonstra que, nas organizações pesquisadas, quanto mais o líder da cooperativa ou associação se aproxima de um perfil solidário, maior é o índice de sustentabilidade. No mesmo sentido, quanto mais diversas as parcerias firmadas, maior foi o resultado encontrado para o índice calculado no presente estudo.

Desse modo, ao mesmo tempo em que a pesquisa revelou que organizações que contam com o mesmo suporte institucional por parte do ente municipal apresentam capacidade inclusiva diferenciada, também foi possível confirmar que outros elementos contribuem para que, no contexto de um mesmo programa de coleta seletiva, existam realidades distintas de inclusão, dentre eles: o perfil da liderança exercida pelos presidentes, a efetividade do programa de coleta seletiva municipal e as dificuldades enfrentadas em sua operacionalização, bem como a diversidade de parcerias firmadas pelas organizações.

Tabela 32 – Índice de sustentabilidade, perfil da liderança e diversificação de parcerias nas organizações de catadores estudadas

Organização	Índice de sustentabilidade	Índice da liderança	Parcerias (ISOC 4)
Coopfuturo /Rio de Janeiro	0,716	0,867 Solidária	54,54%
Cooperativa Transformando/ Rio de Janeiro	0,660	0,836 Solidária	27,27%
Recicla Mais/Rio de Janeiro	0,563	0,824 Solidária	18,18%
Mutirão/Curitiba	0,740	0,879 Solidária	81,81%
Corbélia/Curitiba	0,664	0,853 Solidária	36,36%
Coopcicla/Natal	0,684	0,726 Racional- Legal	81,81%
Coocamar/Natal	0,602	0,709 Racional- Legal	72,72%

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

A pesquisa qualitativa realizada confirmou os resultados obtidos acerca do perfil da liderança entrevistada. Vale destacar que, a partir das análises realizadas nas sete organizações de catadores pesquisadas, foi possível confirmar as ideias de Veronese e Scholz (2013, p. 45) no que tange à inexistência de perfis puramente solidários. Conforme os autores, o perfil solidário de liderança deve ser encarado como um tipo ideal, de modo que não será encontrado, de forma pura, na realidade empírica. Conforme destacam os autores: “os empreendimentos ‘reais’ se aproximarão ou se afastarão desse modelo” caracterizado pela presença de uma liderança empreendedora, mas também empoderadora e catalisadora da participação de todos os membros.

4.5 A presença do estigma nas realidades estudadas: mais um fator para a afirmação da existência de um sujeito em vias de inclusão

A pesquisa evidenciou que o estigma ainda está presente no cotidiano do catador brasileiro. Conforme discutido anteriormente, na segunda metade da década de 1980, os catadores tornaram-se realidade como força de trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo, ocorreu a expansão histórica do setor da reciclagem a partir de fatores como: (1) a produção e a assimilação de um novo comportamento diante do lixo; (2) o desenvolvimento de uma legislação ambiental que estimulou o desenvolvimento da reciclagem como atividade econômica; e (3) o investimento em todo o país para estruturar a coleta seletiva. Nesse contexto, a atividade desempenhada pelo catador tornou-se importante para a manutenção dos interesses da indústria da reciclagem.

Tal fator se apresentou como motivação para que o setor empresarial utilizasse o “discurso verde” para alçar o catador à função de agente ambiental da reciclagem. Somada a essa realidade, a previsão de inclusão do catador em organizações autogestionárias na PNRS foi, para Souza (2012), uma tentativa de tornar tolerável a presença do catador nas cidades. A lei, portanto, também buscou realizar a reconfiguração da ocupação do catador de materiais recicláveis no Brasil e modificar a percepção

da sociedade ou a representação social acerca da categoria.

Contudo, os relatos dos catadores entrevistados evidenciaram a presença do estigma, mesmo que de forma velada. Ao serem perguntados se o preconceito se mantém em relação ao catador, responderam os entrevistados:

Quadro 26- Percepção dos catadores entrevistados em relação à existência do preconceito em relação aos catadores

Organização	Percepção sobre a existência de preconceitos com o catador nos dias atuais
ENTREVISTADA D, representante da Transformando, 2017	“Já sim. Porque as pessoas achavam, nossa, ela é catadora. Agora hoje as pessoas não me veem muito assim, veem muito eu como uma líder de uma cooperativa, mas já tive muito isso”.
ENTREVISTADA E, representante da COOPFUTURO, 2017	“Muito. [acha graça] O preconceito é tão grande, aqui dentro a gente sofre preconceito pelos garis. A gente sofre preconceito pelos garis. Que os garis têm o péssimo hábito de mexer no resíduo. Então ele veio vazar o caminhão, ele vai lá e pega o cobre, ele vai e pega o alumínio. Quando eu vou falar alguma coisa com o gari: “não mexe aí, não. Esse resíduo não é seu. Você trabalha de carteira assinada”, “ah, se enxerga. Se enxerga. Fazendo questão de que? Esse lixo é teu? Você comprou alguma coisa [...] O preconceito é tão grande com o gari que é tão discriminado pela sociedade, não deveria, porque tem uma vassoura na mão, ele discrimina o catador. ((acha graça)) [...] Porque o catador é para ele, é tão insignificante, você está entendendo? A gente sofre preconceito. [...] E aí um dia um... a menina esteve ali no salão para fazer a unha e o cara do salão falou: “ih, ela trabalha ali naquela reciclagem. Não tem vaga não.”, não tem vaga para fazer unha, para pagar para fazer que trabalha na reciclagem. O dinheiro dela é diferente do de quem?”
ENTREVISTADA F, representante da Recicla Mais, 2017	“Sim, até quando eu vou na loja comprar alguma coisa, que eu digo que eu sou catadora, a pessoa olha assim para mim, porque não acredita. Eu sou catadora com muito orgulho. Sou catadora com muito orgulho. Porque é dali que eu tenho hoje é do meu suor, é do meu trabalho”.
ENTREVISTADO N, representante da Corbélia, 2018	“Tem que ter o catador, tem que ter o coletor na rua, mas o povo tem muito preconceito ainda com quem mexe com reciclagem”.

ENTREVISTADA L, representante da Corbélia, 2018	“Ainda tem. A gente tinha muito aqui no mercado. Aí os catadores só (compram) no mercado. Então quando catadores chegavam lá, os seguranças todos andavam atrás”.
ENTREVISTADO M, representante da Corbélia, 2018	“Ah, hoje é mais respeitado. Mesmo alguns chamando de ladrão, eles ainda são respeitados”.
ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018	“Sofre, mas não como era antigamente. Sofre, mas não como era antigamente. Sofre, mas o... que tem... é uma profissão que hoje a gente considera linda. Tem condições insalubres [...] tem. [...]”.
ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018	“Mas tem ainda os 20 por cento que ainda bate a porta na nossa cara. Tem gente que não tem muito... não tem coração, eu acho. Eu mesmo já passei por isso, eu fui em uma casa uma vez e pedi água [...] e ele não quis nem saber quem eu era. Eu me identifiquei que eu estava fardado [...]”.

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

Para os presidentes, a categoria ainda sofre com o estigma relacionado à atividade da catação. Os(as) catadores(as) D, M, Q e O destacaram ter ocorrido diminuição das situações de preconceito, porém, tal constatação é contraposta pelos entrevistados em falas subsequentes.

A exemplo do exposto, o entrevistado M, ao mesmo tempo em que afirmou que o catador é atualmente mais respeitado, ressalta que este ainda é chamado de ladrão. No mesmo sentido, a entrevistada D, do mesmo modo em que afirmou que a percepção em relação a ela (líder) foi alterada, quando foi questionada sobre o que se modificou na forma como o catador é percebido socialmente, destacou: “Eu acho que nada. Eu acho que nada, eu acho que ela não... nunca foi enxergado”.

O quadro que segue apresenta a opinião dos catadores no que tange às mudanças ocorridas em relação à percepção da sociedade acerca do catador no Brasil após a organização do grupo nas associações ou nas cooperativas pesquisadas.

Quadro 27 - Percepção dos catadores entrevistados em relação à mudança da percepção da sociedade acerca do catador no Brasil

Organização	Opinião dos entrevistados sobre a ocorrência de mudança em relação à percepção da sociedade acerca do catador no Brasil
ENTREVISTADA D, representante da Transformando, 2017	“Eu acho que nada. Eu acho que nada, eu acho que ela não... nunca foi enxergado, [...] os catadores nunca foram valorizados do jeito que tem que ser. Então do meu ponto de vista, nada. Eu continuo trabalhando (no meu lixo orgânico), que não podia existir na verdade, mas continuo trabalhando porque a sociedade não faz o trabalho dela e nós temos que fazer. [...] Eu acho que não mudou em nada”.
ENTREVISTADA E, representante da COOPFUTURO, 2017	“[...] eu fico satisfeita porque eu vejo que hoje em dia desmistificou muito a imagem do catador, do homem do saco, do pobrezinho, do coitadinho. O [...] ele foi catador junto com a minha mãe [...] e ele se formou com o dinheiro da catação e hoje ele é um professor de gestão ambiental. É o meu diretor, trabalha comigo. [...] O catador, ele é o dono do seu espaço, ele é um agente ambiental, ele tem seus direitos, ele tem conhecimento dos seus direitos. [...] E ele tem buscado uma maneira de ser visto. Eu acho que cada dia mais a gente tem saído desse patamar de invisível [...]”
ENTREVISTADA F, representante da Recicla Mais, 2017	“A gente era olhada, olhado, o catador como catador de rua. Até o mendigo mesmo, que também é catador, era olhado com nojo. Hoje, algumas pessoas, veja o seguinte, antes a gente... quando fala assim, catador, é catador de lixo. Não, a gente não é catador de lixo, a gente é catador de material reciclável, a gente não é catador de lixo”.
ENTREVISTADO N, representante da Corbélia, 2018	“É essencial. Mas ele não é valorizado”.
ENTREVISTADA L, representante da Corbélia, 2018	“Para a gente hoje é melhor pela identificação, que você... o pessoal vê um catador na rua identificado, é diferente do que você vê... Então os carrinhos nossos tem placa do Ecocidadão também. Então já deu essa diferença assim. Não é tanto igual era antes, já deu uma...”
ENTREVISTADA M, representante da Corbélia, 2018	“Ah, eu vejo bem. Serviço bom”.
ENTREVISTADO O, representante da COOCAMAR, 2018	“O que mudou foi o reconhecimento do trabalho. Você tinha vergonha antigamente, não se tem mais. Tem muito investimento, tem muita coisa para fazer ainda, você vê. O problema que a gente está correndo e uma ruma de ladrão correndo atrás da gente. É incineração, é consultoria, é gente assim, a gente nunca consegue fazer as coisas [...]. A prefeitura não divulga a coleta seletiva [...] Falta muita coisa”.
ENTREVISTADO Q, representante da COOPCICLA, 2018	“Mudou. Do lixão para agora, sim. Algumas pessoas tratam a gente muito bem, muito bem mesmo. Eu vou dizer assim, em termos de 80 por cento da população que a gente visita nas portas, nos tratam bem. Nos reconhecem como uma pessoa do bem. [...] Não tem valorização quanto a gente deveria não, porque a gente, nós somos muito cobrados. Mas a ajuda que a gente tem é muito pouca porque o trabalho da gente era para ser visto com mais... o povo cobra muitíssimo da pessoa.”

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

As entrevistas evidenciam percepções dissonantes. Para a maior parte dos presidentes, ao longo dos anos, a figura do catador foi desmistificada, a exemplo das falas dos entrevistados E e F. Para este último, a transformação de um catador de lixo em catador de materiais recicláveis representa uma evidência da valorização da categoria. Além disso, outro fator positivo identificado na realização da atividade é o reconhecimento ocorrido a partir da realização do trabalho em organizações autogestionárias, conforme destacado pelos catadores L, O e Q. Entretanto, o próprio entrevistado Q destaca que o catador ainda é desvalorizado, opinião compartilhada nas falas dos catadores D e N.

Conforme Moscovici (2015), as representações sociais convencionalizam objetos, pessoas e acontecimentos, inserindo-os em uma categoria pré-definida e de forma prescritiva. A percepção da sociedade acerca de outros indivíduos, por exemplo, está permeada por representações, refletindo-se em suas atitudes. As representações podem sofrer transformações diversas, sendo, portanto, dinâmicas.

Conforme exposto anteriormente, a representação social do catador se relaciona à percepção acerca do próprio resíduo sólido, usualmente percebido como lixo. O estudo da Política Nacional de Resíduos Sólidos aqui realizado tornou possível concluir que essa lei objetivou não somente promover a emancipação econômica dos catadores, conforme o seu inciso V do artigo 15, mas também, indiretamente, previu a inserção do catador em associações e cooperativas como forma de promover a mudanças na percepção acerca da categoria. Entretanto, conforme exposto nos quadros acima, para os entrevistados D e N, o catador no Brasil ainda não é valorizado, pois não foi possível perceber mudanças significativas na forma como é percebido. Tal desvalorização, por sua vez, e a inexistência de uma mudança significativa na forma como o catador é percebido socialmente se reflete na manutenção do preconceito e da sua expressão sob a forma da discriminação.

4.6 O desafio da autogestão e do exercício da liderança solidária

A autogestão, entendida como um modo de agir coletivo (CATTANI, 2003), é ainda um desafio no Brasil. Para Lima (2004), a falta de uma cultura autogestionária se constitui como um dos principais problemas que inviabilizam os empreendimentos solidários.

Conforme exposto, a liderança exercida em uma organização autogestionária deve se diferenciar do perfil presente em empresas privadas. Naqueles contextos, é preciso que se desenvolvam as lideranças de perfil solidário e democrático, as quais estimularão a participação, o que consiste em fator decisivo para o sucesso das organizações (VERONESE; MARTINS, 2010).

A presente pesquisa evidenciou que a forma como a liderança é exercida poderá aproximar ou afastar os empreendimentos dos princípios da economia solidária, bem como contribuir para o sucesso econômico da organização. Além disso, o perfil da liderança poderá descaracterizar o empreendimento enquanto grupo autogestionário.

A pesquisa demonstrou que, nos casos estudados, a realidade das organizações ainda aponta para a dificuldade na autogestão. A análise dos indicadores evidencia a falsa ideia de efetividade da autogestão nas organizações de catadores. Contudo, foi possível denotar, a partir das falas dos entrevistados, que a retórica da economia solidária não se configura como a diretriz norteadora do funcionamento dessas organizações.

De forma combinada, a liderança exercida nas associações e cooperativas ainda apresenta aspectos que a distancia do perfil solidário. Além dos indicadores calculados e das análises das entrevistas realizadas, é possível confirmar tal resultado a partir da leitura do quadro que segue, o qual sintetiza a palavra chave da percepção acerca das características desejáveis em um líder de uma organização autogestionária.

Quadro 28 – Percepção da liderança pelos presidentes entrevistados

Organização pesquisada	Característica apontada pelos entrevistados como fator fundamental para um líder em organização autogestivadora
Transformando	Parceria
COOPFUTURO	Resolver os problemas dos demais/Vestir a camisa
Recicla Mais	Diálogo
Mutirão	Lutar junto com os outros
Corbélia	Representar os demais
COOCAMAR	Influenciar os demais/Transparência
COOPCICLA	Buscar melhorias para todos os membros da organização

Fonte: elaborado pela autora (2018), a partir da coleta direta de dados.

É possível denotar que os entrevistados ainda possuem múltiplas compreensões acerca do papel do líder. Algumas falas se alinham à compreensão de que o papel do líder é guiar e influenciar a ação dos liderados. Contudo, a influência a ser realizada pelos líderes deve corresponder à indução do desenvolvimento de práticas compartilhadas pelos demais membros (SCHOLZ, 2009a), o que nem sempre foi constatado na atuação dos presidentes das organizações pesquisadas. Outras lideranças, por sua vez, apontaram a representação enquanto função essencial do líder ou, ainda, o ato de “resolver os problemas” dos demais membros da organização.

Os resultados da pesquisa confirmam as investigações realizadas por Scholz (2009a), ao indicar que os empreendimentos solidários, apontam para a predominância de perfis de líderes típicos de empresas capitalistas, os quais centralizam as informações e a condução dos processos de gestão. Este foi o resultado encontrado em todas as organizações pesquisadas. O compartilhamento na tomada de decisão é restrito aos membros da diretoria das organizações e as assembleias se constituem enquanto espaços esvaziados de discussão e de deliberação, sendo realizadas reuniões para ajustes pontuais em relação às relações pessoais e à dinâmica de trabalho.

Dessa forma, foram encontrados contextos gerais de organizações em que as responsabilidades não foram redistribuídas e descentralizadas. As prioridades não são coletivamente definidas, confirmando a afirmação de Veronese e Scholz (2013), segundo os quais este pode ser considerado como um dos maiores desafios dos empreendimentos autogestionários.

A despeito de terem sido encontrados perfis que se aproximavam de um líder solidário, a pesquisa confirmou que as etapas da construção de uma liderança solidária “parecem percorrer um caminho cujo movimento poderia ser compreendido como uma espiral; aprendem, erram, voltam, avançam” (VERONESE, 2011, p.106). Nesse sentido, trata-se de um processo de aprendizado que deve ser retroalimentado, justamente por se constituir como não-linear, uma vez que os indivíduos podem não evoluir cronologicamente, “podendo regredir, ascender novamente na escala de evolução, estagnar-se ou pular etapas, dependendo do nível de competências e de aprendizado que possuem ou do nível de comprometimento” (SCHOLZ, 2009b, p.9).

À GUIA DE CONCLUSÃO: os desafios da inclusão de catadores de materiais recicláveis no Brasil à luz da PNRS

Ao discutir a inclusão social de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o presente trabalho tomou como ponto de partida o estudo da condição socioproductiva do catador de materiais recicláveis no Brasil. Após o histórico inicial do surgimento dessa ocupação da cena urbana brasileira, foi possível realizar a caracterização da atividade a partir da constatação de um contexto permeado por carências: de trabalho, de condições adequadas para o desempenho da ocupação e de inclusão social.

Nesse sentido, concluiu-se que, ao mesmo tempo em que é útil à indústria da reciclagem e ao meio ambiente, o catador brasileiro compõe a classe de despreparados para o trabalho produtivo no capitalismo competitivo, denominada de ralé brasileira (SOUZA, 2009), necessitando da atividade precária da catação para a garantia da sua sobrevivência, a qual o afasta da dignidade em função do estigma (GOFFMAN, 1975) inerente a sua ocupação (BASTOS, 2008; 2014) e o mantém em um contexto de carência de trabalho e de inclusão social.

Trata-se de uma realidade em que as características da própria ocupação, marcada pela carência de condições adequadas, e a visualização desta enquanto parte de uma cadeia produtiva explicitam as faces da inclusão e da exclusão se defrontando continuamente (TELLES, 2006), na medida em que se percebe a funcionalidade da atividade da catação para o contexto econômico no qual se insere.

Nesse sentido, o trabalho descortinou a condição socioproductiva de uma categoria em vias de inclusão social a partir das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010). Essa norma e os decretos federais nº 7.404/2010 e 7.405/2010 estabeleceram os moldes da inclusão social de catadores de materiais recicláveis no Brasil, devendo tais indivíduos se inserirem em organizações autogestionárias,

como cooperativas e associações, as quais devem participar dos programas municipais de coleta seletiva.

Esse novo contexto normativo estimulou a criação e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários formados por catadores. Tais organizações, que começaram a ser formadas desde a década de 1990, experimentaram contextos diversificados de trabalho e de relacionamento com o poder público municipal. Apesar do reconhecimento dos benefícios obtidos por organizações de catadores em virtude de convênios firmados com o poder público local (MAGNI, 2011), tornava-se necessário estudar a inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, investigando se em um mesmo contexto local, diante de uma mesma relação entre organizações de catadores e o poder público municipal, as organizações possuíam a mesma capacidade de inclusão social do catador? Além disso, era necessário entender quais os fatores que contribuem para distanciar as organizações do alcance dos fins legais?

Adotou-se como pressuposto que, apesar da importância da relação entre o poder público municipal e as organizações de catadores, organizações que contam com o mesmo suporte apresentariam capacidade inclusiva diferenciada. Assim, outros elementos contribuem para que, no contexto de um mesmo programa de coleta seletiva, existam realidades distintas de inclusão, como a efetividade do programa de coleta seletiva municipal, a diversidade de parcerias firmadas pelas organizações e a liderança exercida pelos representantes da organização.

Foi possível denotar que as organizações de catadores ainda enfrentam dificuldades diversas, as quais não foram equacionadas após a sua inserção nos programas de coleta seletiva estudados. Os modos de relação estabelecidos entre os municípios e as organizações não garantiram a sustentabilidade dessas. Todas as associações e as cooperativas apresentaram um contexto classificado como favorável – conforme as classificações definidas pela FUNASA (2017) – porém ainda enfrentam desafios diversos para a inclusão social de seus membros.

A fim de analisar os aspectos que foram denominados aqui como principais desafios, consideraram-se os indicadores que

obtiveram classificação desfavorável ou muito desfavorável em cada cooperativa ou associação, sendo esses apontados como dificuldades a ser enfrentadas.

Os resultados demonstraram que o catador ainda vivencia uma situação de precariedade mesmo quando inserido nas organizações autogestionárias. Foram identificados como principais desafios os aspectos relacionados à questão organizacional; à ineficiência operacional e às condições de trabalho, saúde e segurança do trabalhador além da dependência em relação ao programa de coleta seletiva ao qual se vinculam.

É fato que esse formato jurídico institucional de inclusão eleito pelo legislador brasileiro e priorizado pela Lei nº 12.305/2010 retirou catadores de contextos laborais ainda mais degradantes se forem comparados às realidades dos lixões a céu aberto e ao trabalho autônomo realizado nas ruas e avenidas brasileiras. Entretanto, esse modo de organização do trabalhador não garantiu o equacionamento de problemas básicos que permeiam o trabalho do catador, como a melhoria das condições de saúde e segurança; o aumento dos benefícios oferecidos aos catadores e à autossuficiência de equipamentos e de veículos. Como reflexo desses fatores, surgem aspectos que enfraquecem o trabalho coletivo e comprometem a sustentabilidade das próprias organizações, como a baixa produtividade e a alta rotatividade dos membros.

Em síntese, foi possível elencar aqueles fatores que, repetidamente, se configuraram como desafiadores (desfavoráveis ou muito desfavoráveis), sendo eles: a diversificação de parcerias, a rotatividade, o benefício aos membros, a adesão da população, a taxa de recuperação de materiais recicláveis, a taxa de rejeitos, a autossuficiência de equipamentos e de veículos, a produtividade por catador, as condições ambientais de trabalho, a saúde e a segurança do trabalhador. Todos eles foram detectados como dificultosos em, pelo menos, três organizações pesquisadas e se configuraram como problemas pendentes de solução, ou seja, são obstáculos não ultrapassados apesar da previsão expressa na PNRS.

A partir do cálculo dos indicadores, também foi possível denotar que alguns fatores foram frequentemente classificados

como favoráveis ou muito favoráveis. São eles: a regularização da organização, os instrumentos legais na relação com a prefeitura, a qualidade das parcerias, a renda média por membro, a relação entre gêneros, a autogestão, a capacitação da organização, a participação em reuniões, as condições de trabalho na coleta de resíduos secos e o uso de equipamentos de proteção individual.

A análise desses aspectos deve ser, contudo, realizada com cautela. Deve-se destacar que todas as organizações pesquisadas possuem apoio das prefeituras municipais. Para tanto, foi necessário, inicialmente, providenciar a sua regularização, o que favorece a classificação delas no ISOC 1 e no ISOC 2 (regularização da organização e instrumentos legais na relação com a prefeitura). A renda média por membro (ISOC 5), por sua vez, também pode ser reflexo da relação com o poder municipal, visto que, exceto as organizações do Rio de Janeiro, todas as demais recebiam recursos financeiros seja pela realização da coleta (Natal), seja pelo recebimento do material reciclável (Curitiba). No que tange à autogestão (ISOC 7), à participação em reuniões (ISOC 9) e ao uso de equipamentos de proteção individual (ISOC 21), a despeito das informações fornecidas pelos participantes, foi possível evidenciar, a partir da pesquisa qualitativa com entrevista semiestruturada e observação, que o contexto ainda era de dificuldades. Desse modo, é possível que a condição de organizações que não contam com o suporte municipal se apresente ainda mais dificultosa mesmo naqueles aspectos que, no presente estudo, não foram apontados como desafios à inclusão do catador.

Apesar dos avanços destacados, considera-se aqui que os desafios enfrentados pelas organizações pesquisadas somam-se à evidência de que o estigma ainda ronda a realização da atividade, permitindo a conclusão de que o catador brasileiro ainda se constitui como um sujeito em vias de inclusão no Brasil. Até o momento, o formato jurídico institucional previsto na PNRS se apresenta como uma “tentativa de organizar a precariedade⁸⁸” (LIMA, 2007b, p. 137).

⁸⁸ Lima (2007, p. 137) utiliza a expressão “tentativas de organizar a precariedade” para se referir a “cooperativas de reciclagem de lixo” e demais organizações que “passam a ser conhecidas como cooperativas populares”.

Uma questão relevante chamou atenção quando analisados os resultados da pesquisa realizada com base nas diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos: trata-se da ausência de diálogo com o setor empresarial para a efetivação da PNRS. A Lei Federal nº 12.305/2010 institui a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, caracterizada pelo conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas de diversos atores: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Tais ações objetivam minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados e reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental. Nesse sentido, de acordo com a norma, não apenas o poder público possui responsabilidades e competências na gestão dos resíduos, mas, igualmente, a sociedade e o setor empresarial.

Os acordos setoriais são previstos na referida lei como atos de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, a fim de promover a implantação da responsabilidade compartilhada acima indicada. Contudo, na presente pesquisa, o setor empresarial não foi citado como ator de destaque, visto que não foram observadas ações que ultrapasassem a simples doação de materiais recicláveis às organizações de catadores, explicitando que o Brasil ainda possui um largo caminho para a concretização da norma.

Diante dessas evidências, é possível apontar que a realidade e as dificuldades encontradas ainda hoje aproximam as associações e as cooperativas de catadores das organizações autogestionárias estudadas por Pochmann (2004). Segundo o autor, no início dos anos 2000, as alternativas para a inclusão socioprodutiva ainda eram frágeis. Para solucionar tal aspecto, ao longo dos anos – e a fim de fortalecer tais experiências autogestionárias –, o poder público, em suas diversas esferas, concretizou medidas de apoio a essas iniciativas, as quais ainda se assemelharam a medidas assistencialistas que operaram como um fim em si mesmas.

No que tange à categoria dos catadores, devem ser realizadas duas ressalvas. A primeira delas diz respeito ao tempo de vigência da PNRS. A despeito dos resultados evidenciados, deve-se ponderar que a Lei 12.305 existe apenas desde 2010,

estando em um momento inicial do seu processo de implementação. Contudo, pesquisas sobre o tema são fundamentais para que sejam explicitados os desafios, possibilitando avaliações e aprendizado sobre o processo de efetivação da norma. Nesse sentido, não se descarta, aqui, que os fins legais possam ser futuramente alcançados.

Além disso, deve-se destacar que a análise do trabalho organizado e autogestionário deve ser realizado caso a caso, não sendo adequado realizar afirmações generalizadoras. É possível encontrar exemplos em que o formato organizado permitiu maior satisfação dos trabalhadores em relação ao trabalho. Lima (2007b, p. 162), por exemplo, apresentou o caso de cooperativas do setor calçadista afirmando que, em organizações gaúchas pesquisadas por ele, “o trabalho em cooperativas tem significado aumento da renda, estabilidade, manutenção de alguns direitos básicos, além de maior democratização das relações de trabalho”. No mesmo sentido, Reis (2007) destacou o caso de cooperativa do ramo da confecção em que as mulheres trabalhadoras, ao inserir-se no trabalho autogestionário, obtiveram mudanças em todas as esferas do seu cotidiano, sendo mais respeitadas por seus companheiros e adquirindo maior credibilidade no comércio local⁸⁹.

Diante do exposto, evidenciou-se que as tentativas de inclusão de catadores a partir do formato estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos ainda não se configuram como medidas emancipatórias. Trata-se de um exemplo de que “as cooperativas se apresentam como solução paradoxal” (LIMA, 2007b, p. 130). Essa forma de organização pode atender ao trabalhador na atenuação de situações de desemprego e maior autonomia. Porém, ao mesmo tempo, substitui as relações trabalhistas por relações de terceirização da produção.

No caso específico do catador, foi possível demonstrar que, apesar da formação de organizações autogestionárias ser apresentada como opção para a inclusão social na Política Nacional de Resíduos Sólidos e significar um avanço em relação ao labor realizado nos lixões, o trabalho em cooperativas e em associações, muitas vezes, esconde velhos entraves e um cenário ainda

⁸⁹ Outros casos são apresentados em Santos (2005), a exemplo do estudo de Rodrigues (2005).

precário. Tem-se a submissão do trabalhador à cadeia da reciclagem (agora de forma organizada), e não uma alternativa certa para a transformação de sua realidade. Nesse sentido, como destacaram Demajorovic e Besen (2007, p. 13), o modelo instituído pela PNRS ainda “carece de fortalecimento e ajustes para que realmente faça inclusão social”.

A despeito do reconhecimento da melhoria das condições de labor dos catadores, os dados apresentados demonstraram que ainda há um passivo a ser solucionado no que tange à garantia de um trabalho seguro. A PNRS buscou solucionar tal condição a partir da organização da categoria. Porém, a realidade encontrada demonstra a necessidade de investimento (para aquisição de maquinário e equipamentos de proteção individual) e de existência de uma infraestrutura adequada ao trabalho com o resíduo, a fim de reduzir a insalubridade intrínseca à matéria prima do trabalho realizado pelo catador. É preciso, portanto, buscar formas de que o trabalho em análise deixe de ser considerado como “melhor do que nada” ou “melhor do que antes” (REIS, 2007), para alçar o catador à condição de dignidade⁹⁰.

Merece relevo também a análise realizada acerca do perfil das lideranças exercidas pelos representantes das organizações. De modo geral, os presidentes entrevistados foram classificados como líderes solidários (nas organizações do Rio de Janeiro e Curitiba) ou com perfil racional-legal (lideranças das cooperativas de Natal). Em todos os casos, identificou-se a ausência concretização da autogestão como desafio presente, que se evidenciou a partir das falas dos entrevistados. Desse modo, a pesquisa confirmou a existência de contextos em que as etapas da construção da liderança solidária se constroem e se reconstróem permanentemente, inexistindo perfis puramente solidários (VERONESE, 2011; VERONESE E SCHOLZ, 2013). A

⁹⁰ Adota-se a conceituação de Sarlet (2002, p. 62), segundo o qual a dignidade consiste na: “qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos”.

atuação desses líderes, por sua vez, se mostrou indispensável, na medida em que parte dos desafios identificados foram associados a uma atuação mais ou menos enérgica por parte dos representantes.

Outro aspecto evidenciado se relaciona com os desafios permanentes dos programas de coleta seletiva dos municípios estudados. Os três municípios pesquisados possuem altas taxas de rejeito e baixo percentual de recicláveis recuperados. Além disso, o planejamento e a gestão dessa política se mostrou deficitária na medida em que as próprias administrações municipais afirmaram desconhecer dados importantes e necessários ao aprimoramento da política, a exemplo do número de habitantes atendidos em Natal (que compõe o cálculo do ISCS 3) e do número de domicílios que aderem à coleta seletiva (o qual deve ser informado para o cálculo do ISCS 9) em Natal e no Rio de Janeiro. A inexistência do dado relativo à adesão da população à coleta seletiva demonstrou ausência de interesse no que tange ao planejamento e à potencialização do programa.

Um terceiro ponto a ser destacado diz respeito ao custo da coleta seletiva (ISCS 15 e 16). O Rio de Janeiro e Curitiba são, justamente, os dois municípios que não possuem as organizações de catadores como prestadores do serviço de coleta. Entretanto, deve-se destacar que o alto custo da coleta seletiva nesses dois municípios não garantiu a eles um índice de sustentabilidade muito favorável.

Ao realizar a pesquisa em contextos institucionais diferenciados (ou seja, municípios de portes diversos com programas e apoios distintos às organizações de catadores), concluiu-se que cooperativas e associações que contam com o mesmo suporte conferido pelo poder público apresentaram capacidade inclusiva diferenciada. Esta, por sua vez, foi medida a partir do índice de sustentabilidade das organizações de catadores. O cálculo dos indicadores e dos índices realizado confirmou que, diante de um mesmo contexto institucional, é possível constatar a existência de uma capacidade inclusiva distinta nas organizações, apontando que o perfil mais ou menos solidário das lideranças e a diversidade de parcerias firmadas se constituem como elementos que influenciam nesta diferenciação.

Além disso, foram evidenciados os principais desafios das organizações de catadores no contexto da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o que poderá balizar futuros estudos ou ações no sentido de tornar efetivas as diretrizes desta norma. Vale destacar que, conforme acima afirmado, a coleta dos dados qualitativos foi igualmente importante para descortinar dificuldades que não foram evidenciadas por meio dos dados quantitativos. Podem ser citados como exemplos os desafios da autogestão e do exercício da liderança solidária, bem como a manutenção do estigma como elemento que distancia o catador brasileiro da inclusão social.

Ao mesmo tempo em que a legislação infraconstitucional (PNRS) inovou ao prever um formato desejável para a inclusão do catador no Brasil, as experiências pesquisadas demonstraram que os municípios brasileiros ainda não se mostram preparados para promover a desejada inclusão social ou, sequer, para garantir a emancipação econômica do catador. Se, por um lado, deve-se enaltecer o conteúdo inovador da PNRS em seus aspectos econômicos, ambientais e sociais, por outro, é necessário compreender até que ponto o formato de inclusão previsto em tal norma encontra condições institucionais favoráveis para a sua implementação.

É fato que a PNRS possui eficácia jurídico-dogmático, ou seja, aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade. Contudo, os dados apresentados aqui apontam que os resultados concretos desta lei não são suficientes para se afirmar a ocorrência de inclusão social do catador brasileiro. Primeiro porque o termo “inclusão social” presente na lei 12.305/2010 não possui um significado unívoco, trata-se, portanto, de um conceito jurídico indeterminado presente no texto normativo para expressar a intenção do legislador ao vislumbrar a possibilidade de inserção formal do catador da cadeia da reciclagem. O ponto de conflito a ser destacado é que tal termo poderá adquirir diferentes significados a partir das diversas estratégias de concretização que sejam formuladas e implementadas. Nesse sentido, a concretização da desejada inclusão social expressamente destacada pelo legislador na PNRS dependerá da compreensão de inclusão do gestor público responsável

pela sua concretização, podendo adquirir formatos mais ou menos assistencialistas, por exemplo.

Mesmo que uma definição de inclusão possa ser adotada (relacionando-a ao grau de sustentabilidade das organizações enquanto forma de medição da sua capacidade inclusiva), é preciso ressaltar outro aspecto. Trata-se da possibilidade de que esta lei esteja gerando resultados positivos pontuais, porém por uma ausência de estratégias e políticas definidas (com diretrizes e metas orientadas), a norma não seja capaz de produzir uma metamorfose da condição social da categoria, adquirindo um caráter predominantemente simbólico (NEVES, 2007).

Assim, o seu texto normativo poderá ter funções de natureza político-simbólica mais fortes do que o seu caráter manifesto de força normativa. Como conceitua Neves (2007, p. 32) uma legislação simbólica pode ser “caracterizada por uma hipertrofia da sua função simbólica em detrimento da concretização normativa do respectivo texto legal”. Dentre a tipologia da legislação simbólica descrita pelo autor⁹¹, a PNRS poderá adquirir feições de uma legislação-álibi, compreendida como aquela que surge como forma de o Estado dar respostas a reivindicações sociais. Como afirmou Neves (2007, p.36): “o legislador, muitas vezes sob pressão direta do público, elabora diplomas normativos para satisfazer as expectativas dos cidadãos, sem que com isso haja o mínimo de condições de efetivação”. Tais normas mesmo que não se efetivem na prática, descarregam pressões políticas ou apresentam “o Estado como sensível às exigências e expectativas dos cidadãos”.

Não se deseja afirmar, aqui, que o viés social da PNRS relacionado com a inclusão social de catadores já nasceu, originariamente, como um álibi. Isso porque logo após a publicação da Lei 12.305/2010, a criação do Programa Pró-Catador por meio do Decreto 7.405/2010 e a previsão de coordenação das ações pelo Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis, somadas à existência da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) desde o

⁹¹ Neves (2007) apresenta os seguintes tipos de legislações simbólicas: confirmação de valores sociais, legislação-álibi e legislação como fórmula de compromisso dilatatório.

ano de 2003, podem ser citadas como indicativos de uma tentativa de atuação concreta em prol da categoria.

Entretanto, a reestruturação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, passando a se constituir como Subsecretaria de Economia Solidária⁹², o arrefecimento do Programa Pró Catador e os múltiplos desafios encontrados nas organizações de catadores permitem lançar luz para a seguinte reflexão: caso a PNRS não seja acompanhada por estratégias traçadas para o fortalecimento da categoria de catadores e para garantir a uniformização das condições de sustentabilidade das organizações, essa norma poderá adquirir uma roupagem de álibi, definida por Neves (2007, p. 39) como aquela lei elaborada como uma tentativa de “dar a aparência de uma solução dos respectivos problemas sociais ou, no mínimo, da pretensão de convencer o público das boas intenções do legislador”.

⁹² A fim de obter maiores informações sobre o atual cenário da SENAES e do Programa Pró Catador, durante a elaboração da pesquisa, foi realizada consulta, com base na Lei de Acesso à Informação por meio do canal e-Ouv – Sistemas de Ouvidorias, ao Ministério do Trabalho e Emprego (Protocolo: 46001.003198/2018-10). Em resposta à solicitação realizada, foram obtidas as seguintes informações: Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, referimo-nos à manifestação realizada no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), nº 46001003198201810. Quanto ao assunto, informamos que a demanda foi direcionada para a Subsecretaria de Economia Solidária (SENAES), que prestou as seguintes orientações: Pergunta: 1. a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ainda existe? Se sim, qual a sua atuação? Resposta: “1. Sim, como Subsecretaria de Economia Solidária, conforme Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e Regimento Interno disponível para consulta no link: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Institucional/portaria-1153-ri-mtb-adm-central.pdf>. Pergunta: 2. O Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) ainda existe? Resposta: 2. Sim. Está vinculado à Secretaria de Articulação Social da Presidência da República. **Necessita “urgentemente” ser resignificado para readquirir protagonismo à altura da sua missão.** [grifos acrescentados]. Pergunta: 3. O Programa Pró-Catador ainda existe? Quais as suas ações e projetos atuais? Qual a situação atual do programa? O que está sendo executado? Resposta: 3. Sim. As ações e projetos atuais estão contidas em Convênios de Ações Integradas e Cataforte III. **Quanto à situação atual do Programa, avaliamos como urgente a preparação dos editais e iniciativas para o desenho institucional do Cataforte IV.**” [grifos acrescentados]. Sem mais, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos. Atenciosamente, Divisão de Relacionamento com o Cidadão - Ouvidoria-Geral - Ministério do Trabalho.

Diante do exposto, a pesquisa realizada demonstrou capacidades institucionais diversificadas por parte dos municípios e desafios múltiplos no contexto das organizações de catadores, os quais, por sua vez, indicam a existência de uma categoria em vias de inclusão. A PNRS, por sua vez, pode ser apontada como uma diretriz a ser concretizada.

Demonstrou-se, portanto, que a previsão expressa na PNRS de inclusão de catadores na gestão compartilhada de resíduos sólidos via organizações autogestionárias não se configura como fator suficiente para o cumprimento dos fins legais, é preciso dotar os municípios e as organizações de catadores de capacidade técnica e de investimento, bem como se faz necessário definir os contornos e o sentido da inclusão social desejada.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a, p.15-20.

_____. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003b, p.20-25.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. **Emergência de novos atores no desenvolvimento sustentável: A contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Recife: UFPE, 2008.

ALMEIDA, Lia de Azevedo. **A formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise orientada pela complexidade**. 2016. 175 f., il. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, p.44-59, jun.2012. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ARANTES, Bruno Otávio; BORGES, Lívia. Catadores de Materiais Recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, n.65 (3), p. 319-337, 2013. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/807>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ARAÚJO, Ricardo. Catadores se arriscam no transbordo. **Tribuna do Norte**, Natal, 04 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

BARBOSA, Maira Freitas Barbosa; VERONESE, Marília Veríssimo. Relações de trabalho, liderança e autogestão na economia solidária: alternativas na promoção de saúde dos trabalhadores. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO: DIÁLOGOS EM PSICOLOGIA SOCIAL, 14., 2007, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ABRAPSO, 2007. v. 1. p. 1-1. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/sessoes/2387_sessoes_resumo.htm>. Acesso em: 29 de junho de 2017.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (Orgs.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 65-82.

BASTOS, Valéria Pereira. **Catador**: profissão: um estudo do processo de construção identitária, do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Profissão**: catador. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

BESEN, Gina Rizpah. **Coleta seletiva com inclusão de catadores**: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28032011.../GinaRizpahBesen.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R. Acordo setorial de embalagens pós-consumo no Brasil: consulta pública e remuneração e catadores de materiais recicláveis. In: BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R.; FREITAS, Luciana. (Orgs.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos**: implementação e monitoramento de resíduos urbanos. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017, p.71-94

BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R.; FREITAS, Luciana. Panorama da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: resíduos urbanos. In: BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R.; FREITAS, Luciana. (Orgs.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos**: implementação e monitoramento de resíduos urbanos. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017, p.13-33.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. **História dos catadores no Brasil**. Verona: São Paulo, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**: Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/legislacao.jsf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 3.214**, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Brasília, 1978. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/MTE/1978/3214.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Lixo e Cidadania: Guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos**. Brasília: 2005. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/.../cdu/.../lixo-e-cidadania/view>. Acesso em: 29 mar. de 2018.

_____. Decreto 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da União. Brasília**, 13 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 13 abr. 2012.

_____. Lei 12. 305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 03 ago. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SNSA **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2016**. – Brasília: MCIDADES. SNSA, 2018. Disponível em: <<http://www.snisa.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2016>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartheid: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARTA DE BRASÍLIA. 1º Congresso Nacional do MNCR em 2001. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CARTA DE BOGOTÁ. III Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis. 2008 Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/biblioteca/legislacao/arquivos-em-pdf/Carta_de_Bogota_portugues.pdf/view>. Acesso em: 06 fev. 2017.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **A discriminação negativa**. Cidadãos ou autóctones? 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTRO, Nadya.; DEDECCA, Cláudio. Flexibilidade e Precarização: tempos mais duros. In: CASTRO, N.; DEDECCA, C. (Orgs.). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.9-18.

CATTANI, Antônio David. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. (Org.). Porto Alegre: Veraz, 2003. p.9-15.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (CEMPRE). **Artigos e publicações**. Fichas técnicas. Latas de alumínio. 2015. disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/ficha-tecnica/id/5/latas-de-aluminio>>. Acesso em: 30 set. 2016.

CORAGGIO, José Luís. **Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

COVISA / FUNDACENTRO-CTN. **Relatório Técnico Saúde e Segurança nas Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos conveniadas com o Município de São Paulo**. São Paulo, 2014.

CRIVELLARI, Maria Tarchi, DIAS; Sonia Maria, e PENA, André de Souza. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In KEMP, Valéria Heloísa, CRIVELLARI; Helena Maria Tarchi (orgs.). **Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 299-324.

CRUZ, Antônio. As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho. **Campinas: arquivo eletrônico**, 2002. 21 pp. Disponível em: <<http://antares.ucpel.tche.br/nesic/condhistoricasdaemergencia.pdf>>. Acesso em: 06 de mar. de 2017.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, André; CUNHA, Gabriela; YONEKO, Regina. (Orgs.). **Uma outra economia é possível**. Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003, p.45-72.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 121p. Curitiba, 2010.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Plano Municipal de Saneamento de Curitiba**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. v. 5 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, 169 p. Curitiba, 2013.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Curitiba**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. v. 4 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Curitiba, 186 p. Curitiba, 2017.

DEMAJOROVIC, Jacques e BESEN, Gina Rizpah. Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2007, p.1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C1680.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio antissocial em indústrias. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 97-118.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D; TARGINO, I (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: EDUFPB, 2011, p.65-103.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, A. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

EIGENHEER, Emílio. **A história do lixo: A limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FARIA, Maurício Sarda. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. 2005. Tese (Doutorado em sociologia política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luiz Antônio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.17(3), p.689-696, maio/jun., 2001. Disponível em: <<http://www.limpezapublica.com.br/textos/4651.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. **Trabalho e meio ambiente urbano na percepção dos representantes das associações de catadores de resíduos sólidos de Natal, Brasil**. Barcelona: Território, Ciudad, Educación, 2007. v. 1, p. 77-92.

_____. Panorama dos resíduos sólidos brasileiros: análises de suas estatísticas. **Biblio 3w** (Barcelona), v. XV, p. 1-23, 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-928.htm>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.

_____. O desenvolvimento da indústria da reciclagem dos materiais no Brasil: Motivação econômica ou benefício ambiental conseguido com a atividade? **Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n.387, v.16, 1 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-387.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. O ambientalismo econômico no discurso da reciclagem dos materiais. **Revista Lampejo**, v. 1, p. 60-67, 2013. Disponível em: <http://revista-lampejo.org/edicoes/edicao-3/artigos/Artigo06_Fabio_Fonseca_60_a_66.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Entre ruas, lembranças e palavras**. A

trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. BESEN, Gina Rizpah; GÜNTHER, Wanda Maria Risso; RIBEIRO, Helena; JACOBI, Pedro Roberto; DIAS, Sonia Maria (Orgs.). **Gestão da coleta seletiva e de organizações de catadores:** indicadores e índices de sustentabilidade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2017. Disponível em: < http://www.funasa.gov.br:8080/documents/20182/39040/MANUAL_COLETA_SELETIVA.pdf/d4a5fd4b-9af1-413b-b136-7592a47fa63d >. Acesso em: 20 jun. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24., 2005. Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPOCS, 2005, p.1-23. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt23-18/3837-lgaiger-apontamentos/file>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, p.81-99, 2009. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/401>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, Cristina Jaquetto, GOES, Fernanda Lira (orgs). **Catadores de Materiais Recicláveis:** um encontro nacional. Rio de Janeiro : IPEA, 2016, p.169-199.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. A prática sócio-espacial dos catadores de materiais recicláveis e a (re)produção do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 25, p. 69 - 88, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOIS, Fábio Ricardo Silva; SILVA, Ivanilde Ramos da; SOUTO, Maria Auxiliadora. Crianças e adolescentes fora do lixo. In: SEMINÁRIO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS, 4., Recife. 2000. **Anais...** Recife, 2000.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar.** Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record. 2005.

GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo.** Experiência e desafios. – São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p.

GRIPPI, Sidney. **Lixo: reciclagem e sua história – guia para as prefeituras brasileiras.** 2ª. edição. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

- GUERRA, Sidney. **Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- GUTBERLET, Jutta; BAEDER, Angela; PONTUSCHKA, Nídia; FELIPONE, Sônia; SANTOS, Tereza. Participatory Research Revealing the Work and Occupational Health Hazards of Cooperative Recyclers in Brazil. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, 2013. Disponível em: <[http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/link/noticias/ijerph-10-04607\[1\]_20131011092646.pdf](http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/link/noticias/ijerph-10-04607[1]_20131011092646.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IBGE. **REGIC 2007**. Rio de Janeiro-RJ, 2009. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- _____. **Censo de 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2268.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- _____. **Situação Social das catadoras e dos catadores de material reutilizável e reciclável**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- _____. **Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos**. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.
- JACOBI, Pedro. **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: Inovação com Inclusão Social**. São Paulo: Annablume, 2006.
- JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Marco Antônio C. Criação do capital social: o caso ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. **Cadernos gestão pública e cidadania**. v. 2, p.05-40, jun. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/43828/42689>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- KAZTMAN, Ruben. The heterogeneity of poverty: the case of Montevideo. **CEPAL Review**, Santiago de Chile, n. 37. 1989.
- _____(Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: PNUD/Cepal, Oficina de Montevideo, 1999.
- _____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de La CEPAL**, v.75, p.171-189, 2001.

KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. **Las normas como bien público y como bien privado**: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2006.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. **Designing Social Inquiring**: Scientific Inference in Qualitative Research. Princeton University Press, 1994.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: VERAS de Oliveria, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 29-63.

_____. **A economia solidária no debate e na experiência latino-americana**. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria C; LIMA, Jacob Carlos (Orgs.). O trabalho na economia solidária. Entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p.45-62, out. 2004.

_____. Trabalho, autogestão e mercado: como ficam os trabalhadores? CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8.. 2004. Coimbra. **Anais eletrônicos...** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004, p.1-18. Disponível em <www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JacobLima.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007a, p.69-80.

_____. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007b, p. 127-169.

_____. Economia solidária: de movimento social a política pública. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria C; LIMA, Jacob Carlos (Orgs.). **O trabalho na economia solidária**. Entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015a, p.61-83.

_____. Cooperativas de reciclagem de lixo no Brasil: a autogestão da pobreza. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria C; LIMA, Jacob Carlos (Orgs.). **O trabalho na economia solidária**. Entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015b, p.325-333.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. São Paulo: Átomo, 2003.

MAGNI, Ana Amélia Calaça. **Cooperativas de catadores de resíduos**

sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARQUES, Eduardo. Leis gerais, explicações e mecanismos: para onde vão nossas análises? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 141-144. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a10v2264.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2013.

MARX, Karl. **O capital:** o processo de produção do capital. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Livro 1.

MENEZES, Maria Thereza Cândido Gomes de. **Economia Solidária:** elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007. 250 p.

MELLO, João Manuel C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: UNESP, 2009.

MIURA, Paula. O.; SAWAIA, Bader B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, n. 25(2), p. 331-341, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/10.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. A estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, Marcio (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**. Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora. 2002, p.19-70.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: JOVCHELONVITC, S.; GUARESCI P (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.7-16.

_____. **Representações Sociais:** Investigações em Psicologia. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOSER, Caroline. **The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies**. Washington: World Bank, 1998.

NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social. Salvador, **Cadernos CHR**, n.21, p.29-47,1994.

_____. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 56-87.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p.49-61, 1997.

PAULI, Jandir; BENDER, Nair; ZANELLA, William. Perfil de Liderança em Empreendimentos de Economia Solidária. **Perspectiva**, Erechim. v.37, n.138, p.93-104, junho/2013. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_350.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PEREIRA, Bruna e GOES, Fernanda. Introdução. In: PEREIRA, Bruna e

GOES, Fernanda (Orgs.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: IPEA, 2016. p.15-20.

POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Boletim de Mercado de Trabalho** - Conjuntura e Análise nº 24, Agosto 2004. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5703>. Acesso em: 10 mar. 2017.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade do Rio de Janeiro - PMGIRS/RJ**. Diagnóstico. 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3372233/4123401/PMGIRS.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS da Cidade do Rio de Janeiro (Base de dados – dez/2014)**. 2015a.

_____. **Diagnóstico Preliminar de Resíduos Sólidos da Cidade do Rio de Janeiro**. Relatório Executivo. Junho, 2015b. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3372233/4149705/RelatorioExecutivoDiagnosticoPreliminar.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. Decreto nº 42605 de 25 de novembro de 2016. Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS da Cidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro** - edição de 28.11.2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2016/4261/42605/decreto-n42605-2016-institui-o-plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-pmgirs-da-cidade-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Pesquisa Diagnóstico sobre cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Município do Rio de Janeiro**. [s.d].

PREFEITURA DO NATAL. **Diagnóstico da situação atual dos Resíduos Sólidos gerados no município de Natal/RN**. Natal: Companhia de Serviços Urbanos de Natal, 2011.

_____. Companhia de Serviços Urbanos de Natal - Urbana. EcoSam – Consultoria em Saneamento Ambiental Ltda. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Natal - PMGIRSNatal**. Natal, 2012.

_____. **Plano municipal de saneamento básico do município de Natal/RN**. Produto 02 - diagnóstico da situação do saneamento. Subproduto 2.2 - Diagnóstico da Situação dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. Natal, 2015. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/seharpe/File/DIAGNOSTICO_RESIDUOS_SOLIDOS.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

RAZETO, Luis Miguel. Economia de solidariedade e organização popular.

In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

REIS, Cinthia Regina Nunes. “Não tem patrão, mas têm, porque eles continuam mandando”: trabalhadores e cooperativas de trabalho no Maranhão. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 171-210.

RIBEIRO, Helena; JACOBI, Pedro; BESEN, Gina; GUNTHER, Wanda; DEMAJOROVIC, Jacques; VIVEIROS, Mariana. **Coleta seletiva com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2009.

RIBEIRO, Luís César. **Transformações na Ordem Urbana das Metrôpoles Brasileiras: 1980/2010**. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles / Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia / FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013. Relatório de Pesquisa.

RIVERO, Patrícia. **Trabalho: opção ou necessidade? Um século de informalidade no Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

RODRÍGUES, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANT’ANA, Diogo de e METELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. In: PEREIRA, Bruna e GOES, Fernanda (Orgs.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: IPEA, 2016. p.21-44.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARLET, Wolfgang Ingo. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCHMIDT, Derli.; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – cooperativa. In: A.D. CATTANI (org.), **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-72.

SCHOLZ, Robinson Henrique. **Uma andorinha sozinha não faz verão: relações de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009a.

_____. Lógicas de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27. JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA

UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 8. Buenos Aires, 2009b. **Anais eletrônicos...**Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009b. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1448.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

SILVA, Christian Luiz da. **Avaliação da política municipal da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos de Curitiba**. Curitiba: Edição do Autor, 2016. 81 p.

SILVA, Ivanilde Ramos; MELLO, Josette Lourdes de Sousa; GUIMARÃES, João Rafael Lins; MELO, Hênio Normando Sousa. **O papel sócio-ambiental da coleta seletiva no município do Natal/RN-Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.web-resol.org/site/trabalhos_tecnicos3.php?id=2899>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SILVA, Ivanilde Ramos da; GUIMARÃES, João Rafael Lins; SILVA, Emília Margareth de Melo. **Coleta seletiva - aspectos conceituais e práticos**. Natal: Solução Gráfica, 2010, 84 p.

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Texto para discussão. - Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SILVA, Selma Cristina. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia? In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p.147-166.

SILVA FILHO, Carlos Roberto V.; SOLER, Fabrício Dorado. **Gestão de Resíduos Sólidos**. O que diz a lei. São Paulo: Trevisan, 2015.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; RIGO, Ariadne Scalfoni; PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. **Revista NAU Social**, v.6, n.10, p. 151-164, Maio/Out 2015.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. estado**, v.16, n.1-2, p.100-112, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-699220010001000005>, Acesso em: 05 out. 2017.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003, p.11-31.

_____. A economia solidária no Governo Federal. **Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise** n. 24, p.3-5, ago., 2004a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5703>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. **Cooperativas de trabalho**. Brasília: MTE/Senaes, 2004b.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. **Inclusão social de catadores de materiais recicláveis**: estudo da política nacional de resíduos sólidos e da efetivação do trabalho decente em Natal/RN. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOTO, Magda Martina Tirado. **Análise e Formação de Redes de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis no Âmbito da Economia Solidária**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Cienc. Cult.** . v.58, n.4, p. 4-5, 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a02v58n4.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SOUZA, André Ricardo. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). **Uma outra economia é possível**. Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003, p.27-44.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem são e como vivem. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

SOUZA, Gisele Ferreira de. **Avaliação ambiental nas cooperativas de materiais recicláveis**. 2015. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TARROW, Sidney. Bridging the Quantitative-Qualitative Divide. In: BRADY, Henry e COLLIER, David. (eds.). **Rethinking Social Inquiry**. Rowman & Littlefield Publishers. 2 edition. 2010.

VERONESE, Marília V; MARTINS, Marina Rodrigues. A Comunicação nos Empreendimentos Solidários. **Revista Comunicação & Educação**, n.2, p 59-68, 2010.

VERONESE, Marília V. A Economia Solidária e a Formação de Lideranças Democráticas. **Revista Diálogo**. n.18 p.97-114, jan-jun, 2011.

VERONESE, Marília V.; SCHOLZ, R. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.3, n. 2, p.41-64, jul./dez. 2013.

TELLES, Vera S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p.173-195, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/04/2006-Mutacoes-do-trabalho-e-experiencia-urbana1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia

compreensível. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, v. II, 1999.

WELLEN, Henrique A. Ramos. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. Revista Katálysis, v.11 n.1, p.105-115, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4761/4042>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Detalhamento dos indicadores elaborados por FUNASA (2017).

Quadro 29 - Indicadores pesquisados junto ao poder público municipal

INDICADOR	COMO MEDIR	COMO AVALIAR
ASPECTO INSTITUCIONAL		
<p style="text-align: center;">ISCS 1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</p>	<p>Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</p> <hr/> <p>Construção participativa do (PGIRS)</p> <hr/> <p>Execução do Plano</p> <hr/>	<p>Muito Favorável: existência de Plano intermunicipal/ regional/microrregional de resíduos sólidos, com construção participativa, em execução.</p> <p>Favorável: existência de Plano Municipal com construção participativa, em implementação.</p> <p>Desfavorável: existência de Plano Municipal sem construção participativa, não implementado.</p> <p>Muito desfavorável: não existência de Plano.</p>
<p style="text-align: center;">ISCS 2 Instrumentos legais na relação da prefeitura com prestadores de serviço de coleta seletiva</p>	<p>Existência e modalidade de instrumentos legais</p>	<p>Muito Favorável: existência de contrato de prestação de serviço.</p> <p>Favorável: existência de convênio com repasse financeiro.</p> <p>Desfavorável: existência de convênio sem repasse financeiro</p> <p>Muito desfavorável: não existência de contrato ou de convênio.</p>
<p style="text-align: center;">ISCS 3 Atendimento da população</p>	$\frac{\text{Número de habitantes atendidos}}{\text{Número total de habitantes (área urbana do município)}} \times 100$	<p>Muito Favorável: 100,0%</p> <p>Favorável: de 75,1% a 99,9%</p> <p>Desfavorável: de 50,1% a 75,0%</p> <p>Muito desfavorável: ≤ 50,0%</p>
<p style="text-align: center;">ISCS 4 Autofinanciamento</p>	<p>Forma de Financiamento</p>	<p>Muito Favorável: cobrança de Taxa ou de Tarifa que cubra o custo do serviço de resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva.</p> <p>Favorável: cobrança de taxa no IPTU ou orçamento, que cubra todo o custo do serviço.</p> <p>Desfavorável: cobrança de taxa no IPTU ou Orçamento que não cubram os custos do serviço.</p> <p>Muito desfavorável: Apenas orçamento.</p>

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE		
<p>ISCS 5 Educação/Divulgação</p>	<p>$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> () Campanhas pontuais () Campanhas permanentes () Atividades de formação de professores () Atividades com alunos em escolas () Atividades de sensibilização dos funcionários municipais () Atividades com a comunidade () Elaboração de folhetos () Elaboração de publicações () Inserções em programas de rádio e TV () Mutirões e/ou mobilizações () Elaboração de sites de educação ambiental 	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1 a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISCS 6 Participação e controle social</p>	<p>Existência ou não de canais em funcionamento de participação da sociedade civil e de organizações de catadores na gestão da coleta seletiva</p> <p>Os canais desejáveis são:</p> <ul style="list-style-type: none"> () Comitês Gestores () em funcionamento () Fórum Lixo e Cidadania () em funcionamento () Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho (GTs) de resíduos em Conselhos de Meio Ambiente/Comitês de Bacia e outros () em funcionamento () Fóruns da Agenda 21 () em funcionamento 	<p>Muito Favorável: existência de uma ou mais instâncias de participação em funcionamento efetivo e com participação de catadores. Favorável: existência e funcionamento sem a participação de catadores. Desfavorável: existência de instância, porém sem funcionamento. Muito desfavorável: não existência de instância de participação.</p>
<p>ISCS 7 Parcerias</p>	<p>$\frac{\text{Número de parcerias efetivadas}}{\text{Número parcerias desejáveis}} \times 100$</p> <p>As parcerias desejáveis devem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> () Organizações de catadores () Redes de organizações de catadores () Entidades representativas de catadores <ul style="list-style-type: none"> () Secretarias municipais () Setor público estadual () Setor público federal () Setor privado () Organizações não governamentais <ul style="list-style-type: none"> () Universidades () Associações de bairros 	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1 a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISCS 8 Inclusão de catadores avulsos</p>	<p>$\frac{\text{Número de catadores incluídos}}{\text{Número de catadores cadastrados}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 50,0\%$ Favorável: 30,0% a 50,0% Desfavorável: 10,1% a 29,9% Muito desfavorável: $\leq 10,0\%$</p>

EFICIÊNCIA		
<p>ISCS 9</p> <p>Adesão da população</p>	$\frac{\text{Número de domicílios que aderem}}{\text{Número total de domicílios atendidos pela coleta seletiva}} \times 100$	<p>Muito Favorável: ≥ 80,0% Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 30,1% a 50,0% Muito desfavorável: ≤ 30,0%</p>
<p>ISCS 10</p> <p>Taxa de recuperação de recicláveis</p>	$\frac{Q. \text{ da coleta seletiva} - Q. \text{ de rejeitos}}{Q. \text{ coletada seletiva} + Q. \text{ coleta regular}} \times 100$ <p>* Q. = quantidade em toneladas</p>	<p>Muito Favorável: ≥ 25,0% Favorável: 15,1% a 24,9% Desfavorável: 5,1 a 15,0% Muito desfavorável: ≤ 5,0%</p>
<p>ISCS 11</p> <p>Taxa de rejeito</p>	$\frac{Q. \text{ da coleta seletiva} - Q. \text{ comercializada}}{Q. \text{ da coleta seletiva}} \times 100$ <p>* Q. = quantidade em toneladas</p>	<p>Muito Favorável: ≤ 5,0% Favorável: 5,1% a 10,0% Desfavorável: 10,1 a 29,9% Muito desfavorável I: ≥ 30,0%</p>
<p>CS 12</p> <p>Condições de trabalho na coleta de resíduos secos</p>	$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$ <p>Os requisitos desejáveis são: <input type="checkbox"/> Documentação, Licenças e Pagamento de IPVA e de seguro obrigatório; <input type="checkbox"/> Motoristas habilitados (caminhões, veículos leves); <input type="checkbox"/> Manutenção dos veículos; <input type="checkbox"/> Camisas ou coletes com cores vivas; <input type="checkbox"/> Calça comprida; <input type="checkbox"/> Boné; <input type="checkbox"/> Capa de chuva; <input type="checkbox"/> Calçado com solado antiderrapante (ex: tênis); <input type="checkbox"/> Utilização de luva de proteção mecânica (impermeável); <input type="checkbox"/> Colete refletor para coleta noturna (se for o caso); <input type="checkbox"/> Tempo adequado para que o trabalhador possa retirar o material sem riscos ergonômicos e de atropelamento; <input type="checkbox"/> Limite de carga individual a ser coletada.</p>	<p>Muito Favorável: 100,0% Favorável: 75,1% a 99,9% Desfavorável: 50,1 a 75,0% Muito desfavorável: ≤ 50,0%</p>
<p>ISCS 13</p> <p>Condições ambientais de trabalho na central de triagem</p>	$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$	<p>Muito Favorável: 100,0% Favorável: 75,1% a 99,9% Desfavorável: 50,1 a 75,0%</p>

	Os requisitos desejáveis para boas condições ambientais de trabalho são: () Existência de refeitório () Limpeza diária do refeitório () Existência de sanitários () Limpeza diária dos sanitários () Controle periódico de ratos () Controle periódico de moscas () Controle periódico de baratas () Cobertura adequada da edificação () Ventilação e iluminação adequadas () Controle de odores incômodos () Condições ergonômicas adequadas (ex. Altura das esteiras/mesas de separação) () Assento em altura adequada ao trabalho () Proteção física dos equipamentos que apresentam risco no manuseio (esteiras, prensas, moedor de vidro) para evitar acidentes	Muito desfavorável: ≤ 50,0%
ISCS 14 Saúde e segurança do trabalhador	$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$ Os requisitos desejáveis são: () Existência de extintores de incêndio adequados () Existência de Plano de Emergência () Uso de EPIs pelos trabalhadores () Identificação de materiais perigosos () Existência de equipamentos para manuseio de cargas () Registro de acidentes de trabalho () Existência de grupo ou comissão de prevenção de acidentes do trabalho	Muito Favorável: 100,0% Favorável: 75,1% a 99,9% Desfavorável: 50,1 a 75,0% Muito desfavorável: ≤ 50,0%
CUSTOS		
ISCS 15 Custos do serviço de coleta seletiva	$\frac{\text{Custo do serviço (últimos 6 meses)}}{\text{Toneladas coletadas (últimos 6 meses) (R\$/ton.)}}$	Muito Favorável: ≤ R\$ 200,00/ton. Favorável: R\$ 200,00 a R\$ 350,00/ton. Desfavorável: R\$ 351,00 a R\$ 500,00/ton. Muito desfavorável: ≥ 500,00/ton.
CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE		
ISCS 16 Custo da coleta seletiva /regular + destinação	$\frac{\text{Custo da coleta seletiva (R\$/t)}}{\text{Custo da coleta regular + destinação final (R\$/t) (média dos últimos seis meses)}} \times 100$	Muito Favorável: ≤ 100%. Favorável: 100,1% e 150% Desfavorável: 150,1 e 199,9% Muito desfavorável: ≥ 200%.

Fonte: elaboração da autora com base em FUNASA (2017).

Quadro 30 - Indicadores pesquisados junto às organizações de catadores

INDICADOR	COMO MEDIR	COMO AVALIAR
ASPECTO LEGAL/INSTITUCIONAL		
ISOC 1 Regularização da organização	<p>Cooperativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estatuto Social <input type="checkbox"/> Inscrição na Junta Comercial Estadual <input type="checkbox"/> Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) <input type="checkbox"/> Cadastro na Organização das Cooperativas do Estado (OCE) <input type="checkbox"/> Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros <input type="checkbox"/> Alvará de funcionamento emitido pela prefeitura municipal <input type="checkbox"/> Inscrição no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Inscrição na Caixa Econômica Federal <input type="checkbox"/> Diretoria eleita e em exercício <input type="checkbox"/> Registro Estadual na Secretaria do Estado da Fazenda <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Certificado Ambiental <input type="checkbox"/> Atas das Assembleias Gerais <input type="checkbox"/> Livros em dia <input type="checkbox"/> Autorização para emissão de notas fiscais <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Balanço anual <input type="checkbox"/> Recolhimento de impostos federais: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) <input type="checkbox"/> Recolhimento de impostos estaduais: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) <input type="checkbox"/> Recolhimento de impostos municipais: Imposto sobre Serviço (ISS), no caso de haver prestação de serviços não cooperativados, Imposto Territorial Urbano (IPTU) e recolhimento para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (a SESCOOP) <input type="checkbox"/> Recolhimento de fundos obrigatórios junto à cooperativa: Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) <p>Associações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Apresentação das três últimas atas das Assembleias Associação <input type="checkbox"/> Balançetes <input type="checkbox"/> Ata de aprovação de contas do último exercício social <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estatuto Social <input type="checkbox"/> Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Certidão Negativa do INSS <input type="checkbox"/> Certidão Negativa do FGTS <input type="checkbox"/> Certidão Negativa da Receita Federal <input type="checkbox"/> Livro de Matrícula dos Associados atualizado <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos obrigatórios}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: 100,0%</p> <p>Favorável: 50,1% a 99,9 %</p> <p>Desfavorável: 20,1% a 50,0%</p> <p>Muito desfavorável: ≤ 20,0%.</p>
ISOC 2 Instrumentos legais na relação com a Prefeitura	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Certidões estaduais e municipais <input type="checkbox"/> Certidão negativa do INSS <input type="checkbox"/> Alvará de funcionamento da organização <input type="checkbox"/> Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos associados/cooperados <input type="checkbox"/> Situação legalizada da organização junto à Receita Federal <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos obrigatórios}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: 100,0%</p> <p>Favorável: 50,1% a 99,9 %;</p> <p>Desfavorável: 20,1% a 50,0%</p> <p>Muito desfavorável: ≤ 20,0%.</p>

<p>ISOC 3 Qualidade das Parcerias</p>	<p>() Cessão de espaço físico/construção do galpão de triagem () Cessão de equipamentos e veículos () Ações de educação e divulgação () Confeção de material de educação/comunicação () Realização de Cursos () Apoio técnico () Cessão/doação de materiais recicláveis () Realização de Cursos de Alfabetização</p> <p>$\frac{\text{Número de parcerias efetivadas}}{\text{Número de parcerias desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISOC 4 Diversificação de Parcerias</p>	<p>() Redes de catadores () Entidades representativas dos catadores () Outras organizações de catadores () Organizações não governamentais () Setor público federal () Setor público municipal () Setor público estadual () Setor privado/empresas () Organizações comunitárias ou religiosas () Organizações de classe () Universidades ou entidades técnicas</p> <p>$\frac{\text{Número de parcerias efetivadas}}{\text{Número de parcerias desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
ASPECTO SOCIOECONÔMICO		
<p>ISOC 5 Renda média por membro</p>	<p>Renda média mensal por membro</p> <p>$\frac{\text{Salário mínimo vigente}}{\text{Últimos seis meses (N)}}$</p>	<p>Muito Favorável: \geq a dois salários mínimos Favorável: entre 1 e 2 salários mínimos Desfavorável: entre 0,5 salário e 1 salário mínimo Muito desfavorável: $\leq 0,5$ salário mínimo</p>
<p>ISOC 6 Relação entre gêneros</p>	<p>() Igualdade salarial por atividade () Igual participação na construção de regras e procedimentos, inclusive sobre processos decisórios () Solidariedade entre homens e mulheres na execução dos trabalhos () Aceitação de liderança feminina</p> <p>$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$; Favorável: 50,1% a 79,9 %; Desfavorável: 20,1% a 50,0%; Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$.</p>

ASPECTO ORGANIZACIONAL		
<p>ISOC 7 Autogestão</p>	<p>() Possuir regimento interno () Manter registros das informações sobre despesas, descontos e comercialização () Apresentar transparência no rateio e disponibilidade de livros caixa, planilhas e documentos () Realizar reuniões periódicas de decisão autogestionária () Manter murais de comunicação e informação atualizados sobre comercialização, despesas, eventos externos e reuniões</p> <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISOC 8 Capacitação da organização</p>	<p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número atual de membros capacitados}}{\text{Número atual de membros}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISOC 9 Participação em reuniões</p>	<p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de membros em reuniões}}{\text{Número de pessoas que deveriam estar presentes nas reuniões}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20\%$</p>
<p>ISOC 10 Rotatividade</p>	<p style="text-align: center;">$\frac{\text{N}^\circ \text{ Admissão} + \text{N}^\circ \text{ Desligamento (últimos 6 meses)}}{\text{Número de membros (no início do primeiro mês do período de seis meses)}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\leq 20\%$ Favorável: 20,1 – 30,0% Desfavorável: 30,1-49,9% Muito desfavorável: $\geq 50,0\%$</p>
<p>ISOC 11 Benefícios aos membros</p>	<p>() Contribuição ao INSS () Licença maternidade () Férias remuneradas () Pagamento equivalente ao 13º salário () Conta bancária em nome do trabalhador () Vale transporte () Licença saúde e auxílio-doença remunerados () Curso de alfabetização/matematização e/ ou supletivo () Apoio psicossocial () Prêmios de produtividade () Convênio médico () Auxílio creche () Cesta básica/auxílio alimentação () Repouso Semanal Remunerado</p> <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de benefícios efetivados}}{\text{Número de benefícios desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISOC 12 Diversificação de atividades e serviços</p>	<p>Serviços e atividades desejáveis: () Coleta de materiais recicláveis () Triagem de recicláveis () Promoção de educação ambiental voltada à reciclagem de resíduos () Prestação de serviço a empresas () Aproveitamento artesanal de resíduos (exemplos: confecção de vassouras PET, cordas de varal) () Reaproveitamento de materiais recicláveis (exemplos: venda de livros, e outros materiais separados, em bom estado) () Beneficiamento de materiais (exemplos: trituração de vidro, moagem de plástico) () Reciclagem de resíduos (processo industrial)</p> <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de serviços efetivados}}{\text{Número de serviços desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% a 79,9% Desfavorável: 20,1% a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>

ASPECTO EFICIÊNCIA OPERACIONAL		
<p>ISOC 13 Adesão da População</p>	$\frac{\text{Número de residências que aderem}}{\text{Número de residências atendidas pela coleta seletiva}} \times 100$ <p>Como medir a adesão da população:</p> <p>1) Em municípios de pequeno porte a adesão pode ser medida com a Observação Direta, e pode ser realizada por contagem do número de domicílios participantes, em todas as ruas de todos os bairros do município.</p> <p>2) Amostra aleatória simples e representativa de domicílios, em bairros atendidos pela coleta seletiva.</p> <p>Nos dois casos, a coleta de dados deverá se distribuir ao longo de um mês (de acordo com o número de dias de coleta de cada município), de forma a contemplar as especificidades da coleta e o hábito de descarte seletivo de resíduos dos moradores.</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1% e 79,9%; Desfavorável: 30,1% e 50,0% Muito desfavorável: $\leq 30,0\%$</p>
<p>ISOC 14 Taxa de recuperação dos materiais recicláveis</p>	$\frac{Q. \text{ da coleta seletiva} - Q. \text{ de rejeitos}}{Q. \text{ coletada seletiva} + Q. \text{ coleta regular}} \times 100$ <p>* Q. = quantidade</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 25,0\%$ Favorável: 15,1% a 24,9% Desfavorável: 5,1 a 15,0% Muito desfavorável: $\leq 5,0\%$</p>
<p>ISOC 15 Taxa de Rejeito</p>	$\frac{Q. \text{ da coleta seletiva} - Q. \text{ comercializada}}{Q. \text{ da coleta seletiva}} \times 100$ <p>* Q. = quantidade</p>	<p>Muito Favorável: $\leq 5,0\%$ Favorável: 5,1% e 10,0% Desfavorável: 10,1 e 29,9% Muito desfavorável: $\geq 30,0\%$</p>
<p>ISOC 16 Autossuficiência de Equipamentos e Veículos</p>	$\frac{\text{Número de equipamentos e veículos próprios}}{\text{Número total de equipamentos e veículos}} \times 100$	<p>Muito Favorável: $\geq 80,0\%$ Favorável: 50,1 a 79,9% Desfavorável: 20,1 a 50,0% Muito desfavorável: $\leq 20,0\%$</p>
<p>ISOC 17 Produtividade por catador</p>	$\frac{Q. \text{ de toneladas triadas}}{\text{Número de catadores}} \times 100$ <p>* Q. = quantidade</p>	<p>Muito Favorável: $\geq 3,00$ Favorável: 2,01 a 2,99 Desfavorável: 1,01 a 2,00 Muito desfavorável: $\leq 1,00$</p>

CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR		
<p>ISOC 18 Condições de trabalho na coleta de resíduos secos</p>	<p>Os requisitos desejáveis são:</p> <ul style="list-style-type: none"> () Documentação, Licenças e Pagamento de IPVA e de seguro obrigatório () Motoristas habilitados (caminhões, veículos leves) () Manutenção dos veículos <ul style="list-style-type: none"> () Camisas ou coletes com cores vivas <ul style="list-style-type: none"> () Calça comprida () Boné () Capa de chuva () Calçado com solado antiderrapante (ex: tênis) () Utilização de luva de proteção mecânica (impermeável) () Colete refletor para coleta noturna (se for o caso) () Tempo adequado para que o trabalhador possa retirar o material sem riscos ergonômicos e de atropelamento <ul style="list-style-type: none"> () Limite de carga individual a ser coletada <p style="text-align: center;"> $\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$ </p>	<p>Muito Favorável: 100,0% Favorável: 75,1% a 99,9% Desfavorável: 50,1 a 75,0% Muito desfavorável: ≤ 50,0%</p>
<p>ISOC 19 Condições ambientais de trabalho</p>	<p>Para atender a condições ambientais desejáveis deverão ser considerados os seguintes requisitos</p> <ul style="list-style-type: none"> () Limpeza do refeitório executada diariamente () Limpeza dos banheiros executada diariamente () Ventilação adequada da área de trabalho <ul style="list-style-type: none"> () Controle periódico de ratos () Controle periódico de moscas () Controle periódico de baratas () Área de triagem com cobertura adequada () Altura adequada da mesa de triagem ou esteira de catação () Definição de limite máximo de peso, segundo normas, a ser obedecido pelos trabalhadores para evitar lesões de coluna e membros () Existência de sistemas e ações de prevenção de incêndios () Sistema de alarme e sinalização indicadora de extintores de incêndio e do fluxo de evacuação da área () Existência de barreiras de prevenção de acidentes em máquinas perigosas (esteira, prensa, enfiadora, moedor, etc.) <ul style="list-style-type: none"> () Medidas de controle de odores incômodos () Velocidade de movimento da esteira adequada para evitar lesão por esforços repetitivos e presença de pausas periódicas <ul style="list-style-type: none"> () Assento em altura adequada ao trabalho () Instalações elétricas adequadas e protegidas contra choques <ul style="list-style-type: none"> () Controle de acesso e movimentação de pessoas () Barreira para evitar risco de quedas de plataformas e mezaninos <ul style="list-style-type: none"> () Proteção coletiva de desníveis (guarda-corpo) () Moinho para vidro para evitar movimentação manual <ul style="list-style-type: none"> () Separação e isolamento de produtos tóxicos <p style="text-align: center;"> $\frac{\text{Número de requisitos atendidos}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$ </p>	<p>Muito Favorável: 100,00% Favorável: 75,01% a 99,99% Desfavorável: 50,01% a 75,00% Muito desfavorável: ≤ 50,00%</p>

<p>ISOC 20 Saúde e Segurança do Trabalhador</p>	<p>Devem ser considerados como desejáveis para uma adequada condição de trabalho os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> () Limpeza e higiene apresentadas pelo local de trabalho () Vacinação regular do trabalhador, de acordo com norma sanitária () Observação de descanso obrigatório pela carga e rotina das atividades () Recolhimento de INSS dos cooperados aos órgãos competentes () Comunicação visual nos ambientes () Registro e atendimento aos acidentes de trabalho () Prevenção de lesão por esforços repetitivos ou posições inadequadas () Implantação de dispositivos de proteção contra acidentes físicos provocados por máquinas e equipamentos () Realização de exames médicos admissionais e periódicos, conforme norma trabalhista <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número de requisitos efetivados}}{\text{Número de requisitos desejáveis}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: 100,00% Favorável: 75,01% a 99,99% Desfavorável: 50,01% a 75,00% Muito desfavorável: $\leq 50,00\%$.</p>
<p>ISOC 21 Uso de equipamentos de proteção individual</p>	<p>Devem ser considerados os seguintes equipamentos como indispensáveis à proteção individual do trabalhador:</p> <ul style="list-style-type: none"> () Luvas () Óculos de proteção () Botas () Protetores auriculares () Respirador para manuseio de produtos com odores e tóxicos () Cinto de segurança para trabalho de manutenção em altura <p style="text-align: center;">$\frac{\text{Número membros que usam EPIs}}{\text{Número total de membros}} \times 100$</p>	<p>Muito Favorável: 100,0% Favorável: 50,1 a 99,9% Desfavorável: 20,1 a 50,0% Muito desfavorável: 20,0%.</p>

Fonte: elaboração da autora (2019), com base em FUNASA (2017).

APÊNDICE B

Detalhamento da metodologia para estudo da liderança

As características apresentadas por Veronese (2011) para cada etapa dos empreendimentos autogestionários foram organizadas, aqui, em quatro critérios fundamentais, sendo eles: organização interna, apropriação dos princípios da economia solidária, espaço físico e aspecto econômico. Os quadros a seguir mostram as etapas e as características organizadas de acordo com os critérios.

Quadro 31 - Características da Etapa 1 organizadas a partir dos critérios

CRITÉRIOS	CARACTERÍSTICAS
Organização interna	<p>Desorganização. Falta de clareza do papel de cada um, do que se espera deles como grupo e como trabalhador. Falta de controle de documentos, das entradas e saídas de dinheiro, dependência dos agentes mediadores (técnicos responsáveis pelo processo de orientação) para encaminhar essas questões, dificuldade de comprometimento com os horários de produção e do grupo como efetivo espaço de trabalho.</p> <p>Não cumprem horários, não tendo sequer definido horário de trabalho a ser cumprido. Não há planejamento, e mesmo com o acompanhamento regular de agentes mediadores, não parece haver uma evolução significativa.</p> <p>Parece haver um receio, um medo que o estabelecimento de regras e normas seja imposição, seja o contrário da autogestão, e, dessa forma, ninguém emerge como liderança para estimular os processos.</p> <p>Ausência de lideranças que possam estimular e empoderar os demais membros do grupo a tomar decisões e responsabilizar-se pelas atividades da produção e da gestão do EES.</p> <p>Baixa autoestima dos participantes, em geral; descrença das suas potencialidades, muito tempo perdido em brigas e discussões estéreis.</p> <p>Medo de enfrentar novas realidades (feiras, encontros comunitários, contatos com pessoas de outros meios socioculturais).</p>

Apropriação dos princípios da Economia Solidária	Ausência de apropriação dos pressupostos da economia solidária.
Espaço Físico	Espaço físico desorganizado, “misturado” ao espaço doméstico.
Aspecto Econômico	Inserção limitada em redes de movimentos sociais. Renda insuficiente e irregular. Os trabalhadores, contudo, referem sentir alívio por “não ter patrão, ser mais valorizado no grupo”.

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 32 - Características da Etapa 2 organizadas a partir dos critérios

CRITÉRIOS	CARACTERÍSTICAS
Organização interna	Existência de apoio mútuo e, também, de conflitos diversos, sendo bastante contraditória a relação entre os sócios. Existe uma atuação mais definida de lideranças, bem como maior união do grupo frente às dificuldades. Presença forte de conflitos relativos à liderança, ainda não completamente explicitados. Certa concentração de poder e saber na pessoa do líder formal. Maior compromisso com horários de trabalho, não sem dificuldades de mantê-los. Maior autoestima dos sujeitos, identificação clara e geral de uma “sensação de liberdade”, já que no EES podem sair, levar filhos ao médico, etc., o que nas empresas capitalistas é mais difícil.
Apropriação dos princípios da Economia Solidária	Ainda ocorre algum desconhecimento sobre os princípios autogestionários, a perspectiva solidária de trabalho.
Espaço Físico	Espaço físico, se não totalmente adequado, pelo menos específico da atividade do EES.
Aspecto Econômico	Renda insuficiente para manutenção familiar; mas aparece a expectativa de melhora, na perspectiva do foco, da meta em uma renda digna e crença que isso irá ocorrer pelo esforço empreendido. Experiência do líder em lutas sociais anteriores. Relação mais igualitária, de maior autonomia, com os agentes mediadores e fornecedores.

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 33 - Características da Etapa 3 organizadas a partir dos critérios

CRITÉRIOS	CARACTERÍSTICAS
Organização interna	Existência de metas melhor definidas, objetivos a serem atingidos, envolvendo ganhos para o grupo e responsabilidade social com as comunidades das quais fazem parte. Presença marcante de lideranças, formais e informais, com conflitos mais evidenciados e discutidos na esfera pública do Empreendimento de Economia Solidária.
Apropriação dos princípios da Economia Solidária	Maior apropriação dos princípios da economia solidária. Presença de um sentimento de liberdade em relação ao sistema capitalista (ficar mais com filhos, dar conta das atividades domésticas sem tanto sacrifício, compreensão e apoio mútuo no grupo, etc.).
Espaço Físico	Sem correspondente em Veronese (2011)
Aspecto Econômico	Sem correspondente em Veronese (2011)

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 34 - Características da Etapa 4 organizadas a partir dos critérios

CRITÉRIOS	CARACTERÍSTICAS
Organização interna	Elaboração de metas e diretrizes.
Apropriação dos princípios da Economia Solidária	Clareza e apropriação dos pressupostos da economia solidária pelos membros do empreendimento, sendo um fato propulsor para a elaboração de diretrizes e metas. Maior autoestima e participação em eventos sobre economia solidária. Forte presença de lideranças no empreendimento, sendo estas facilitadoras nas tomadas de decisão providas das reuniões coletivas. Existência de uma carga horária validada pelo coletivo para as atividades produtivas. Existência de conflitos interpessoais pertinentes ao processo coletivo de produção. Início de preocupações com o bem-estar e com a saúde ocupacional, onde elementos de saúde e segurança no trabalho são considerados, bem como a busca de soluções para essas questões (ainda não equacionadas, mas presentes como um problema a ser tratado). Construção de identidades no âmbito associativo à luz das atividades realizadas e consciência da prática eficaz das mesmas.

Espaço Físico	Local apropriado para sua execução, consolidado.
Aspecto Econômico	Participação ativa nas redes de economia solidária, bem como utilização de matérias-primas oriundas da outra economia.

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Quadro 35 – Relação entre critérios avaliados e indicadores

CRITÉRIOS	COMO AVALIAR
Organização interna	ISOC 7 (Autogestão)
Apropriação dos princípios da Economia Solidária	ISOC9 (Participação em reuniões)
Espaço Físico	ISOC 19 (Condições ambientais de trabalho)
Aspecto Econômico	ISOC5 (Renda média por membro)

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Apêndice C

Quadro 36 - Conteúdo dos artigos da PNRS que contemplam a categoria dos catadores

ARTIGO	TEMÁTICA	PREVISÃO
6º, XII	Princípios da PNRS	Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:[...] XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
8º, IV	Instrumentos da PNRS	Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: [...] IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
15, V	Conteúdo mínimo do Plano Nacional de Resíduos Sólidos	Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo: [...] V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
17, V	Conteúdo mínimo do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo: [...] V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

18, § 1º, II	Priorização dos municípios que contemplarem em seus Planos Municipais de Gestão integrada dos Resíduos Sólidos a implantação da coleta seletiva com a participação de organizações de catadores.	Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. § 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que: [...] II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.
19, VI	Conteúdo mínimo dos Planos Municipais de Gestão integrada dos resíduos sólidos	Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: [...] XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;
21, § 3º, I	Conteúdo mínimo dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos	Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: [...] § 3º Serão estabelecidos em regulamento: I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

32, § 3º, III	Logística Reversa	<p>Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem. [...]</p> <p>§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas: [...]</p> <p>III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1o.</p>
------------------	----------------------	--

<p>36, § 1º</p>	<p>Implantação da Coleta Seletiva pelo titular dos serviços públicos de limpeza e priorização da contratação das organizações de catadores.</p>	<p>Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: [...]</p> <p>I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;</p> <p>II - estabelecer sistema de coleta seletiva;</p> <p>III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;</p> <p>IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial; [...]</p> <p>§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.</p>
<p>42, III</p>	<p>Instrumentos econômicos.</p>	<p>Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: [...]</p> <p>III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;</p>

44, II	Instrumentos econômicos. Concessão de incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas	Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a: [...] I - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
50	Refere-se aos casos de inexistência de normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis	Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Fonte: elaborado pela autora (2019), a partir da PNRS.

Apêndice D

Lista de entrevistados

Código	Identificação	Cidade
A	Representante da COMLURB	Rio de Janeiro
B	Representante da SESCOOP	Rio de Janeiro
C	Representante da COMLURB - Caju	Rio de Janeiro
D	Presidente da organização de catadores TRANSFORMANDO	Rio de Janeiro
E	Presidente da organização de catadores COOP-FUTURO	Rio de Janeiro
F	Presidente da organização de catadores RECICLA MAIS	Rio de Janeiro
G	Representante da Secretaria de Meio Ambiente - Programa Ecocidadão	Curitiba
H	Representante da Secretaria de Meio Ambiente - Departamento de Limpeza Pública (MALP)	Curitiba
I	Representante do Instituto Lixo e Cidadania	Curitiba
J	Coordenadora do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania em Natal	Natal
K	Representante da Urbana	Natal
L	Ex presidente da organização de catadores MUTIRÃO	Curitiba
M	Presidente da organização de catadores MUTIRÃO	Curitiba
N	Presidente da organização de catadores CORBÉLIA	Curitiba
O	Presidente da organização de catadores COOCAMAR	Natal
P	Vice-presidente da organização de catadores COOCAMAR	Natal
Q	Presidente da organização de catadores COOP-CICLA	Natal
R	Representante da Urbana	Natal

Fonte: elaborado pela autora (2019)

Apêndice E

Fotos das organizações pesquisadas

RIO DE JANEIRO

COOPERATIVA DE RECICLADORES AMBIENTAIS TRANSFORMANDO

Figura 7 - Cooperativa Transformando



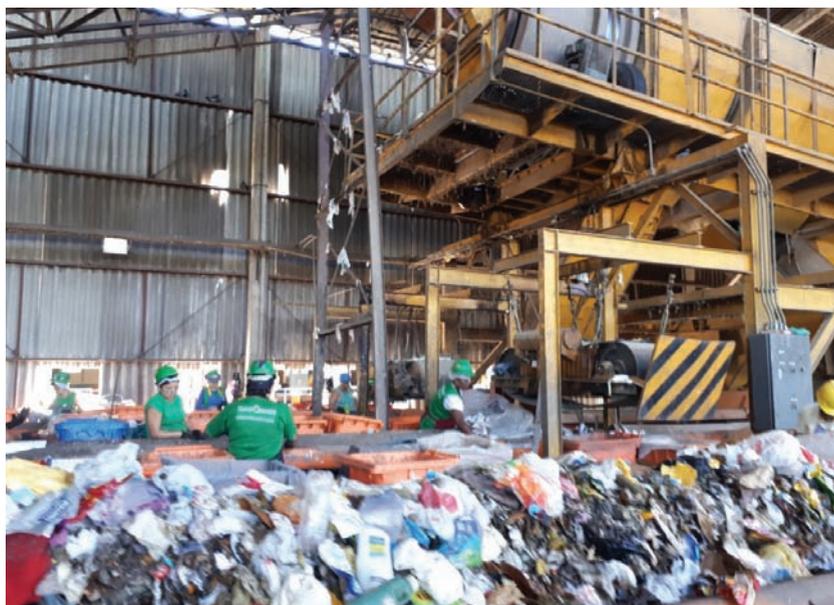
Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 8 - Trabalho de segregação na Cooperativa Transformando



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 9 - Triagem de recicláveis na Cooperativa Transformando – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 10 - Separação de Recicláveis e utilização de EPIs na Cooperativa Transformando



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 11 - Biblioteca da Cooperativa Transformando



Fonte: acervo da autora, 2017.

COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE IRAJÁ LTDA – COOPFUTURO

Figura 12 - Localização da COOPFUTURO - Usina de Reciclagem Luiz Eduardo Bahia



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 13 - Fachada do galpão de triagem da COOPFUTURO



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 14 - Descarregamento de recicláveis na COOPFUTURO



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 15 - Galpão de triagem da COOPFUTURO



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 16 - Sala de aula para capacitações na COOPFUTURO



Fonte: acervo da autora, 2017.

COOPERATIVA RECICLA MAIS ZONA OESTE

Figura 17 - Sede da Cooperativa Recicla Mais



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 18 - Sala de curativos na Cooperativa Recicla Mais



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 19 - Galpão de Triagem – Cooperativa Recicla Mais



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 20 - Galpão de triagem da Cooperativa Recicla Mais



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 21 - Acúmulo de rejeitos na Cooperativa Recicla Mais



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 22 - Triagem – Recicla Mais



Fonte: acervo da autora, 2017.

CURITIBA

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CURITIBA – MUTIRÃO

Figura 23 - Fachada da Associação Mutirão – Curitiba/PR



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 24 - Galpão de Triagem da Associação Mutirão



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 25 - Pátio externo da Associação Mutirão



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 26 - Coleta de recicláveis na Associação Mutirão



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 27 - Triagem de Recicláveis na Associação Mutirão



Fonte: acervo da autora, 2017.

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS CORBÉLIA

Figura 28 - Fachada da Associação Corbélia



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 29 - Triagem de recicláveis realizada na Associação Corbélia



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 30 - Galpão de triagem da Associação Corbéia



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 31 - Refeitório da Associação Corbéia



Fonte: acervo da autora, 2017.

NATAL

**COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E
RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL
- COOCAMAR**

Figura 32 - Fachada da Cooperativa COOCAMAR



Fonte: acervo da autora, 2018.

Figura 33 - Galpão da Cooperativa COOCAMAR



Fonte: acervo da autora, 2018.

Figura 34 – Vista interna da Cooperativa COOCAMAR



Fonte: acervo da autora, 2018.

Figura 35 - Materiais triados na Cooperativa COOCAMAR



Fonte: acervo da autora, 2018.

**COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DA CIDADE DO NATAL/RN – COOPCICLA**

Figura 36 - Área externa do galpão de triagem da COOPCICLA



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 37 - Triagem de recicláveis na Cooperativa COOPCICLA



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 38 - Gaiola para triagem de recicláveis na cooperativa COOPCICLA



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 39 - Trabalho do catador na cooperativa COOPCICLA



Fonte: acervo da autora, 2017.

Figura 40 - Quebra manual de vidro na cooperativa COOPCICLA



Fonte: acervo da autora, 2017.



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



ISBN 978-65-89925-10-1



9 786589 925101